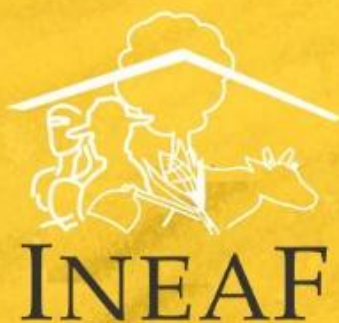




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

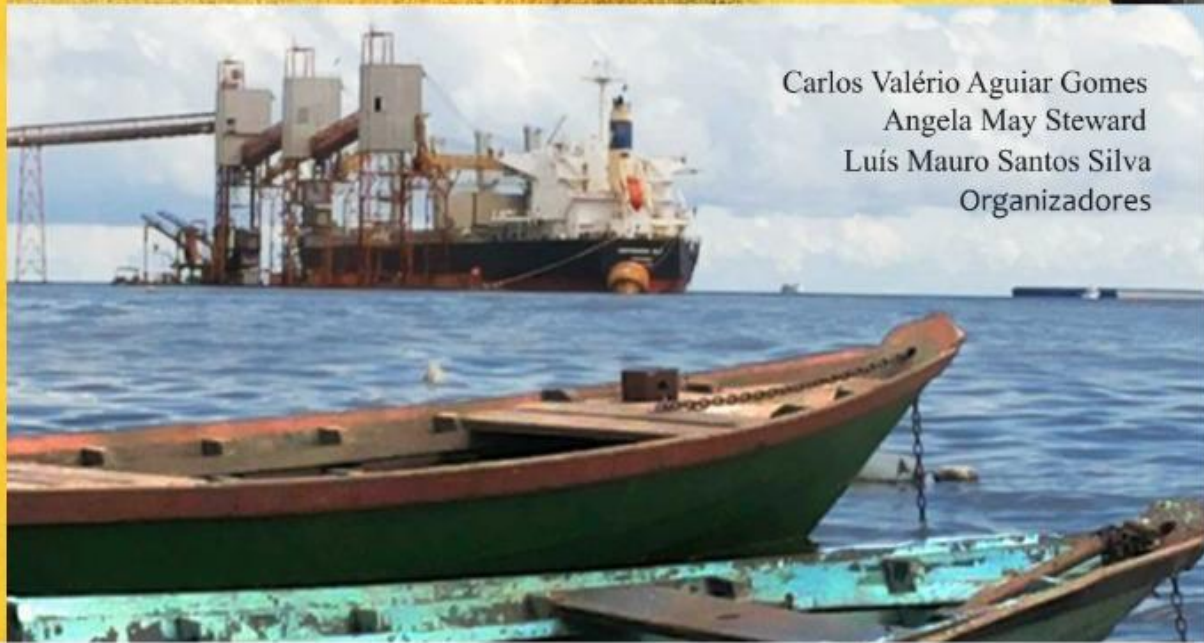


ISSN - 1414-0810



Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

v. 13, nº2, jul.-dez. 2019



Carlos Valério Aguiar Gomes
Angela May Steward
Luís Mauro Santos Silva
Organizadores



Universidade Federal do Pará

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

**Instituto Amazônico
de Agriculturas Familiares**

Diretor-Geral

Flávio Bezerra Barros

Diretora-Adjunta

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

**Programa de Pós-Graduação
em Agriculturas Amazônicas**

Coordenadora

Angela May Steward

Vice-Coordenadora

Dalva Maria da Mota

Editores-Chefes

Angela May Steward

Flávio Bezerra Barros

Gutemberg Armando Diniz Guerra

William Santos de Assis

Organizadores

Carlos Valério Aguiar Gomes

Angela May Steward

Luís Mauro Santos Silva

Editor-Gerente

SEER/OJS

Moacir José Moraes Pereira

Revisão de Abstracts

Angela May Steward

Bibliotecária

Naiara Soraia Lisboa Lima

Conselho Editorial

Ademir Antônio Cazella / UFSC, Brasil
Alfio Brandeburg / UFPR, Brasil
Christophe Albaladejo / INRA, França
Delma Pessanha Neves / UFF, Brasil
Edna Maria Ramos de Castro / UFPA, Brasil
Eric Pierre Sabourin / CIRAD, França
Eros Mussoi / UFSC, Brasil
Jalcione Pereira de Almeida / UFRGS, Brasil
Leonildes Medeiros / UFRRJ - CPDA, Brasil
Lovois de Andrade Miguel / UFRGS, Brasil
Luís Mauro Santos Silva / UFPA, Brasil
Marcelo Carneiro / PPGCSOC/UFMA, Brasil
Márcia Muchagata / MMA, Brasil
Maria de Nazareth Baudel Wanderley / UFPE, Brasil
Paulo Fernando da Silva Martins / UFPA, Brasil
Philippe Léna / IRD, França
Pierre Teisserenc / Université Paris XIII, França
Ramonildes Alves Gomes / UFCG, Brasil
Roberto Busto Cara / UNDS, Argentina
Sérgio Roberto Martins / UFSC, Brasil



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , nº 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF

Belém, PA
2019

Distribuição gratuita desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do INEAF/UFPA

Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento /
Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiars, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas
Amazônicas. – v.1, n.1(1996). – Belém: UFPA, INEAF, PPGAA.
Semestral
ISSN 1414-1810

1. Agricultura familiar – Aspectos econômicos – Amazônia. 2.
Agricultura familiar – aspectos ambientais – Amazônia. I.
Universidade Federal do Pará. Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiars. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas
Amazônicas.

CDD – 22 ed. 338.109811

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA

Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, 01 - Campus Universitário do Guamá
CEP 66075-900 Belém-PA
Fone: (91) 3201 -8010 / 3201 -7913
<http://www.ppgaa.propesp.ufpa.br/>
<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar>
e-mail: comunicaineaf@ufpa.br

Projeto Gráfico: Moacir José Moraes Pereira
Normatização: Naiara Soraia Lisboa Lima
Imagens de Capa: Fotos, Valério Gomes e Leonardo Pacheco;
Arte de Capa: Eduardo Monteiro e Moacir Pereira

EDITORIAL

A *Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento* é um periódico científico vinculado ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará. Criada em 1996, funciona como meio de comunicação científica voltado para a comunidade acadêmica nacional e internacional e também se dirige aos atores que se interessam pelos debates e reflexões em torno da Agricultura Familiar em suas mais diversas dimensões. Os próprios agricultores familiares, suas organizações, movimentos sociais, gestores públicos, povos e comunidades tradicionais, pesquisadores, formuladores de políticas públicas, dentre outros sujeitos, são estimulados a apreciar este empreendimento científico-pedagógico elaborado com todo esmero por nossa equipe. Com efeito, nossa revista pretende alcançar a maior diversidade de público com vistas a dar a conhecer as experiências, conhecimentos, abordagens teóricas e metodológicas e resultados de pesquisa. Muito embora o foco sejam os estudos levados a cabo no território amazônico, nos últimos volumes observamos o crescente interesse de pesquisadores e autores em socializar experiências do campesinato em outros biomas e contextos regionais brasileiros e internacionais.

Como ressaltamos, a origem da Revista se confunde com a história de nossa unidade acadêmica dentro da UFPA. Ela nasce como um periódico impresso, funcionando assim até o ano de 2009. Até esse período, os processos avaliativos não exigiam com tanto rigor a periodicidade dos números. Quem buscar a memória do periódico em sua página *web*, irá perceber as discontinuidades ocorridas nessa primeira fase. Os desafios naquela altura eram outros. Em termos editoriais, necessitávamos de recursos para impressão dos números físicos e sua distribuição ocorria via correspondência enviada para as Instituições Brasil afora. Contudo, seu foco sempre foi o mesmo: a Agricultura Familiar. Apesar desses pormenores, comuns à época, a RAF (Revista Agricultura Familiar), como hoje apelidamos carinhosamente este periódico, sempre foi pulsante e dinâmica.

Hoje ela integra o sistema periódicos da UFPA, estando vinculada a diversas bases de indexação. Pelo fato de ter inaugurado, desde 2014, sua versão eletrônica, ganhou outro ISSN (*International Standard Serial Number*, em português “Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas”), o chamado ISSN-e (menção a versão eletrônica), passando a ser publicada na página da UFPA, portanto, expandindo seu raio de inserção.

Dessa nova fase de vida para cá, a equipe editorial vem trabalhando para ampliar o quadro de avaliadores *ad hoc*, aperfeiçoando seu projeto editorial, aumentando a capacidade de acolhimento de contribuições e renovando o conselho científico. Além de William Santos de Assis, Flávio Barros e Gutemberg Guerra, contamos agora com a colaboração da Professora Angela May Steward que, juntos, constituem os editores-chefes. Moacir José Moraes Pereira, na condição de editor-gerente, tem sido fundamental para a dinamização da revista, pois é dele a função de normatização, editoração e secretariado. Outra novidade é a geração do DOI (*Digital Object Identifier*, em português Identificador Digital de Objetos) de cada artigo, um avanço importante, pois tem como finalidade auxiliar a localização e o acesso de materiais na web, facilitando a autenticação de documentos. A periodicidade é semestral, contudo, o conselho editorial estimula a publicação de números especiais e dossiês temáticos.

Outra informação importante é que, desde que fora implantado o sistema *webqualis*, da Capes, a RAF vem integrando a plataforma, sendo avaliada nas áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Ciências Agrárias I; Ciências Ambientais; Interdisciplinar e Linguística e Literatura. Na medida em que nossa revista vai crescendo, esperamos que ela possa integrar mais áreas de conhecimento para que, então, possa atrair ainda mais profissionais que valorizam o foco da Agricultura Familiar nas suas mais diversificadas abordagens. Nosso periódico é, por natureza, interdisciplinar e tem forte apreço pelas epistemologias heterodoxas.

A RAF publica em suas edições artigos de pesquisa e de revisão que sejam inéditos, resenhas de livros, entrevistas, relatos de experiências, e resumos de teses e dissertações. Neste número especial temos contribuições oriundas das pesquisas e intervenções dos pesquisadores e estudantes vinculados ao INEAF/UFPA por meio do Curso de Especialização em Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum da Amazônia (GESAM), pós-graduação *Lato Sensu* que vem atraindo público de diversas áreas do conhecimento, como Ciências Agrárias, Ciências Sociais e Humanas, Ciências Ambientais e Ciências Naturais. Os manuscritos versam sobre temas diversos. Partindo do eixo central “*Sistemas agroextrativistas e territórios de uso comum na Amazônia: Reflexões sobre transformações e continuidades*”, discutem questões sobre trabalho, gênero, territorialidade, sistemas agroflorestais, afetações por grandes projetos de desenvolvimento, parentesco, políticas públicas, segurança alimentar, práticas de manejo, dentre outros.

Agradecemos vivamente a cada autor e cada autora que confiou seu manuscrito a este periódico. Esperamos que a leitura estimule o pensamento crítico, a aprendizagem e o contato com as várias faces do mundo rural amazônico, cujas tramas entre natureza e

sociedade acontecem nos rios, nas florestas, nos assentamentos rurais, nas unidades de conservação, nas aldeias, nos projetos de assentamentos agroextrativistas, nos territórios quilombolas, no litoral, nos mangues, e também nas cidades. Que estas páginas sejam luz e possam chegar aos confins da Hileia. Excelente leitura!

Angela May Steward

Flávio Bezerra Barros

Gutemberg Armando Diniz Guerra

William Santos de Assis

SUMÁRIO

Apresentação	10
Artigos	
Financiamento do extrativismo no PDRS do Xingu: onde cabe a sustentabilidade?.....	14
<i>Sâmia Cristina Brazão Pereira e Carla Giovana Souza Rocha</i>	
O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará	35
<i>Letícia Sales da Costa Oliveira e William Santos de Assis</i>	
Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu – Pará.....	57
<i>Maria Suzane Lavareda Oliveira e Luís Mauro Santos Silva</i>	
“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte.....	81
<i>Denise da Silva Graça e Myriam Cyntia Cesar de Oliveira</i>	
Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará	103
<i>Denise Reis do Nascimento, Lívia Navegantes Alves e Maria Lucimar Souza</i>	
Condições de estabilização da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá-PA	121
<i>Antônio Arthur Cruz do Nascimento e Carlos Valério Aguiar Gomes</i>	
Existir sobre as águas: refletindo “territorialidade” amazônica a partir do viver estuarino da “aquabilidade”	145
<i>Daniel Miranda e Carlos Valério Aguiar Gomes</i>	
“Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Izabel-PA.....	163
<i>Jamilly Brito Guimarães e Myriam Cyntia Cesar de Oliveira</i>	
Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri	186
<i>Maria Cristina Cordeiro Lopes Pontes e Angela May Steward</i>	
A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará	208
<i>Adrielly Albuquerque da Silva e Angela May Steward</i>	
A produção de açaí nos igarapés Combu e Periquitaquara na Ilha do Combu: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil	230
<i>Marcos Paulo Lopes Ferreira e Geraldo Mosimann da Silva</i>	
Quarta baliza do agroextrativismo no estuário do rio Amazonas: da luta pela terra à consolidação da economia do açaí.....	253
<i>Carlos Augusto Ramos e Ana Margarida Castro Euler</i>	
Resumos de Dissertações do PPGAA/UFPA	275



Apresentação

Sistemas agroextrativistas e territórios de uso comum na Amazônia: Reflexões sobre transformações e continuidades

Carlos Valério Aguiar Gomes, Doutor, UFPA, valeriogomes@ufpa.br;
Ângela May Steward, Doutora, UFPA, angelamay@ufpa.br;
Luís Mauro Santos Silva, Doutor, UFPA, lsilva@ufpa.br

Este volume da RAF foi construído a partir da seleção de trabalhos de conclusão de curso da primeira turma de discentes do curso de Especialização em Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum da Amazônia (GESAM), com identidade visual representado na figura ao lado.



Figura 1 – Logomarca GESAM.

O curso é oferecido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), do Instituto de Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nas últimas três décadas foram criadas progressivamente na Amazônia modalidades inovadoras de gestão de territórios de uso comum e proteção da biodiversidade junto aos povos tradicionais, como resultado de um processo histórico de mobilização social ligado aos problemas de acesso e uso da terra e dos recursos naturais.

Esses espaços de uso comum expressam a heterogeneidade regional e representam novas territorialidades resistentes à expropriação, valorizando fatores socioculturais, onde se busca a promoção de desenvolvimento econômico com bases sustentáveis pautada em sistemas de produção agroextrativista. Dentre os territórios de uso comum na Amazônia, destacam-se as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Projeto de Assentamentos Agroextrativistas, Territórios Quilombolas, Terras Indígenas, dentro outros. Populações residentes destas áreas nasceram e cresceram em territórios diversos compostos de florestas, rios, lagos, manguezais, campos e praias e que têm em comum o fato de

estabelecerem uma interdependência junto a biodiversidade natural, expressada na própria relação de produção e consumo familiares através de estratégias produtivas e de vida centradas em conhecimentos tradicionais, sintetizando assim peculiares formas de gestão destes territórios.

Os territórios de uso comum na Amazônia enfrentam realidades complexas que exigem abordagens multidisciplinares para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados por governos e populações locais, na sua gestão socioambiental e econômica. Assim, o objetivo da especialização GESAM é aperfeiçoar a formação de profissionais que, preferencialmente, já atuam em instituições voltadas para a gestão de territórios de uso comum, envolvendo as diversas realidades produtivas, socioculturais e de gestão do capital ecológico e social presentes nesses territórios na Amazônia.

Para tanto, o curso GESAM prioriza um percurso formativo com uma base teórica sistêmica, buscando fortalecer as experiências profissionais dos discentes como subsídios para dialogar com as comunidades tradicionais via uma melhor compreensão de suas lógicas produtivas, e enfrentar os diversos e distintos desafios de atuação na gestão desses territórios.

Em termos de resultados, são apresentados doze artigos produzidos por estudantes sob orientação de docentes e colaboradores do curso GESAM, garantindo uma diversidade de análises e realidades, divididos em três temáticas centrais (i) políticas públicas e populações agroextrativistas; (ii) territórios e transformações; (iii) valorização de saberes, práticas e modos de produção agroextrativista.

A temática “**políticas públicas e populações agroextrativistas**” ancora os primeiros três artigos. O primeiro artigo, *Financiamento do extrativismo no PDRS do Xingu: onde cabe a sustentabilidade*, analisa a visão de sustentabilidade presente nos projetos com ações em Reservas Extrativistas no município de Altamira, estado do Pará, aprovados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), que surge como medida compensatória dos efeitos negativos da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte. O segundo artigo, *O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará*, aborda o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea e avalia os efeitos nos sistemas produtivos das unidades familiares, considerando a diversidade de produtos, relacionando com a segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis socialmente no período de 2012 a 2018. O terceiro

artigo, *Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu – Pará*, destaca o papel da política de crédito pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), observando os impactos, tanto positivos quanto negativos nos estabelecimentos agrícolas das famílias que acessaram a política de crédito.

A segunda temática “**territórios e transformações**” fundamenta três artigos em vários contextos regionais, apresentando estratégias de adaptação familiares diante de novos desafios nos territórios e sugerindo novas abordagens para pensar em conceitos antigos. Assim, o quarto artigo apresentado, *Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte*, propõe uma identificação e análise de percepções das famílias ribeirinhas sobre as transformações do meio natural causadas pela construção de Belo Monte. O quinto artigo, *Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará*, se concentra em fatores que motivaram os agricultores familiares para recuperação florestal, buscando compreender as razões das famílias para as escolhas das espécies que compõem os sistemas agroflorestais adotados. O sexto artigo, *Condições de estabilização da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá-PA*, discute quais relações se estabelecem entre agricultura familiar e sustentabilidade partindo da diferenciação entre a dinâmica do ciclo de fronteira e a complexificação dos agrossistemas como mecanismo de estabilização territorial, através do recorte de uma fronteira antiga de ocupação do nordeste paraense, o município de Santo Antônio do Tauá. O sétimo artigo, *Existir sobre as águas: refletindo “territorialidade” amazônica a partir do viver estuarino da “aquabilidade”*, embasado em pesquisas no município de Afuá, Ilha do Marajó, produz questionamento de determinados postulados teóricos responsáveis por alimentar os processos de interpretação/representação local assimilado pelos usos da categoria *territorialidade*, buscando se posicionar em favor de um termo alternativo para leituras da vida estuarina, considerando as águas dos rios como lugares onde também ocorrem manifestações da vida antrópica amazônica, expressa na ideia de uma “aquabilidade”.

A terceira temática “**valorização de saberes, práticas e modos de produção agroextrativista**” agrupa os próximos cinco artigos mantendo o recorte empírico do volume. O oitavo artigo, *“Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Isabel-PA*, analisa as relações de

parentesco presentes nesta comunidade, buscando identificar e descrever as formas como se apresentam em suas práticas de solidariedade, bem como o papel que desempenham para a manutenção e fortalecimento desse grupo social. O nono artigo, *Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri*, investiga como ocorre o trabalho feminino dentro da comunidade quilombola, sobretudo identificando a participação das mulheres nas atividades produtivas que compõem a economia doméstica; e como este trabalho é percebido na família e na comunidade, trazendo a luz questões sobre a invisibilidade do trabalho feminino nas comunidades quilombolas. O décimo artigo, *A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará*, discute o trabalho das mulheres dentro e fora da unidade familiar, assim como a representatividade das mesmas na economia, considerando especialmente as transformações que a comunidade vem passando tanto na sua paisagem quanto na relação de trabalho, devido à proximidade da região metropolitana de Belém. O décimo primeiro artigo, *A produção de açaí nos igarapés Combu e Periquitaquara na Ilha do Combu: uma análise sobre as práticas de manejo*, se propôs a identificar as práticas de manejo relacionadas ao modo de produção do açaí realizadas por famílias agroextrativistas, analisando as práticas do manejo adotadas e contextualizando a importância da produção do açaí na economia das famílias e identificando as dificuldades encontradas para produção e venda do açaí. O último artigo, *Quarta baliza do agroextrativismo no estuário do rio Amazonas: da luta pela terra à consolidação da economia do açaí*, se dedica a analisar os ciclos do desenvolvimento rural do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Meio, Afuá-PA, durante o período de 1980 à 2019, dividindo-os em balizas de análise, para discutir sobre diferentes momentos de trajetória de desenvolvimento na vida dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas do assentamento, sendo o último pautado na economia do açaí.

Portanto, a Revista RAF neste volume brinda os leitores com ricas reflexões construídas no percurso formativo da primeira turma da especialização GESAM (out/2017-set/2018), esperamos que esta leitura contribua para a contínua e necessária reflexão sobre os desafios enfrentados pelas comunidades residentes dos territórios de uso comum na Amazônia, visando a promoção de um desenvolvimento territorial justo com bases adaptadas na biodiversidade e nas múltiplas realidades retratadas neste volume.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , n° 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

Financiamento do extrativismo no PDRS do Xingu: onde cabe a sustentabilidade?

Funding of extractivism in the Xingu PDRS: where does sustainability fit in?

Sâmya Cristina Brazão Pereira, Especialista GESAM, UFPA, samyabrazao@gmail.com;

Carla Giovana Souza Rocha, Doutora, UFPA, crocha@ufpa.br

Resumo

Ainda há desafios quanto à empregabilidade do termo sustentabilidade e suas avaliações, ao considerarmos a correlação entre as dimensões ambiental, social e econômica. Este trabalho buscou avaliar como estas dimensões foram empregadas na concepção de seis projetos com ações em Reservas Extrativistas no município de Altamira-PA, aprovados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Para avaliação tomou-se como base a metodologia do Marco de Avaliação de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS), para construção e análise do quadro avaliativo. Como resultado, observou-se que o termo sustentabilidade pouco é encarado como uma simbiose entre as três dimensões. Entretanto, a aplicação da ferramenta MESMIS se mostrou oportuna para medir a sustentabilidade no contexto de economias e populações agroextrativistas, além de possibilitar que as entidades proponentes identifiquem seu desempenho global em relação à sustentabilidade, quando da execução dos projetos e da concepção de propostas.

Palavras-chave

Desenvolvimento sustentável; Amazônia; Projetos.

Abstract

Challenges regarding the employability of the term sustainability and how we can evaluate its applicability still remain, especially when we consider the correlation between the environmental, social, and economic dimensions, which are central to this concept. This study aimed to evaluate how these dimensions were employed in the project design of six initiatives active in Extractive Reserves in the municipality of Altamira-PA, approved under the Xingu Sustainable Regional Development Plan. Evaluations were based on the Management Systems Assessment Framework Incorporating Sustainability Indicators (MESMIS). Research results demonstrate that the term sustainability is rarely seen as a symbiosis of the three dimensions. However, the application of the MESMIS tool was timely in measuring sustainability in the context of agroextractivist peoples' lives and their economies. It also allowed us to perceive entities' overall performance in relation to sustainability when executing projects and designing proposals.

Keywords

Sustainable development; Amazon; Projects.

1. Introdução

A ideia de desenvolvimento sustentável foi destacada nas últimas décadas, mas há inúmeras interpretações associadas ao uso polissêmico do termo, a depender do contexto e por quem está sendo legitimado. Este trabalho busca analisar a visão de sustentabilidade presente nos projetos com ações em reservas extrativistas no município de Altamira, estado do Pará, aprovados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), que surge como medida compensatória dos efeitos negativos da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte. Segundo esse plano, o mesmo visa consolidar a estrutura produtiva regional, com vistas à potencialização e internalização das oportunidades e dos efeitos da usina hidrelétrica (BRASIL, 2010).

Segundo Castro et al. (2017), a implementação de um projeto hidrelétrico representa uma oportunidade para a implantação de políticas de desenvolvimento regional, uma vez que se necessita garantir a sustentabilidade das regiões atingidas por esses empreendimentos, devido à ocorrência de desafios regulatórios, técnicos, sociais e ambientais. Desta forma, ações conjuntas entre Estado e sociedade são consideradas fundamentais para que a região pudesse se apropriar de benefícios via compensação pelos impactos que esses grandes projetos trazem e, alavancar sua estrutura produtiva constituindo uma base econômica forte, capaz de gerar emprego e renda com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos diversos segmentos sociais (BRASIL, 2010).

Segundo Rios (2013), com a decisão do governo federal de implantar a UHE Belo Monte, e justificando como uma forma de promover o desenvolvimento da região a partir da inserção regional do empreendimento foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu instituído por meio do Decreto 7.340 de 21 de outubro de 2010, sendo apresentado como um instrumento para o planejamento e execução de políticas públicas de forma descentralizada, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social da região através da articulação das esferas políticas, públicas, privadas e da sociedade civil (PDRSX, 2013a).

O Plano conta com recursos provenientes da empresa Norte Energia (Concessionária da usina de Belo Monte), no montante de R\$ 500 milhões, e para a estruturação e implementação, criou-se o Comitê Gestor (CGDEX) composto por representantes de todas as esferas de governo, além de representantes da sociedade civil. O PDRSX conta com oito câmaras técnicas, dentre elas a CT6 denominada Povos

Indígenas e Comunidades Tradicionais. A CT6 visa apoiar ações que respeitem a promoção e valorização das culturas, que fortaleçam as iniciativas replicáveis de criação de valor das cadeias produtivas, que contribuam com a gestão eficaz da gestão do território e apoiem investimentos estruturantes de saúde e educação diferenciadas (PDRSX, 2013b).

Dessa forma, partindo da premissa de que o PDRS do Xingu visa o desenvolvimento sustentável das populações que foram atingidas pelo empreendimento, torna-se importante analisar as visões de sustentabilidade apresentadas nos projetos aprovados para atenderem as mesmas, especialmente, as das Reservas Extrativistas da Terra do Meio, município de Altamira.

A Terra do Meio está localizada no Sudoeste do estado do Pará, entre os rios Xingu e Iriri; muito rica em biodiversidade e se constitui em um dos maiores mosaicos de áreas de conservação do mundo (VASCONCELOS; SIQUEIRA, 2008). A Terra do Meio representa 6% das terras do estado, abrangendo 38,62% do território do município de Altamira, 19,25% de São Félix do Xingu e uma pequena porção do município de Trairão (VELÁSQUEZ; BOAS; SCHWARTZMAN, 2006). Dentre as unidades de conservação existentes na Terra do Meio encontram-se as Reservas Extrativistas Rio Xingu, Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio.

Segundo Villas-Bôas (2012), as Reservas Extrativistas são territórios de populações extrativistas tradicionais, cujos meios de vida são baseados no extrativismo vegetal e animal, bem como na atividade agrícola, na criação de animais de pequeno porte, processamento de produtos, artesanato em geral e pesca. Essa categoria de Unidade de Conservação preza pela defesa dos modos de vida das populações tradicionais que usufruem e manejam de forma sustentável a natureza. As Reservas Extrativistas Rio Xingu, Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio compartilham uma longa história de luta pela garantia de posse da terra e manutenção de práticas tradicionais de manejo do meio natural (VILLAS-BÔAS, 2012).

Para Silva (2008) os diversos significados empregados ao termo sustentabilidade tem possibilitado que este seja utilizado para criticar, e concomitante, legitimar modelos de desenvolvimento econômico, sendo usado para destacar os impactos negativos gerados, sobretudo nas dimensões ambiental e social. Para Kato (2008), o conceito de sustentabilidade deve ser analisado de forma abrangente, por se tratar de uma questão

complexa e com diversas abordagens. Segundo Claro, Claro e Amâncio (2008), um dos princípios básicos da sustentabilidade é a visão de longo prazo, uma vez que as ações do presente não devem comprometer as gerações futuras. De modo geral, as definições de sustentabilidade procuram integrar viabilidade econômica com prudência ecológica e justiça social, nas três dimensões conhecidas como tripé da sustentabilidade (MOURA, 2002).

De acordo com Martes e Carvalho (2016), os temas gestão de projetos e sustentabilidade estão sendo alvo de diversos estudos de forma isolada, e pouco tem sido visto sobre a convergência entre estes. De toda forma, há iniciativas que associam os temas, mas ainda há muito a se aprofundar para desenvolver ferramentas, técnicas e metodologias que sejam de aplicação simples no contexto da rotina de gestão de projetos com o intuito de inserir e avaliar a sustentabilidade na sua totalidade (CARVALHO; RABECHINI JUNIOR, 2011).

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar como as dimensões da sustentabilidade foram empregadas na concepção de seis projetos em áreas de Reservas Extrativistas aprovados no âmbito da Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

2. Metodologia

O procedimento de análise da sustentabilidade em projetos pautou-se em pesquisa bibliográfica dos temas sustentabilidade e gestão de projetos. A partir dessa revisão bibliográfica foi possível adaptar uma ferramenta para análise da inserção do tema sustentabilidade na concepção dos projetos do PDRSX. Tomou-se como exemplo uma metodologia elaborada para leitura de agroecossistemas familiares, o Marco de Análise Multidimensional (MESMIS), para fins de construção e análise do quadro de indicadores.

O procedimento contemplou cinco etapas, sendo a primeira, a escolha das dimensões a serem tratadas, que foram a ambiental, a social e a econômica. Posteriormente, houve a identificação dos índices referentes a cada dimensão, e em seguida, a formulação de indicadores para compor os índices e sua respectiva dimensão. As demais etapas foram a das entrevistas e do tratamento dos dados.

A dimensão ambiental refere-se às ações desenvolvidas para a manutenção da diversidade natural e produtiva; a dimensão social diz respeito ao protagonismo das

famílias na elaboração e acompanhamento dos projetos, e a dimensão econômica evidencia o fortalecimento produtivo do público alvo, seja pela melhoria das práticas produtivas já existentes, pela diversificação da renda familiar ou a previsão de inserção de novos produtos.

Foram amostrados seis projetos de Reservas Extrativistas do município de Altamira aprovados na Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CT6), em virtude desta ser responsável por recepcionar as demandas das populações representadas pelos povos indígenas, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Esses projetos demonstram grande relevância, pois abrangem diversas comunidades que constituem a região da Terra do Meio.

Para manter o sigilo das informações apresentadas e preservar a identidade das organizações, os projetos foram referidos por números, de 1 a 6. Foram analisados os planos de trabalho dos seis projetos, com a intenção de melhorar o entendimento das ações propostas. Foram elaborados formulários contemplando questões voltadas às dimensões social e econômica, e aplicados a um membro da diretoria da associação proponente que havia participado da elaboração da proposta.

A coleta de dados deu-se entre os meses de maio a julho de 2018, e a sistematização e análise dos dados foram realizadas logo após a aplicação dos formulários.

O formulário para análise dos projetos conteve 25 perguntas, às quais foram dado o valor 0 (zero), 5 (cinco) ou 10 (dez), conforme a resposta do representante da entidade participante do estudo. Em virtude dos índices serem compostos por mais de um indicador simples, foram definidas ponderações proporcionais a cada pergunta. Por exemplo, na dimensão social no indicador que versa sobre o nível de participação das famílias, quando referente à existência de controle social do projeto pelas comunidades/famílias, o participante poderia responder que não houve (atribui-se a nota 0), que houve participação apenas no planejamento e análise (atribui-se nota 5) ou houve participação no planejamento, análise e prestação de contas (atribui-se nota 10).

Montou-se um quadro geral para a análise do estado da sustentabilidade, utilizando o software Excel. Nesse quadro foram inseridas as notas obtidas para cada pergunta, que posteriormente foram multiplicadas pelos valores de pesos pré-determinados para cada indicador e conseqüentemente para cada dimensão, a partir disso

foi calculada a média das notas de cada um dos onze índices e trinta indicadores. Após, esses resultados foram tabulados e visualizados graficamente, podendo ser observado como a sustentabilidade está apresentada em cada projeto.

Para melhor visualização dos indicadores é apresentado no Quadro 1 a composição das dimensões avaliadas, com seus respectivos índices e indicadores, bem como o peso de cada na média ponderada.

Quadro 1. Composição das dimensões de sustentabilidade avaliadas.

Dimensão	Índice	Peso do Índice	Valor Total Dimensão	Indicadores	Peso do indicador	Valor Total Índice
Ambiental	Manutenção da diversidade natural e produtiva	4	10	Manutenção da vegetação natural objetivada	4	10
				Diversidade de espécies cultivadas ou extraídas prevista	3	
				Diversidade de atividades produtivas a serem promovidas	3	
	Melhoria das práticas Produtivas	2		Ações com atores externos parceiros	5	10
				Acesso a políticas públicas de fortalecimento do agroextrativismo	5	
	Proteção territorial	4		Ações previstas para proteção territorial	5	10
				Potencial da proposta de impacto na proteção territorial	5	
Social	Participação da comunidade na definição da proposta do projeto	3	10	Consulta formal à comunidade via assembleia	2	10
				Participação de associados na definição do projeto sem assembleia	2	
				Definição do projeto pela diretoria e assessoria	2	
				Elaboração do projeto pela assessoria interna ou externa	2	
				Participação de parceiros na elaboração da proposta	2	
	Existência de controle social do projeto pelas comunidades/famílias	2		Nível de participação das famílias	5	10
				Tipo de participação prevista para as famílias	5	
	Existência de gestão compartilhada entre associação e entidades parceiras	3		Apoio para participação no conselho gestor	5	10
				Finalidade do conselho gestor (Avaliar sistema de organização de execução físico-financeira do	5	

	Estratégias de planejamento e avaliação interna do projeto	2		projeto e prestações de conta)		
				Previsão de ações e recursos previstos para planejamento e avaliação	4	10
				Previsão de instâncias formais de decisões ligadas ao projeto	3	
				Adequação dos recursos financeiros liberados para o projeto	3	
Econômico	Melhoria da performance da economia familiar	3	10	Prever aumento da renda familiar	3	10
				Melhoria das atividades produtivas já existentes	3	
				Incremento de rendas provenientes do extrativismo	2	
				Diversificação da renda familiar	2	
	Possibilidades de diversificação da renda familiar	2		Diversificação de rendas oriundas do agroextrativismo	6	10
				Inserção de outras rendas não agroextrativistas	4	
	Potencial de mudanças nas relações comerciais	2		Previsão de novos canais comerciais	5	10
				Ações de formação para organização coletiva e local	5	
	Incentivo ao acesso às políticas públicas	3		Ações de acesso aos mercados institucionais	2	10
				Ações para acesso às políticas públicas sociais	4	
				Ações para acesso às políticas ambientais	4	

3. Resultados e discussão

Todos os editais lançados no PDRSX apresentam dentre as suas regras o período de execução do projeto de um a dois anos. Contudo, os projetos aqui analisados foram aprovados nos anos 2013, 2014 e 2015 e ainda estão em fase de execução. Os atrasos na execução de ações, bem como o não reajuste nos valores disponíveis para os projetos, acabam por torná-los inexecutáveis, considerando que os recursos disponíveis para aquisições e contratações de serviços tendem a serem insuficientes devido ao aumento da inflação. De acordo com o relatório de monitoramento do Instituto Avaliação (2017), empresa gestora do PDRSX, existem projetos em andamento de todos os anos, desde o início do PDRSX, mesmo sendo a maioria projetado para 1 (um) ou, no máximo 2 (dois) anos de execução.

No Quadro 2 serão apresentados a descrição dos objetos e ações de cada projeto avaliado, de acordo com os planos de trabalhos e com seus respectivos anos de aprovação.

Foram constatados em todos os projetos analisados os objetivos de fortalecimento da organização social, a valorização cultural, a garantia de permanência dessas populações nessas áreas, por meio da melhoria da qualidade de vida ou geração de renda, como pode ser observado no Quadro 2. Entretanto, cabe salientar que após análise dos planos de trabalhos e dos formulários aplicados, foram verificadas semelhanças entre as ações dos projetos referentes à priorização de ações estruturantes e de apoio à organicidade das associações e políticas sociais, ao destacar que todos os seis projetos analisados tem dentre as suas ações o objetivo de fortalecimento da associação e o fortalecimento da organização comunitária, apresentando dentre suas atividades a realização das assembleias gerais e reuniões comunitárias. O que mostra a prioridade dada à viabilização de ações para a organização comunitária, que de um lado é compreensível devido às distâncias significativas entre as famílias e os custos de deslocamento e alimentação, mas por outro, pode significar a dependência de projetos externos para viabilizar o funcionamento das organizações e da dinâmica local. Outras ações são diferenciadas de projeto para projeto, em que alguns tendem para o lado mais econômico, buscando fortalecer o capital de giro e o fomento às práticas de confecção de móveis rústicos, extração de óleos vegetais, enquanto outros visam a estruturação da saúde, educação e dos instrumentos de comunicação.

Considerando os três pilares da sustentabilidade, observou-se que os projetos apresentaram em sua maioria um viés de componente social, quando suas ações tendem para o fortalecimento organizacional, o que conseqüentemente favorece o princípio ambiental, uma vez que promovem a organização social dos agroextrativistas, fomentando a proteção do território em uma região de forte pressão de agentes externos predatórios. Por outro lado, esse fortalecimento organizacional também afeta diretamente e positivamente o estímulo às atividades econômicas, visando alternativas de comércio via organizações de base comunitária, trazendo dessa forma mais autonomia econômica dessas populações tradicionais.

Quadro 2. Descrição dos projetos avaliados

Projeto/ano	Objeto do projeto	Ações propostas	Estratégias para condução da proposta	Participação da população
Projeto 1/2014	Promover o fortalecimento da organização comunitária; Fortalecimento da associação dos moradores.	Contratação de um assessor extrativista; realização de reuniões de núcleos comunitários e assembleias gerais; Acesso às políticas públicas governamentais e consolidação de parcerias; viagens do presidente da associação a Brasília para negociação de políticas públicas; fortalecimento das organizações comunitárias; perfuração de poço semi-artesianos; aquisição de equipamentos para acesso à internet; reparo e manutenção do Polo da comunidade; Reparo e manutenção dos barcos da comunidade; Aquisição de rádio amador para comunicação com parceiros, com os órgãos públicos e outros; Apoio a estruturação de grupo de jovens.	Execução por equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras e instituições de grande experiência na assessoria a gestão de projetos.	Consulta às famílias para a elaboração da proposta; Participação das famílias no planejamento, avaliação e prestação de contas do projeto.
Projeto 2/2015	Fortalecimento e autonomia da organização social das comunidades; apoiar iniciativas para a melhoria da renda das famílias.	Realização de assembleias gerais; reuniões comunitárias; Aquisição de um grupo gerador; construção de um barracão para produção de móveis rústicos artesanais; contratação de assessor técnico extrativista morador da RESEX; manutenção de barcos e voadeiras da associação; Construção de duas escolas.	Execução por equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras e instituições de grande experiência na assessoria à gestão de projetos.	Consulta às famílias para a elaboração da proposta; Participação das famílias no planejamento, avaliação e prestação de contas do projeto.

Projeto 3/2012	Promover inclusão social apoiando iniciativas voltadas ao desenvolvimento de ações de educação, saúde, comunicação, organização comunitária e geração de renda de forma sustentável.	Fortalecimento da organização comunitária; realização de assembleias gerais e reuniões comunitárias; infraestrutura de saúde, educação e comunicação em polos locais; fortalecimento institucional da Maribel.	Execução por sua equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras. Realização de reuniões nos núcleos regionais de cada RESEX promovendo a divulgação das ações e resultados do projeto, para que o público beneficiário possa monitorar e acompanhar o desenvolvimento do projeto.	Acompanhamento das famílias em relação a realização das ações do projeto. Participação no planejamento, avaliação e prestação de contas.
Projeto 4/2013	Melhoria da produção extrativista de óleos, roça, açaí e comercialização de produtos extrativistas; Fortalecimento das associações extrativistas; Apoio ao funcionamento da educação escolar nas RESEX`s.	Implantação de duas miniusinas de babaçu; Implantação de 7 kits de processamento de farinha; Implantação de 33 novas estradas de seringa; Realização de assembleias gerais e reuniões comunitárias; Melhoria das condições de mobilidade; Melhoria das instalações e manutenção de polos regionais e estrutura das associações de moradores; Melhoria dos sistemas de comunicação; Implantação de estrutura de apoio aos extrativistas da RESEX em Altamira; Construção de três casas de professores nas RESEX`s; Melhorar o acompanhamento pedagógico nas escolas das RESEX`s; Melhorar transporte de professores para as escolas; Melhoria de material de apoio ao ensino fundamental.	Execução por sua equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras. Formação de um conselho gestor do projeto formado pelo proponente e parceiros que deve se reunir ao menos duas vezes durante a execução do projeto, o conselho gestor deverá avaliar e opinar sobre o planejamento da execução do projeto e acordos firmados; Avaliar sistema de organização de execução física-financeira do projeto e prestações de conta; Aprovar relatórios técnicos e financeiros elaborados pela coordenação; Decidir sobre grandes problemas que possam ocorrer ao longo da execução do projeto.	Consulta às famílias para a elaboração da proposta; Participação das famílias no planejamento, avaliação e prestação de contas do projeto.
Projeto 5/2014	Fortalecimento da associação; apoio as atividades produtivas; melhoria da infraestrutura; melhoria da comunicação e transporte.	Fortalecimento e melhoria da organização comunitária; Contratação de assessor extrativista, morador da RESEX; Realização de assembleias gerais e reuniões comunitárias; Melhoria da	Execução por equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras e instituições com grande experiência na assessoria a gestão de projetos.	Acompanhamento das famílias em relação à realização das ações do projeto. Participação no planejamento, avaliação e prestação de contas.

		infraestrutura e fortalecimento dos meios de produção; Manutenção de meios de transporte; Ampliação do capital de giro dos entrepostos comerciais comunitários; Melhoria da infraestrutura de apoio das organizações comunitárias; Instalação de internet; Instalação de poço semi-artesiano.		
Projeto 6/2015	Apoiar a autonomia da organização social e valorização de aspectos culturais, com vista à promoção do empoderamento de aspectos relacionados ao associativismo, da organização comunitária e da valorização cultural, através da produção de móveis rústicos.	Realização de assembleias gerais e reuniões comunitárias; Implantação de uma sede para os trabalhos das oficinas caboclas; Estruturação da sede das oficinas caboclas; Manutenção do assessor técnico extrativista morador da RESEX; Contratação de assessor técnico com nível superior; Reforma e manutenção dos meios de transporte da RESEX.	Execução por equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras e instituições com grande experiência na assessoria a gestão de projetos.	Acompanhamento das famílias em relação à realização das ações do projeto. Participação no planejamento, avaliação e prestação de contas.

Após a análise dos planos de trabalho e dos dados obtidos na aplicação dos formulários, obteve-se uma nota da sustentabilidade para cada um dos projetos, considerando os índices formulados para cada uma das três dimensões. Estes resultados podem ser observados no Quadro 3, o qual apresenta as notas recebidas para cada índice e a totalização destas, bem como apresenta o valor total de cada dimensão. Para chegar à representação global da sustentabilidade, o valor total de cada dimensão assumiu um peso de 33,33%, para uma totalização de 100%, quando somados os valores das dimensões. Os projetos considerados com sustentabilidade ótima teriam que alcançar a nota 10,0. Desta maneira, a nota ideal para cada dimensão é de 3,3.

Quadro 3. Resultado dos índices

Índices	Projetos						
	Ideal	1	2	3	4	5	6
AMBIENTAL							
Manutenção da diversidade natural e produtiva	10	7	7	7	7	7	7
Melhoria das práticas produtivas	10	8	8	8	8	8	8

Proteção territorial	10	5	5	5	5	5	5
Valor total do índice	10	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
Nota total da dimensão Ambiental	3,3	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
SOCIAL							
Participação da comunidade na definição da proposta do projeto	10	10	10	10	10	10	10
Existência de controle social do projeto pelas comunidades/famílias	10	7,5	7,5	10	7,5	10	10
Existência de gestão compartilhada entre associação e entidades parceiras	10	2,5	0	0	0	0	0
Estratégias de planejamento e avaliação interna do projeto	10	3	3	10	6	10	10
Valor total do índice	10	5,9	5,1	7	5,7	7	7
Nota total da dimensão Social	3,3	1,8	1,5	2,1	1,7	2,1	2,1
ECONÔMICA							
Melhoria da performance da economia familiar	10	7	4,5	5	5	3,5	1,5
Possibilidades de diversificação da renda familiar	10	8	0	0	3	4	0
Potencial de mudanças nas relações comerciais	10	5	2,5	2,5	5	5	5
Incentivo ao acesso às políticas públicas	10	1	0	6	4	2	0
Valor total do índice	10	5,0	1,9	3,8	4,3	3,5	1,5
Nota total da dimensão Econômica	3,3	1,5	0,6	1,1	1,3	1,0	0,4

Para melhor visualização dos resultados, o Quadro 4 apresenta a consolidação dos resultados gerais de cada um dos projetos para cada dimensão analisada.

A partir dos resultados apresentados no Quadro 4, pode-se perceber que a dimensão melhor avaliada foi a dimensão ambiental. Entretanto, essa dimensão foi analisada por meio do plano de trabalho de cada projeto. A dimensão ambiental apresentou igual valor para todos os projetos, sendo a nota de 1,9, o que leva a crer que os projetos atuam com certo alinhamento da dimensão ambiental da sustentabilidade em suas ações. Há ainda de se avaliar que essa similaridade de nota corrobora para o entendimento de que os planos de trabalhos dos seis projetos apresentaram semelhança de objetivos, ações, atividades e resultados esperados, como pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 4. Resultados gerais das dimensões por projeto

Dimensão	Ideal	Projeto 1	Projeto 2	Projeto 3	Projeto 4	Projeto 5	Projeto 6
Ambiental	3,3	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Social	3,3	1,8	1,5	2,1	1,7	2,1	2,1
Econômica	3,3	1,5	0,6	1,1	1,3	1,0	0,4
Geral	10,0	5,2	4,0	5,1	4,9	5,0	4,4

Dada à construção dos valores de cada dimensão analisada, nota-se que nenhum dos projetos alcançou valores próximos do ideal (nota 3,3), admitindo que a fragilidade da sustentabilidade foi vista em todas as dimensões.

O projeto com melhor equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade dentre os projetos avaliados foi o projeto 1, mesmo estando abaixo do nível ideal (3,3) considerado no presente estudo. O projeto 1 apresentou similaridade de pontuações entre as dimensões devido apresentar na dimensão ambiental aspectos que levaram a verificação de ações que não causassem significativos impactos ao meio ambiente, proporcionando a manutenção da diversidade natural, um bom nível de diversidade das atividades produtivas; na abordagem social foi visto que esse projeto apresentou boa pontuação em decorrência da efetiva participação das famílias na elaboração e acompanhamento das ações do projeto, onde estas participaram na definição da proposta do projeto e por ter tido apoio técnico durante sua escrita, e ainda por terem previsto a formação de um conselho gestor para o monitoramento do projeto. Já para a questão econômica, esse projeto previu o aumento da renda familiar em quase dois salários mínimos a partir das ações propostas no projeto, bem como previu a diversificação de rendas oriundas do agroextrativismo a partir da implantação de roça, como a inserção da mandioca, cacau, arroz, feijão e da criação de galinhas, assim como iniciando a atividade de produção de móveis rústicos a partir de madeiras caídas, atividade que está propiciando outras alternativas de renda para as comunidades. Os demais projetos apresentaram discrepâncias notórias entre as dimensões.

Com base nos resultados apresentados no Quadro 4 é possível perceber que os projetos 3, 5 e 6 demonstraram maior desempenho na dimensão social, quando comparados com os demais projetos. Estes projetos apresentaram a mesma pontuação para a dimensão social, sendo a nota de 2,1, em decorrência das famílias terem tido participação efetiva na definição da proposta, em virtude da existência de controle social

do projeto pelas comunidades, onde estas são informadas das ações que ocorram para a execução do mesmo, em reuniões comunitárias e em assembleias gerais, e assim, participarem do monitoramento e avaliação das atividades e ainda por terem previsto ações e recursos para a finalidade de planejamento e avaliação.

Quando perguntado ao representante do projeto 3, qual dimensão havia sido pensada durante a elaboração do projeto, esse relatou que o projeto estaria mais direcionado as questões sociais, conforme sua fala:

A falta de educação, falta de saúde na comunidade. O próprio governo alegava que pra manter profissional nas áreas de saúde precisava ter estrutura e a gente se motivou a fazer o projeto porque a comunidade queria era educação e saúde, por isso fizemos o projeto (Representante do projeto 3).

Com base na fala do representante do projeto 3, a real necessidade das famílias se refletia na garantia de serviços básicos de saúde e educação, dada a ação ineficiente dos governos estaduais e municipais, o que tem levada às famílias buscarem os serviços de saúde prestados nas áreas indígenas próximas. Entretanto, mesmo no caso das comunidades que já tem o reconhecimento institucional, persistem dificuldades de acesso à saúde e educação, sendo estas condições mínimas necessárias para a permanência dessas comunidades e populações em seus territórios e com a sua identidade cultural preservada (SILVA, 2007).

Os projetos 6 e 2 apresentaram os piores desempenhos para a dimensão econômica, apresentando as notas 0,4 e 0,6, respectivamente. O projeto 6 apresentou a nota mais baixa para essa dimensão devido não ter previsto o aumento da renda familiar por meio do incremento de rendas provenientes do extrativismo, assim como por não ter previsto a diversificação de rendas oriundas do agroextrativismo e rendas de natureza não agroextrativistas, por não terem proposto ações de acesso aos mercados institucionais e nem às políticas públicas sociais e ambientais. O projeto 2 teve resultado similar ao projeto 6, diferindo entre si apenas quanto à previsão de aumento de renda familiar e ações de formação para organização coletiva local que constam no 2.

Verifica-se uma divergência entre o propósito do projeto relatado pelos entrevistados e análise dos planos de trabalho dos projetos 2 e 6, ao considerar que no

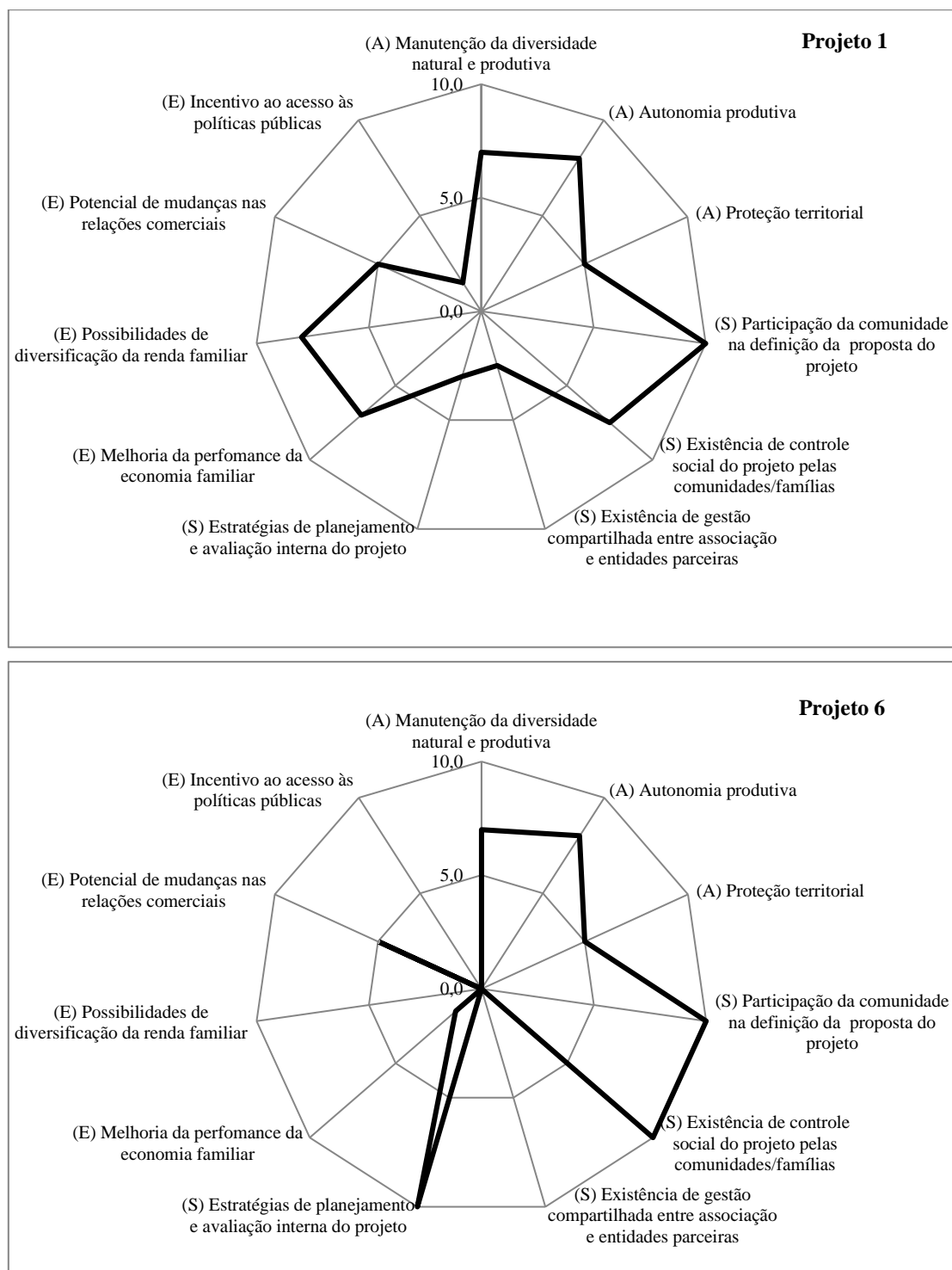
momento da aplicação do questionário, tanto o representante do projeto 6, quanto o representante do projeto 2 relataram que estes teriam objetivos mais econômicos, objetivando a implantação de oficinas caboclas, para fabricação de móveis rústicos. Contudo, os relatos dos entrevistados destacaram os objetivos econômicos dos projetos.

As famílias estavam tudo interessado no projeto. Tinham interesse porque ia beneficiar. Beneficiar no trabalho, ter um dinheiro, ter uma renda a mais. Inclusive, até hoje graças a Deus ninguém desistiu (representante do projeto 2). 4

Nós pensamos mais na questão econômica, mas tudo está interligado, o ambiental, o social e o econômico. As famílias mantêm suas relações sociais, se ajudam, querem o melhor pra comunidade. Elas precisam de renda, precisam ter capital de giro e assim se mantêm nessas áreas, conservando o meio ambiente (representante do projeto 6).

Para a visualização dos resultados foram gerados gráficos do tipo radar para cada um dos projetos avaliados. Entretanto, serão apresentados apenas dois gráficos de projetos, o que apresentou melhores resultados (projeto 1) e o que apresentou resultados inferiores (projeto 6). Esses são expostos na Figura 1, considerando a ordem decrescente de desempenho de sustentabilidade. No projeto 1 é possível observar que o mesmo apresentou certo equilíbrio entre as três dimensões, enquanto o projeto 6 apresentou resultados inferiores para a dimensão econômica. O projeto 6 obteve esses resultados por não apresentar ações que previam o incremento de renda familiar a partir de práticas agroextrativistas, e por não prever a diversificação de renda familiar a partir de produtos não agroextrativistas. Entretanto, o projeto 6 apresentou pontuação moderada para o indicador "potencial de mudança nas relações comerciais", uma vez que este previa acesso a novos canais comerciais para produtos já explorados pela comunidade. Ou seja, a estratégia adotada é o fortalecimento dos produtos que as famílias já trabalham.

Figura 1. Análise dos índices de sustentabilidade obtidos pelos projetos 1 e 6



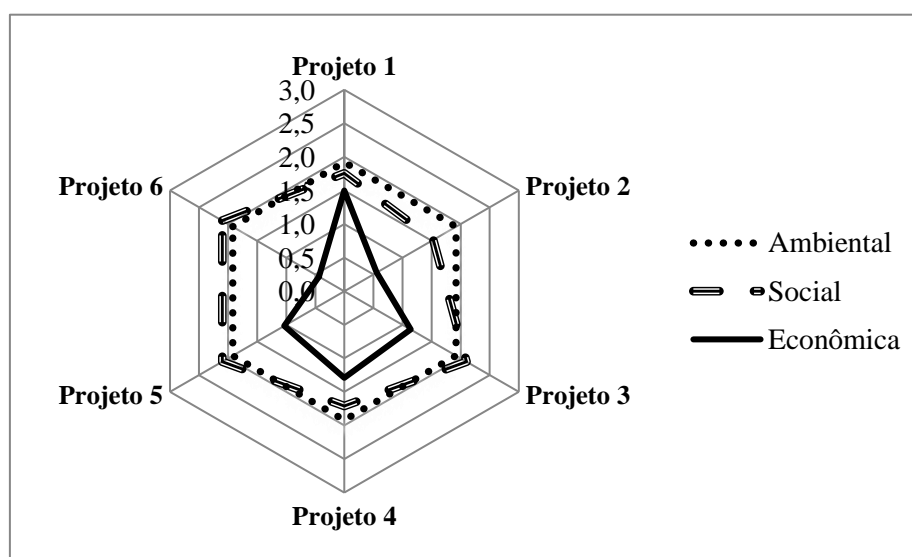
Legenda: (A) dimensão ambiental; (E) dimensão econômica; (S) dimensão social.

Apesar dos entrevistados terem indicado os projetos 2 e 6 como os de objetivos mais econômicos, isso não foi comprovado quando aplicado essa metodologia de análise.

Estes projetos apresentaram notas baixas para os indicadores: incremento de rendas provenientes do extrativismo; diversificação da renda familiar; diversificação de rendas oriundas do agroextrativismo; inserção de outras rendas não agroextrativistas; ações de formação para organização coletiva e local, e incentivo ao acesso às políticas públicas. A maior nota para a dimensão econômica foi a do projeto 1, sendo 1,5.

Esses resultados podem ser mais bem visualizados na Figura 2, que traz a apresentação do desempenho dos seis projetos avaliados nesta pesquisa.

Figura 2. Resultados da análise de sustentabilidade dos projetos avaliados por dimensão



A Figura 2 evidencia que a dimensão ambiental obteve melhor desempenho, e a econômica apresentou o pior. Sobre o desempenho da dimensão econômica, este comportamento não era esperado, uma vez que esses projetos apresentam como objetivo o fortalecimento econômico das RESEX, pois, o projeto 2 visa apoiar iniciativas para a melhoria da renda das famílias, o projeto 4 busca a melhoria da produção extrativista de óleos e comercialização dos produtos extrativistas, o projeto 5 fomenta as atividades produtivas e a ampliação do capital de giro dos entrepostos comerciais comunitários e o projeto 6 por sua vez visa o empoderamento das famílias por meio da produção e venda de móveis rústicos. Entretanto, não foram identificadas ações específicas para o acesso às políticas públicas e a inserção em novos mercados, além de referências claras quanto à diversificação da renda familiar.

4. Conclusões

Foi observada divergência entre as informações contidas nos planos de trabalho e respostas dos entrevistados, uma vez que quando perguntados sobre quais dimensões da sustentabilidade foram priorizadas no projeto, quatro dos seis apontaram a dimensão econômica como foco principal, a saber, os projetos 2, 4, 5 e 6. Destes, os projetos 4 e 5 foram os que apresentaram maior valor na dimensão, sendo 1,1 e 1,0, respectivamente. De todo modo, a dimensão econômica foi a que teve pior desempenho dentre as avaliadas, apesar da preocupação das Associações das RESEX pela geração e melhoria da renda. Entende-se que na realidade de unidades de conservação, a dimensão econômica envolve ações de maior complexidade em termos de organização social, estrutura e parcerias requeridas. A dimensão social também foi priorizada nos projetos, pois, as populações dessas reservas extrativistas têm demandas de serviços básicos de educação e saúde, e suas dinâmicas e relações sociais muito próprias requerem um olhar diferenciado para a participação das comunidades nas ações das associações.

Com a aplicação da ferramenta para analisar a inserção do conceito de sustentabilidade em seis projetos, concluiu-se que os projetos avaliados apresentaram visões insuficientes para atingirem a sustentabilidade, ou seja, não foi evidenciado um nível adequado de ações e práticas que combinassem as três dimensões da sustentabilidade econômica, ambiental e social na gestão dos projetos da amostra analisada.

A aplicação da ferramenta MESMIS se mostrou oportuna para medir a sustentabilidade no contexto de economias e populações agroextrativistas, tendo em vista a construção de indicadores que considerem como os projetos contribuirão para diminuir o desmatamento, garantir o acesso à terra e promover justiça social, valorizar a economia agroextrativista e seus modos de vida tradicional e garantir a conservação da floresta. Além de possibilitar que as entidades proponentes identifiquem seu desempenho global em relação à sustentabilidade, quando da concepção da proposta e execução do projeto.

A partir dos resultados obtidos com essa pesquisa, foi observado que o termo sustentabilidade pouco é encarado como uma simbiose entre as três dimensões, pois vários projetos tendem para uma única dimensão, ou perpassam em duas. Em alguns casos a sustentabilidade é vista como a garantia de direitos ou até mesmo de serviços básicos

que foram deixados de lado pelo Estado, quando em alguns projetos os objetivos visam a construção de escolas e postos de saúde.

Apesar do PDRSX ser um instrumento para o desenvolvimento de uma região atingida por um grande empreendimento, as políticas públicas básicas como saúde e educação precisam do aporte governamental. Mas, o fortalecimento das organizações via o PDRSX pode contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas específicas e diferenciadas para as comunidades agroextrativistas.

Por outro lado, se deve primar pela autonomia política e de gestão das organizações sociais, visto que em todos os projetos houve previsão de recursos para a realização de reuniões comunitárias e assembleias gerais, o que pode aumentar a dependência de financiamento externo para a realização dessas atividades. Em decorrência dessa situação, é necessário que as associações tenham mecanismos de autofinanciamento que possibilitem a autossuficiência das entidades para conseguirem se manter em longo prazo.

Referências bibliográficas

BRASIL, **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**, 2010. Ministério da Integração Nacional. Disponíveis em <<http://www.casacivil.gov.br/.arquivos/xinguinternet.pdf>>. Acessado em: 10 de maio de 2018.

CARVALHO, M. M.; RABECHINI JUNIOR, R. **Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo competências para gerenciar projetos: teoria e casos** (3. ed.). São Paulo: Atlas, 2011.

CASTRO, N. de; PAIVA, I; ROSENTA, R; HIDD, G. **Usina Hidrelétrica Brasil-Bolívia: Projeto âncora do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Binacional**. In: II Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz, 20-22 de setembro de 2017, João Pessoa-Paraíba, Brasil.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**. FGV. São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out./nov./dez. 2008.

KATO, C. A. **Arquitetura e sustentabilidade: projetar com ciência da energia**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

MARTENS, M. L; CARVALHO, M. M. Avaliação de sustentabilidade em gerenciamento de projetos: um estudo exploratório no setor de alimentos. **Production**, 26(4), 782-800, out./dez. 2016.

MORIOKA, S. N; CARVALHO, M. M. Sustentabilidade e gestão de projetos: um estudo bibliométrico. **Production**, 26(3), 656-674, jul./set. 2016.

MOURA, L. G. V. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo**. 249 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU. **Monitoramento de projetos** - Aspectos conceituais e metodológicos, relatoria de primeiros resultados – período de junho a agosto de 2017. 2017.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU. **Relatório de Atividades do PDRSX 2011/2012**. 2013.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU. **Relatório de Oficina de Planejamento da CT6 – Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais**. 2013b.

PLANO DE MANEJO DA RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO, 2011. Aprovado pela portaria nº 41, de 29 de junho de 2011 e publicado no **Diário Oficial da União** em 30 de Junho de 2011. Disponíveis em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Rsx%20Riozinho%20do%20Afriso.pdf>>. Acessado em: 01 de julho de 2018.

RIOS, V. S. C. **Inovação em políticas públicas: um estudo do comitê gestor do plano de desenvolvimento regional sustentável do Xingu**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, C. V.; MIGUEL, L. A. **Extrativismo e a abordagem sistêmica**. In. 10º

Congresso Brasileiro de Sistemas. - Ribeirão Preto – SP – Brasil. 28 a 30 de outubro de 2014.

SILVA, L. M. S. **Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará.** 2008. 205 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal). Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS – Brasil.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

SILVA, V. A.; CARDOSO, M. C.; BENTES, A. J. M.; VIEIRA, T. A. **Assentamento agroextrativista e a dinâmica de desenvolvimento na Amazônia:** um estudo de caso da comunidade São Braz no PAE Eixo Forte em Santarém/PA. In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

VILLAS-BÔAS, A. (Org.). 2012. De Olho na Bacia do Xingu. **Série Cartô Brasil Socioambiental**, n. 5. Instituto Socioambiental, São Paulo, 61p.

VELÁSQUEZ, C.; BOAS, A. V.; SCHWARTZMAN, S. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 40(6), 1061-1075, 2006



O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará

The effect of the Food Acquisition Program (PAA) in family productive management and food safety of beneficiaries in the municipality of Irituia-Pará

Letícia Sales da Costa Oliveira, Especialista GESAM, UFPA, leticia.agronomia@gmail.com;
William Santos de Assis, Doutor, UFPA, e-mail: williamassis@ufpa.br

Resumo

O Artigo descreve o processo de operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Irituia no Estado do Pará. Foi dada ênfase a importância do Programa para a manutenção da diversidade dos sistemas de produção familiares e a garantia da segurança alimentar de populações vulneráveis. Do ponto de vista metodológico utilizamos ferramentas como a revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, sistematização e análise dos dados. O Programa envolveu 63 famílias fornecedoras de 29 comunidades e 11 unidades receptoras. Entre 2012 e 2018 o Programa movimentou, aproximadamente, um milhão de reais no município de Irituia. Apesar dos problemas operacionais identificados conclui-se que o Programa promoveu o fortalecimento da agricultura familiar, estimulou a diversificação produtiva e ampliou as redes de comercialização. Esses resultados têm contribuído positivamente para a segurança alimentar e nutricional de pessoas vulneráveis socialmente.

Palavras-chave

Agricultura Familiar; Biodiversidade; Segurança Alimentar; Amazônia.

Abstract

The article describes the operational process of the Food Acquisition Program (PAA) in the municipality of Irituia in the State of Pará. Emphasis was placed on the importance of the program to maintain the diversity of family production systems and to ensure the food security of vulnerable populations. From the methodological point of view, we use tools such as bibliographic review, documentary analysis, field research, semi-structured interviews, systematization and data analysis. The program involved 63 supply families from 29 communities and 11 receiving units. Between 2012 and 2018 the program handled approximately one million Brazilian reais in the municipality of Irituia. Despite the operational problems identified, the program has strengthened family farming, stimulated productive diversification, and expanded marketing networks. These results have contributed positively to the food and nutritional security of socially vulnerable people.

Keywords

Family farming; Biodiversity; Food Safety; Amazonia.

1. Introdução

A agricultura pode ser compreendida como um universo complexo e extremamente diversificado, considerando as diversas paisagens ambientais, econômicas e sociais (SILVA, 2010). Analisando o processo histórico nacional, podemos ressaltar que durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial à agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Nas décadas de 60 e 70, o Brasil adotou um “pacote” de instrumentos tradicionais de política agrícola visando modernizar a agricultura, para que esta pudesse cumprir as suas funções no desenvolvimento econômico do país (GRISA, 2012). Este modelo parece não ter sido suficiente para resolver os principais problemas da agricultura e foi responsável pela inviabilidade das propriedades familiares, obrigando muito desses produtores a venderem suas terras (SILVA, 2010).

Diante desse contexto governamental e da pressão exercida por diversos segmentos sociais, os representantes da agricultura familiar passaram a adotar estratégias propositivas e adentraram nas arenas públicas, propondo e disputando a implementação das políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015) como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Dentre as políticas públicas voltadas para agricultura familiar, podemos destacar o PAA. Isso porque o programa assumiu duas funções importantes, no cenário nacional, ao fortalecer a agricultura familiar por meio da comercialização dos seus produtos e promover o acesso a alimentação saudável para pessoas socialmente vulneráveis. Além disso, viabilizou outras inovações, como, por exemplo, o PNAE, estimulando a inserção de produtos regionais de qualidade e novas redes de mercados locais (MDS, 2013).

O PAA rompeu com importantes barreiras institucionais, promovendo uma nova trajetória relacionada aos mercados institucionais para a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Criado no ano 2003, o programa representa a continuidade dos avanços nas políticas públicas, foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003, como uma das ações do programa Fome Zero, sendo atualizado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, com regulamentação via Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (BATISTA,

et. al., 2016). Assim, foi incorporada a possibilidade de atuação em parceria com estados, municípios e consórcios públicos, usando um novo instrumento, o Termo de Adesão¹ (MDS, 2014).

O decreto Nº 8.473, de 22 de junho de 2015 estabeleceu que do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, pelo menos 30% devem ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares, e rompeu com importantes barreiras institucionais, a exemplo da Lei de Licitações, desencadeando uma nova trajetória de mercados institucionais para a agricultura familiar e a possibilidade de fornecer alimentos tipicamente regionais (SALGADO, 2016).

Entre os objetivos do PAA, destacamos os seguintes: gerar renda e sustentar preços à agricultura familiar; fortalecer as associações e cooperativas de agricultores familiares; garantir acesso a uma alimentação diversificada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional (ou em condições de vulnerabilidade social); valorizar a produção e a cultura alimentar das populações; promover a fixação das famílias no campo; dinamizar a economia local, alimentos no mercado local e gerar maior número de postos de trabalho; melhorar a qualidade dos produtos da agricultura familiar; incentivar o manejo agroecológico dos sistemas produtivos e a agricultura orgânica, além de promover o resgate e preservação da biodiversidade (CONAB, 2003; NASCIMENTO NETO, 2012).

Entretanto, o PAA apresenta várias limitações, relacionadas à falta de clareza dos beneficiários em relação ao programa, seus objetivos, modalidades e procedimentos; dificuldade para transportar os produtos; falta de assistência técnica e; estruturas inadequadas de armazenamento e conservação dos alimentos até o momento do consumo e a carência de serviços de assistência técnica, além disso, exige elevada contrapartida em termos de organização social dos agricultores familiares (GRISA et. al., 2011).

O artigo tem como objetivo descrever o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea e avaliar os efeitos nos sistemas produtivos das unidades familiares, considerando a diversidade de produtos, relacionando com a segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis

¹ Documento no qual os partícipes celebram compromissos relacionados ao PAA, estão previstos os requisitos mínimos para participação no Programa e os compromissos e funções de cada partícipe, dentre outras questões.
Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.13 , nº2 • p. 35-56 • jul-dez 2019

socialmente no período de 2012 a 2018 (1º semestre), no Município de Irituia, no Estado do Pará.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão bibliográfica baseada em artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam dos temas políticas públicas, segurança alimentar e nutricional, mercados institucionais e agricultura familiar. Procedemos também análise documental dando ênfase a documentos oficiais sobre o PAA, legislação vigente sobre a implementação da política pública e manuais operacionais do PAA.

Ainda com essa ferramenta foi analisado um conjunto de documentos fornecidos pela Secretaria de Trabalho e Promoção Social do município de Irituia incluindo os registros de compra, a identificação das comunidades e dos fornecedores, além das informações das quantidades e dos preços operados nas transações de aquisição dos produtos.

Para informações qualitativas sobre o processo de implementação do PAA utilizamos entrevistas semiestruturadas com diferentes atores. Buscamos com isso trazer à tona a percepção desses atores sobre os impactos do programa. A seleção dos entrevistados se baseou no tipo de participação e envolvimento na implementação do Programa. Foram entrevistadas três categorias de atores: os operadores do programa no município (Anexo I); os agricultores familiares envolvidos/beneficiários fornecedores (Anexo II) e; representantes de unidades receptoras/beneficiários receptoras (Anexo III).

No total foram realizadas 9 entrevistas, sendo 2 entrevistas com técnicos da coordenação do Programa no município, 6 com agricultores familiares selecionados aleatoriamente durante a Feira do Produtor Rural de Irituia e 1 com representante de uma unidade beneficiária receptora. Foi analisado ainda 1 relatório de uma unidade receptora.

O tratamento e a sistematização dos dados da operacionalização do PAA foram feitos com auxílio de planilha Excel. A partir das Notas Fiscais foi possível identificar os nomes dos fornecedores, a comunidade de origem, as quantidades e variedades de produtos fornecidos, os valores monetários recebidos (em Reais). Foram geradas tabelas com essas informações para o período entre 2012 e 2018. As informações sobre os beneficiários receptoras foram extraídas do Termo de Recebimento e Aceitabilidade (TRA). A partir do TRA foi possível identificar as características das unidades receptoras, a quantidade e a variedade de produtos recebidos e valores correspondentes em moeda corrente (Real).

O texto está dividido em cinco segmentos principais. O primeiro segmento é essa introdução; o segundo apresentamos um histórico da operacionalização do PAA no município de Irituia; no terceiro analisamos a importância do PAA para a diversidade produtiva dos estabelecimentos familiares; no quarto segmento analisamos a importância do PAA para as unidades receptoras e; no quinto segmento fazemos algumas considerações finais.

2. Histórico e operacionalização do PAA no município de Irituia-PA

O município de Irituia, estado do Pará, pertencente à Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião Guamá, possui uma área de 1.379,36 km². Localiza-se a uma latitude 01°46'16" sul e a uma longitude 47°26'17" oeste. Limita-se ao Norte com o Município São Miguel do Guamá, ao Sul com o município Mãe do Rio, a Oeste com o município São Domingos do Capim e a Leste com o município de Capitão Poço e também a Ourém (SMITH, 2016). Apresenta uma população, predominantemente rural, com perfil de produção de agricultura familiar, estimado em 79,2% do total de 31.364 habitantes (IBGE, 2010).

A implementação do PAA no município de Irituia teve início no ano de 2009 a partir de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social e a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda com a participação da Coordenação Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN). Após várias rodadas de negociações entre as partes foi elaborado um Termo de Adesão para executar o PAA e assinado um Termo de Compromisso entre Estado e Município.

A Compra com Doação Simultânea² foi a modalidade do PAA selecionada para implementação do programa no município de Irituia. O acesso a essa modalidade do PAA é feito individualmente. Os agricultores fazem a entrega diretamente no posto de coleta do município. A equipe gestora do programa realiza a entrega para as unidades beneficiárias receptoras previamente cadastradas. As entidades receptoras se responsabilizam pelo armazenamento, conservação, preparo e distribuição dos produtos na forma de alimento para os consumidores socialmente vulneráveis.

² Modalidade do PAA que apresenta como objetivo a compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

A operacionalização do PAA através da modalidade Compra com Doação Simultânea segue o seguinte fluxo: assinatura do Termo Adesão, elaboração do Plano Operacional (pactuação de valores e metas), cadastramento da Proposta de Participação no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA), aquisição e distribuição de alimentos, pagamento de fornecedores e apoio financeiro às unidades executoras (MDS, 2014).

Antes da fase de elaboração da Proposta de Participação a STPS realiza o processo de seleção dos agricultores familiares que integrarão a proposta. Para essa seleção os agricultores precisam apresentar um conjunto de documentação pessoal e da terra. Essa documentação atende a exigência de emissão da Declaração de Aptidão (DAP). Além disso, os agricultores devem se comprometer a atender a demanda do programa garantindo a quantidade e a qualidade dos produtos. Os agricultores familiares candidatos a fornecedores também devem estar em uma faixa de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

Para o período de 2012 a 2018 foram cadastrado e atuaram como fornecedores um total de 63 agricultores familiares. Desse total, 44% são filiados a cooperativas, sendo que 23% são associados à Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D`IRITUIA) e 21% à Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativa do Município de Irituia (COAPEMI). O restante dos agricultores, que corresponde a 56%, participa de outras entidades como associações e sindicato.

Ainda na fase de elaboração da Proposta de Participação a equipe executora realiza a seleção das entidades beneficiárias receptoras. Essas entidades devem fazer parte da rede socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição. As unidades devem apresentar comprovação que atendem a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Nesse momento também são identificados os produtos a serem adquiridos e os preços a serem praticados pelo programa (MDS, 2014).

No município de Irituia, as 63 famílias de agricultores que participaram do programa entre 2012 e 2018 (1º semestre), estão distribuídos num total de 29 comunidades. Dessas, foram identificadas e localizadas no mapa, 20 comunidades³, com auxílio da base cartográfica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Irituia (SEMMAS). O restante, informadas nas Notas Fiscais, ou seja, 9 localidades, não foram identificadas são:

³Essa diferença entre o número total (29) e as identificadas no mapa (20), deve-se a problemas metodológicos de coleta de informação pela equipe executora e/ou devido à forma como os agricultores repassam a informação.
Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.13 , n°2 • p. 35-56 • jul-dez 2019

Estrada da Colônia, Estrada da Penha, Igarapé Pinheiro Mututui, Vila do Lago Grande, Vila Nova, Sítio Limoeiro, Margem Direita do Rio Piripindeua, Igarapé das Pedras e Ramal do Arauai.

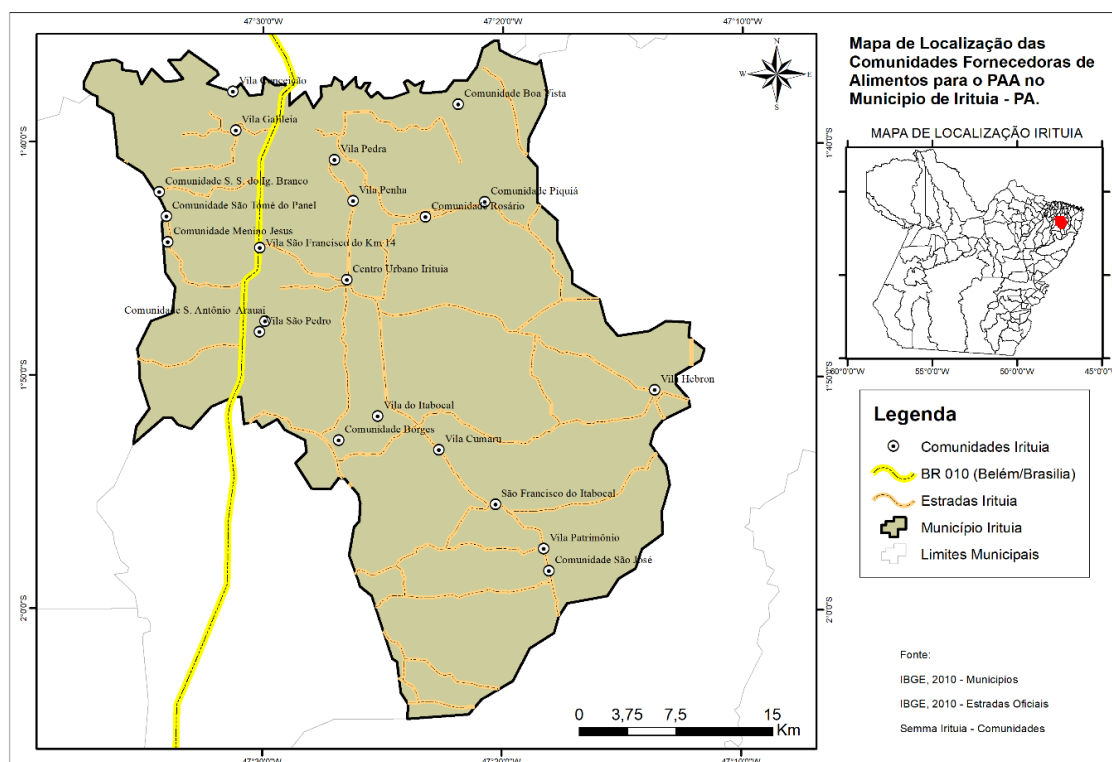


Figura 2. Mapa das comunidades fornecedoras para o PAA no período de 2012 a 2018 (1º semestre) no município de Irituia, Pará.

O mapa acima mostra uma distribuição das comunidades em quase todos os quadrantes do município de Irituia. Isto é um aspecto bastante positivo para divulgação do programa bem como para o incentivo a inserção de novas famílias.

A implementação propriamente do programa foi antecedida de uma fase preparatória relatada pelos agricultores. Segundo o agricultor familiar entrevistado durante Feira Livre do Produtor Rural e sócio fundador da Cooperativa D' Irituia, em 2010, com apoio de vários parceiros, foram realizados intercâmbios no município de Tomé – Açú, no estado do Pará que influenciaram nas práticas produtivas diversificadas das unidades familiares locais.

As trocas de saberes ocorreram em agroecossistemas familiares exitosos na implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), como exemplo: produção de açaí em SAFs desenvolvidos nas várzeas do Rio Capim no município de São Domingos do Capim, estado do Pará; SAFs ou SAFTA (Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açú) como prefere denominar

o Sr. Michinori Kanagano; e na Associação de Produtores e Produtoras Rurais da Agricultura Familiar do município de Tomé-Açú (APRAFANTA) (MORAES, 2017).

Essas experiências foram consideradas importantes na perspectiva dos fornecedores beneficiários, para mudar as práticas e os agroecossistemas dos agricultores familiares do município de Irituia. Antes das visitas a essas experiências predominavam no município áreas com capoeirão e pasto. As áreas de capoeirão eram transformadas anualmente em roças tradicionais (Corte e Queima), para produção de mandioca, milho e feijão, alguns relataram a criação de pequenos animais e culturas perenes (MORAES, 2017).

Destarte, considerando o contexto local, mostra que a entrada do PAA no município de Irituia coincidiu com um processo em andamento para mudanças nos agroecossistemas tendendo a uma maior diversificação produtiva. O PAA, portanto, reforça essa tendência à medida que abre espaço para receber uma grande variedade de produtos locais que antes sem mercado.

O PAA surge, portanto, como uma alternativa para os agricultores familiares, de diferentes comunidades, ofertarem alimentos e comercializarem seus produtos localmente, para um público em situação de vulnerabilidade social nos municípios, criando uma ligação direta entre aqueles que têm capacidade reconhecida de produzir alimentos com os consumidores locais, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo segurança alimentar e nutricional.

3. Diversidade produtiva das unidades familiares e o PAA

Antes de avançar na análise dos dados sobre a diversidade de produtos é preciso esclarecer que os agricultores familiares associados a cooperativas e entidades como o Sindicato de Trabalhadores Rurais já vinham a algum tempo discutindo os fatores que afetavam as unidades produtivas e buscando alternativas. A chegada do PAA ao município reforçou algumas estratégias produtivas diversificadas e impulsionou outras. Assim foi possível verificar a grande diversidade de produtos fornecidos e distribuídos pelo programa no período de 2012 a 2018.

3.1 Volume de produção e acesso a recursos

Na figura 2 pode-se observar o número de agricultores que participaram no período de vigência do programa (2012 a 2018). Percebe-se uma variação no número de agricultores fornecedores. O programa iniciou em 2012 com a participação de 39 agricultores, passando já no ano seguinte para 49 participantes. Em 2014 houve uma pequena queda no número de fornecedores e em 2015 não foi possível o cadastro da Proposta de Participação no SISPAA⁴. Na retomada do programa em 2016 o número de participantes voltou a crescer e chegou a 59. Em 2017 foi o ano com maior participação de fornecedores voltando a diminuir em 2018⁵.

Quanto à variedade de produtos fornecidos percebe-se uma tendência inicial de crescimento e em seguida um decréscimo, nos três primeiros anos. Segundo os entrevistados a diminuição da variedade de produtos em 2014 foi influenciada pela redução de recursos vindos da União. A redução do montante geral influencia no valor repassado para os agricultores fornecedores. A redução no valor total destinado a cada agricultor e finda por influenciar a quantidade total fornecida bem como a variedade de produtos. Observa-se que na retomada do programa em 2016 a variedade de produtos reduziu.

Apesar de um aumento no ano subsequente percebe-se uma tendência a diminuir a variedade, porém isso não quer dizer que seja algo negativo. Mesmo com a redução a variedade, tanto os agricultores familiares fornecedores e a secretaria que operacionaliza o PAA, no decorrer dos anos, tentaram se adequar a legislação vigente e garantir o acesso ao recurso reduzindo possíveis riscos ao elaborar o Plano Operacional e não serem aceitos pelos SISPAA. Além disso, com a diversificação produtiva as famílias passaram a acessar outras redes e não depender, exclusivamente, desse mercado institucional.

⁴Segundo a atual coordenadora local do PAA, os procedimentos para a inserção da proposta foram efetivados, porém a mesma não foi aprovada. Não soube explicar os motivos pelos quais o município ficou fora do programa em 2015.

⁵ Os dados desse ano correspondem ao 1º semestre.

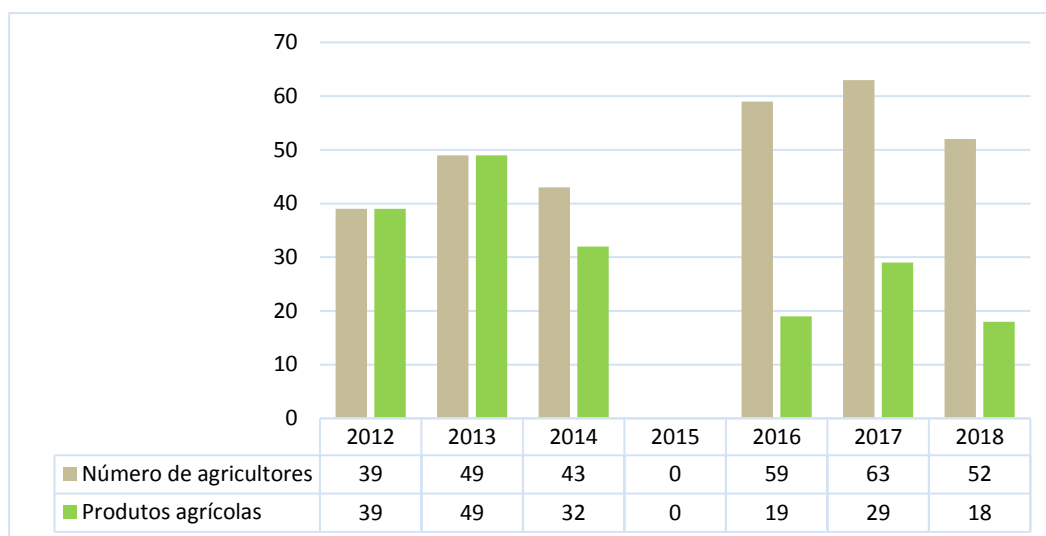


Figura 3. Variação do número de agricultores e produtos agrícolas fornecidos ao PAA, no período de 2012 a 2018 (1º semestre) no município de Irituia - PA. Fonte: pesquisa de campo 2018.

Percebe-se, portanto, que no decorrer do período houve uma variação no número de agricultores fornecedores e na variedade de produtos oferecidos ao programa. Os fatores que influenciaram essa variação são vários e alguns deles estão fora da gestão dos agricultores e dos executores locais. Alguns entrevistados disseram que a incerteza quanto ao volume de recursos que serão aprovados em cada ano e a experiência de não acessar ao programa no ano de 2015, deixa os agricultores fornecedores em dúvida sobre quais culturas priorizar. Diante disso é possível inferir que a estabilidade da política é condição indispensável para o planejamento das famílias participantes do programa.

Segundo a coordenadoria do PAA, as modificações na metodologia relacionadas ao cadastro da Proposta de Participação no SISPA e a liberação dos recursos, que passou a ser semestral, afetam diretamente a operacionalização do programa. Um dos aspectos afetados é a dinâmica de produção e fornecimento de alimentos pelos agricultores. A incerteza dificulta o planejamento das unidades familiares para atender com eficiência as demandas do programa. Ao que parece mesmo a equipe executora local tendo essa compreensão, não conseguem influenciar nas instâncias superiores do programa.

Tão importante quanto à variedade de produtos é a quantidade fornecida. O gráfico da figura 3 nos ajudar a entender o comportamento da quantidade fornecida pelos agricultores familiares e o volume de recursos circulado no período. Durante o período em estudo foram disponibilizados pela União um valor de R\$ 944.589,98 para compra de 238,6 toneladas de

alimentos. Há uma correlação direta entre os recursos destinados pela União e as quantidades fornecidas pelos agricultores familiares. Aqui é bom lembrar que a quantidade e a variedade de produtos oferecida ao PAA é apenas uma parte da produção das famílias, mas representa uma parcela importante da renda⁶ o que justifica o interesse pelo programa.

O gráfico abaixo apresenta o quantitativo bruto de produtos (em toneladas) entregues ao programa e o valor bruto de recursos (em reais) disponibilizado pela União por ano. Percebe-se que nos três primeiros anos a disponibilidade de recursos foi crescente entre o primeiro (2012) e segundo ano (2013) e decrescente entre o segundo e terceiro ano (2014). O montante de recursos disponibilizado no primeiro ano (R\$ 138.040,15) permitiu a compra de 42,8 toneladas de produtos. Isto significa mais de meia tonelada de alimentos em média entregue por cada família de agricultor. No segundo ano houve um aumento no valor total dos recursos, mas nos dois anos seguintes houve uma queda brusca de recursos diminuindo drasticamente o valor por família já que mesmo reduzindo o volume de recursos o número de família aumentou (ver figura 2).

Uma questão importante de se notar é que mesmo com a diminuição de recursos e com o não funcionamento do programa em 2015, o interesse das famílias pelo programa continua elevado. Prova disso é que na retomada do programa em 2016 havia 59 famílias interessadas um número maior que em 2014.

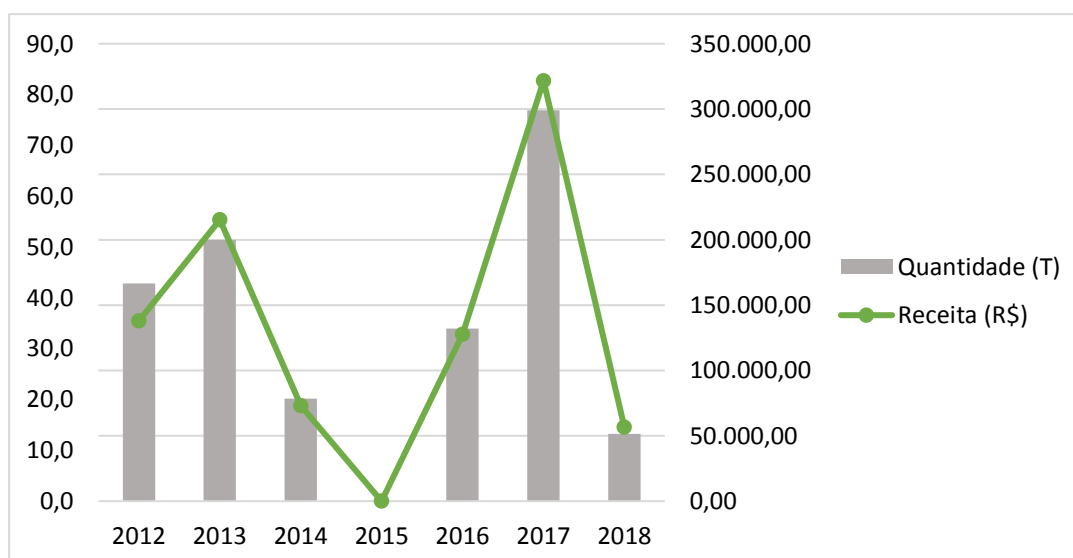


Figura 4. Volume (T) de produtos fornecidos e receita (R\$) de comercialização para o PAA no Município de Irituia - Pará. Fonte: pesquisa de campo 2018.

⁶Não foi possível mensurar a renda familiar nesse trabalho, mas os depoimentos dos agricultores mostram a importância dos recursos vindos do PAA.

No ano de 2017, apesar da crise política instalada no país, foi disponibilizado o maior volume de recursos (R\$ 321.714,29) para o programa no município. Cada família pôde acessar em média R\$ 5.106,58. Percebe-se uma redução brusca em 2018, mas tem que ser relativizado em função de que os dados se referem apenas ao primeiro semestre. De qualquer forma, dificilmente atingiria o valor disponibilizado em 2017 já que o primeiro semestre operou apenas R\$ 56.639,70.

Apesar dos entraves, podemos perceber que o programa no município de Irituia, se mantém em funcionamento constante, isso se deve ao empenho da equipe de coordenação local do PAA, da força política das organizações sociais e dos agricultores familiares para que a União mantenha os repasses de recurso. Porém, com a conjuntura atual de governo e as mudanças na metodologia para acessar ao programa, provocam uma baixa estima e o aumento a desconfiança, segundo os executores, agricultores familiares e entidades sobre a continuidade dessa política pública.

3.2 PAA e agrobiodiversidade

Apesar da instabilidade e das dificuldades operacionais é possível afirmar que o PAA incentivou à agrobiodiversidade, estimulou a preservação da cultura alimentar regional e promoção da alimentação segura para populações em situação de vulnerabilidade. O quadro 1 mostra a grande diversidade de produtos comercializados no PAA. São mais de 30 espécies (ANEXO IV) entre as cultivadas e nativas manejadas pelas famílias. Algumas espécies nativas também já são cultivadas aumentando assim a diversidade dos agroecossistemas.

Quadro 5. Categorias de produtos comercializados no âmbito do PAA.

CATEGORIAS	COMPONENTES
Frutas in natura	Banana, acerola, mamão, muruci, coco, maracujá, goiaba, graviola, pupunha, cupuaçu, melancia, abacaxi, abacate, manga, tangerina, limão e laranja.
Legumes	Pimenta de cheiro, pimenta amarela, pimentinha verde, quiabo, pimentão, feijão verde, feijão caupi, abobora, pepino, maxixe e tomate.

Processados	Polpa de frutas (abacaxi, açaí, acerola, bacurí, cacau, caju, carambola, cupuaçu, goiaba, graviola, manga, maracujá, muruci, taperebá e tucumã), farinha de mandioca – d'água, farinha de tapioca, goma de tapioca, bejú, coco ralado e caldo de cana.
Hortaliças	Cheiro verde, cebolinha, alface, chicória, carirú, jambu, maniva e couve.
Raízes	Macaxeira <i>in natura</i> e cará
Grãos	Milho e arroz
Proteína animal	Galinha caipira e pato regional
Castanhas	Castanha do Brasil

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

A figura 4 mostra que a categoria com maior participação no PAA são as frutas *in natura* (44,9%). Isto é um dado muito significativo porque representa o resultado de agroecossistemas diversificados. Se considerarmos que a segunda categoria com maior participação são os Legumes (18,5%), podemos afirmar que o PAA está estimulando a manutenção e ampliação de agroecossistemas diversificados e, portanto, estimulando a agrobiodiversidade e a segurança alimentar dos agricultores e da população em situação de vulnerabilidade.

Chama a atenção também a importância dos processados de origem vegetal que contribuem com 14,3% dos produtos entregues ao PAA. Provavelmente boa parte dos produtos que compõem essas três categorias é originada em sistemas agroflorestais (SAFs). As outras categorias apesar de contribuir em menor proporção têm um grande significado por permite que famílias com perfis produtivos diferentes possam aderir ao programa e garantir a diversidade dos alimentos fornecidos.

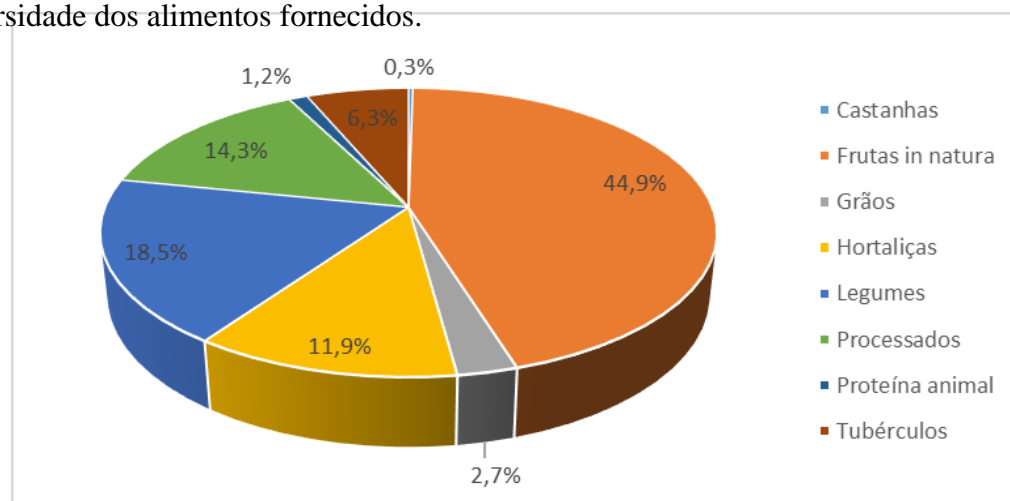


Figura 5. Percentual de alimentos produzidos pelos agricultores familiares em cada categoria de produtos comercializados para o PAA no Município de Irituia - Pará. Fonte: pesquisa de campo 2018.

Ainda sobre os alimentos processados, considerando principalmente as polpas de frutas, segundo os agricultores entrevistados, foram ofertadas, através de parcerias, com universidades e instituições governamentais, cursos de capacitação voltados para Boas Práticas de Processamento de Polpas de Fruta e Curso de Produção Orgânica de Hortaliças pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER).

Dentre os assuntos abordados no curso, foram citados nas entrevistas com os agricultores, a higienização dos alimentos, armazenamento adequado, higienização e tipo de maquinário adequado, infraestrutura, equipamentos para armazenamento, uso de embalagens e a necessidade de água de qualidade. Entretanto, esse procedimento, ocorreu de forma individualizada, ou seja, foi possível investir o recurso do PAA e da comercialização com outros mercados locais, em equipamentos e infraestrutura para processamento.

Além disso, segundo uma agricultora entrevistada, que fornece como produtos principais para o PAA, os alimentos que pertencem as categorias legumes e hortaliças, relatou que foram realizadas Avaliação de Qualidade de Produtos *In Natura*, em folhosas pela Vigilância Sanitária do município Irituia. Entretanto, não soube explicar o procedimento utilizado, mas é importante destacar que alguns estudos sobre Análise de Folatos⁷, sobre a sua concentração em folhas de hortaliças são escassos e, além disso, o baixo consumo de ácido fólico, tem sido apontados como possível causa de doenças graves que atingem o ser humano, como doenças cardíacas, câncer e malformação congênita (LUCIA et al., 2010). As parcerias e as análises de qualidades dos alimentos são importantes, pois, estimulam a comercialização e consumo de alimentos de qualidade.

Além disso, destacamos que o PAA injeta recursos na economia local, estimula os agricultores a procurar uma aproximação maior com os próprios comerciantes locais. Os comerciantes do mercado municipal foram mais acionados e mais produtos da agrobiodiversidade foram colocados à disposição da população local. Constatamos que os agricultores familiares de Irituia colocaram à disposição para comercialização produtos que antes eram apenas destinados ao próprio consumo. Apesar de não termos um dado mais

⁷Folato é o termo utilizado para denominar compostos com atividade semelhante ao ácido pteroilglutâmico (PteGlu), também conhecido como ácido fólico. O desenvolvimento e a otimização de métodos para análise de folatos é imprescindível, uma vez que inexistem informações sobre as concentrações de folatos em tabelas brasileiras de composição de alimentos (LUCIA et al., 2010)

preciso, pode-se afirmar, conforme previa o MDS (2013), há uma grande possibilidade de elevação da renda dessas famílias e de acesso a novos mercados.

A possibilidade de diversificar e comercializar uma ampla variedade de produtos por meio do PAA estimulou as famílias fornecedoras a participarem de outros espaços de comercialização como: a Feira da Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Feira Agroecológica em Belém do Pará, no bairro Batista Campos, a feira da Agricultura Familiar promovida pelo Instituto Federal do Pará (IFPA), na Feira do Produtor Rural no município de Irituia e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A diversidade produtiva influenciou, segundo os agricultores familiares, na mudança da alimentação. Passaram a incluir frutas, legumes e hortaliças nas refeições diárias. Em alguns casos, foram inclusos peixes e pequenos animais. Essas modificações na alimentação criam mecanismos para aumentar a segurança alimentar, principalmente das famílias socialmente vulneráveis.

Constamos ainda junto aos agricultores que o PAA estimulou a adoção de novas práticas agrícolas de viés agroecológicos. Todos os agricultores entrevistados informaram que não utilizam mais agrotóxicos em suas propriedades. Os agricultores demonstraram grande consciência em relação às ameaças do uso de agrotóxicos seja para uma alimentação saudável seja no sentido do risco da dependência de insumos químicos e externos. É inegável o papel que o PAA assumiu em relação a essas questões, mas é preciso ser dito que os agricultores do município de Irituia e suas organizações como o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Cooperativa e Associações já vêm discutindo esse tema há vários anos.

4. As unidades beneficiárias receptoras e o PAA

As unidades receptoras, ou seja, as entidades socioassistencial ou da rede de equipamentos de segurança alimentar e nutricional para terem acesso ao PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea, devem demonstrar interesse junto a Unidades Executoras do município, que segundo a Resolução nº 59 de 10 de julho de 2013, art. 3º, inciso I, “é a organização formalmente constituída, contemplada na proposta de participação pela Unidade Executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores” (MDS, 2014).

As unidades receptoras são cadastradas na Proposta de Participação, no SISPA, pela Secretaria de Trabalho e Promoção Social do município de Irituia, que são os gestores executores, e devem ser consideradas as demandas de alimentos, identificando a quantidade, a periodicidade do recebimento, a capacidade de armazenamento e o público a quem ela proporciona alimentação, adequando o tipo de alimentos à demanda deste público (MDS, 2014).

Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede sócio assistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2016), e a intermediação entre oferta e demanda é realizada pelas Unidade Executoras.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para que ocorra o recebimento dos produtos o local de entrega de alimentos necessita de uma estrutura para recepção e o acondicionamento dos alimentos. Além disso, o ambiente deve ser limpo e ter estrutura compatível com o tipo de alimentos que serão recebidos, podendo ser necessário disporem de equipamentos para resfriamento e congelamento.

No município de Irituia, o recebimento e distribuição dos produtos alimentícios ocorrem na Casa do Idoso, o local dispõe minimamente de uma balança calibrada, pallets, caixas plásticas para armazenamento dos alimentos, dentre outros utensílios e equipamentos. Segundo relato do responsável o recebimento e distribuição no município:

[...] eles vinham cedo com os produtos deles e colocavam tudinho lá, assim, era separado, cada agricultor pesava suas coisas e colocava lá, aí dividia para as entidades [...] quem dividia era o menino da Secretaria, que trabalhava na Secretaria, ele ia para lá e dividia tudinho. Tudo igualzinho, se vinha 3 melancias, ele dividia igualzinho entre as entidades, era tudo dividido igualmente (Socorro, entrevista concedida em 12/06/18).

As unidades receptoras devem assumir um compromisso de receber somente os alimentos em adequadas condições, ou seja, tem como obrigação: avaliar a qualidade do produto recebido, a periodicidade de retirada dos produtos, quanto à destinação dos alimentos recebidos e quanto ao controle dos beneficiários consumidores. Sobre o momento da entrega o responsável disse:

[...] aí a gente levava para Pastoral da Criança, a gente tem uma sala lá, tem freezer lá, a gente colocava a polpa no freezer [...] os produtos eram misturados, vinha polpa, vinha fruta, verduras [...] as hortaliças, sempre a gente colocava na geladeira (Socorro, entrevista concedida em 12/06/18).

As entidades receptoras repassam os produtos aos beneficiários consumidores por elas assistidas. A forma como cada entidade repassa os produtos depende das características de cada uma delas. Segundo o relato do responsável da Pastoral da Criança:

[...] trabalham com famílias, cadastradas nas comunidades, aí a gente distribuía para as meninas aqui, porque a Pastoral da Criança, ela tem um dia da Celebração da Vida, que é o terço, aí elas vinham buscar e a gente dividia para elas, as meninas, as responsáveis das comunidades, da Pastoral da Criança, aí elas vinham buscar e fazia também um lanche para as crianças (Socorro, entrevista concedida em 12/06/18).

No município de Irituia foram cadastradas 11 entidades ligadas a rede socioassistencial. As quatro instituições que participaram mais do programa durante o período estudado foram a AMAI, a Pastoral da Criança, que participaram todos os anos e, o CRAS Adelina Cordeiro do Amaral e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Isso ocorre, pois, as unidades receptoras selecionadas devem obedecer alguns critérios como: indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e famílias inscritas no Cadastro Único; gestantes/nutrizes e crianças; pessoas portadoras de necessidades especiais; povos e comunidades tradicionais; pessoas em situação de violência; usuários de substâncias psicoativas; pessoas e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública (MDS, 2014).

No quadro 2 abaixo, observa-se o recurso acessado pelas Unidades Receptoras (UR), essas foram definidas com um código, para facilitar a identificação na tabela: UR1 - Associação Mãos Amigas de Irituia (AMAI), UR2 - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), UR3 - CRAS - Adelina Cordeiro do Amaral, UR4 - CRAS - Carmosinho Maria da Silva, UR5 - Hospital Municipal de Irituia – HMI, UR6 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus, UR7 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus – IEAD, UR8 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus do KM 14, UR9 - Pastoral da Criança, UR10 - Programa de Atenção Integral a Família, e UR11 Programa Pro Jovem Adolescente, Fortalecimento de Vínculos (PETI) e Centro de Referência Flor de idade.

Segundo a coordenadoria do PAA do município, a partir de 2016, ao cadastrar a proposta no SISPAA, as entidades beneficiadas são inclusas, geralmente, com os mesmos valores (R\$) de produtos durante os mesmos períodos de entrega, ou seja, não são considerados como variável para distribuição do recurso, o número de pessoas beneficiadas, ocorrendo assim uma distribuição igualitária e não equivalente entre as UR's.

O Quadro 2 evidencia em valores monetários como se deu a participação das Unidades Receptoras (UR) no PAA no período estudado de 2012 a 2018 (1º semestre). As quatro UR que receberam os maiores volumes de apoio financeiro foram a UR9- Pastoral da Criança (R\$ 220.994,57), a UR1- Associação Mãos Amigas de Irituia (AMAI) (R\$ 207.031,47), a UR3 – CRAS/Adelina Cordeiro do Amaral (R\$ 168.559,96) e a UR6- Igreja Evangélica Assembleia de Deus (R\$ 161.248,38).

Quadro 2. Valores acessados pelas entidades beneficiárias receptoras no período de 2012 a 2018 (1º semestre), município de Irituia, Pará.

Entidades	Ano						Total
	2012	2013	2014	2016	2017	2018	
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
UR 1	33.984,63	11.503,96	1.211,50	34.649,21	110.683,58	14.998,59	207.031,47
UR 2	-	-	-	34.649,21	-	-	34.649,21
UR 3	33.984,63	8.387,16	506	-	110.683,58	14.998,59	168.559,96
UR 4	33.984,63	7.718,16	-	-	-	-	41.702,79
UR 5	33.984,63	-	-	-	-	-	33.984,63
UR 6	-	629	288	34.649,21	110.683,58	14.998,59	161.248,38
UR 7	9.526,20	25.136,06	1.790,00	-	-	-	36.452,26
UR 8	-	11.503,96	2.006,50	16.087,45	-	-	29.597,91
UR 9	33.984,63	25.136,06	1.542,50	34.649,21	110.683,58	14.998,59	220.994,57
UR 10	-	645	-	-	-	-	645,00
UR 11	-	9.723,80	-	-	-	-	9.723,80

Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

Atualmente, o processo de elaboração do Plano Operacional, inclui apenas as quatro unidades receptoras em destaques na tabela, pois atendem aos critérios estabelecidos no Manual Operacional do PAA, isso reduz o risco de não aprovação e liberação do recurso, facilitando a gestão por parte da secretaria. Além disso, a UR5 - Hospital Municipal de Irituia

– HMI, não foi incluso por acessar outros recursos governamentais destinados a alimentação.

5. Considerações finais

O PAA assumiu um papel importante para os agricultores beneficiados fornecedores no Município de Irituia. O Programa conta com a colaboração de diversas parcerias, estimulou agricultores familiares que estavam a margem do processo, a participarem do programa e, assim, estabeleceu uma continuidade das ações que incentivam a produção diversificada através dos SAFs.

Podemos destacar como ações das instituições que atuam com pesquisas e capacitações, apoios voltados, como exemplo, a produção diversificada, orgânica, agroecologia e boas práticas de produção para manipulação de polpa de fruta. Do mesmo modo, os produtos processados e as folhosas são submetidas a análises diversas análises de controle de qualidade pela Vigilância Sanitária do município.

As famílias beneficiadas pelo programa são incentivadas a produzir de forma diversificada alimentos seguros que atendem diretamente a população socialmente vulnerável local, apresentando maior aceitabilidade, reconhecem, politicamente, os agricultores familiares como agentes produtores, possibilitando a ampliação das redes de comercialização e estimulando a busca por mercados alternativos.

As unidades beneficiadas pela distribuição e abastecimento apresentam função fundamental ao desempenhar trabalhos que promovem os direitos básicos as famílias vulneráveis, atuando em grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes, adultos e idosos. O PAA garante o direito humano a uma alimentação adequada e segura, evitando que as instituições adquiram alimentos totalmente industrializados com baixa qualidade nutricional.

Entretanto, o PAA apresenta diversas limitações, quando relacionados aos fornecedores beneficiários, as principais são: dificuldades com a logística para recebimento e distribuição dos produtos (muitos não possuem transporte próprio e adequado precisando usar parte do recurso para pagamento de fretes), falta de assistência técnica com metodologias adequadas de trabalho para atender os mercados institucionais, recursos financeiros abaixo do

potencial da demanda e estruturas não adequadas para beneficiamento e armazenamento dos alimentos.

Os limitantes para as entidades executoras estão relacionados à precária organização documental, a limitação de corpo técnico atuante no programa, as irregularidades na aprovação do plano operacional e baixa disponibilidade de recurso para atender ao público beneficiário fornecedor e receptor.

O exemplo do PAA no município de Irituia mostra que apesar de algumas políticas públicas serem construídas de forma padronizada podem ser bem implementadas e se tornar potencial para aumento de renda, diversificação da produção, fortalecimento da economia local e promoção da segurança alimentar com base em produtos regionais e do desenvolvimento de mercados alternativos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: ações da CONAB em 2003**, 2003. Disponível em: Acesso em: 17 jan. 2017.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI L. F.; MALUF, R. S.; LEITE S.P. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/irituia/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=29>>

O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará

OLIVEIRA, Letícia Sales da Costa
ASSIS, William Santos de

[519](#)>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LUCIA, C. M. D.; SILVA, E. R.; RIBEIRO, S. M. R.; SANT'ANA, H. M. P.; BRANDÃO, S. C. C. **Otimização de método para análise de folatos em hortaliças folhosas por cromatografia líquida de alta eficiência com detecção por fluorescência.** Quim. Nova, Vol. 34, No. 2, p. 335-340, 2011.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos.** Brasília. 2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de Aquisição de Alimentos. Manual Operativo: Modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por Meio de Termo de Adesão.** Brasília. 2014.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimento (PAA) da Agricultura Familiar. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Brasília: MDS, 2012.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de Aquisição de Alimento (PAA) da Agricultura Familiar. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Brasília: MDS, 2012.

MORAES, M. H. C. S. **Agrobiodiversidade dos Quintais e Socioeconomia Dos Agroecossistemas Familiares da Cooperativa D'irituia, Pará, Brasil.** 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais – Manejo de Ecossistemas Florestais) – Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém. 2017.

NASCIMENTO NETO, M. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA no município de Lagoa Seca -PB: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar.** 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Paraíba, Campina Grande (PB), 2012.

PEREIRA, M. E. B. G.; LAURENZANI, A. E. B. S. **Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã – SP.** Ciência e Natura, Santa Maria, v.36, n.2, p.230-240, mai/ago. 2014.

O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará

OLIVEIRA, Letícia Sales da Costa
ASSIS, William Santos de

SALGADO, R.J. S. F. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): a trajetória de operacionalização do PAA institucional na Universidade Federal de Viçosa-MG. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa. 2016.

SAVOLDI, André.; CUNHA, Luiz Alexandre. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970.** Revista Geografar, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan/jun.2010.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122, fev. 2003.

SILVA, S. G. **Territorialidade, agricultura familiar e agroecológica: uma análise introdutória do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA na demanda territorial de 2008.** In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. Anais... Porto de Galinhas: Alasru, 2010.

SMITH, D. S. **Sistema de Informação Gerencial à Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses – D’Irituia.** 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) – Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Pará Campus Castanhal. 2016.

WWP. World without Poverty - Mundo sem Pobreza Iniciativa Brasileira de Aprendizagem. As seis modalidades do PAA. Disponível em <https://wwp.org.br/wpcontent/uploads/2017/02/PAA_as_seis_modalidades_do_PAA_PT.pdf>. Acesso em: 10 mai.2018.



Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu – Pará

Impacts of PRONAF on the sustainability of families' agroecosystems of the Quilombola community New Betel, Tomé Açu - Pará

Maria Suzane Lavareda Oliveira, Especialista GESAM, UFPA, suzanelavareda@hotmail.com;
Luís Mauro Santos Silva, Doutor, UFPA, lmsilva2012@gmail.com

Resumo

Este estudo buscou analisar a política de crédito pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), observando os impactos, tanto positivos quanto negativos nos estabelecimentos agrícolas. A pesquisa caracterizou e avaliou indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas familiares na comunidade quilombola Nova Betel, localizada no município de Tomé – Açu, Pará. Foi usado à ferramenta MESMIS, devidamente adaptada à realidade local, sendo eficiente na avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas estudados. Os indicadores se mostraram diferenciados em algumas dimensões. Podendo observar uma diferença entre os agroecossistemas que beneficiaram da linha de crédito e o agroecossistema que não possui dívida de crédito, este se mostrou, do ponto de vista agroecológico, com melhor estado de sustentabilidade em relação à sustentabilidade de seu sistema de produção.

Palavras-chave

Sustentabilidade; MESMIS; Comunidades tradicionais.

Abstract

This study sought to analyze the credit policy, National Family Agriculture Program (PRONAF), observing the impacts, both positive and negative on agricultural establishments maintained by family farmers. Research sought to characterize and evaluate indicators of sustainability in family-maintained agroecosystems in the Quilombola community, Nova Bethel, located in the municipality of Tomé - Açu, Pará. Researchers used to the tool, MESMIS, which was adapted to the local context and thus efficient in evaluating the sustainability of agroecosystems included in this study. Sustainability indicators differed in some dimensions. We observed a difference between agroecosystems that benefited from the line of credit and the agroecosystem managed without credit; the latter agroecosystem proved more sustainable.

Keywords

Sustainability; MESMIS; Traditional communities.

1. Introdução

Na região amazônica é possível observar a ação de diversas políticas que buscaram através de incentivos a determinadas atividades econômicas “desenvolver” e ocupar a região.

No estado do Pará, o interesse do governo em ocupar novos espaços levou a oferta de terras situadas às margens dos rios Capim, Mojú e Acará para imigrantes japoneses. Os japoneses escolheram as terras em Acará devido à acessibilidade pelos rios com maior profundidade, o que favorecia a navegação e o fato que os terrenos são menos ondulados nas margens (HOMMA, 2007, p.132). Com o desenvolvimento agrícola promovido pelos japoneses na região desde sua chegada em 1929, a população do município cresceu em linha ascendente. Os primeiros imigrantes foram instalados numa colônia agrícola implantada por uma empresa japonesa em Tomé-Açu, o que é um município que por suas peculiaridades atrai migrantes de todas as partes do país (BARROS, 2010, p.50).

As famílias dos imigrantes foram destinadas aos locais de interesse das políticas públicas de ocupação da Amazônia no 2º governo de Getúlio Vargas (1951 a 1954), principalmente para os recém-criados Territórios Federais do Amapá, Acre, Rondônia e algumas regiões do nordeste, lugares onde não havia infraestrutura nem para os moradores locais, muito menos para assentar os imigrantes de pós-guerra (MUTO, 2010, p.17).

Passada a fase das grandes migrações de pós-guerra, o contingente japonês foi arrefecendo até a década de 1960, quando o governo novamente propunha auxiliar os imigrantes para fortalecer as economias regionais e acomodá-los em glebas adquiridas pelas organizações japonesas. Assim, os novos imigrantes japoneses tiveram apoio maciço das entidades governamentais japonesas por meio da JAMIC – Imigração e Colonização Ltda. e a da empresa JEMIS-Assistência Financeira S/A que se transformou em 1974, na JICA. É importante ressaltar que a unidade – familiar do imigrante é tratada pelo IBGE e pela Japan International Cooperation Agency (JICA), como uma unidade social e econômica, um objeto de análise sob vários prismas, até mais frequente que o número de indivíduos. (MUTO, 2010, p.17 p.26.). As famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, que migraram para o município, atraídos pela oportunidade de trabalho nos empreendimentos dos japoneses ou nas indústrias madeireiras, foram expropriadas do processo de produção e se encontram espelhadas por diversas comunidades e bairros periféricos, gerando um quadro de exclusão social grave (BARROS, 2010, p.52).

Desde do início da década de 2.000, a região de Tomé -Açu foi escolhida como piloto para implantação dos projetos de produção de frutos do dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.) e indústrias de extração de óleo de dendê, incluindo os agricultores como produtores, financiados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar - Dendê, criado exclusivamente para esse fim (HOMMA et al., 2000; NAHUM; BASTOS, 2014; BARROS, 2010, p. 53).

No Pará a vivência do negro foi marcada por uma trajetória de trabalho forçado e repressão tanto física quanto ideológica. Diante dessa situação vale ressaltar que os negros nunca aceitaram pacificamente a escravidão e de acordo com Salles (2005, p. 208) a fuga de escravos na Província do Grão-Pará tornou-se um processo rotineiro e até certo ponto incontrolável. Foram várias as formas de resistência ao trabalho escravo, desde atos de resistência individual como suicídio ou assassinato de feitores e senhores, até atos de resistências coletivas, como seus cantos à noite nas senzalas, ou a fuga para as matas e sertões. A fuga para os sertões significava em muitos casos a formação de comunidades negras independentes do domínio dos brancos. Essas comunidades eram chamadas de quilombos (ALMEIDA, 2013, p. 6).

É fundamental perceber que os escravos, mesmo sujeitos a uma série de limitações impostas pelo sistema escravista, buscavam a construção de determinados espaços que lhes permitissem conquistar momentos de autonomia, direito e liberdade, o que era conseguido geralmente com as fugas e formação de quilombos. “No Brasil colonial - em quase todas as áreas - foram inúmeros os quilombos formados” (GOMES, 1997, p.48). Nos quilombos, os negros também mostravam a sua capacidade de organização e articulação com outros indivíduos e grupos (SALLES, 2004).

Tomando como referência as reflexões acima, neste trabalho foi realizado um levantamento de potenciais organizações sócio produtivas da agricultura familiar para acesso às políticas públicas em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF – criado em 1996, que trata do crédito agrícola exclusivamente para agricultura familiar. Levando em consideração o estado de sustentabilidade dos estabelecimentos agrícolas.

Posteriormente, mobilizaram-se alguns indicadores multidimensionais para avaliação do estado atual de sustentabilidade através da ferramenta MESMIS (ASTIER, 2008; SILVA et. al., 2013), minimamente adaptada a realidade estudada. Isso se tornou possível, pois a ferramenta permite um processo flexível de adaptação de seus passos metodológicos, bem

como aproxima uma avaliação acadêmica de um diálogo mais concreto com os sujeitos locais, seus limites e potencialidades na construção de agroecossistemas mais resilientes as crises contemporâneas enfrentadas no campo.

O estudo objetiva analisar, os impactos da política de crédito (PRONAF) junto às famílias da comunidade Quilombola “Nova Betel,” localizada a 37 km do Distrito de Quatro Bocas (município de Tomé-açu, Pará). Buscou-se caracterizar e avaliar indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas familiares da comunidade, analisando os impactos positivos e negativos nos estabelecimentos agrícolas das famílias que acessaram a política de crédito.

2. Referencial teórico

Para melhor compreensão e clareza fez-se necessário apresentar itens que autores buscam fundamentar a pesquisa relacionada, tais como: As lógicas familiares de produção, comunidades quilombolas na Amazônia, sustentabilidade e as lógicas familiares, PRONAF e os impactos junto à agricultura familiar.

2.1 Sobre as lógicas familiares de produção

O campesinato foi, e ainda é historicamente predominante nas sociedades tradicionais. É preciso considerar, antes de tudo, que o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse (WANDERLEY.1996, p.8).

Wanderley (1995, p.14) acrescenta ainda, que o lugar do trabalho familiar é reiterado e mesmo reforçado: os membros da família continuam envolvidos no trabalho do estabelecimento - suas tarefas consistem agora, fundamentalmente, na operação das máquinas (meios de produção e também patrimônio familiar) e na fiscalização dos assalariados - e, sobretudo, estes estabelecimentos têm capacidade para absorver um maior número de filhos.

Um camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira” (SHANIN, 1972 apud PLOEG 2005); ele ou ela é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel”. Daí que a luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma

sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaças com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”.

A expansão do sistema capitalista em escala mundial subordina as formas de produção no campo e redefine as novas relações de trabalho tendo como base gerar renda para o capital. Nota-se que existem camponeses que resistem ao capital, tendo a terra como fonte de subsistência, seu modo de vida. Lutam por terra de trabalho porque querem continuar no campo. Mas, contraditoriamente, há aqueles que vendem a sua força de trabalho e passam a serem trabalhadores rurais precarizados, nesse sistema tão perverso e predatório que exclui a maioria da população e que conseqüentemente influencia na qualidade de vida dos mesmos (OLIVEIRA E PINTO, 2013 p.2).

O modo de vida do camponês perpassa por significados e valores modelados pela cultura que nutre a região. Mas, ao mesmo tempo acaba rompendo os laços de ajuda mútua nas atividades agrícolas entre os membros da comunidade, devido ao avanço do capitalismo.

A multiplicidade de manifestações culturais e saberes populares ou indígenas com a infinidade de grupos minoritários sejam étnicos, sexuais ou de gênero, ainda formam um conjunto de lutas e manifestações pela garantia de seus direitos civis e culturais. Esta configuração de manifestações e lutas constitui o hibridismo social que faz parte de revisar e reconsiderar novas políticas sociais de legitimidade deste pluralismo em curso e, sem sombra de dúvida, nos aponta para a necessidade da produção de um conhecimento interdisciplinar que possa nos ajudar para uma hermenêutica possível da liberdade humana (FILHO E SILVA. 2018 p.9).

Portanto, a identidade entrelaça o sujeito ao contexto no qual está inserido, em que alinha sentimentos pelo reconhecimento dos sujeitos enquanto grupo, por partilharem histórias, valores e costumes que os remetem a um passado comum e, portanto, a uma identidade e subjetividade compartilhada. A subjetividade quilombola, por sua vez, compreendida por meio de sentido e significação atribuídas, nos remete a discursos e narrativas sobre a história de grupo, sendo construída por representações e relações sociais (FURTADO, SUCUPIRA, ALVES 2014, p.3).

2.2 Comunidades quilombolas na Amazônia

A população negra, no período colonial escravista, não tinha direito a dignidade ou a humanidade, era um povo considerado sem alma perante a igreja. Mulheres negras e homens

negros, de forma animalizada, eram utilizados como reprodutores de escravos, que forneciam mercadoria gratuita aos escravocratas. Não existia família negra. Todo bebê negro que nascia, fazia parte do comércio do dono de escravos. Poderia ser alugado, vendido, açoitado, usado até a quando suas forças não aguentassem mais. Eram simplesmente coisas, animais, menos pessoas. E as mulheres negras, desde a infância, serviam como objeto sexual. O estupro e todo o tipo de violência sexual era comum quando se tratava do corpo das mulheres negras. Por todo esse contexto, negros e negras, em várias partes do mundo, sofrem com a colonização de suas mentes e com “complexo de inferioridade” internalizado em relação ao branco (FILHO E SILVA. 2018 p.62).

A Amazônia é um território que une diversos povos e comunidades tradicionais. A *presença negra* na Amazônia tem sido estudada sob vários aspectos: do ponto de vista cultural, ou seja, a influência da *cultura negra* nos modos de vida dos sujeitos sociais amazônicos; quanto às dinâmicas sociais de construção de suas identidades coletivas; e acerca da reivindicação de “*territorialidades específicas*”, concernente a *comunidades quilombolas*, *afro-religiosos*, entre outras situações sociais em que esses sujeitos se encontram, diante de relações conflituosas ou não (FARIAS, 2007, p.2).

O estado do Pará tem grande destaque no interior desta discussão por ser até agora o maior titular dos territórios remanescentes de quilombolas, foi o primeiro a titular terras em favor dos quilombos, aquele que mais expediu títulos de reconhecimento de domínio (TRECCANI, 2006, p. 266).

Os quilombos reafirmavam uma ruptura com a lógica vigente na escravidão quando os negros ex-escravos se apossavam de pequenos pedaços de terra. A legislação da época excluía qualquer possibilidade de aquisição de terra que não fosse pela compra. Mesmo diante desses impedimentos legais, os negros quilombolas tomavam posse de pedaços de terras e estabeleciam moradia e trabalho. Dessa forma, revogavam por meio da luta a legislação imposta pela classe dominante e colonizadora, que os excluía da condição de possuidores de terra (ROCHA, 1998, p. 127).

A importância do território, a forma comunal de se relacionar com a terra, a produção coletiva, a religiosidade, entre outras características são elementos que participam da construção da identidade quilombola, ao mesmo tempo em que ressaltam o imaginário social dos sujeitos sobre sua cultura e possibilitam significações identitárias entre os membros do grupo. As dificuldades a que estão sujeitos diante de insuficientes políticas públicas os

remetem ao passado de exclusão e omissão dos direitos que possuem, e que perdura até os dias atuais. Além disso, os quilombolas são tratados, em muitos casos, de maneira depreciativa e desqualificados do direito de posse do território que habitam devido os interesses de posseiros, grileiros ou fazendeiros sobre suas terras (FURTADO, 2014, p. 112).

Furtado (2014, p.110) continua dizendo que a questão territorial ao remeter os quilombolas a um passado de luta os faz reviver memórias e sentimentos relatados por seus antepassados e reafirma uma situação de instabilidade e injustiça comum desde o passado entre esses sujeitos. Em momentos anteriores, ligados às narrativas do período da escravidão e a constituição dos quilombos em que era comum a exclusão dos ex-escravos do direito de posse da terra, esses indivíduos buscaram isolamento como estratégia para reafirmar seus valores e cultura de origem africana.

Atualmente essas comunidades sofrem com a falta de infraestrutura como: escola, saneamento básico, estradas asfaltadas, transporte público etc. Pelo fato da maioria ser constituída por agricultores, sofrem com invasões de grileiros e com incipientes financiamentos, pois muitos não têm os títulos de suas terras. Tem-se registro da existência de comunidades quilombolas em áreas devolutas, de preservação permanente, da Marinha, terras de particulares, entre outras (BARRETO, 2006, p. 38).

2.3 Ligações entre sustentabilidade no campo e as lógicas familiares

A partir da década de 1950, verificou-se um grande crescimento econômico em quase todo o mundo. A atividade industrial foi impulsionada a vários fatores, entre eles o crescimento populacional e a conseqüente ampliação do número de consumidores de produtos industrializados. Essa expansão aumentou significativamente a poluição atmosférica e o uso dos recursos naturais da Terra (GARCIA, 2016, p.7).

Garcia (2016) explica que a ideia do desenvolvimento econômico visto como projeto civilizatório do capitalismo marcou a própria história da modernização da agricultura nos dois últimos séculos. O chamado Padrão Técnico Moderno (PTM) das práticas agrícolas, como é conhecido atualmente, começou a ser gerado a partir da segunda metade do século XIX. Contribuiu para tanto a introdução de máquinas e equipamentos criados pela indústria, com o objetivo de aproveitar melhor a força de trabalho e ampliar as áreas de cultivo.

Desde a década de 1960, o pensamento mundial está voltado para temas que envolvem a proteção ambiental. Nessa época, iniciou-se uma conscientização de que os recursos naturais

eram finitos, e o ser humano precisava cuidar do meio ambiente para garantia de sua própria vida e, conseqüentemente, da vida das gerações futuras (GARCIA, 2016, p.135).

Em outras leituras, percebe-se outras perspectivas de produzir tecnologias apropriadas e adequadas localmente, obedecendo às especificidades de cada ecossistema, o engajamento entre os agentes (organizações) e os atores (agricultores). Esta forma de pensar desenvolvimento regional se baseia fortemente em outras bases da relação entre os distintos saberes e a mudança de estratégia do regime sociotécnico e socioeconômico vigentes. E estas são apontadas como condições fundamentais para almejar a sustentabilidade na agricultura familiar e um conseqüente desenvolvimento sustentável (STOFFEL, COLOGNESE, SILVA, 2014, p.62).

A sustentabilidade aparece, assim, como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para se chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (LEFF, 2011, p. 15). Ela deve, portanto, estar alicerçada em três importantes dimensões: a ambiental, a social e a econômica. Sustentabilidade, portanto, “decorre de sustentação, a qual, por sua vez, é relacionada à manutenção, à conservação, à permanência, à continuidade, e assim por diante” (GARCIA, 2012, p. 389).

Desse modo busca-se possibilidade do encontro de novos recursos provindos da biodiversidade conferindo valor econômico à natureza e aos conhecimentos de populações tradicionais. Urge a necessidade de mecanismos de proteção que visem resguardar o patrimônio sociocultural de povos tradicionais e os recursos naturais alvos de exploração. A valorização das comunidades tradicionais indígenas e não-indígenas: quilombolas, caiçaras, babaqueiros e demais povos detentores de saberes tradicionais e que dependem diretamente da natureza para viver, tem como premissa o reconhecimento às formas de manejo que desenvolvem (PAULA & TÁRREGA, 2009, p. 6).

O reconhecimento de que a relação de dependência existente entre a biodiversidade e o modo de vida de comunidades tradicionais e indígenas assegura equilíbrio ambiental, perpassa também a concepção da biodiversidade como fonte de potencial econômico, isto porque a mesma quando utilizada como recurso para a fabricação de novos produtos comercializáveis, ultrapassa o âmbito local e passa a ter alcance global. Utiliza-se conhecimentos e práticas seculares de comunidades tradicionais para a obtenção de recursos biológicos a serem utilizados por indústrias farmacêuticas, cosméticas, alimentícias, entre

outras. Tárrega e Pérez (2007) afirmam que o acesso ao recurso genético e as substâncias químicas contidos na biodiversidade de alguns países passou a gerar enormes expectativas de lucros.

Foi realizada aplicação da ferramenta MESMIS para algumas famílias da comunidade que está sendo realizado o estudo, devido à complexidade dos estabelecimentos, a ferramenta foi adaptada a realidade local, desse modo buscamos alguns estudiosos para reforçar a importância dessa ferramenta para coleta de informações importantes e levantamentos de dados. O foco principal da adaptação do MESMIS tem sido o desenvolvimento de indicadores capazes de avaliar agroecossistemas complexos.

2.4 O acesso ao PRONAF e impactos junto à agricultura familiar

O surgimento do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, em 1995, trouxe um componente importante no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro. Alguns autores discutem que a partir dos anos 1990, observa-se uma confluência de demandas em torno da problemática da reforma agrária e da agricultura familiar. Tais demandas geram políticas públicas direcionadas para estes grupos, sobretudo no âmbito do crédito rural. A criação do PRONAF torna-se um marco no financiamento da agricultura familiar, que até então se submetia as mesmas regras de crédito agrícola da grande produção rural (WIENKE, 2017, p. 2).

Como dito por Wienke (2017, p.3), no cenário político-jurídico, a Lei 11.326/2006 instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar. De acordo com o seu artigo 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: (a) não deter, a qualquer título, área maior de que quatro módulos fiscais; (b) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (c) ter percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; e (d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Fonseca (2014, p. 5) destaca que as decisões governamentais e as políticas públicas são responsáveis por empregar transformações nos territórios das comunidades tradicionais ao longo do tempo. A partir de determinadas demandas e tomadas de decisões desde o âmbito

governamental, as políticas públicas tornam-se muitas vezes responsáveis por desmembrar, deslocar, limitar, circunscrever e deteriorar os territórios.

Em contrapartida, Gehlen (2004, p.5) diz que quando o modelo da agricultura familiar é conduzido por políticas adequadas, este se mostra econômica e socialmente eficiente, sensível às questões ambientais. Alguns avanços obtidos – como resultado das reivindicações das organizações dos agricultores e garantidos através de políticas como PRONAF, expressam uma nova visão do significado e do papel da agricultura familiar no Brasil, sobretudo para o desenvolvimento sustentável (MELLO, 2008; GEHLEN, 2004, p.5).

Em relação ao êxito das políticas públicas, (GEHLEN, 2004, p. 96) acrescenta que as chances de sucesso são diferentes e beneficiam os que detêm poder de decisão sobre as condições necessárias para aproveitar as oportunidades. Por isso, políticas públicas com interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades, sendo que, aos poucos, essa "vantagem" em benefício de grupos sociais identificados deve perder vigência, para converter-se numa política pública igualitária.

Portanto, para compreender os impactos das políticas públicas, sejam positivos ou negativos, se faz necessário uma leitura histórica do território, desde sua constituição por seus sujeitos, paisagens, potencialidades e limites que estão em jogo. Para então localizar o papel das lógicas familiares de produção e seus desafios.

3. Material e métodos

3.1 Breve caracterização da área de estudo

O município de Tomé-Açu está localizado na mesorregião do Nordeste Paraense e microrregião de Tomé-Açu no Bioma Amazônia. Está situado a 280 km de Belém por via rodoviária (PA-140) e 270 km com percurso pelos rios Acará e Guamá (RODRIGUES et al., 2001). A Figura 01 abaixo destaca a sua localização no Estado do Pará.

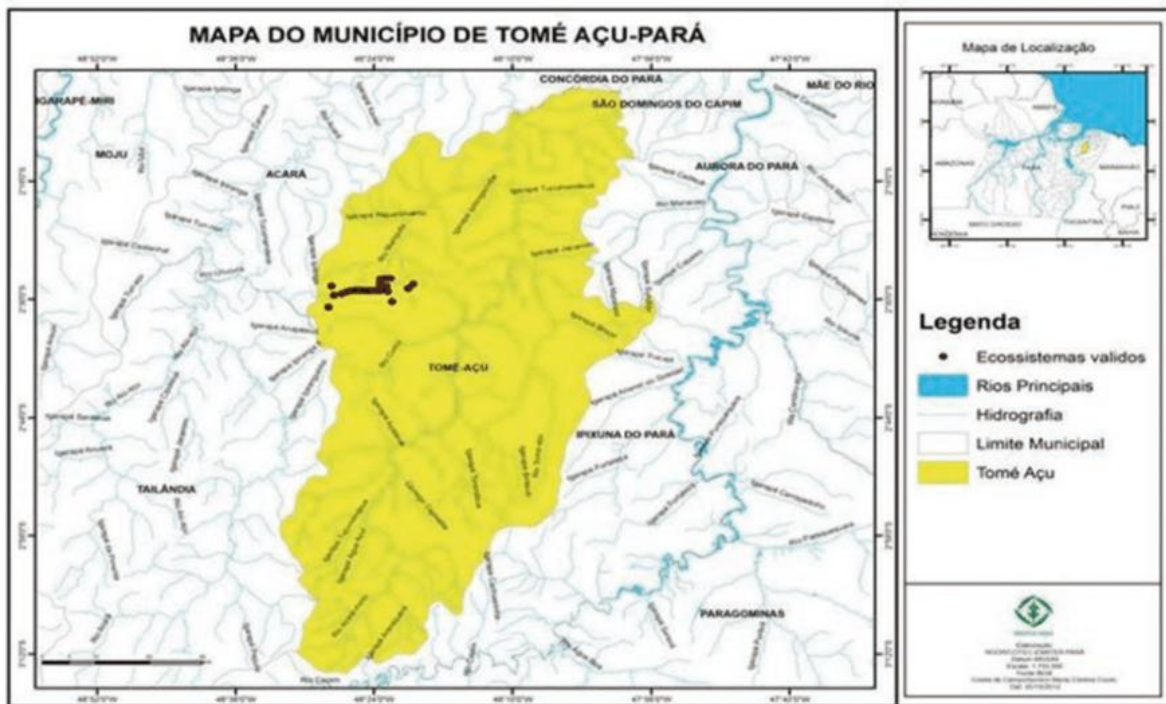


Figura 01. Mapa de localização do município de Tomé Açu – Pará.

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-do-municipio-de-Tome-Acu_fig1_322344494, 2018.

A agricultura em Tomé-Açu continua sendo uma atividade importante, tendo diversificado as atividades produzidas. Atualmente, o município é constituído apenas do Distrito-Sede: Quatro Bocas (REIS; PEREIRA, 2014, p. 8).

Os sistemas agrícolas tradicionais vêm sendo desenvolvidos em uma estratégia de diversificação (sistemas agroflorestais), dentro de uma contradição com o monocultivo comercial da pimenta-do-reino. E em alguns casos a pimenta compõe os próprios SAFs (PACHÊCO; MATOS, 2006, p.35).

Há alguns anos o município de Tomé – Açu foi escolhido como piloto para implantação dos projetos monocultivo do dendzeiro para abastecer indústrias de extração de óleo de dendê, em uma lógica de inclusão de unidades familiares de produção, sendo estas financiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - Dendê, criado exclusivamente para esse fim (BARROS, 2010, p.11). Apesar dos dendezais comerciais predominarem na paisagem regional, existe resistência de famílias de agricultores a proposta de inserção da palma no seu agroecossistema, preferindo estes manterem os sistemas tradicionais de produção, diversificados para o consumo familiar e mantendo os SAF's como atividades estratégicas de manutenção da diversificação.

Como o objetivo de analisar, preliminarmente, as razões que levam comunidades tradicionais a resistirem ao monocultivo de dendê, este estudo foi realizado na comunidade Quilombola Novo Betel, sendo comparados casos de acesso e não acesso ao PRONAF.

3.2 Análise da pesquisa em aspectos multidimensionais

A região na qual está localizada a comunidade Quilombola “Nova Betel, atualmente é tomada por plantações de dendeicultura, impacto direto da Política do PRONAF, alterando significativamente a paisagem e economia deste território.

A comunidade Nova Betel passou por um processo de identificação cultural recente e aguardam a liberação de instituições responsáveis para reconhecimento e titulações para comunidade tradicional quilombola. Em 2015, muitas famílias fizeram o financiamento para aquisição ao crédito dendê, antes do processo de reconhecimento como povos remanescente de quilombo. A Secretaria de Políticas para Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR, informou que a comunidade quilombola Nova Betel não

possui registro definitivo da terra, de todas as comunidades quilombolas existentes na região de Tomé – Açu, apenas a comunidade Forte do Castelo possui o registro definitivo que declaram que seu território é quilombola. Portanto a comunidade estudada ainda está em processo de legalização territorial, em relação a sua identidade cultural.

Foram estudados seis (6) agroecossistemas (Quadro 1), o critério de seleção das famílias foi indicações feitas pelos próprios moradores, os mesmos visavam ressaltar os agroecossistemas que representassem bem o perfil da pesquisa que estava sendo realizada, buscando as dimensões dos indicadores de sustentabilidade. Desse modo, aplicou-se a ferramenta MESMIS, sendo escolhida por permitir uma avaliação do estado atual de sustentabilidade.

Quadro 01 - Características dos agroecossistemas envolvidos no estudo.

Fam.	Linha de crédito acessada	Moradia	Principais fontes de rendas	Dificuldades enfrentadas	Principal atividade exercida no Agroecossistema
1	Pronaf floresta	Agrovila	Agroecossistema familiar	Estradas, escassez de água.	Safs e Roça
2	Pronaf floresta	Agroecossistema	Agroecossistema familiar.	Estradas	Safs e roça
3	Pronaf dendê	Agrovila	Bolsa família	Assistência técnica Estradas	Dendê e Roça
4	Pronaf dendê	Agrovila	Funcionário público.	Assistência técnica.	Dendê

5	Pronaf floresta, Pronaf dendê	Agrovila	Agroecossistema familiar.	Assistência técnica. Estradas	Saf's, Dendê e roça
6	Não fez acesso ao Pronaf	Agrovila	Aposentadorias /agroecossistema	Acesso a água de qualidade, mercado, estrada, transporte.	Saf's

Fonte: Pesquisa de campo 2018.

Um indicador importante a ser questionado no quadro acima é a “situação” da estrada de acesso, que liga a zona rural a zona urbana, esse indicador mostra a influência que teria em outros indicadores de forma negativa, como por exemplo: acesso à educação, dificuldades com transportes, acesso ao mercado consumidor, acesso a saúde, a questão do tempo de locomoção que acaba sendo uma dificuldade para os moradores da comunidade.

As informações coletadas foram realizadas através de visitas nos agroecossistemas e na agrovila, com questionários semiestruturais adaptados à realidade local, foram realizados estudos bibliográficos e conversas informais com bases importantes para construção desse trabalho. Foi observado as diversas atividades desenvolvidas pelas famílias, principalmente nos sistemas agroflorestais que surgem com um grande dinamismo, favorecendo estratégias sustentáveis agrícolas.

O principal objetivo do MESMIS é proteger um quadro metodológico para avaliar a gestão dos recursos naturais a nível local (parcela, unidade, produtiva, comunidade) (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURO, 2000. 22p.).

As roças fazem parte da cultura local, sendo de fundamental importância, principalmente para proporcionar variedade alimentar na mesa dessas famílias. A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.) é o principal cultivo nos sistemas de ciclo anual dos agricultores. Já a produção de hortaliças é praticamente inexistente na comunidade, poucas famílias possuem hortas nos seus estabelecimentos, cerca de 5% dos moradores plantam hortaliças na comunidade, quando plantam, costumam vender em seus estabelecimentos, principalmente quando possuem pontos comerciais, sendo esse o caso do agroecossistema entrevistado, número um (1). Praticamente 60% dos moradores criam algum tipo de animal, variando de avicultura, suinocultura, piscicultura e pecuária, os tipos de criação predominante são avicultura e pecuária, a venda é feita de forma esporádica, na maioria dos casos, os animais são criados para o consumo familiar.

Todas as famílias entrevistadas praticam a coleta extrativista de forma esporádica, assim como a venda de animais, as famílias da comunidade Nova Betel, praticam a coleta de frutas, como uxi

(*Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec.), pupunha *Bactris gasipaes* Kunth.), piquiá (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.) e açai (*Euterpe oleracea* Mart.) para o consumo da família, assim como, a caça de animais silvestres, já a pesca nos igarapés da região é rara.

A aplicação do MESMIS teve como intenção avaliar o grau de sustentabilidade em três dimensões: social, econômica e ambiental.

3.3 Avaliações do grau de sustentabilidade dos agroecossistemas estudados

A figura 1 indica as 06 famílias entrevistadas, das quais, duas (2) tiveram acesso ao Pronaf dendê, duas (2) tiveram acesso ao Pronaf floresta, uma (1) acessou o Pronaf floresta e o Pronaf dendê e uma família optou por não fazer o financiamento.

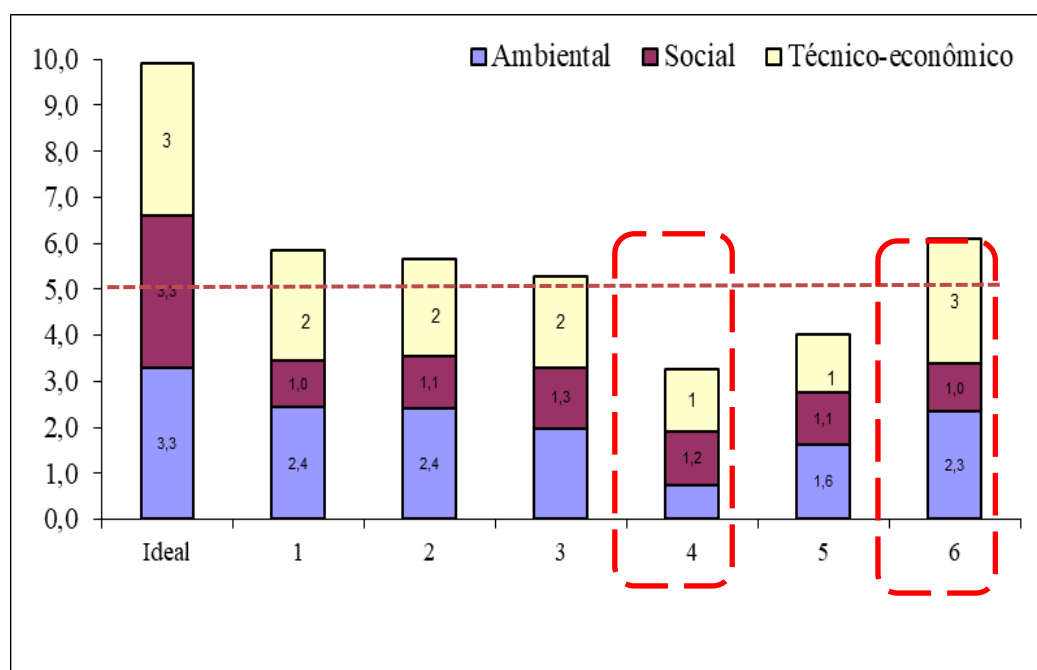


Figura 1. Aspectos gerais das sustentabilidades das famílias entrevistadas da comunidade quilombola Novas Betel. Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Através da figura acima pode-se observar as três dimensões: Ambiental, Social e Técnico Econômico, dentro dessas dimensões foram levantados indicadores conforme a realidade local, houve variações de sustentabilidade, sendo comparado o tipo de financiamento que cada família acessou e como reagiram a esse tipo de financiamento.

A realidade social de todas as famílias entrevistadas é semelhante, devido à falta de saúde, educação e infraestrutura na comunidade. O agroecossistema dois (02), também fez acesso ao financiamento floresta e assim como a família (01) prospera nas dimensões ambiental e econômica.

Em relação às famílias, três (03) e quatro (04), estes fizeram acesso ao Pronaf dendê, segundo as famílias entrevistadas, por influência da empresa Biopalma. Podemos concluir que a família três (03) está acima do nível crítico, já a família número quatro (04) (Figura 1), não consegue atingir o nível de sustentabilidade de seu estabelecimento, principalmente em relação a dívida, oriunda do financiamento (PRONAF).

A família de número cinco (05), acessou o Pronaf floresta e o Pronaf dendê, porém o nível de seu agroecossistema é crítico. Em relação à plantação de dendê, ainda não atingiu a idade de produção, provavelmente no ano 2019, já inicia a produção. Desse modo, o agricultor tira o sustento da família da roça e dos sistemas agroflorestais.

A família de número seis (06), optou em não fazer nenhum tipo de financiamento, relatando possuir uma renda extra, oriunda de aposentadoria; por esse motivo a família tem maior possibilidade de investimento produtivo em seu lote, através das aposentadorias, a família consegue pagar trabalhadores semanalmente. A propriedade é uma das mais diversificadas entre os produtores entrevistados, o único produtor que conseguiu atingir o grau técnico econômico, ultrapassou o nível crítico, sendo considerado um agroecossistema eficiente. Talvez isso tenha se dado por buscar a diversificação de seu estabelecimento, enquanto que o agroecossistema um (01) e dois (02), também encontram equilíbrio através da diversificação de sua produção, o agroecossistemas três (03) oferece diversidades em sua produção. O município de Tomé – Açu, oferece oportunidades de mercado para de produção de frutíferas, através da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé – Açu, Camta.

A Figura 2 mostra a integração dos indicadores avaliados nos agroecossistemas amostrados, onde se pode observar grandes variações entre as famílias, em relação ao fator ambiental, as famílias conseguem se manter através da diversificação das espécies cultivadas.

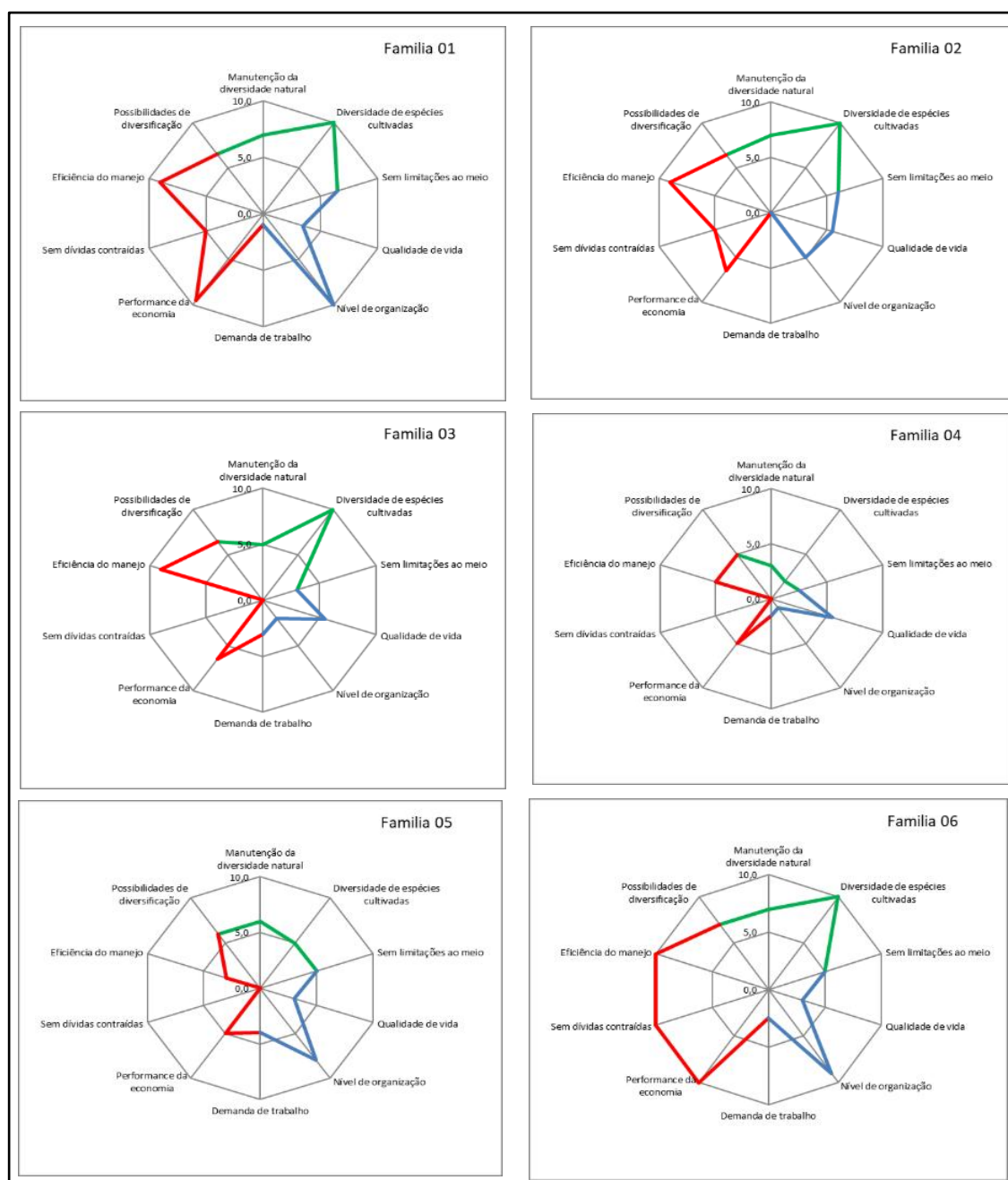


Figura 2. Comparação gráfica dos agroecossistemas estudados na comunidade Quilombola Nova Betel – Tomé-açu, Pará.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Os moradores da comunidade Nova Betel fizeram acesso ao crédito (Pronaf) por volta do ano de 2015, então todos os financiamentos feitos são recentes. Podemos ressaltar que as famílias que optaram em fazer o financiamento dendê ainda não começaram a comercializar o seu produto, devido suas produções serem recentes.

Observando o Figura 3, as famílias quatro (04) e (05) são as mais críticas, ficando abaixo do esperado na análise dos indicadores de sustentabilidade, acredita-se que isso deve –se à falta de orientações, à perda de produção e as dívidas acumuladas pelo financiamento.

Para avaliação dos indicadores foram estabelecidos padrões de cores e notas. As três dimensões: Ambiental, social e econômica, foram atribuídas as cores, verde para o técnico - econômico, azul para ambiental e vermelho para o social foram levantados alguns indicadores metodológicos decisivos para elaboração dos resultados: *Manutenção da diversidade natural; Diversidades de espécies cultivadas; Sem limitações ao meio; Qualidade de vida; Nível de organização; Demanda de trabalho; Performance da economia; Sem dívidas contraídas; Eficiência de manejo; Possibilidades de diversificação.*

Através desses indicadores seguiu um grau de avaliação dos agroecossistemas sendo possível chegar a resultados determinantes, identificando pontos críticos nos estabelecimentos, através dessa análise foi necessário fazer uma avaliação sugerindo melhorias para os agricultores envolvidos na pesquisa.

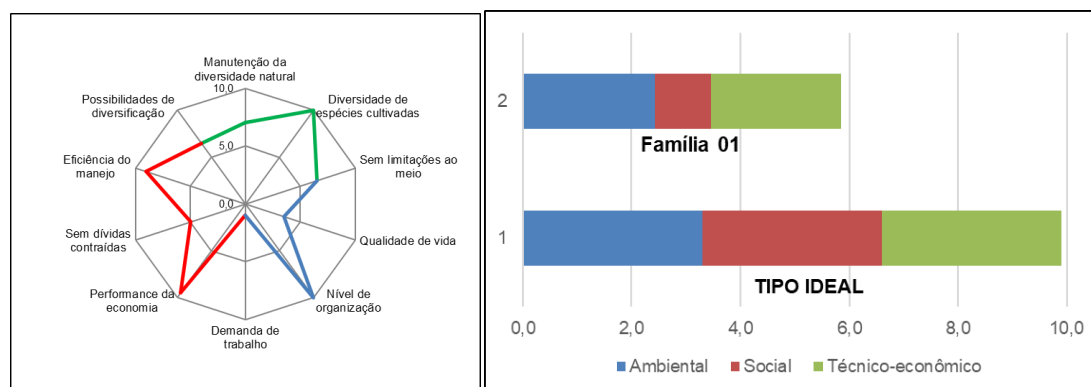


Figura 3. Comportamento do agroecossistema 01 (PRONAF Floresta), comunidade Quilombola Nova Betel – Tomé-açu, Pará.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O agroecossistema um (01) (família que acessou o Pronaf floresta) consegue manter uma grande diversificação de atividades em sua propriedade, gerando renda e segurança alimentar para família. Através do financiamento a família conseguiu investir nos sistemas de produção, conseguindo adquirirem insumos e máquinas agrícolas para desenvolverem as atividades de sua propriedade, com o financiamento o proprietário aumentou os sistemas agroflorestais, introduzindo primeiro a pimenta – do – reino, para se obter um resultado

lucrativo mais rápido, em seguida foi diversificando com espécies florestais, como o açaí, cupuaçu e o cacau.

Através da produção da pimenta – do – reino a família já iniciou o pagamento do financiamento, demonstrando satisfação com os resultados do financiamento.

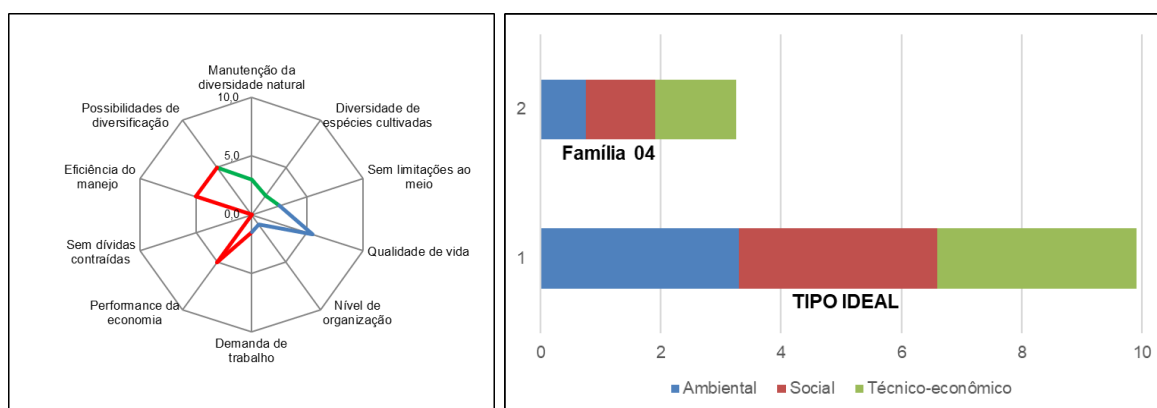


Figura 4. Comportamento do agroecossistema 04, comunidade Quilombola Nova Betel – Tomé-açu, Pará.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como podemos observar, o agroecossistema de número 04 (Pronaf Dendê) não conseguiu ultrapassar o nível crítico no gráfico, desse modo, observamos um índice muito baixo relacionado aos outros agroecossistemas. Isso pode ser explicado pelo fato de que o estabelecimento se encontra com uma baixa diversificação de produção, sendo o sistema principal de produção o monocultivo de dendê. Porém, esse ainda não começou a produzir e o proprietário encontra-se com dificuldade de administração de seu agroecossistema, como por exemplo, a limpeza da área, observado na figura 4, a plantação está sendo invadida por plantas espontâneas, dificultando o desenvolvimento do dendê e consequentemente afetando sua produção se essa situação não mudar. Lembrando que existe uma dívida a ser paga, em relação às orientações relacionadas a esse tipo de produção, a família quatro (04) alegou encontrar dificuldade de orientação adequada e esse programa de crédito deveria se adequar à realidade familiar.

Dessa forma, cabe lembrar que a falta de políticas públicas adaptadas à realidade dos povos e comunidades tradicionais gera problemas nos sistemas de produção, sendo que as famílias têm seu próprio ritmo, seu modo cultural próprio, suas lógicas de produção, considerando que essas pessoas carregam princípios e autonomia cultural. Com bases nas análises, esses povos devem ser observados com cuidado quando se fala em enquadramento

ou em oferta por linhas de crédito. Apesar de existir garantias legais conquistadas pelos povos e comunidades tradicionais. Ainda se tem dificuldades em ofertas de ATER adequadas a essas realidades locais.

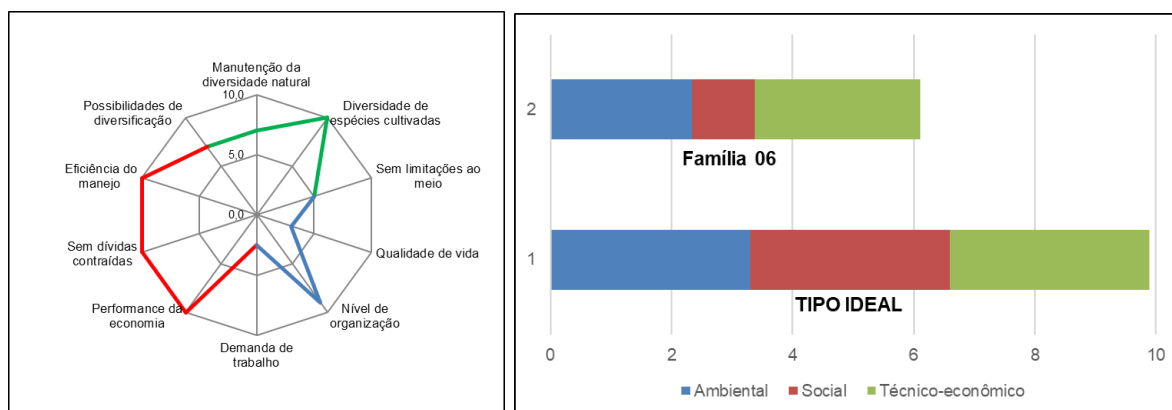


Figura 5. Comportamento do agroecossistema 06, comunidade Quilombola Nova Betel – Tomé-açu, Pará.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O agroecossistema seis (06) (Não acessou o Pronaf), sendo um dos agroecossistemas mais diversificados entre os seis (06), apesar de não ser uma família jovem e possuírem dificuldade quanto a isso, os sistemas de produção do estabelecimento encontram – se bem produtivos e sempre tem um trabalhador na propriedade, foi possível observar a autonomia de cada elemento de produção no estabelecimento agrícola, sendo evidente que, mesmo não fazendo o financiamento, a família consegue manter seu agroecossistema, produzindo uma grande diversidade. Além da renda oriunda de seu estabelecimento agrícola, a pequena família seis (06), possui renda de aposentadorias, assim conseguem manter e administrar seu empreendimento de forma rentável, não necessitando fazer o financiamento.

Os sistemas agroflorestais apresentam custos de implementação e manutenção reduzidas (em comparação com grandes áreas agricultáveis de silvícolas), e a diversificação da produção acarretando benefícios socioeconômicos e ambientais. A partir desse foco, observa-se que os SAF's podem compatibilizar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. De acordo com essa afirmação, entende-se que o SAF passa a ser um mantenedor ou mesmo um fornecedor de serviços ecossistêmicos em sua essência. A prática indutiva de difusão dos SAF's deve estar atrelada ao fortalecimento de políticas públicas que valorizam essa prática conservacionista (MORAES, AMÂNCIO & RESENDE 2001, p.20).

Além de fornecer valor econômico ao proprietário, fornece benefícios ao meio ambiente. A família seis (06) foram os entrevistados que mais utilizam matéria orgânica em sua propriedade, logo, economizam em insumos agrícolas, já que os sistemas agroflorestais ocasionam diversos benefícios, como o aumento da fertilidade do solo, disponibilizando nutrientes para as plantas. Desse modo, foi possível observar que a manutenção da biodiversidade se adapta a realidade local, gerando economia e renda.

Sobre alguns relatos da família, gostariam de fornecer as polpas de frutas para os pontos de vendas comerciais do Distrito de Tomé – Açu, mas ainda não é possível, devido às normas de beneficiamento vigente no momento. Por esse motivo, a família vende as polpas de frutas, como: acerola, abacaxi, cupuaçu, maracujá e entre outras em sua residência localizada na agrovila e o que não conseguem vender, consome ou doam para os alunos da comunidade, geralmente. Outra dificuldade que foi levantada pela família é a venda para atravessadores por um preço considerado baixo, gerando desvalorização de seu produto. Como podemos se observou na figura 5, as limitações ao meio seriam os obstáculos enfrentados pela família. Seguindo seu depoimento, a escassez da água é uma grande preocupação para eles e outros moradores que precisam lidar com essa situação, a família alega que com a chegada da empresa Biopalma os igarapés e a escassez de água se tornou frequente e preocupante para a família.

4. Considerações finais

Considerando a opção da ferramenta utilizada, foi possível observar uma diferença entre os agroecossistemas que acessaram a linha de crédito e o agroecossistema (06) que não acessou nenhum tipo de financiamento. A família que não acessou ao PRONAF se manteve em uma estratégia de diversificação e autoconsumo que permitiu um desempenho acima da linha crítica da sustentabilidade global; assim, as famílias que fizeram acesso ao PRONAF conseguiram se manter em um estado melhor, em termos de sustentabilidade multidimensional. Já em comparação ao Pronaf dendê, o Pronaf floresta seria o modelo que melhor se adaptaria a realidade local da comunidade.

Contudo, a grande maioria das famílias mantém a diversidade produtiva como estratégia fundamental para a garantia do consumo familiar e as relações de trocas e venda. E, dentre as estratégias mais interessantes de diversificação, os SAF's predominam, mas já passam sério risco de serem substituídos, em alguns casos, pela implantação de monocultivos

comerciais, dinâmica essa imposta pelo mercado via políticas oficiais de crédito (como o caso o PRONAF dandê).

Ainda se observou que muitos agricultores preferem ter elementos das duas lógicas de produção (camponesa e comercial), como foi observado nos agroecossistemas um (01) e seis (06), com resultados mais interessantes do que o estado de sustentabilidade observados nos agroecossistemas em dinâmica de perda de diversidade e aumento da dependência ao mercado (agroecossistemas três (03) e quatro (04)).

O Pronaf busca fortalecer a agricultura familiar com base em suas modalidades de crédito, com o acesso ao crédito, os agricultores têm buscado incentivos a novas formas de ampliação de produção, sendo que uns conseguem se manterem sustentáveis de forma diversificada e outros se fragilizam. Desse modo, o Pronaf pode ser considerado uma ambiguidade, sendo observado um lado que estimula e apoia os agricultores e outro lado de um programa que fragiliza a diversificação desses agricultores, ou seja, o tipo de atividade produtiva e econômica. Contudo, a ampliação da diversidade de lógicas que obriga a uma nova visão de políticas públicas, mais preocupadas com esses novos fenômenos, ao invés de impor um único modelo de inovação. Mesmo existindo vários tipos de modalidade de crédito para agricultura familiar, observa-se que o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar ainda precisa ser discutido e aperfeiçoado para contemplar a diversidade de agriculturas familiares das múltiplas realidades locais existente em nosso país.

Agradecimentos

Ao apoio do projeto de pesquisa - Chamada Universal MCTI/CNPq Nº 01/2016A/CNPq No 39/2014, intitulado “Estratégias de inovações tecnológicas para o desenvolvimento rural em contexto da Amazônia paraense”. Agradecemos às famílias assentadas que contribuem com a pesquisa. Também agradecemos o apoio da Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD – CASA CIVIL /CNPq 21/2016. EDITAL 05/2018 e ao edital PIBIC/UFPA 2018/19.

Referências bibliográficas

ASTIER, Marta.; MASERA, Omar.; Galván-Miyoshi, Coord. **Evaluación de Sustentabilidad: Un enfoque dinámico y multidimensional.** SEAE/CIGA/ECOSUR/CIeco/UNAM/GIRA/Mundiprensa/ Fundación Instituto de Agricultura Ecológica y Sustentable, Espanha, 2008.

Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu – Pará

OLIVEIRA, Maria Suzane Lavareda
SILVA, Luís Mauro Santos

ALMEIDA, Rozemberg, Ribeiro: **Escravidão de quilombos na Amazônia: Jacaraquara em pauta** – Natal – Rn. 22 a 26 de julho de 2013.

BARRETO, Jônatas. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, **Implantação de infraestrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga**. Universidade de Brasília, Brasília, DF. N. (2006). 37p.

BARROS, Maria. Theodora. Paiva., **Agricultura Familiar. O processo de formação para a sustentabilidade na comunidade de Marupaúba, Município de Tomé – Açu, PA**. Belém, Pará, 2010. Brasil: 184p.

FARIAS, Emanuel, Almeida. **Quilombola na Amazônia: um esboço preliminar do estudo de comunidades de pretos no complexo Madeira**. 2007.

FONSECA, Alex, Sandro. Santos., **Entre territórios: Políticas Públicas e Comunidades Tradicionais. Anais eletrônicos do XXII**. Encontro Estadual de história da ANPHH – SP. Santos. 2014.

FILHO, Flávio, Ferreira, Lisboa, SILVA, Thomas, Josué. **Cultura e identidade: subjetividade e minorias sociais** – Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

FURTADO, Marcela, Brasil; SUCUPIRA, Regina, Lúcia; ALVES, Beatriz, **Cultura, identidade e subjetividade Quilombola: Uma leitura a partir da psicologia cultural**. V.26 n°1. Belo Horizonte jan/abril 2014.

GARCIA, Denise. Schmitt. Siqueira., **A atividade portuária como garantidora do Princípio da sustentabilidade**. **Revista Direito Econômico Socioambiental**. Curitiba, v. 3, n. 2, p. 375-399, jul/dez. 2012.

GARCIA, Denise, SCHMITT, Siqueira. **Dimensão Econômica da Sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do crescimento**. **Veredas do direito**, Belo Horizonte, V. 13 n° 25 p. 133 – 153. Janeiro/ abril de 2016.

GEHLEN, Ivaldo., **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo perspec. Vol. 18 N° 2. São Paulo. June, 2004.

GOMES, Flavio dos Santos. **Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)**. 1997 (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade de Campinas, 1997.

HOMMA, Alfredo. **Imigração Japonesa na Amazônia: Sua Contribuição para o Desenvolvimento Agrícola**. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2007.

HOMMA, Alfredo. *et al.* **Bases para uma política de desenvolvimento da cultura do dendê na Amazônia**. 2000. p. 11-30.

Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu – Pará

OLIVEIRA, Maria Suzane Lavareda
SILVA, Luís Mauro Santos

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MASERA; Omar; ASTIER, Marta; LÓPEZ- RIDAURA, Santiago. Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: el marco de evaluación mismas. México: Mundi – prensa, 2000, p.22

MELLO, N. A. E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável. Rev. NERA, ano 11, n. 12 p. 68-85, jan./jun. 2008.

MORAES; Luiz, Duarte; AMÂNCIO, Cristhiane, Oliveira, Graça; RESENDE; Alexander, Silva. Sistemas agroflorestais para o uso sustentável do solo: Considerações agroecológicas e socioeconômicas. Embrapa agrobiologia. Rio de Janeiro – 2001.

MUTO, Reiko., **O Japão na Amazônia. Condicionates para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses.** (1929 – 2009). Belém, 2010.

NAHUM, J. S; BASTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1113>>. Acesso em: 28/10/2019.

OLIVEIRA, Aberlene, Ribeiro, PINTO, Josefa, Eliane, Santana. As transformações no campo e o modo de vida Camponês (des) territorialidade no município de Poço Verde/ SE. **Ateliê geográfico** – Goiânia – v.7, n.1, abril 197 - 214, 2013.

PAULA, Helga. Maria. Martins.; TÁRREGA, Vidotte. Blanco. **A importância das comunidades tradicionais para a justiça ambiental e o desenvolvimento sustentável.** In: VI Congresso de Meio Ambiente da AUGM, 2009, São Carlos. VI Congresso de Meio Ambiente da AUGM, 2009.

PACHÊCO, Nilza. Araújo.; Matos, T. X. **Boletim agrometeorológico 2005 - Tome-Açú. Belém:** Embrapa Amazônia Oriental, 2006, p.35. Embrapa Amazônia Oriental Documentos 277.patentes.

PLOEG, Jan. Dowe. Van Der. **O modo de produção Camponês revisitado. Agricultura familiar e desenvolvimento rural** – Porto Alegre. 24 e 25 de Novembro, 2005.

REIS. Cleoson.; PEREIRA, Priscila. Rollo. **Diagnóstico de Desenvolvimento Rural da Comunidade de Santa Luzia no Município de Tomé-Açu, Nordeste Paraense.** Monografia de Estágio Supervisionado. Castanhal, Pará. 2014.

RODRIGUES, Tarcísio. Ewerton. *et al.* **Zoneamento agroecológico do município de Tomé-Açu, Estado do Pará. Belém:** Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 81p. Embrapa Amazônia Oriental Documentos n. 118.

Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu – Pará

OLIVEIRA, Maria Suzane Lavareda
SILVA, Luís Mauro Santos

ROCHA, Leandro, Mendes. (1998). *O estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Goiânia, GO:

SALLES, Vicente. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Textos reunidos/Vicente Salles. Belém: Paka-Tatu, 2004.

STOFFEL, Jaime, Antônio; COLOGNESE, Silvo, Antônio; SILVA, Roselaine, Navarro, Barrinha. **A sustentabilidade na agricultura familiar e as formas de organização produtivas em contextos locais**. Tempo da ciência. V. 21, n° 42, 2° semestre de 2014.

TÁRREGA, M.C.V.B. & PÉREZ, L.A. 2007. A tutela jurídica da biodiversidade: a influência da convenção sobre a diversidade biológica no sistema internacional de patentes. En: TÁRREGA, M. C. V. B. (org.). Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: RCS Editora, 2007,33: 1-116.

TRECCANI, Girólomo Domênico. **Terras de quilombo: entraves do processo de titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006. UFG.

WANDERLEY, Maria, Nazareth: Raízes Históricas do campesinato Brasileiro. XX Encontro anual da Anpocs. G17 processos sociais agrários. Caxambu, MG. p. 8 -14. Outubro, 1996.

WANDERLEY. Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. 1995. Mimeo.

WIENKE, Felipe. Franz., **A noção de agricultores familiar no direito Brasileiro: Uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais: Juris, Rio Grande, v27, n° 1, p – 225 – 245. 2017.**



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , n° 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

"Before we had a river, now we have a lake": perceptions of environmental transformations in a riverine community affected by the Belo Monte Hydroelectric Power Plant

Denise da Silva Graça, Especialista GESAM, UFPA, denise.florestal@gmail.com;
Myriam Cyntia Cesar de Oliveira, Doutora, UFPA, myriam@ufpa.br

Resumo

Esta pesquisa buscou identificar e analisar as principais percepções das famílias ribeirinhas sobre as transformações do meio natural causadas pela construção de Belo Monte. Foi realizado um estudo de caso na Região do Palhal, reservatório da hidrelétrica, onde foram realizadas 11 entrevistas semiestruturadas, além de observação participante e mapa falado para complementar as informações. Os resultados mostram a íntima relação que os ribeirinhos estabelecem com a natureza e as práticas produtivas adotadas expressam essa percepção de integração com os elementos naturais. As transformações ocorridas no meio natural em função da construção da hidrelétrica, no entanto, causaram também mudanças nas relações com a natureza: antes percebida como “amiga”, hoje inspira medo. Apesar disso, mesmo essa natureza sendo considerada mais hostil, para as famílias compensa continuar na área na medida em que o “reassentamento” representa a possibilidade de garantir sua reprodução social e cultural.

Palavras-chave

Populações tradicionais; Sociedade-natureza; Rio Xingu; Belo Monte.

Abstract

This study aimed to identify and analyze the main perceptions of riverine families regarding environmental changes caused by the construction of Belo Monte, in Altamira-PA, Brazil. A case study was conducted in the Palhal Region, located in the hydroelectric dam reservoir, where 11 semi-structured interviews, participant observation and “spoken” maps were conducted to collect information. Results demonstrate the intimate relationship that riverine families establish with nature and that the productive practices adopted express a perception of their interaction with the natural world. The transformations occurring in the natural environment due to the construction of the hydroelectric dam also changed peoples’ relationship with nature, where before perceived nature was a “friend”, and today it inspires fear. Nevertheless, even though nature is considered more hostile, riverine families consider it worthwhile to continue in the area, as their “resettlement” represents the possibility of ensuring their social and cultural reproduction.

Keywords

Traditional peoples; Society-nature relations; Xingu River; Belo Monte.

1. Introdução

As comunidades tradicionais têm formas próprias de perceber a natureza, formas estas que se expressam através das práticas e manejos adotados para exploração dos recursos naturais e que, em última estância, influenciam na definição de suas estratégias de reprodução social (DIEGUES, 2000). Devido às suas particularidades socioculturais, essas comunidades apresentam um tipo de racionalidade em relação ao meio natural bem diferente daquelas que orientam a construção de hidrelétricas na Amazônia (SOUSA; PEZZUTI, 2017), estas últimas regidas pela matriz moderna de relações sociedade-natureza e pela lógica econômica hegemônica.

O processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) provocou mudanças importantes no modo de viver das comunidades tradicionais ribeirinhas do Xingu. Essas comunidades, formadas por famílias fruto da mistura entre populações locais indígenas e migrantes nordestinos – vindos para essa área no final do século XIX, início do século XX, em busca dos seringais (DE FRANCESCO et al., 2017a) –, historicamente, foram se consolidando e constituindo seu modo de vida nas áreas de ilhas e margens do rio, caracterizadas “por solo desenvolvido sobre sedimentos arenosos ou lamosos, cobertura de floresta de igapó em diferentes estágios de desenvolvimento e inundação sazonal” (ADAMS et al., 2017). Aí desenvolviam o extrativismo vegetal, a pesca e a agricultura de vazante.

Com a formação do reservatório principal, o meio biofísico sofreu transformações significativas nos seus mais diferentes elementos: ilhas foram submersas; áreas de terra firme declivosas mais altas emergiram como falsas ilhas (chamadas localmente de “ilhas novas”); houve diminuição na qualidade da água, na ictiofauna e na população de quelônios; mudanças na vegetação; surgimento de questões hidrológicas decorrentes do barramento do rio e aumento do lençol freático; surgimento de novas condições de navegação e outras referentes à variação de vazão e controle do reservatório, entre outras (MAGALHÃES; CUNHA, 2017).

Além das consequências negativas produzidas sobre o meio natural, somam-se ainda as inúmeras situações traumáticas pelas quais passaram as famílias ribeirinhas com o processo de deslocamento compulsório¹, tanto pelo fato de terem sido removidas de forma violenta, com a queima de suas casas e pertences (objetos, animais, plantas), quanto pela perda do seu

¹ “Processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras” (MAGALHÃES, 2007, p.14).

modo de vida tradicional. Esse processo, considerado por Magalhães e Cunha (2017) como uma violação dos direitos dos povos ribeirinhos, forçou tais famílias a mudarem de repente seu local de moradia para outras áreas, urbanas ou rurais, de Altamira ou de outros municípios, em geral longe do rio – os pescadores se tornaram “pescadores sem rio” –, com a perda de suas redes de relações e fontes de renda, virando de ponta-cabeça sua forma de viver (KATZ; OLIVEIRA, 2017).

Em 2015, após inúmeras denúncias ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública do Estado do Pará e da União e a Movimento Xingu Vivo para Sempre, foi realizada uma inspeção avaliando esse processo de deslocamento dos ribeirinhos onde foi constatado o descumprimento de premissas do Plano Básico Ambiental (PBA)². Dessa forma, o IBAMA incluiu nas condicionantes a realização de um reassentamento que garantisse a recomposição do modo de vida das famílias ribeirinhas atingidas por Belo Monte (DE FRANCESCO et al., 2017b).

Como se pode ver não foram poucas nem triviais as transformações, sociais e ambientais, que se desenrolaram nessa região do rio Xingu que deu lugar ao reservatório principal da Usina. As novas condições exigem das famílias uma revisão em suas percepções do meio natural para definir suas novas estratégias; são essas percepções que condicionam e determinam as novas relações que estas famílias vão estabelecer com a natureza (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, é importante compreender como as famílias estão percebendo essas transformações que ocorreram no meio natural; o “novo” meio natural traz características diferentes das quais essas famílias não têm tanto conhecimento e mediante as quais precisam se adaptar. A fala do ribeirinho que dá título a esse trabalho dá uma ideia dessa percepção e do desafio que eles têm de enfrentar.

Esse artigo tem, então, como objetivo identificar e analisar as percepções das famílias ribeirinhas sobre o meio natural, frente às transformações causadas pela construção de Belo Monte. Para isso, o texto foi organizado destacando-se, inicialmente, a percepção sobre o meio natural na área de origem das famílias. Em seguida, trata-se do período longe do rio e o estabelecimento no reassentamento às margens do reservatório. E, por último, destacamos a percepção dos ribeirinhos sobre as mudanças no meio natural do reservatório.

² Condicionante que visa a garantir a mitigação e compensação dos impactos causados pela obra.

É importante esclarecer que, como o processo de realocação ou reassentamento das famílias ainda está em curso, sendo revisto conjuntamente pela Norte Energia (NESA) e pelo Conselho Ribeirinho por meio do “projeto básico de recomposição do modo de vida das famílias ribeirinhas interferidas pela usina hidrelétrica de Belo Monte”, o artigo traz reflexões que se centram sobre as primeiras realocações, ou seja, antes das diretrizes desse novo projeto.

2. Procedimento metodológico

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o método de estudo de caso na região do Palhal. Para Becker (1994), essa metodologia é uma análise detalhada de um caso individual para explicar a dinâmica de um fenômeno, permitindo uma profundidade nas informações sobre dinâmica estudada.

No levantamento de campo procurou-se entrevistar o máximo possível de famílias presentes na área no momento da pesquisa. Dessa forma, foram realizadas 11 entrevistas com famílias ribeirinhas reassentadas no novo Palhal utilizando-se um roteiro semiestruturado para levantamento de informações, além de observação participante e conversas informais como complementações. Durante as entrevistas buscou-se envolver mais de um membro da família no sentido de explorar a visão do conjunto da família a respeito do tema pesquisado.

Em cada entrevista utilizou-se ainda o método do mapa falado (VERDEJO, 2010) para identificar as áreas de uso na morada antiga e as transformações na paisagem e áreas de uso dos recursos naturais depois da formação do reservatório. Para resguardar a identidade dos entrevistados seus nomes foram substituídos por nomes comuns de espécies de árvores nativas dessa região do rio Xingu citadas nas entrevistas.

Quanto à área de estudo, a escolha se deu pelo fato desta região do Xingu ter passado por intensas transformações na paisagem e nos elementos do meio natural e por incluir famílias reassentadas em áreas com características diferentes daquelas que ocupavam antes do seu deslocamento.

A pesquisa foi realizada na localidade que, atualmente, está sendo considerada como região do Palhal; esta possui uma configuração espacial diferente daquela designada como Palhal antes do reservatório. Anteriormente, em termos espaciais, o Palhal estava localizado à margem direita do rio Xingu, a jusante da cidade de Altamira, mas, hoje, ele inclui tanto essa antiga área quanto áreas da margem esquerda, que faziam partes de outras localidades.

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GRAÇA, Denise da Silva
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

Essa nova configuração foi estabelecida pela NESA e era a adotada pelas famílias no período em que se estava desenvolvendo a pesquisa. No entanto, é possível que ela sofra atualizações ao longo das redefinições que estão em curso. Não foi possível obter com a NESA informações mais precisas sobre a extensão da área dessa atual região do Palhal, porém, segundo informações das famílias, ela engloba o antigo Palhal, parte do Paratizão e do Arroz Cru. Essa região está localizada a 35 km a jusante de Altamira, próximo ao barramento (Figura 1).

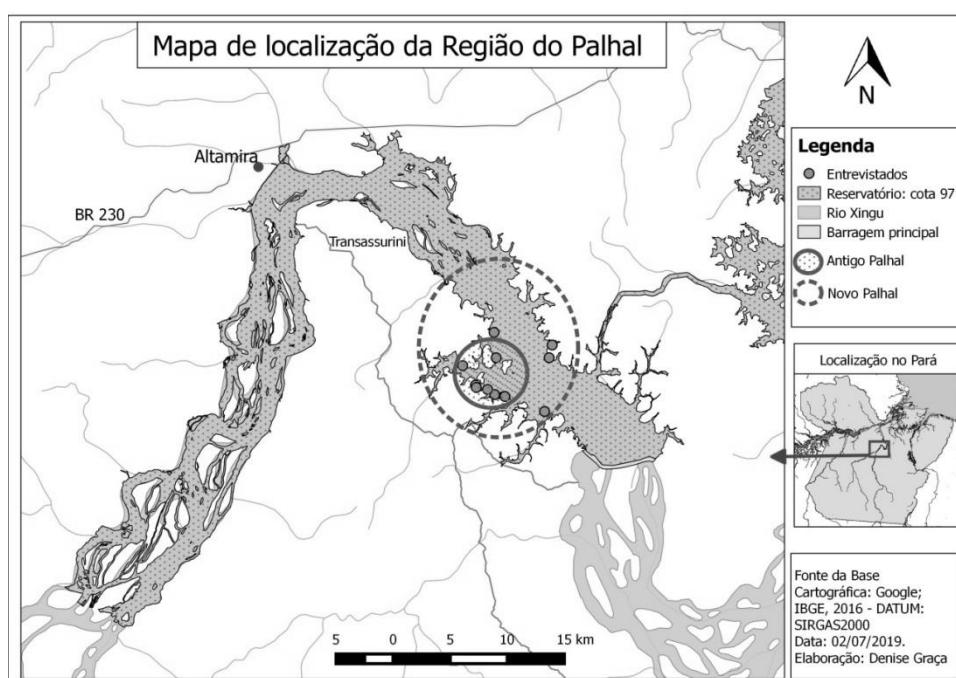


Figura 6: Localização da Região do Palhal e das famílias entrevistadas, reservatório de Belo Monte.

Fonte: Trabalho de campo (2018).

3. A percepção das famílias ribeirinhas sobre meio natural antes do reservatório de Belo Monte

Para compreender qual o nível das mudanças que ocorreram nas percepções das famílias e nas suas formas de produzir depois da construção da Usina, é necessário inicialmente se ter uma ideia de quais eram as percepções que essas famílias tinham do meio natural que dispunham antes das transformações que ocorreram. A noção de percepção ajuda nessa reflexão na medida em que desempenha um papel fundamental na determinação das formas como as sociedades, notadamente essas comunidades tradicionais ribeirinhas, se relacionam com a natureza e como se organizam dentro do seu ambiente biofísico e sociocultural.

Em uma abordagem perceptual da relação sociedade-natureza, Whyte (1978) enfatiza que cada elemento e relação que existe no meio biofísico provocam percepções distintas na mesma sociedade, ou em sociedades diferentes no mesmo lugar, ou sociedades em diferentes lugares. Nesse contexto, a percepção vai dar subsídio às tomadas de decisão e ações no ambiente baseados tanto em aspectos objetivos quanto subjetivos.

Fernandes et al. (2003) reforçam essa noção em suas considerações sobre percepção ambiental. Para eles, cada pessoa tem consciência do ambiente em que está inserido, cada pessoa ou sociedade percebe, reage e responde de formas diferentes às condições desse ambiente. Pode-se assim dizer que as respostas aos ambientes são resultados das percepções individuais e coletivas, assim como de processos cognitivos, de julgamentos e das expectativas pessoais.

Conforme mencionam Pacheco e Silva (2007), o conceito de percepção possibilita analisar os valores, necessidades e expectativas das pessoas e isso é útil nesse contexto de transformação do ambiente natural causado pela instalação da usina hidrelétrica, principalmente porque se quer entender o que mudou na forma de olhar a natureza e como isso influencia na recriação dos modos de vida das famílias.

3.1 Como o meio natural influenciava a vida das famílias ribeirinhas?

As narrativas sobre o lugar da antiga morada dão uma ideia da percepção que os ribeirinhos tinham sobre o meio natural de antes da formação do reservatório. Dona Seringa (56 anos), por exemplo, descreve assim seu antigo lugar de moradia: “[...] Lá onde a gente morava o porto era muito bom; na beira do rio, era areia, pedra... Era bom de tomar banho, lavar roupa [...]”. A narrativa cheia de nostalgia retrata um lugar que era bom de viver, onde a proximidade com o rio era importante para o modo de vida local.

A convivência constante com os elementos do meio natural, sobretudo com o rio, fazia com que as famílias desenvolvessem um conhecimento tal sobre os fenômenos naturais que, frequentemente, as coisas (da vida, da produção) se definiam em função deles. Esse elevado nível de conhecimento da natureza constituído pela estreita relação que com ela estabeleciam é ilustrado por Dona Caferana (54 anos) quando diz, por exemplo, que sabia perfeitamente quando o rio ia secar só pelo cheiro da vazante; seu indicador era o cheiro bem específico que a vazante tinha. Ela falava, “*vai vim água nova! estou sentindo cheiro da vazante, daqui a dois dias o rio vai descer*”, e depois acompanhava o nível das águas pelas marcas deixadas

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GRAÇA, Denise da Silva
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

na vegetação nas margens do rio. Já quando o rio ia encher seu indicador eram os “matinhos verdes” que apareciam nas beiras das praias.

Tal narrativa demonstra que uma das formas de apreender o mundo material é através dos sentidos. Segundo Ingold (2000) apud Alencar (2013, p. 23) existe “*sintonia fina e uma sensibilização de todo o sistema perceptivo que denuncia como o ‘mundo material’ é aprendido cognitivamente*”. Isso significa dizer que a experimentação do mundo por meio do sistema perceptivo é um processo individual. No entanto, conforme afirma Krzysczak (2016, p.17), “*o indivíduo não age isoladamente num determinado ambiente, mas de forma coletiva, uma vez que faz parte de um grupo com comportamento e características semelhantes*”. Portanto, cada ideia sobre meio natural é composta de experiências pessoais, somadas aos conhecimentos repassados de geração em geração e reafirmadas nos seus coletivos.

Assim como muitos ribeirinhos na Amazônia, cujas “vidas e habitações são reguladas e adaptadas aos ciclos das águas” (SOUZA; PEZZUTI, 2017, p.119), essas percepções das famílias do antigo Palhal sobre as variações sazonais do rio também definiam suas estratégias de apropriação do espaço, como era o caso do espaço da casa, conforme, Dona Baia (68 anos) descreve: “*Todo ano na época do inverno alagava. Eu tinha uma casa só de assoalho, não tinha nada de valor. Na época de cheia passava um tempo fora e depois voltava de novo.*”

Mas, nem todos precisavam sair de suas casas no período da cheia do rio. Lotes de assentamentos do INCRA na beira do rio, por exemplo, normalmente, não corriam riscos de alagamentos. Também havia casos de famílias que moravam em ilhas cujas áreas alagavam parcialmente, sendo a extensão da área alagada dependente dos níveis da cheia: em anos de cheias “normais”, alagamento parcial; em anos de cheias “grandes”, possível alagamento total das áreas.

Apesar dos inconvenientes das cheias sazonais, o rio não assumia uma conotação negativa. Pelo contrário, não conseguiam viver sem ele ou longe dele. A adaptação dessas famílias ao rio era tal, a relação era tão estreita que, mesmo sendo forçadas periodicamente a se deslocar para lugares mais altos ou para cidade nos períodos das cheias, isso era compreendido como um fator natural, como fazendo parte da vida.

É possível observar, portanto, o quanto o modo de vida tradicional das famílias dessa área estava estreitamente ligado às características do meio natural e o quanto as expressões do conhecimento desse meio natural demonstram o elo afetivo que as famílias estabeleciam com o lugar.

3.2 Práticas produtivas como expressão das percepções do meio natural

Outra maneira de se observar essa percepção sobre o meio natural construída individual e reafirmada coletivamente pela sociedade local é através das práticas produtivas adotadas pelos ribeirinhos. É a partir do cruzamento das percepções que têm da natureza, da sua situação e dos seus objetivos, bem como dos seus conhecimentos acumulados ao longo da história, que as famílias definem suas práticas e, conseqüentemente, suas estratégias de reprodução social.

Da mesma forma como acontece em outras áreas de comunidades ribeirinhas, no Palhal tudo acontecia e se organizava em função do rio. A dinâmica do rio era a principal definidora não só da vida cotidiana, mas também das atividades produtivas: a sazonalidade de enchente e vazante (seis meses de cheia, seis meses de período seco) determinava a maior parte das práticas, ela determinava o quê e quando fazer.

A roça é um bom exemplo para ilustrar essa influência do meio natural, e da percepção que se tem dele, nas tomadas de decisão e na escolha das práticas.

“[...] lá era ilha, quando a água subia entrava na plantação e morria tudo. Aí no inverno a gente não plantava, alagava tudo. [...] Esperava a água descer pra poder plantar [...]”. (Dona Anajá, 32 anos).

Como se pode observar os períodos de plantio e de colheita eram determinados pelo movimento das águas. As práticas e a gestão dos riscos eram definidas pelo conhecimento dos ciclos do rio, assim era possível aproveitar ao máximo o tempo de seca para o desenvolvimento dos cultivos e diminuir os riscos de perdas da produção pela enchente. Era esse objetivo de evitar perdas que orientava a escolha do lugar de plantios: os moradores das ilhas, por exemplo, escolhiam os lugares mais altos para estabelecer as roças e evitar os alagamentos; já as famílias das ilhas mais baixas, que não tinham essa possibilidade de dispor de lugares altos para os plantios, procuravam diminuir seus riscos de outras formas, tais como, escolher variedades mais precoces. Porém, a principal estratégia das famílias que possuíam limitações para o desenvolvimento dos plantios era mesmo investir na pesca como principal atividade econômica.

Assim como a escolha do local, os tamanhos das roças variavam de acordo com as condições do meio físico disponível em cada morada. Das três pessoas entrevistadas que

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GRAÇA, Denise da Silva
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

moravam em ilha que alagava todos os anos, somente uma fazia pequenas roças (aproximadamente, 0,25 ha), enquanto as outras não faziam roça. Já famílias que viviam em ilhas que alagavam parcialmente, em ilhas mais altas ou em lotes nas margens do rio tinham mais costume em fazer roças: as primeiras faziam roças de tamanho relativamente pequeno (cerca de 0,5 ha), enquanto as que viviam em ilhas altas e em lotes de beiro de rio podiam cultivar áreas maiores de até 2 ha.

Outros fatores ainda podiam influenciar no tamanho das roças, tais como: problemas de tamanho e/ou condições pouco adequadas das áreas para cultivo que, muitas vezes, forçava as famílias a plantar em terras de parentes que possuíam lotes na beira do rio ou área de terra firme; ou problemas de quantidade e qualidade da mão-de-obra familiar disponível para o desenvolvimento das tarefas produtivas.

A dinâmica do rio também influenciava na definição das espécies e variedades mais adequadas a serem cultivadas em cada uma das situações de área (ilha ou margem de rio). As famílias que viviam nas ilhas que alagavam escolhiam desenvolver cultivos de ciclo mais curto, como milho, ou utilizar variedades mais precoces, como macaxeira e mandioca de seis meses. Já as que estavam em ilhas mais altas ou nas margens do rio podiam cultivar a mandioca de um ano ou espécies de ciclo mais longo, como as perenes, pois não havia a necessidade de temer a perda da colheita devido a cheia do rio.

No caso dos quintais, cultivados no entorno das casas de moradia, em geral eram compostos por plantas medicinais, horta, frutíferas (como murici, caju, manga) e por árvores nativas; aí era onde também ficavam as pequenas criações. Mais uma vez o tipo de área disponível estabelecia diferenças entre as áreas: quintais cultivados nas ilhas mais altas e nas áreas de terra firme apresentavam maior diversidade de espécies frutíferas e medicinais do que aqueles observados em ilhas que alagavam todos os anos.

Esses exemplos relacionados às questões produtivas mostram que os ribeirinhos se organizavam no espaço a partir de suas percepções e dos conhecimentos que adquiriam em função de suas experiências cotidianas com o meio natural.

Outra atividade desenvolvida interessante de observar é o extrativismo. Para essas famílias a mata era vista como provedora: dela era possível extrair caça, frutos e sementes para a alimentação; matéria-prima para os equipamentos de pesca; material para construções, fabricação de canoas, entre outros. O rio também era considerado igualmente provedor, porque dele era de onde se tirava o principal alimento e onde se desenvolvia a principal

atividade econômica. Todas as famílias entrevistadas desenvolviam a pesca, sendo que nove, das onze, tinham nessa atividade sua principal fonte de renda.

Não diferente da roça, aqui, a definição das práticas, como as escolhas dos locais de pesca, por exemplo, também se relacionava com o regime das águas. Em geral, no verão – período de seca do rio – a pesca era realizada principalmente nos pedrais (ou “sequeiro”) ou leito do rio, enquanto que no inverno – período de cheia – a pesca era realizada nos igapós ou leito do rio.

Essa dinâmica das águas é percebida pelas famílias como essencial para que tudo aconteça naturalmente, “como tem que ser”, e é a ela que estão associadas características de ecossistemas importantes para a vida das famílias como esses dos igapós: “[...] *[no igapó] tinha árvores grandes, [...] a água não matava as árvores, porque era água corrente, todo ano alagava e secava, não morria as árvores [...]*”. Essa fala de seu Landi (58 anos), confirmada por outros entrevistados, dá uma noção do quanto o vai-e-vem das águas influenciava na manutenção do equilíbrio ecológico.

O conhecimento que seu Landi e os outros ribeirinhos possuíam dos elementos da natureza os ajudava a identificar os lugares específicos onde se podiam encontrar os peixes nos igapós. Com vegetação rica em diversidade de frutas silvestres que serviam de alimentos para animais terrestres e aquáticos, segundo seu Landi, era só observar nos igapós o local onde os macacos comiam frutas, porque era o mesmo local onde se podia encontrar peixes para pescar, já que eles também se alimentavam das frutas e sementes que caíam na água. Todo esse conhecimento da natureza, adquirido ao longo de gerações, conformou entre essas famílias locais uma percepção de natureza “amiga”, “de algo bom”, temperamental, com suas incertezas de comportamento, mas sempre capaz de lhes fornecer o que precisam para sua manutenção.

Pode-se dizer, então, que as águas representam para os ribeirinhos aquilo que

“alimenta o espírito, assanha desejos, desperta a imaginação, fustiga pensamentos, fomenta expressões simbólicas, acessa a linguagem, enfim, constitui a base de uma vida intensa e criativa” (ALVES; JUSTO, 2011, p.182).

Essas práticas, enquanto “formas técnicas de se apropriar do mundo material” não são apenas, segundo Acselrad (2004), para superar as restrições do meio natural, mas são também

uma forma de projetar no mundo diferentes significados. Nessa perspectiva, o modo de viver dos ribeirinhos vai além da necessidade de desenvolver atividades produtivas ou da superação das limitações e dinâmicas estabelecidas no ambiente, mas é também a expressão sociocultural desse povo.

3.3 Período longe do rio ao reassentamento às Margens do Reservatório de Belo Monte

Entre 2012 e 2015, no entanto, toda essa forma de se relacionar com a natureza e o modo de vida dessas famílias sofreu uma ruptura profunda: foram removidas das ilhas e margens do rio, reconhecidas como ribeirinhas e compensadas com uma indenização³ para recomeçar suas vidas em outro lugar. No entanto, devido à uma inadequação da metodologia utilizada pela NESAs – que não seguiu princípios sociológicos e jurídicos – (MAGALHÃES; CUNHA, 2017), filhos, parentes e vizinhos destas famílias não conseguiram ser igualmente reconhecidos, nem receber indenização e, muito menos, ser reassentados⁴. Além de serem deslocadas de seus lugares de vida para outro onde não se reconhecem, causando-lhes efeitos traumáticos, muitas das famílias tiveram desapropriadas as casas que tinham na cidade por causa do alagamento do reservatório, recebendo como indenização uma casa nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs).

Depois da expropriação os destinos dessas famílias variaram: algumas foram viver na cidade, em periferias ou RUCs em Altamira, sem nenhum apoio da empresa de energia; outras foram para zona rural de Altamira por conta própria, para áreas de ocupação espontânea como a região do Assurini, por exemplo, ou para áreas de reassentamento rural assistido pela empresa. As famílias garantiam sua sobrevivência a partir de fontes de renda que iam da pesca, até prestação de serviços na cidade (ajudante de pedreiro, eletricista, pintor, entre outros) e aposentadoria (FIGURA 2).

Inicialmente, o processo de realocação foi todo conduzido pela NESAs, que não levou em consideração os lugares de origem e as redes de vizinhança e parentes. Entre os entrevistados apenas uma família morava efetivamente na área que correspondia ao antigo

³ Indenização ou carta de crédito recebida pelas famílias referente à compensação pela antiga moradia. No entanto, segundo os entrevistados, o valor dessa indenização foi muito baixo, não sendo suficiente para comprar casa ou terreno em outro lugar, tampouco possibilitaria recompor o modo de vida.

⁴ A NESAs era quem inicialmente definia quem era ribeirinho e poderia ser reassentado às margens do reservatório. Com a formação do Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE de Belo Monte isso está em processo de mudança, pois a forma como estava sendo feita essa definição afetava o direito de autodeterminação dos povos. Atualmente, são as próprias pessoas que definem quem é ribeirinho.

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GRAÇA, Denise da Silva
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

Palhal. As demais provêm de outras localidades ou regiões próximas, tais como: Largo da Taboca, Arroz Cru, Pimental, Curicas, região do Largo do Souza e Meranda.

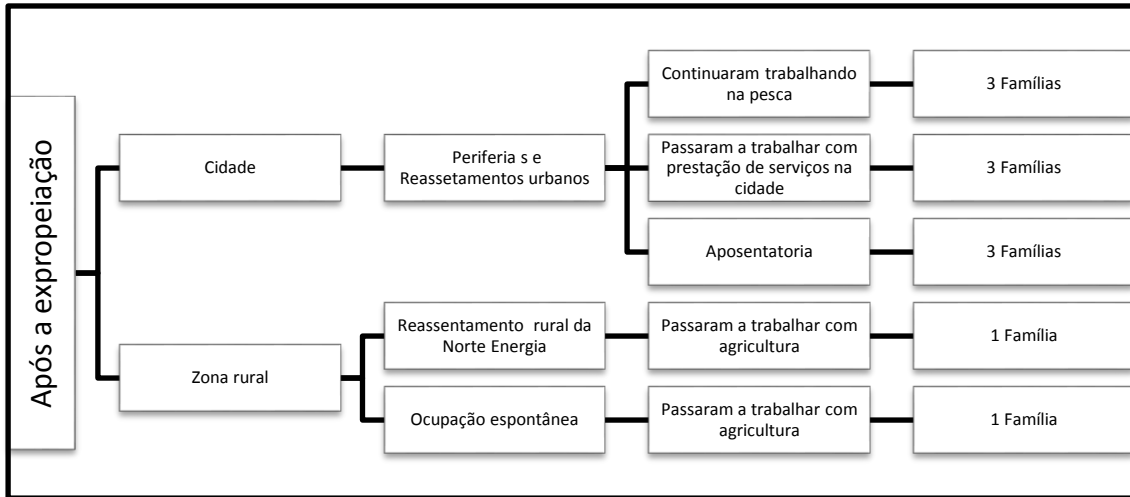


Figura 7: Lugar de moradia e fonte de renda das famílias ribeirinhas no período após a expropriação até a criação do reassentamento nas margens do reservatório.

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Em função das dificuldades que alguns/mas filhos/as tiveram para ser reconhecidos/as e realocados/as pela empresa – o que significa dizer ficar sem acesso à terra – as estratégias adotadas pelos mesmos para garantir sua manutenção variaram bastante nessa etapa inicial de realocação no Palhal. Tais estratégias podiam incluir fazer suas casas no ponto de moradia dos pais, ou ficar morando na cidade, trabalhando como empregados na área rural, em fazendas na Gleba Assurini, por exemplo.

O reestabelecimento das redes sociais de parentesco e vizinhança, em um contexto de transformações do ambiente, como esse que aconteceu em Belo Monte, é fundamental no processo de busca de retorno à vida tradicional. Alencar (2013), estudando processos de transformação na paisagem provocados pelo fenômeno de terras caídas no rio Solimões, mostra que, em lugares como esses de constantes transformações, são os laços de parentesco e os elementos antigos da paisagem que reforçam o sentimento de pertencimento com o lugar. Esses laços ajudam na adaptação às novas condições ambientais e na construção dos modos de vida em novos espaços.

O retorno para a região do Novo Palhal começou a ocorrer a partir de novembro de 2016, sendo o processo de realocação todo conduzido pela empresa⁵. Os primeiros estranhamentos da nova situação começaram a ser sentidos logo no início da realocação. De uma forma geral, nessa primeira fase, a área disponível para cada família era de 12,5 ha em formato de “meia lua”, com 500 m de beira do lago e 250m de fundo (dimensão esta estabelecida pela NESA), e o meio natural na atual morada das famílias apresentava condições e características diferentes daquelas dos seus lugares de origem.

Para a distribuição das áreas entre as famílias a empresa, geralmente, apresentava apenas três opções para que a família escolhesse uma. Dentro das opções ofertadas, cada família estabeleceu seu próprio critério de escolha levando em consideração suas necessidades: algumas preferiram escolher lotes onde havia área boa para plantar, pois entendiam que o rio tem cada vez menos peixes para pescar e pretendiam investir mais na agricultura; outras preferiram escolher áreas com pasto ou por causa da idade e limitações de mão-de-obra para continuar trabalhando com roça de corte-queima; outras ainda preferiram áreas próximas à estrada possibilitando viajar de carro ao invés de barco que se tornou perigoso por causa do banzeiro; e houve ainda aquelas que escolheram em função da presença sítios formados e em produção, pois assim já adiantariam o processo de recriação do seu lugar de vida.

4. Percepção do meio natural: “antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago!”

Nesse momento de retorno e de reapropriação do que Silva et al. (2017) chamam “lugar onde se é”, os ribeirinhos se percebem num espaço em que “mudou tudo”, aspecto este reforçado constantemente nas entrevistas e conversas informais. O lugar que antes era abrigo se transformou em um espaço com poucas referências simbólicas na paisagem natural, agora hostil e com dinâmica diferente daquela de antes do reservatório.

Com a formação do reservatório as bases materiais de existência foram destruídas. Ao chegar ao Novo Palhal, ainda dentro do barco, em uma narrativa emocionada, uma ribeirinha contou que morou na Ilha da Sumaúma por muitos anos, mas agora com a formação do reservatório sua ilha ficou totalmente submersa e hoje não consegue mais localizá-la na paisagem. Essa emoção mostra o forte elo afetivo das pessoas com seus espaços de vida: não se tratava de

⁵ A fase que ainda está em curso do processo de realocação também está sendo conduzida pela NESA, mas agora conta também com a participação do Conselho Ribeirinho e apoio do Ministério Público Federal, do Movimento Xingu Vivo Sempre e outras organizações da sociedade civil.

qualquer ilha, era a “sua ilha”. Esse “elo afetivo das pessoas com o lugar” é definido por Tuan (1980) como Topofilia, que parte da relação de percepção das pessoas como o meio natural.

Assim como a ilha Sumaúma, o Palhal teve submersos diversos lugares socioculturais importantes para as famílias, tais como: o cemitério da ilha do Palhal; as estradas de seringas plantadas pelos seus antepassados e que servia de alimentação para os peixes; os quintais possuidores de grande agrobiodiversidade; as diversas ilhas e praias, que ficavam expostos no verão e que serviam de lugar de desova para os quelônios; e os pedrais e igapós, fontes importantes de pesca.

Por ocasião da pesquisa as famílias estavam reassentadas há pouco mais de um ano e as memórias do lugar de origem eram recorrentemente utilizadas para as tomadas de decisão nesse novo espaço. Segundo Toledo e Barreira-Bassols (2015, p.18) “a memória permite que os indivíduos se lembrem de eventos do passado, ajuda a compreender o presente, fornece elementos para planejamento do futuro e serve para reconstruir e ventos similares ocorridos anteriormente”; essa memória, que é individual e coletiva, serve até para os eventos imprevistos, improváveis ou surpreendentes.

As principais transformações registradas no meio natural estão relacionadas ao nível do rio. Seu Sarão (63 anos) conta que o rio era tão seco que os filhos podiam sair para pescar até sem canoa e só chamavam para atravessar o canal (trecho do rio que era mais fundo); agora não dá mais para fazer isso porque ficou fundo. Outros ribeirinhos, como dona Caferana, confirmam este fato:

“[...] quando nós chegamos pra cá, nós não tinha canoa, meu marido travessava nadando pra pegar peixe [...] se fosse num tempo desse nós morria de fome, agora não tem condição” (Dona Caferana, 54 anos).

O rio, que antes era regido pelas dinâmicas sazonais de enchente e vazante, passou a ter variações estabelecidas pela demanda da usina, ou seja, a natureza e os ciclos naturais deixaram de ser os protagonistas do estabelecimento dessas dinâmicas e o homem assumiu esse comando: “*Não tem dia certo pro rio baixar. Esses dias subiu um metro, esse metro que subiu desceu, [...], ficou muito diferente*” (Seu Joari, 61 anos). Para os ribeirinhos essa alteração na dinâmica do rio afeta não diretamente não apenas os ciclos de reprodução dos peixes, mas também produz diversos outros efeitos em toda dinâmica do lugar.

A natureza para os ribeirinhos tem um significado que está atrelado à sua reprodução social e cultural. Já para a empresa essa natureza significa algo que agora pode ser controlado

e gerenciado a partir de uma racionalidade econômica. Segundo Oliveira (2009, p.68), “o significado que cada grupo social atribui à natureza, juntamente com os objetivos que traçam para si, determina as maneiras como este sistema vai se relacionar com o meio natural e como vai decidir explorá-lo”.

As dinâmicas do rio representavam uma natureza viva. Segundo seu Landi, o rio que tinha as águas correntes, ciclos sazonais de enchente e vazante, abrigava ciclos de reprodução de diversos peixes e possuía igapós “verdes” cheios de vida, se transformou em um lago com águas paradas e que afetou toda essa dinâmica natural que existia.

Os ribeirinhos estavam adaptados a viver com essa dinâmica do rio, era conhecida e não causava grandes temores. No entanto, as transformações no meio natural têm provocado mudanças nessa percepção; esse novo ambiente agora provoca medo, porque é desconhecido e parece pouco amigável. O caso dos banheiros é um bom exemplo para ilustrar essa mudança de percepção:

“Quando a gente ia pra lá não tinha tanto banheiro como tem agora. Muito banheiro mesmo, no dia que nós viemos nós tivemos que parar e voltar do meio do rio, parar lá no Maçonoro⁶, ficamos lá esperando a chuva passar... a lona que nós trazia o vento levou, desceu nas águas, que nós não tinha como voltar pra pegar, que o nosso barco é pequeno e vinha com as coisas e os meninos. Aí, chegamos aqui com as coisas toda molhada, rede e tudo. [...] Paremos esperemos, quando calhou mais, que nós saímos foi a maior luta, nós morrendo de medo...Pra chegar aqui é muito difícil de banheiro, pra outra [se referindo a morada antiga] não tinha esses banheiros, ia beirando... o rio todo tempo seco.” (Dona Seringa, 56 anos).

Essa percepção negativa, esse sentimento de medo do banheiro do reservatório foi o mesmo em oito das entrevistas realizadas. Antes do reservatório o banheiro existia e os moradores sabiam lidar com aquelas condições, mas, agora, o banheiro se tornou mais forte e mais frequente. Eles explicam que essa maior frequência se deve ao fato de que as ilhas, que antes funcionavam como quebra-vento, agora estão submersas e fica mais fácil o vento formar banheiros na água. Por causa disso, não se usa mais canoas de remo como antes, pois são mais vulneráveis, e os barcos e rabetas precisam ser reformados, porque não são adequados para as novas condições do reservatório.

⁶ Praia do rio Xingu que agora é artificial.

O medo está presente nas narrativas sobre os banzeiros, mas também naquelas sobre as águas profundas e desconhecidas, sobre as cobras que matam os cachorros e picam as pessoas. O ambiente que antes era considerado “amigo” passou a suscitar uma imagem de ambiente hostil. Essa percepção de hostilidade está associada às transformações que a nova situação do rio vem causando no equilíbrio ecológico dos ecossistemas, como pode ser observado pelo aumento da quantidade de cobras.

Esse desequilíbrio ecológico é também percebido por outros indicadores. Com o aumento do nível do rio, as ilhas e margens passaram por uma supressão da vegetação de mata ciliar até a cota de 97 metros acima do nível do mar, o que fez com que desaparecessem todas as árvores de frutinhas da beira da praia, igapós e margens do rio que serviam de fontes de alimentos para os peixes. Atualmente, as áreas na beira do reservatório são compostas por “mata de centro”, onde não existem esses alimentos, o que, segundo os ribeirinhos, afeta no tamanho e no sabor dos peixes.

O desaparecimento das frutas silvestres parece ter também relação com os frequentes ataques das roças por animais silvestres, como macacos e capivaras, que por falta dos alimentos da mata passaram a se alimentar das plantações. Dona Baia observa que os ataques dos animais têm relação também com a área disponível para fazer a roça:

[...] antes não tinha tanta invasão dos animais nas roças, porque as roças da terra firme ficavam mais no centro [área mais distante do rio] e hoje as roças ficam muito na beira do rio, na APP [Área de Preservação Permanente], que é onde as caças gostam de ficar [...].

4.1 Práticas produtivas: mudanças e perspectivas

Com as transformações ocorridas no meio natural, as famílias usam do seu conhecimento prévio adquirido pelas suas experiências para responder às novas condições disponíveis no reassentamento. Segundo Godelier (1984) *apud* Waldman (2006, p.73), “adaptar nada mais é que considerar as imposições da natureza ressaltando seus efeitos positivos e tentando minimizar os negativos”. Nesse processo, a cultura é um elemento mais importante que as condições naturais.

Pistas sobre esse processo de adaptação às novas condições podem ser observadas na atividade de pesca. Famílias como a de dona Seringa mudaram a forma de pescar e agora estão tendo que usar malhadeira e descobrir os bons lugares onde se possa colocá-las; a pesca está sendo realizada principalmente nos lugares chamados de “furos mortos”, que são entradas

nas margens do rio que não tem saída. Essa denominação de “furos mortos” faz referência aos antigos igapós, antes “verdes” e cheios de vida, caracterizados pela presença de diversas frutas silvestres que alimentavam os animais, e hoje formados por áreas com árvores e galhos mortos/secos. Esses “furos mortos” também são lugares que provocam medo em alguns, na medida em que os pescadores estão sujeitos a acidentes pela quebra de árvores secas.

O peixe pode ser ainda encontrado em lugares como esses furos, mas o custo da pesca aumentou. A malhadeira, atualmente, tem sido o principal equipamento de pesca no reservatório, contudo, os galhos e árvores mortas presentes nas águas dos furos acabam prendendo na malhadeira, provocando danos ou até mesmo a perda do equipamento. Segundo os entrevistados, esse aumento no custo da pesca também provém do aumento do consumo de combustível nas rabetas; por causa do banzeiro, as pessoas não têm usado mais as canoas a remo, preferindo utilizar as rabetas:

“[...] Antigamente, eu ia pescar em embarcação a motor, que a certa distância deixava, para economizar gasolina, e seguia em canoinha a remo”. Hoje, se for de canoinha, não dá pra voltar, devido ao banzeiro que não deixa”. (Gordião, 41 anos).

Além disso, agora o pescador precisa esperar mais tempo para pegar o peixe, o que significa mais consumo de combustível.

Se por um lado, essas novas condições ambientais do reservatório têm produzido entre as famílias percepções negativas do meio natural, por outro o reassentamento é percebido como um lugar de “conforto”, quando comparado ao lugar e às condições em que viviam no período longe do rio, onde desenvolveram doenças e passaram por dificuldades financeiras. Dessa forma, para eles esse retorno para o território é carregado de esperanças e os investimentos para a permanência no reassentamento compensam as dificuldades e, por isso, têm experimentado diversas estratégias de reprodução social que propiciem, dentro das possibilidades, a reconstrução do seu modo de vida.

Segundo Oliveira (2009), esses grupos sociais possuem um processo reprodução social dinâmico, que só acontece a partir da renovação, transformações e adaptação de acordo com as condições (materiais e simbólicas) disponíveis. Nessa perspectiva, foi possível observar algumas das estratégias que as famílias estão lançando mão para garantir a permanência no reassentamento. Entre elas, pode-se citar: a decisão de trabalhar na cidade

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GRAÇA, Denise da Silva
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

enquanto estabelecem suas áreas produtivas⁷; utilização de equipamentos e práticas mais adequadas às novas condições; investimento na produção agrícola, procurando aproveitar o potencial das terras agricultáveis, já que percebem a diminuição do estoque pesqueiro; aumento no interesse pelo cultivo de espécies perenes, como cacau e açaí, pelo potencial que acreditam ter como possíveis fontes de renda.

Por último, vale a pena destacar a importância do esforço que essas famílias estão fazendo no processo de formação dos quintais agroflorestais. Essas áreas no entorno da casa, que compõem uma mistura altamente diversificada de plantas domesticadas e árvores nativas, não só possuem uma grande importância como fonte complementar de alimentação das famílias e dos pequenos animais e como fonte de remédios naturais, mas também assumem um papel fundamental na criação do sentimento de pertencimento dessas pessoas a esse novo lugar.

5. Considerações finais

Geralmente, o discurso propagado pelo poder público e diversos setores da sociedade procura ressaltar as vantagens da construção de Belo Monte e os efeitos benéficos que sua construção produzirá. Mas, benéficos para quem? Se, por um lado, inúmeros questionamentos já têm sido levantados sobre sua necessidade e sua viabilidade econômica (FEARNSIDE, 2011; 2017), por outro, não se tem dúvidas dos efeitos negativos que vem causando para as famílias que vivem há gerações nas margens do rio Xingu.

Os resultados apresentados nos mostram que, à semelhança do que aconteceu em diversas comunidades tradicionais e áreas indígenas dessa região do Xingu, a instalação da usina significou para as famílias da área estudada um pesadelo e uma violação na medida em que as colocou “na rua” – literalmente, porque as obrigou a ir morar em áreas na cidade, longe do rio – e depois, quando as possibilitou regressar, voltaram para um lugar onde não conheciam e onde não se reconheciam mais. Para ficar e reconstruir o seu modo de vida no reassentamento às margens do reservatório, as famílias precisam, agora, fazer um esforço para conhecer esse novo lugar, aprender a lidar com as novas condições do meio natural que se apresentam e redefinir suas estratégias de reprodução social.

⁷ As famílias receberam por seis meses da NESAs um auxílio transição. Mas, esse tempo foi insuficiente para estabelecer as atividades produtivas.

Nesse processo de recriação e reconstrução do seu modo de vida, as percepções do meio natural têm desempenhado um papel importante. Mesmo sem ter causado transformações mais profundas nas relações sociedade-natureza, as mudanças que vêm ocorrendo nas percepções das famílias sobre essa natureza têm influenciado nas tomadas de decisão e na definição das práticas produtivas a ser adotadas. Esse ambiente alterado agora se percebe ambiente de perigo e hostilidade; os processos ecológicos estão alterados causando desequilíbrio nos ecossistemas, o que gera incertezas e inseguranças. É preciso reconstruir a relação com o rio, matas e outros elementos do meio natural.

Como esse processo de mudança nas percepções sobre o meio natural ainda se encontra em fases iniciais, visto que faz pouco tempo que essas famílias estão convivendo com esse novo ambiente, é importante continuar acompanhando e registrando os acontecimentos para entender melhor como está se dando essa adaptação. Assim, poderemos acumular mais elementos para discutir com mais profundidade os efeitos que a construção do reservatório da hidrelétrica tem causado na vida das comunidades tradicionais.

Além disso, essa discussão sobre percepção ambiental pode contribuir no processo de gestão dos recursos nessa região do reservatório. Sendo essa uma Área de Preservação Permanente do reservatório deverá conter plano ambiental para a conservação dos recursos naturais, assim como conhecer as regras de uso interna da comunidade para o controle e manejo adequado dos recursos poderá contribuir no processo.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais no Brasil. In: Henri Acselrad (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004. Cap. 1, p. 13–35.

ADAMS, Cristina et al. Situação ambiental no trecho do rio Xingu afetado pela UHE Belo Monte a montante da barragem Pimental. In: Sônia Barbosa Magalhães; Manuela Carneiro da Cunha (Org). **Expulsão de Ribeirinhos** em Belo Monte: relatório SBPC. São Paulo: SBPC, 2017. Cap. 4, p. 129–150.

ALENCAR, Edna. "Nesse tempo não existia essas ilhas por ali": sobre modos de perceber o ambiente e narrar o passado. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 14, n. 34, p. 11-32, ago./dez. 2013.

ALVES, Andreia; JUSTO, José. Espaço e subjetividade: estudo com ribeirinhos. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 181–189, 2011.

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GRAÇA, Denise da Silva
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

BECKER, H. S. *Observação Social e estudos de caso sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu**. Itatiaia ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**: [livro eletrônico]. São Paulo. Ministério do meio ambiente, dos recursos hídricos e da Amazônia legal, 2000. 189p.

DE FRANCESCO, Ana et al. História de ocupação do Beiradão no Médio Rio Xingu. In: Sônia Barbosa Magalhães; Manuela Carneiro da Cunha (Orgs.). **Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte**: relatório SBPC. São Paulo: SBPC, 2017a. Cap. 1, p. 41–65.

DE FRANCESCO, Ana et al. O deslocamento forçado de ribeirinhos em Belo Monte. In: Sônia Barbosa Magalhães; Manuela Carneiro da Cunha (Org.). **Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte**: relatório SBPC. São Paulo: SBPC, 2017b. Cap. 3, p. 99–127.

FEARNSIDE, Philip, M. Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos do NAEA**. Belém, v. 14, n. 1, p. 5-19, jan-jun, 2011.

FEARNSIDE, Philip, M. Belo Monte – Atores e argumentos: 13 – “Necessidade” e “legalidade” questionadas. **In: Amazônia Real**. <http://amazoniareal.com.br/belo-monte-atores-e-argumentos-13-necessidade-e-legalidadequestionadas/>

FERNANDES, Roosevelt et al. **Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental**. 2003.

KATZ, Ilana; OLIVEIRA, Lavínia. Considerações sobre os impactos em saúde, no contexto do deslocamento forçado de ribeirinhos em Belo Monte. In: Sônia Barbosa Magalhães; Manuela Carneiro da Cunha (Org.). **Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte**: relatório SBPC. São Paulo: SBPC, 2017. Cap. 16, p. 203–234.

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GRAÇA, Denise da Silva
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

KRZYSCZAK, Fabio Roberto. As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões. **Revista de educação do IDEAU**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 23, p.17-30, Jan/Jun. 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017. 449p.

MAGALHÃES, Sonia Maria Simões Barbosa. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. 2007. 278 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007.

MICHELAT, G. Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia. In: **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: 1987.

OLIVEIRA, Myriam Cesar de. **Diversidade socioambiental e as dinâmicas das relações sociedade-natureza em áreas de fronteira na Amazônia oriental**. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PACHECO, E; SILVA, H. P. **Compromisso Epistemológico do Conceito de Percepção Ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.

SILVA, Liana; Gonçalves, Bruna; Souza Filho, Carlos. Dos direitos dos ribeirinhos atingidos por barragens. In: Sônia Barbosa Magalhães; Manuela Carneiro da Cunha (Org.). **Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte: relatório SBPC**. São Paulo: SBPC, 2017. Cap. 2, p. 67 - 95.

SOUSA, Girlian; PEZZUTI, Juarez. Breve ensaio sobre a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais amazônidas. **Novos cadernos Naea**. Belém, v. 20, n. 2, p. 111-126, maio-ago 2017.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. Prologo da versão Brasileira. In: Víctor Toledo e Narciso Barreira-Bassols; tradução [de] Rosa L. Peralta. **A Memória Biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Editora Expressão Popular, 2015, p.17 -22.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Difel ed. São Paulo, 1980.

“Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago”: percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte

GRAÇA, Denise da Silva
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um Guia Prático DRP.** Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura. 2010 p: 62p.

WHYTE, A. V. T. La Perception de environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. Paris: **UNESCO**, 1978

WALDMAN, M. Cultura, mundo tradicional e meio ambiente. In: **Meio Ambiente & Antropologia**. São Paulo: Senac, 2006. p. 45–99.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , n° 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

Implementation of agroforestry systems for the recovery of permanent preservation areas on family farmers' rural properties in the Transamazonian region, Pará, Brazil.

Denise Reis do Nascimento, Especialista GESAM, UFPA, denisereis20@gmail.com;

Lívia Navegantes Alves, Doutora, UFPA, lnavegantes@ufpa.br;

Maria Lucimar Souza, Mestra, IPAM, lucimarsouza@ipam.org.br

Resumo

Entre agosto de 2016 e julho de 2017, a Amazônia Legal perdeu 6.624 km² de floresta em decorrência do desmatamento, sendo 2.508 km² na região da Transamazônica. Estima-se que 16,3% do passivo ambiental da Amazônia correspondam a Áreas de Preservação Permanentes (APP). Este estudo objetivou analisar os fatores que motivaram os agricultores familiares para recuperação de APP na região Transamazônica – PA. Foram selecionadas 29 agricultores familiares, por estarem iniciando o processo de recuperação de APP. Utilizou-se: Análise da paisagem, questionários, entrevistas e observação direta. A conservação da água apareceu como aspecto mais importante na decisão de recuperar APP. Constatou-se que a possibilidade de recuperar APP através de sistemas agroflorestais (SAF) constitui-se em um estímulo para os agricultores que não desejam reduzir as áreas produtivas, geradoras de renda. Quanto à escolha das espécies, além da renda, a segurança alimentar da família foi um aspecto fundamental considerado pelos agricultores.

Palavras-chave

Desmatamento, Sistemas agroflorestais; Produção, Agricultura familiar.

Abstract

Between August 2016 and July 2017, the Legal Amazon lost 6624 km² of forest cover via deforestation processes, of which 2508 km² pertains to the Transamazonian region. It is estimated that environmental damage in the Amazon covers an area as large as 5853 km². Of this total, 955.3 km² are deforested within Permanent Preservation Areas (PPAs). We selected 29 smallholder farmer properties where the process of forest recuperation in PPAs is beginning; 12 were in Anapu, 2 in Senador José Porfírio and 15 in Pacajá. We verified the viability of recovering PPAs through the establishment of agroforestry systems and investigated if these systems serve to motivate farmers who do not wish to reduce their productive areas and thus can continue to earn income from these areas. While not always highlighted, income generation for families and food security, appear as important aspects guiding the decision to recover areas of PPAs.

Keywords

Deforestation; Agroforestry systems; Production; Family farming.

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

1. Introdução

A partir da década de 1970, com a abertura da BR-230, conhecida como rodovia Transamazônica, ocorreu ali uma migração intensa de pessoas de diferentes partes do país, acompanhada por uma transformação significativa na economia regional: gradativamente, o extrativismo deu lugar à expansão de cultivos agrícolas e de sistemas de criação de gado bovino (HERRERA, GUERRA, 2006). Desde as décadas de 1980, até o final do século, uma série de financiamentos governamentais contribuiu para que a região se consolidasse como uma das principais fronteiras agrícolas do Estado do Pará (COSTA, 2000). Entretanto, esta dinâmica acarretou a derrubada de grandes áreas de florestas nativas para exploração madeireira e para o estabelecimento de empreendimentos agropecuários (FEARNSIDE, 2006).

Nesse sentido, de acordo com dados do INPE/PRODES, entre agosto de 2016 e julho de 2017, a Amazônia Legal perdeu 6.624 km² de floresta em decorrência do desmatamento, sendo 2.508 km² na região da Transamazônica, representando 37,9 % do total. Estima-se que o passivo ambiental da Amazônia atinja 5.853 km², sendo que, deste total, 955,3 km² (16,3%) são Áreas de Preservação Permanentes (APP) desmatadas.

A Lei 12.651/2012, conhecida como o Novo Código Florestal Brasileiro – é a lei que institui as regras gerais sobre onde e de que forma a vegetação nativa do território brasileiro pode ser explorada – determina as áreas que devem ser preservadas e quais regiões são autorizadas a receber os diferentes tipos de produção agropecuária. De acordo com o Código, na Amazônia, o limite máximo de desmatamento permitido em uma propriedade é de 20 %, sendo que o restante dessa área constitui sua Reserva Legal (RL). A legislação ambiental, apesar de abrandada em 2012, com o Novo Código Florestal, exige dos produtores a recuperação dos passivos ambientais, ou seja, áreas da propriedade que estão em desacordo com a lei, correspondendo, principalmente, às Áreas de Proteção Permanente (APP) e às Reservas Legais. Neste último caso, para desmatamentos realizados após 22 de junho 2008 e para os imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto no art. 12, a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo. As APPs, que são principalmente as áreas de florestas ao longo de cursos d'água, devem ser recuperadas de acordo com o tamanho da propriedade ou posse e da largura do curso d'água.

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

As APPs são definidas como “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (Lei 12.651/12).

O Novo Código Florestal permite a recomposição das APPs, utilizando até 50% de espécies exóticas, frutíferas, ornamentais e industriais em consórcio com espécies nativas da região, em sistemas agroflorestais. Os municípios da região da Transamazônica abrangidos nesse trabalho apresentam um elevado passivo ambiental, tendo-se, porém, uma alternativa para recuperação e uso das áreas desmatadas, através do estabelecimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Esses sistemas se configuram como combinações de componentes arbóreos e cultivos agrícolas, explorados de maneira simultânea ou em sequência temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (DUBOIS, 1996).

O Estado do Pará regulamentou, em 2015, o Programa de Regularização Ambiental (PRA), de que trata o art. 59 do Código Florestal, como objetivo regulamentar os preceitos ambientais de posses e propriedades rurais, em que se tenha verificado a existência de passivos ambientais (impactos que precisam ser compensados), envolvendo Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou Reservas Legais (RLs), no âmbito do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Este estudo objetivou analisar os fatores que motivaram os agricultores familiares para recuperação da vegetação das APPs na região Transamazônica, Estado do Pará. Para isso, foi necessário levantar as razões das famílias para promover a recuperação de APP e entender os motivos para as escolhas das espécies que compõem os SAFs. Portanto, a importância desse estudo se dá no âmbito de pensar a recuperação de APPs em outras áreas da agricultura familiar na Amazônia.

2. Metodologia

2.1. A área de estudo

A área de estudo está localizada no Estado do Pará, na região de rodovia Transamazônica, conforme a (Figura 1), abrangendo os municípios de Anapú, Pacajá e Senador José Porfírio. Esses municípios pertencem à Mesorregião do Sudoeste Paraense e à Microrregião de Altamira, representam bem a diversidade de contextos da região próxima à

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Altamira. Nessa região, encontra-se a maior diversidade de ecossistemas naturais e recursos hídricos preservados da Amazônia oriental, bem como o mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio, abrangendo uma área de aproximadamente 7,9 milhões de hectares (VELÁSQUEZ et al., 2006). As principais atividades produtivas econômicas estão voltadas para a exploração madeireira e agropecuária, com destaque para a pecuária bovina realizada em sistema extensivo, além da cacauicultura, que se consolida com uma das principais atividades agrícolas da região (SANTOS et al., 2010).

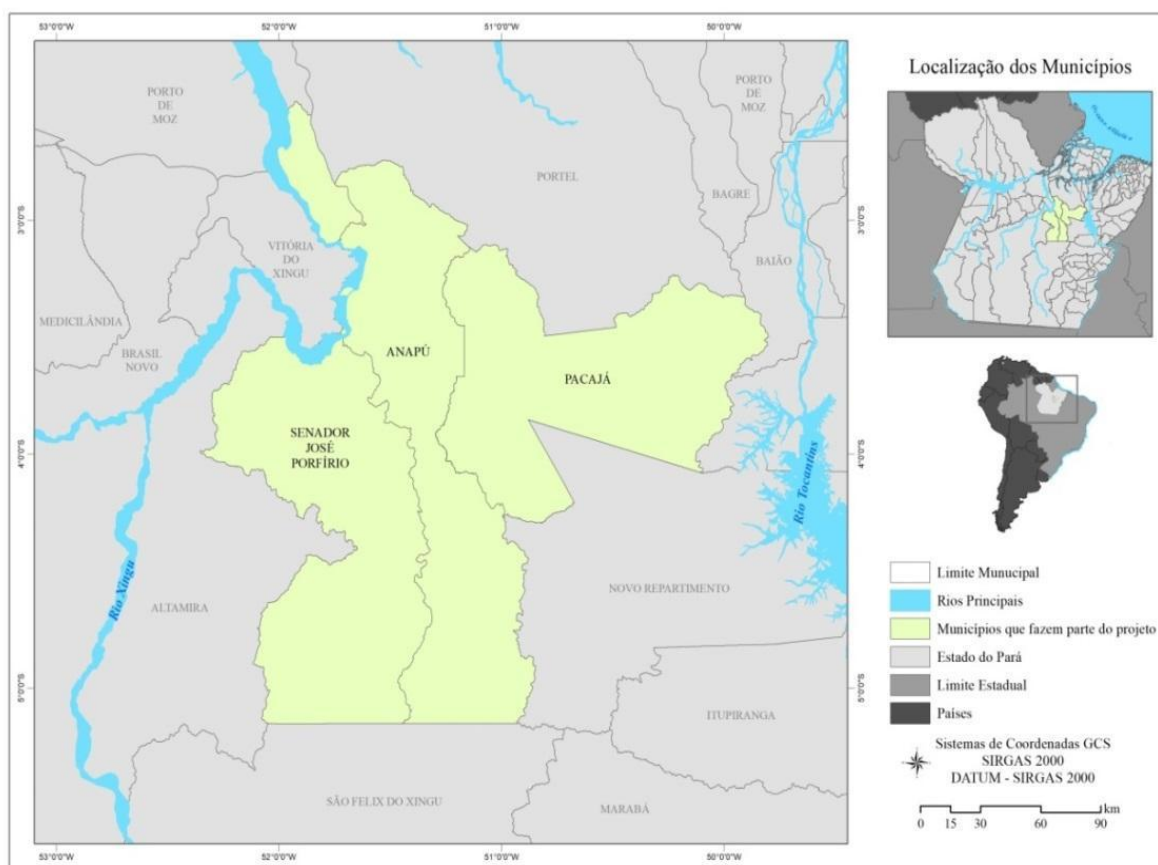


Figura 1. Mapa de localização dos municípios abrangidos neste estudo. Fonte: IPAM (2018).

O município de Anapú limita-se com os municípios de Portel (ao norte), Pacajá e Novo Repartimento (ao leste), São Félix do Xingu (ao sul) e Senador José Porfírio (a oeste) e ocupa uma área de aproximadamente 11.895,21 Km². Anapú fica a 679 km de Belém, capital do Estado e a 139 km do principal centro regional, Altamira. A economia desse município se caracteriza pela exploração e extração de madeira em toras, agricultura, pecuária e comércio. Atualmente, o município tem sua economia baseada na produção de banana (*Musa spp*), farinha de mandioca e cacau (*Theobroma cacao L.*), na pecuária extensiva, com criação de

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

rebanho bovino para corte e leite e - o que durante muito tempo tem sido sua principal atividade econômica – na extração de madeira. (SILVA et al. , 2014). Em Anapú, a área desmatada acumulada, até 2015, era de 2.350,06 km², o que representava 19,73 % da extensão territorial do município. Do total desmatado em Anapú, até 2014, 10,14 % ocorreram dentro de assentamentos rurais.

O município de Pacajá limita-se com os municípios de Portel (ao norte), Tucuruí e Baião (ao leste), Novo Repartimento (ao sul) e Anapú (a oeste), ocupando uma área de aproximadamente 11.800Km², correspondendo a 4,72% da Região de Integração (RI) do Xingu e 0,95 % do Estado do Pará. Pacajá fica a 600 km de Belém e a 217 km de Altamira. A economia desse município se caracteriza pela exploração e extração de madeira, agricultura, pecuária e pelo comércio. Entre os produtos agrícolas cultivados destacam-se mandioca, milho, cacau, arroz, cupuaçu, acerola e açaí. A área acumulada desmatada em Pacajá, até 2015, foi de 5.457,1 km², o equivalente a 46,05 % da extensão territorial do município, do total desmatado em Pacajá até 2014, 43,35 % ocorreram em áreas de assentamentos rurais.

O município de Senador José Porfírio limita-se com os municípios de Porto de Moz (ao norte), Anapu e Portel (ao leste), São Félix do Xingu (ao sul) e Altamira, Vitória do Xingú e Porto de Moz (ao oeste). O município ocupa uma área de aproximadamente 14.374,09,33 Km². Senador José Porfírio fica a 830 km de Belém e a 161 km de Altamira. A economia desse município se caracteriza pela exploração e extração de madeira em tora, agricultura, pecuária e pelo comércio. Entre os produtos agrícolas cultivados, destacam-se mandioca, milho, arroz, feijão, banana e cacau. (FVPP, 2010). A área acumulada desmatada em Senador José Porfírio, até 2015, foi de 872,7 km², o equivalente a 6,06 % da extensão territorial do município. Do total desmatado em Senador José Porfírio até 2014, 34,40 % ocorreram dentro de assentamentos rurais.

2.2. Estabelecimentos selecionados para o estudo

Foram selecionados 29 estabelecimentos de agricultores familiares, por estarem iniciando o processo de recuperação das áreas de preservação permanente (APP), sendo 12 em Anapú, 2 em Senador José Porfírio e 15 em Pacajá (Figura 2). As propriedades foram identificadas através do contato com Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, que, juntamente com a Instituição Iniciativa Verde, tem um projeto comum, intitulado: “Recuperação Produtiva de Áreas de Preservação Permanentes”, no âmbito do programa

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Carbono Free. As propriedades estão distribuídas em áreas de colonização e Projetos de Assentamentos (PA) de Reforma Agrária.

2.3. Procedimentos metodológicos

A primeira etapa desta pesquisa foi baseada em análise da paisagem das 29 propriedades agrícolas estudadas. Como parte desta etapa e a partir de observações de campo, foi realizado o levantamento das coordenadas geográficas de cada fragmento de paisagem identificado (através de aparelho GPS Montana 650). Assim, foram elaborados 29 mapas das áreas de APPs, a fim de obter a situação dos passivos ambientais (áreas que precisam ser ambientalmente recuperadas).

Em seguida, foram coletados dados – através da aplicação de questionários e entrevistas com os 29 agricultores participantes da pesquisa – para construção do diagnóstico socioeconômico e ambiental das propriedades. Nesses questionários, foram levantados dados básicos sobre a família e a propriedade agrícola, como composição familiar, escolaridade, renda, dados técnicos, tamanho da propriedade, dados ecológicos; porém, o foco principal dos questionamentos foi a recuperação de APP. Através de entrevistas, indagou-se os agricultores quanto às razões que os levaram a recuperar as APPs, os tipos de espécies escolhidas e os motivos que levaram a escolher as espécies para composição dos arranjos agroflorestais. Também se empregou o método de observação direta (YIN, 2005) para se apreender os usos e a importância, para os agricultores, das áreas recuperadas.

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

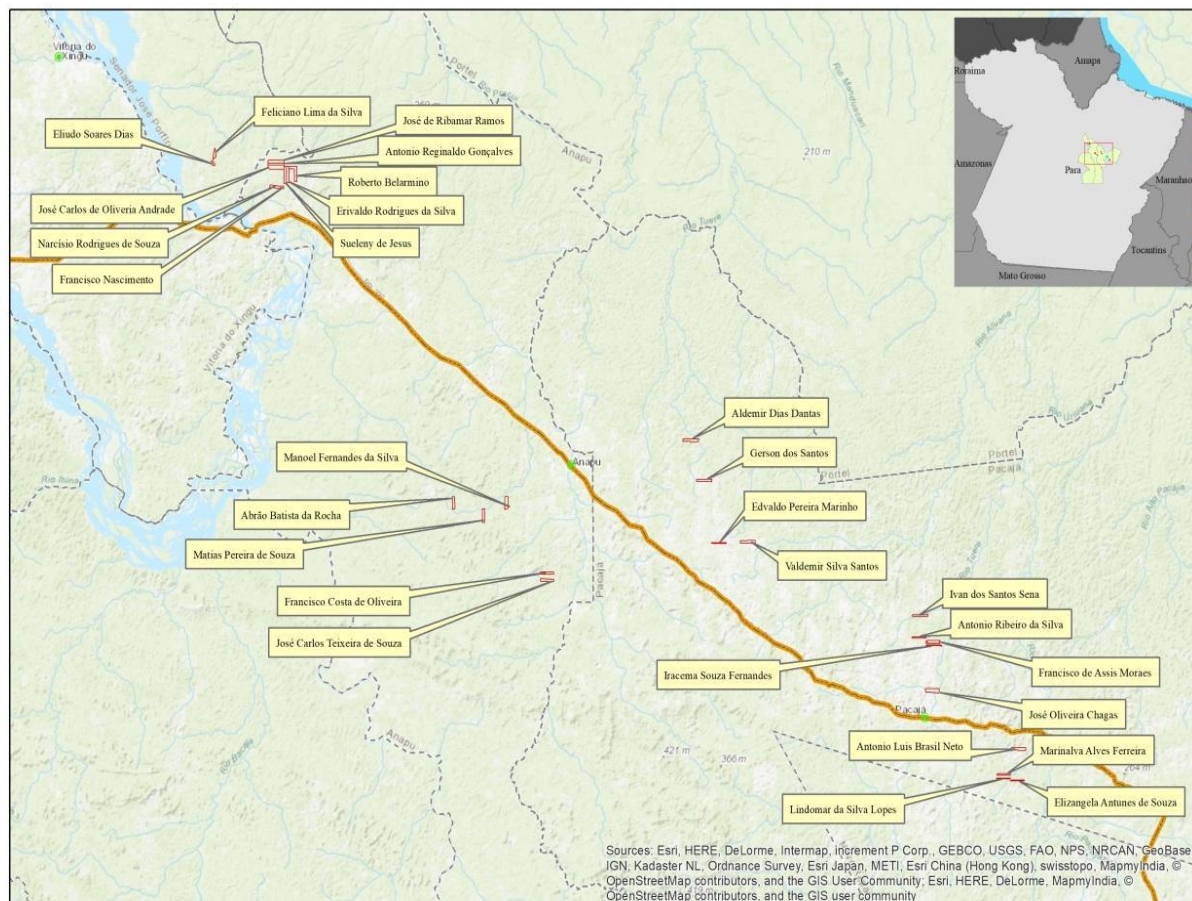


Figura 2. Distribuição dos estabelecimentos familiares envolvidos neste estudo e localizados ao longo da região Transamazônica. Fonte: IPAM (2018).

3. Resultados e discussão

O tamanho médio das propriedades estudadas é de 85,29 hectares, sendo que, em média, 36,01 hectares de área estão cobertos com florestas; 39,14 hectares, com pastagem; 6,30 hectares, com capoeira em pousio; 1,25 hectares, com capoeira preservada; 1,42 hectares, com culturas perenes e 1,17 hectares, com culturas anuais.

A grande maioria dos agricultores entrevistados tem um sistema de produção baseado na pecuária leiteira e de corte, mas frequentemente também trabalham com culturas anuais, culturas perenes e com a criação de pequenos e médios animais. A criação de bovinos é muito importante nestes sistemas de produção, devido aos rebanhos terem uma dupla finalidade, ou seja, tanto sua carne é utilizada, com também o leite. Em muitos casos, os bovinos representam para as famílias de agricultores familiares uma segurança, em virtude da liquidez

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

e da possibilidade de ter uma espécie de “poupança viva”, da mesma forma como foi amplamente analisado por Veiga et. al., 2004. Isso garante que, mesmo com uma renda pequena, em qualquer momento de urgência (como problema de saúde), o agricultor possa dispor dessa poupança para cobrir essas despesas, servindo também para momentos de comemoração, festejos e compra de bens materiais.

Outra vantagem da criação de bovinos, comparada a outras culturas, é referente à produtividade do trabalho. Conforme comentam Sablayrolles e Simões (2003), a remuneração oriunda da pecuária é geralmente maior do que a remuneração das culturas anuais, variando em relação à dos cultivos permanentes, conforme o nível relativo dos preços. Porém, a implantação de pastagens para criação de bovinos constitui-se em uma das principais causas do desmatamento na Amazônia, sendo que, por se tratar de sistemas extensivos, são requerentes de grande superfície de área (VEIGA et. al, 2004).

Foi perguntando aos entrevistados quais atividades produtivas pararam de ser praticadas ao longo do tempo e todos disseram que não plantam mais culturas de ciclo curto (denominadas localmente de roças) em área de floresta. Este fato, segundo os agricultores, deve-se a mudanças de contexto, como o controle ambiental e a possibilidade de serem multados por desmatamento da floresta.

Os sistemas agroflorestais se apresentaram, então, como uma alternativa, ao mesmo tempo para a produção de alimentos como para a recuperação de áreas degradadas. Além do mais, podem possibilitar a agricultura permanente, permitindo uma produção diversificada numa mesma área, por muitos anos, sem o uso do fogo, com retorno tanto a curto, médio e longo prazo. Os agricultores entrevistados, que decidiram recuperar as áreas de APP com SAFs, relataram-nos estas vantagens como elementos norteadores de sua decisão quanto à forma de recuperação.

Das 29 propriedades estudadas, 18 possuíam quintais agroflorestais, geralmente implantados há 15 anos ou mais – caracterizados como SAFs implantados no entorno das residências das famílias, com grande importância para segurança alimentar e para a qualidade de vida, em geral –. As áreas dos quintais variaram de 0,3 a 5,0 ha, com diversidade de até 50 espécies vegetais (essências florestais madeiráveis, frutíferas, olerícolas, ervas medicinais, etc.), associados ainda à criação de pequenos animais (aves, caprinos e suínos). Isso demonstra que as famílias já possuíam conhecimentos quanto ao cultivo e uso de diferentes

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

espécies, muitas delas nativas da Amazônia, assim como quanto à combinação de várias espécies em um mesmo espaço, o que pode ter contribuído para a implantação dos SAFs em áreas de APP.

Os quintais agroflorestais são considerados como um tipo de SAF, que, de acordo com Nair (1993), são uma das formas mais antigas de uso da terra, possuindo uma longa tradição em muitos países tropicais. Segundo Rosa, et. al. (1998), os quintais são caracterizados como sistemas tradicionais resultantes de conhecimentos acumulados e transmitidos através de gerações. Portanto, essas áreas, apesar de pequenas em tamanho, têm grande significado tradicional, simbólico e para a qualidade de vida das famílias, assim como para a manutenção da biodiversidade.

A diversidade e quantidade de espécies frutíferas nesses quintais têm possibilitado melhorias substanciais na renda familiar, com a venda de polpas, principalmente de abacaxi (*Ananas comosus*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), taperebá (*Spondias lutea*), goiaba (*Psidium guajava*), cacau (*Theobroma cacao*), manga (*Mangifera indica*), açaí (*Euterpe oleracea*), acerola (*Malpighia emarginata*) e maracujá (*Passiflora spp.*). Em um caso específico, a venda de polpas gerou receita bruta de R\$ 24.000,00, no ano 2017, o que demonstra o potencial de renda com os SAFs. Frutas *in natura*, principalmente o cacau, também têm sido outra opção encontrada pelas famílias para melhoria da renda. Tais SAFs geralmente são manejados e administrados pelas mulheres, que recebem auxílio dos filhos. A renda, considerada por alguns agricultores como “extra”, é convertida em bens para a família, alimentação ou reservas emergenciais. Essa renda é muitas vezes considerada “extra” por não ser oriunda das atividades produtivas centrais do estabelecimento, e é proveniente dos quintais que são sistemas cujo principal objetivo não são voltados para a renda e sim para o bem-estar da família.

Somente uma propriedade tinha área de SAFs implantada antes do ano de estudo e, nesta propriedade, a área tinha 2 hectares. Portanto, é possível deduzir que os SAFs são um sistema produtivo bastante incomum e novo, tanto para os agricultores entrevistados, quanto em toda a região de estudo. O SAF apresenta combinações distintas de culturas perenes, destacando-se, nos casos estudados nesta pesquisa, o sistema açaí/cacau, como os mais importantes. Esse lote – em relação aos outros – possui um diferencial, pois o sistema de produção é diversificado, garantido ao agricultor renda o ano todo. Os sistemas agroflorestais

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

são considerados pelos agricultores familiares como uma oportunidade da melhoria da qualidade de vida, devido a agregarem potencial para a diversificação do consumo familiar, bem como venda para os mercados locais (DUBOIS, 1996).

A idade dos agricultores foi um fator que se destacou na pesquisa em relação à decisão de recuperar as APPs com SAFs. Os agricultores entrevistados tinham relativamente baixa faixa etária, tendo a grande maioria (66%) menos de 40 anos de idade e 14% tinham entre 41 e 51 anos. Ressaltando-se que há uma estreita relação entre idade e disposição e vigor para o trabalho. Por outro lado, os SAFs em APPs são mais complexos que os cultivos tradicionais, pois necessitam de maiores investimentos iniciais, tanto em relação à mão de obra a ser aplicada, como também em insumos e equipamentos, como arame para cercar as APPs, como forma de impedir a entrada de gado na área plantada. Dubois (1996) considera que a quantidade e a qualidade da mão de obra disponível são fatores determinantes para desenhar práticas de manejo condizentes com a realidade da família.

A ocorrência de mão de obra jovem nas propriedades é devida à pouca oportunidade de emprego nas cidades e também porque as famílias estão investindo mais no sistema de produção para garantir uma renda diversificada e a segurança alimentar.

A média mensal da renda familiar é de R\$ 1.812,00 (um mil e oitocentos e doze reais), variando de R\$ 800,00 (oitocentos reais) a R\$ 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais). A composição da renda familiar abrange atividades produtivas, como renda do lote, salário, aposentadoria, pensão e benefícios, como bolsa Família.

A renda do lote e a Bolsa Família estão presentes na composição da renda de todas as famílias englobadas neste estudo; em seguida, a aposentadoria, em 10 famílias e o salário, em 03 famílias. Outro componente da renda com menos expressão é a pensão, sendo presente em apenas 1 família, caracterizando a pluriatividade nas propriedades pesquisadas.

Os agricultores consideraram que os SAFs poderiam se constituir em uma nova fonte de renda, que complementaria a atual renda do lote, sendo este um aspecto muito ressaltado por eles e que se apresentava claramente como uma razão para realizar a recuperação da vegetação de APP. Isto se explica, em parte, pelo fato de estas áreas terem sido desmatadas para serem aproveitadas para atividades agropecuárias e, portanto, para geração de renda. Em quase a totalidade dos casos, antes da implantação dos SAFs, as áreas recuperadas se constituíam em pastos, constituídos por gramíneas forrageiras de origem africana. Esta

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

expectativa dos agricultores quanto à possibilidade de renda oriunda dos SAFs é corroborada pelo estudo realizado por Walker *et al.* (1997), sobre os sistemas de produção no território da Transamazônica, no qual aponta-se que os agricultores que adotam SAFs obtêm melhor desempenho econômico que aqueles que trabalham somente com cultivos anuais ou pecuária.

A figura 3 apresenta três imagens de estabelecimentos estudados com suas respectivas áreas de passivo ambiental em recuperação. Os tipos de APPs que estão sendo recuperadas pelos entrevistados são: beiras de igarapé (46%), nascentes (35%) e nascentes e beira de igarapé (19%). Desta forma, ficou evidente que a intensão dos agricultores em realizarem espontaneamente a recuperação ambiental das APPS está sempre ligada a aspectos envolvendo a água, uma vez que outros tipos de áreas poderiam ser referidas por eles como áreas em recuperação, como é o caso dos topos de morro ou encostas com alta declividade, que podem ser encontradas na região e são legalmente consideradas como APP, mas que parecem não ser uma zona prioritária para a recuperação para os agricultores. Tanto é assim que todos os SAFs implantados pelos agricultores envolvidos no estudo foram estabelecidos ao longo de cursos d'água.

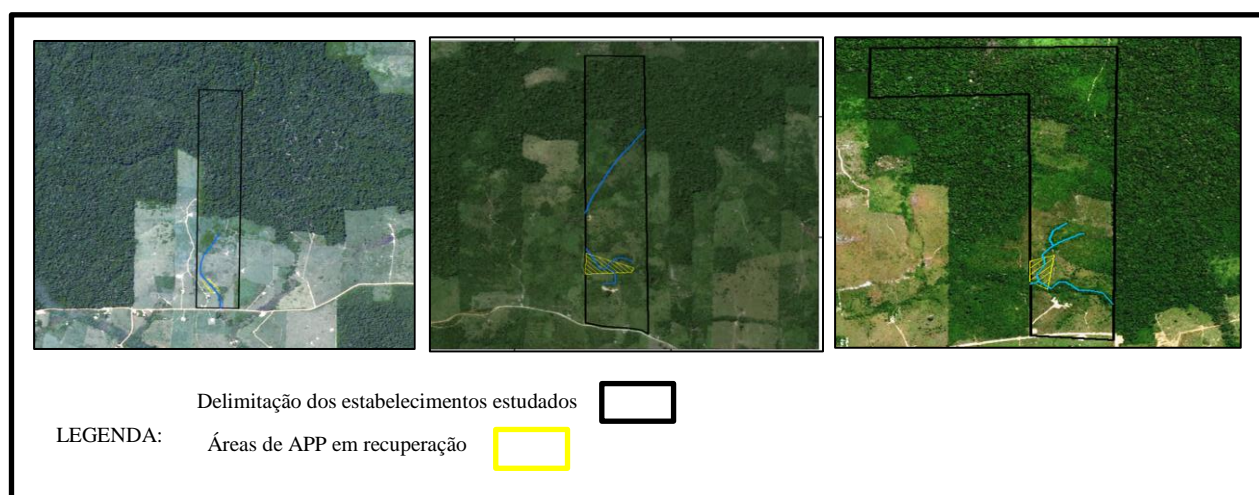


Figura 3. Estabelecimento estudados.

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Os desmatamentos ao longo de cursos d'água foram realizados para implantação e ampliação de pastagem e plantio de roçado (consórcios de culturas de ciclo curto). Todos os agricultores estão recuperando APPs e as razões que os levaram a recuperar são diversas, conforme mostra a (Tabela 1). Nesse sentido, 88% dos agricultores disseram que estão recuperando a APP para preservar a água, pois, com a retirada da cobertura vegetal, as beiras dos igarapés e as nascentes apresentaram erosão, assoreamento, ocasionando a diminuição da água, 4% devido às leis ambientais, 4% porque estão participando de um projeto e 4% para deixar a APP bonita. A pesquisa mostra uma preocupação maior em relação a preservação da água, isso devido à falta de água nos igarapés e nascentes, que antes tinham água para os animais e para a família, entretanto, hoje a paisagem mudou completamente. Por outro lado, constata-se que as leis ambientais não estão tendo uma grande repercussão na conduta dos agricultores em recuperarem os passivos ambientais e isto vem ocorrendo mais por aspectos ligados a fatores endógenos, que afetam diretamente a família.

Como as áreas de APP foram totalmente desmatadas e/ou convertidas em pastagens, a proteção do solo não existe mais e a chuva cai diretamente sobre ele, que vem, aos poucos, tornando-se compactado. O autor Dubois (1996) afirma que, em áreas desmatadas, com o passar do tempo, a camada superficial do solo fica cada vez mais compactada, dificultando a penetração da água da chuva, que escorre na sua superfície e começa a se manifestar a erosão. Este mesmo autor considera que a introdução de árvores e arbustos em solos degradados ou em via de degradação pode contribuir de uma maneira decisiva para a recuperação da capacidade produtiva desses solos.

Falkenmark et al. (2014) enfatiza que a conservação da água, tanto em quantidade como em qualidade, depende, primariamente, de práticas adequadas de conservação do solo em toda a bacia, que incluem também a localização correta de carregadores e estradas.

Tabela 1. Razões apontadas por agricultores familiares da Transamazônica para recuperar APP.

Razões para recuperar APPs	Percentual %
Conservação da água	88
As leis ambientais	4
Participação em projeto de extensão	4
Para a APP ficar bonita	4

Fonte: pesquisa de campo, 2018

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Quando perguntado sobre as espécies arbóreas de maior interesse para composição dos arranjos agroflorestais, foram identificadas 22 espécies (Tabela 2). Dentre as espécies, o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) desponta em primeiro lugar, estando presente em 100% dos estabelecimentos estudados, seguido pelo cacau (*Theobroma cacao* L.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* Schum.), banana (*Musa* spp), mogno africano (*Swietenia macrophylla*), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), entre outras. O interesse dos agricultores da área de estudo é maior pelas espécies permanentes frutíferas, que estão relacionadas com a segurança alimentar das famílias e com as demandas do mercado local.

A preferência por culturas permanentes, especialmente por frutíferas, também foi constatada por Franke et al. (1998), em estudos realizados em SAF estabelecidos em áreas de agricultores familiares do Acre. O cultivo das frutíferas, segundo estes autores, tinha como finalidade principal a venda dos frutos e a subsistência das famílias locais.

Tabela 2. Principais espécies usadas em SAFs implantados em áreas de recuperação de APP na região da Transamazônica, Pará.

Nome popular	Nome científico	Principal destino	Ocorrência %
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Comercialização e alimentação familiar	29
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> Schum.	Comercialização e alimentação familiar	16
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	Comercialização e alimentação familiar	17
Banana	<i>Musa</i> spp.	Comercialização e alimentação familiar	16
Goiaba vermelha	<i>Psidium guajava</i> L.	Alimentação familiar	4
Acerola	<i>Malpighia punicifolia</i> L.	Comercialização e alimentação familiar	1
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Alimentação familiar	3
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) MerrillFruta	Comercialização e alimentação familiar	1
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Alimentação familiar	1
Seriguela	<i>Spoudias purpuera</i>	Alimentação familiar	1
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Comercialização e alimentação familiar	2
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Comercialização e alimentação familiar	2
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Reflorestamento	2

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Reflorestamento e óleo	14
Mogno brasileiro	<i>Swietenia macrophylla</i> L.	Reflorestamento e madeira	4
Mogno africano	<i>Swietenia macrophylla</i> King.	Reflorestamento e madeira	15
Cumaru	<i>Dipteryx odorata</i> Aubl.	Reflorestamento	9
Paricá	<i>Schizolobium amazonicum</i> (Huber) Ducke	Reflorestamento	2
Ingá	<i>Inga edulis</i> Mart.	Alimentação familiar e Reflorestamento	3
Virola	<i>Virola surinamensis</i>	Reflorestamento	2
Ipê roxo	<i>Handroanthus impetiginosus</i>	Reflorestamento	1
Ipê amarelo	<i>Tabebuia serratifolia</i>	Reflorestamento	5

Fonte: pesquisa de campo, 2018

Apesar de os agricultores familiares que implantaram SAFs em APP terem considerado que os SAFs se constituíam em uma fonte promissora de renda, observa-se, na Tabela 2, que muitas espécies escolhidas por eles tinham como principal função a alimentação da família. Isso demonstra que, mesmo que os fatores econômicos sejam bastante referidos pelos agricultores, e, portanto, sejam importantes para eles, este não é o fator exclusivo que explica a constituição dos SAFs.

Dentre as espécies frutíferas e permanentes, o açaí é a espécie mais frequente e está presente em todos os arranjos estudados. A preferência dos agricultores por esta fruta se deve ao fato de o açaí estar tendo alta valorização no mercado, atualmente, destacando-se como nova estratégia produtiva que tem proporcionado outra dinâmica agrícola regional, relativa ao plantio de açaí em terra firme. A produção de açaí tem crescido juntamente com o processo de valorização do mesmo no mercado, foi por volta dos anos 1980 que se deu o crescimento da demanda pelo fruto do açaí, como resultado da urbanização ocorrida nesse período. A partir dos anos 90, essa demanda se intensifica, com a expansão do produto para outras regiões do país e para outros países (BRONDIZIO 2008; NAVEGANTES-ALVES et al., 2014).

Em seguida, o cacau destacou-se como uma cultura de grande interesse pelos agricultores. A cacauicultura, no Oeste do Estado do Pará, destaca-se como uma das mais competitivas do mundo, considerando a produtividade média de 850 kg/ha e o baixo custo de produção (US\$ 750,00/t) na maioria dos municípios (MENDES, 2012).

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Conforme Melo (1999), o cacauzeiro é uma das espécies mais adaptadas a multicultivos, tradicionalmente cultivado em associação com outras espécies vegetais, por ser uma planta reconhecidamente tolerante à sombra, seja na fase de implantação (sombra provisória mais cultura de ciclo curto), seja na fase adulta (árvores de médio a grande porte e palmeiras). Segundo o mesmo autor, os SAFs com cacauzeiro possuem atributos de grande relevância para o setor agrícola da Amazônia, pois poucas são as alternativas agrícolas tropicais que reúnem condições socioeconômicas e ecológicas tão favoráveis para o produtor rural.

As essências madeireiras escolhidas para os SAFs são praticamente todas de valor econômico, dentre estas espécies, mogno, andiroba e o cumaru são as mais cultivadas pelos agricultores familiares. A frequência do mogno é explicada pela divulgação da qualidade e preço de sua madeira a nível regional e internacional. Para os agricultores que cultivam andiroba e cumaru, o interesse está na produção de madeira e sementes, no caso da andiroba, para a retirada do óleo.

A diversidade de espécies na composição dos SAFs em área de APP, que girava em torno de 10 a 15 espécies, comparada com a quantidade de espécies de quintais agroflorestais é menor, essa diferença se explica devido aos quintais serem implantados gradualmente, ao longo do tempo de permanência do agricultor no lote e que os quintais são bastante tradicionais e ligados à cultura da família. Melo (1999) menciona que, dentro da realidade amazônica, os quintais agroflorestais permitem que as populações locais obtenham uma complementação importante de alimentos e outros recursos para sua subsistência.

Ao se analisar a tabela 3, nota-se que os motivos que levaram os agricultores a escolherem as espécies dos SAFs foram 50% para geração de renda familiar, 27% para geração de renda e segurança alimentar, 19% exclusivamente para segurança alimentar e 4% para recuperação da cobertura vegetal. Os agricultores têm a expectativa de que os SAFs – a longo prazo – possam proporcionar renda e segurança alimentar, por isso, o interesse maior pelas espécies frutíferas açaí e cacau. Quanto à recuperação florestal com espécies madeireiras, o interesse dos agricultores consiste, geralmente, no seu potencial para o equilíbrio dos agroecossistemas, aliado a aspectos comerciais.

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Tabela 3. Motivos que levaram os agricultores familiares da Transamazônica a escolher as espécies vegetais usadas na recuperação de áreas de preservação permanente.

Espécies escolhidas	Percentual %
Geração de renda familiar	50
Geração de renda familiar e segurança alimentar	27
Segurança alimentar	19
Recomposição da cobertura vegetal e geração de renda familiar	4

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

4. Considerações finais

Constatou-se que a possibilidade de recuperar Áreas de Preservação Permanente através de sistemas agroflorestais constitui-se em um estímulo a mais para aqueles agricultores que não desejam reduzir as áreas produtivas de seus estabelecimentos, para que possam continuar a obter renda oriunda destas áreas. A conservação da água apareceu como aspecto mais importante na decisão de recuperar APPs. Quanto à escolha das espécies vegetais para compor os SAFs, além da renda, a segurança alimentar da família foi um aspecto fundamental considerado pelos agricultores familiares.

Estima-se que estas áreas se tornem referência para a utilização de SAFs como alternativa para a recuperação de passivos ambientais na agricultura familiar da região da Transamazônica, uma vez que estes sistemas ainda não são muito praticados para este fim. Além disso, os SAFs são indicados pela legislação ambiental como uma forma de recuperação de passivos, além dos serviços ambientais prestados terem potencial para a geração de renda para as famílias, o que pode tornar mais atrativo o cumprimento do Código Florestal Brasileiro por produtores familiares rurais na Amazônia.

Referências bibliográficas

COSTA, F.A. Políticas públicas e dinâmicas agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, um capítulo de história econômico-social contemporânea. **Papers do Naea**, Belém-PA: UFPA, n. 145, 2000.

DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, A. B. **Manual Agroflorestal para a**

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Amazônia. Vol. 1. Rio de Janeiro, Brasil: REBRAF. 1996. 228 p.

FALKENMARK, M., JÄGERSKOG, A. & SCHNEIDER, K. 2014. **Overcoming the land-water disconnect in waterscarce regions: time for IWRM to go contemporary.** International Journal of Water Resources Development 30: 391-408, 2014.

FEARNSIDE, P.M. **Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impacto e controle.** Acta Amazônica, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

FRANKE, I.L.; LUNZ, A.M.P.; AMARAL, E.F. 1998. Caracterização sócioeconômica dos agricultores do grupo Nova União, Senador Guiomard Santos, Acre: ênfase para implantação de sistemas agroflorestais. EMBRAPA-CPAF/AC, Rio Branco, Acre. Embrapa-CPAF/AC. Documentos, 33. 39pp.

HERREIRA, J.A.; GUERRA, G.A.D. Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da Região Transamazônica. **Textos do Neaf**, Belém-PA: UFPA, n. 14, 2006.

MELO, A. C. G. Enriquecimento de Cacaotais com caoba. In. Agroforesteria em las Américas. Catie. Vol.6, nº22, 1999, p.31.

NAIR, P.K.R. **An introduction to agroforestry.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.

ROSA, L. dos S. et al. Caracterização dos quintais agroflorestais localizados nas várzeas do estuário amazônico. In: II CONGRESSO BRASILEIRO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO CONTEXTO DA QUALIDADE AMBIENTAL E COMPETITIVIDADE. 1998, Belém- PA. **Anais.** Belém-PA, p. 161-163, 1998.

SANTOS, I.V.; PORRO, N.M.; PORRO, R. **A intervenção no desmatamento e a estabilidade na propriedade da terra;** estudo comparativo entre duas modalidades de regularização fundiária na Transamazônica, Brasil. Belém-PA: International land Coalition, 2010. 52 p.

SABLAYROLLES, P.; SIMÕES, A. Caracterização da Transamazônica. In: SABLAYROLLES, P.; ROCHA, C. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na Transamazônica.** Belém: Afatra, 2003. cap. 2, p. 37-49.

SILVA, C.: LIMA, C.A; PENA, H.W.A. Análise da dinâmica produtiva do município de

Implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de preservação permanente em propriedades familiares rurais da região da Transamazônica, Pará

NASCIMENTO, Denise Reis do
ALVES, Livia Navegantes
SOUZA, Maria Lucimar

Anapu, estado do Pará. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 1, n. 194, 2014.

VEIGA, J. B. da; TOURRAND, J. F.; PIKETTY, M. G.; POCCARD-CHAPUIS, R.; ALVES, A. M.; THALES, M. C. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: Pará, Brasil**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2004. 162 p.

VELÁSQUEZ, C.; VILLAS-BOAS, A.; SCHWARTZMAN, S. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1061-1075, nov-dez. 2006.

WALKER, T. R.; HOMMA, A. K. O.; CONTO, A. J.; CARVALHO, R. A.; FERREIRA, C. A. P.; SANTOS, A. I. M.; ROCHA, A. C. P. N.; OLIVEIRA, P. M.; PEDRAZA, C. D. R. **Dinâmica dos sistemas de produção na Transamazônica**. Belém: Embrapa-CPATU, 1997. 73p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Condições de estabilização da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá-PA

Stabilization conditions for family farming in Santo Antônio do Tauá-PA

Antônio Arthur Cruz do Nascimento, Doutorando, UFPA, aarthurcdn@hotmail.com;
Carlos Valério Aguiar Gomes, Doutor, UFPA, valeriogomes@ufpa.br

Resumo

Este trabalho discute quais relações se estabelecem entre agricultura familiar e sustentabilidade na Amazônia. Procura entender esta relação partindo da diferenciação entre a dinâmica do ciclo de fronteira e a complexificação dos agrossistemas como mecanismo de estabilização territorial. Para a análise, recorta-se da fronteira antiga do nordeste paraense, o município de Santo Antônio do Tauá em duas comunidades com trajetórias socioespaciais diferentes. Analisa-se ainda até que ponto as práticas agrícolas de estabelecimentos familiares, muitas vezes conceituadas como insustentáveis, respondem de fato pela degradação florestal e dos recursos hídricos nos territórios de desenvolvimento da agricultura familiar na região. Metodologicamente utiliza-se de visitas a campo e entrevistas semi-estruturadas com agricultores para compreender os processos de sustentabilidade dos agrossistemas além de mobilização teórica de trajetórias agrícolas na Amazônia e sujeitos no campo. Conclui-se que abordagens teórico e metodologicamente mais amplas são imprescindíveis para abstrair elementos do agrossistema familiar responsáveis pela manutenção da sustentabilidade, elementos que transcendem a análise técnica de plantios e práticas, que incorporam decisões socioeconômicas em momentos de crise, de auge produtivo, de emprego de mão de obra familiar e de escolhas sobre culturas e áreas.

Palavras-chave

Agricultura familiar; nordeste paraense; sustentabilidade; estabilidade territorial.

Abstract

This paper discusses the relationships established between family farming and sustainability in the Amazon. It seeks to understand this relationship by first examining the differentiation between the dynamics of the frontier cycle and the complexification of agro-systems as a mechanism for territorial stabilization. To conduct the analysis, two communities with different socio-spatial trajectories were chosen in the municipality of Santo Antônio do Tauá in Northeastern Pará, an old occupation frontier. The study analyzes the extent to which smallholder agricultural practices, which are often regarded as unsustainable, actually account for the degradation of forests and water resources in the areas where smallholders engage in farming activities. Methodologically, we conducted field visits and semi-structured interviews with farmers to understand the processes of sustainability of agro-systems. We also mobilized theories of agricultural trajectories in Amazonia. We concluded that a broader theoretical and methodological approaches are essential to isolate the elements of smallholder agro-systems responsible for maintaining sustainability. These elements transcend the technical analysis of plantations and practices and incorporate socioeconomic decisions in times of crisis, productive peaks, employment of family members and choices regarding agricultural areas and crops.

Keywords

Family farming; Northeastern Pará; sustainability; territorial stability.

1. Introdução

Já é possível afirmarmos que hoje há um acúmulo significativo de reflexões sobre os processos de ocupação e uso da terra na Amazônia e as correlações destes com as dinâmicas de degradação ambiental, sobretudo das florestas da região (SCHMINK; WOOD, 2012; BECKER, 2001; MARTINS, 1997; HÉBETTE; ACEVEDO, 1979; PENTEADO, 1967). Apesar disso, não é possível afirmar que exista um modelo único que garanta o entendimento destas correlações de maneira geral, dado que a região é formada socioespacialmente por uma grande diversidade de sujeitos e grupos que, num contexto de produção agrícola, organizam-se produtivamente de forma diversa em interface com os recursos naturais disponíveis e com contextos institucionais locais e regionais. A diversidade sociocultural e econômica transforma também a paisagem regional. O caso do nordeste paraense é bem emblemático: representa padrões de ocupação enraizados historicamente no início da expansão da fronteira agropecuária regional, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a paisagem expressa o encontro da diversidade de atores sociais na região e, inerentemente, a diversidade da capacidade tecnológica e de emprego de capital na organização produtiva destes.

Os sujeitos chave das discussões deste trabalho são entendidos na literatura ora como camponeses, ora como agricultores familiares, aqui estes se fundem como sinônimos e não como categorias. Respeitando a riqueza do debate, privilegia-se o caráter indissolúvel destes agricultores como sujeitos sociais detentores de unidades de produção e consumo simultaneamente, aqui tratados como agricultores familiares.

Assim, o objetivo desse trabalho é contribuir no entendimento das relações estabelecidas entre diversos fatores relacionados às condições de estabilização da agricultura familiar, integrando práticas produtivas e manejo de recursos naturais, componentes socioeconômicos, organização da produção e acesso a mercado, crédito e assistência técnica e posse e propriedade da terra no contexto de um município de fronteira antiga no nordeste paraense. Entendemos que esses aspectos são decisivos quanto às tendências da agricultura familiar de se estabilizar em determinada área ou seguir avançando sobre áreas de floresta, no movimento de ciclo de fronteira ou estabilização por meio da complexificação dos sistemas familiares, conforme proposto por Hurtienne (1999) e Costa (1994).

Adiantamos, portanto, que “estabilidade territorial” realiza-se a partir da capacidade, mediante certos componentes externos e internos ao estabelecimento familiar, dos agricultores familiares alocarem recursos agronômicos e econômicos disponíveis em favor da

otimização do uso da área do estabelecimento sem que se faça necessário o avanço contra novas áreas, reimprimindo novas territorializações e por si diluindo a noção de estabilidade.

Estes dois movimentos são responsáveis por atribuir a este grupo social certa correlação entre as suas práticas produtivas e o avanço de fronteira agrícola contra a floresta. Obviamente, relacionar estas tendências em amplo contexto regional exigiria esforços empíricos das diversas realidades do agricultor familiar na região, o que extrapola o escopo desse trabalho. Porém, o estudo da comunidade de Taperinha e João Coelho, em Santo Antônio do Tauá no nordeste paraense, sugere relações interdependentes entre práticas agrícolas, segurança fundiária, manejo de recursos com a dinâmica de estabilização territorial da agricultura familiar.

É um recorte demonstrativo considerando que o nordeste paraense é uma das regiões de consolidação de fronteira agrícola mais antigas e importantes da região amazônica (VELHO, 1979), como tal destinada a *priori*, aos colonos nordestinos e migrantes de outras regiões que chegaram na Amazônia no século passado em momentos diferenciados, designados a consolidar uma faixa de produção agrícola até a região bragantina, para o abastecimento da capital, portanto, área de intensa atividade antrópica (TAVARES, 2008; CONCEIÇÃO, 2002; ÉGLER, 1961).

A ocupação e permanência de agricultores obedecem a componentes próprios e, adianta-se que uma análise generalista dificulta ponderações conclusivas sobre as relações entre dinâmica de ocupação, produção e pressões antrópicas. Neste contexto, o recorte deste trabalho considera comunidades com formações socioespaciais diferentes entre si, porém situadas em uma área de colonização antiga, que em tese seria representativa no argumento que alia a agricultura familiar à instabilidade e pressão sobre os recursos naturais.

2. Procedimentos metodológicos

O recorte analítico que destaca a Comunidade de Taperinha e João Coelho, em Santo Antônio do Tauá privilegia as particularidades históricas que diferenciam ambas entre si e que realçam como os diferentes processos de formação socioespacial, ainda que em duas áreas de ocupação antigas, são determinantes nas estratégias e no perfil produtivo dos camponeses.

O mapa (Figura 1) traz um recorte do município de Santo Antônio do Tauá no nordeste paraense, destacando a localização das duas comunidades.

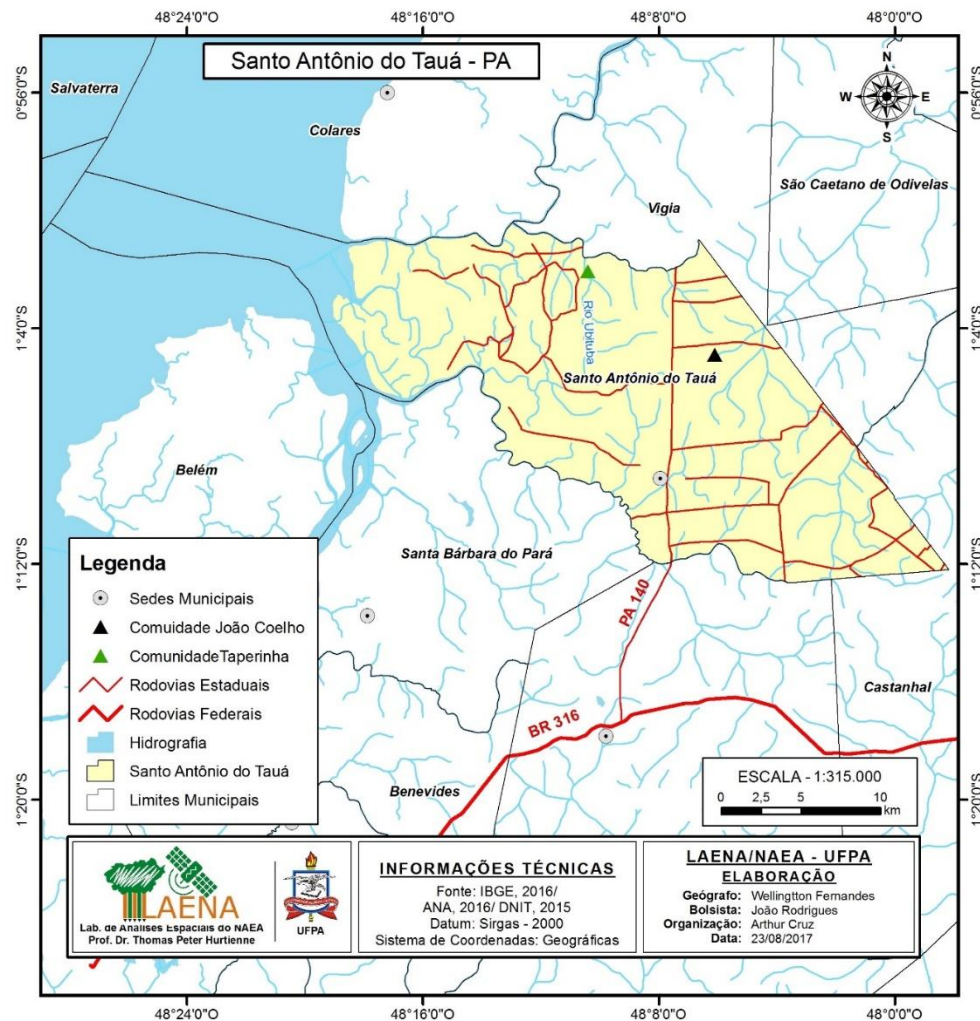


Figura 1 - Localização do município de Santo Antônio do Tauá-PA

As comunidades discutidas representam em diferentes momentos históricos o processo de ocupação ocorrido na região, tanto nas suas características fundiárias quanto no perfil produtivo das famílias. A comunidade Taperinha, surgida no fim do século XIX em função das redes de navegação pelos rios, no caso, rio Ubituba, representa o padrão de ocupação “rio-várzea-floresta”; enquanto a comunidade João Coelho, surgida no século XX, representa o padrão “estrada-terra firme” no contexto de aberturas de rodovias no interior para conexão comercial com a capital do Estado. Esses dois padrões são bem significativos das transformações nos processos de ocupação da Amazônia, conforme proposto por Porto-Gonçalves (2005).

Dos modelos de ocupação na Amazônia, diferentes abordagens teóricas procuram entender a dinâmica territorial da produção familiar na região, em especial desta em relação

ao avanço contra áreas de floresta primária e secundária, que são o instrumental teórico destas reflexões, dadas por ambos, Hurtienne (1999, p. 80-82) e Costa (1994): a tese do “ciclo de fronteira” e a “estabilização relativa por meio da complexificação”.

2.1 Procedimentos de campo

Realizou-se visitas a campo entre junho e agosto de 2017 nas duas comunidades. Para análise das práticas agrícolas, priorizou-se um espaço amostral de pelo menos 2 estabelecimentos por cada perfil produtivo (definido pelas práticas agrícolas, como o subtipo hortas + permanentes, por exemplo), totalizando visitas a cerca de 40 estabelecimentos no total, 29 em João Coelho e 11 em Taperinha, respeitando as proporções demográficas e territoriais de cada comunidade.

Num percurso metodológico de caráter qualitativo, as entrevistas semiestruturadas com os agricultores indagaram sobre segurança fundiária, técnicas de produção nos agrossistemas, disponibilidade de mão de obra familiar e acesso a políticas de fomento¹ para a agricultura familiar. Estes aspectos são indispensáveis quanto à tendência dos estabelecimentos familiares se estabilizarem em determinada área ou seguirem avançando sobre áreas de floresta, no movimento de ciclo de fronteira, de acordo com o corpo teórico deste trabalho.

O primeiro momento do texto é uma explanação sobre o ciclo de fronteira e a estabilização relativa por meio da complexificação enquanto noções que explicam as dinâmicas entre a agricultura familiar e o avanço, ou não, sobre áreas de floresta na Amazônia. O segundo é uma imersão no universo produtivo das comunidades em destaque para, por fim, encaminhar nas considerações finais debates sobre as relações entre a agricultura familiar e a degradação da natureza, em Taperinha e João Coelho como pressupostos para reflexões mais gerais em escala regional.

3. As visões do ciclo de fronteira e a estabilização por meio da complexificação: reflexões sobre as comunidades

As experiências advindas da Revolução Verde e dos modelos de produção agrícola implantados no sul do país contextualizam a ideia de que a produção agrícola familiar na Amazônia seja uma atividade transitória, irracional e estagnada. Como tal, responsável por

¹ Em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), considerando o “Grupo B”, segmento destinado ao chamado pequeno agricultor familiar.

acoplar em seu movimento de expansão e reprodução o desmatamento através do inerente avanço sobre novas áreas de florestas.

Para Hurtienne (2005), a primeira fase deste processo seria o plantio, na via de derrubada da floresta primária, para atender a demanda de alimentos de centros urbanos imediatos a baixo custo. Na segunda fase, fragilizados pela ausência de título de posse, infraestrutura inexistente ou ineficiente, por políticas de fomento destinadas a grandes empreendimentos e pelo crescente empobrecimento do solo, a saída se apresenta como expulsão ou venda da terra ao latifúndio (em geral pecuaristas). O resultado é a marginalização de agricultores familiares pela concentração da terra, além da migração para centros urbanos ou a busca por novas fronteiras e, portanto, recomeço do ciclo.

A insegurança fundiária e as políticas agrícolas que privilegiam atividades intensivas em capital são condicionantes chaves na manutenção do ciclo. Esta é assegurada pela caracterização arcaica dos sistemas agrícolas familiares, na medida em que incentivam a mecanização química e motorizada do campo como caminhos para “sustentabilidade” ambiental e econômica dos sistemas agrícolas, geralmente pautados em parâmetros generalistas, com pouca ou nenhuma consideração das práticas agrícolas construídas e acumuladas por produtores familiares ao longo de suas trajetórias nas fronteiras de ocupação da região.

Os estudos sobre dinâmica agrária da produção familiar na Amazônia absorveram de maneira generalizada a ideia de ciclo, aliando sua ocorrência ao aumento da possibilidade de acesso a terras mais baratas em função do aumento da malha rodoviária na região durante o governo autoritário, principalmente no Sul do Pará (HÉBETTE; ACEVEDO, 1979, SCHMINK; WOOD, 2012).

As análises sobre o manejo de recursos naturais em estabelecimentos familiares na região feitas em áreas de avanço da fronteira capitalista, como o sudeste paraense, ganham amplitude analítica incumbida de, em um único modelo, explicar a realidade de recortes com elementos ecológicos e socioeconômicos completamente diferenciados como em áreas de colonização mais pretérita, como o Nordeste do Pará, que data dos anos 40-50 (Hurtienne, 2005). A afirmação da ideia de irracionalidade agroecológica da agricultura familiar como padrão para a Amazônia atravessou estudos importantes como de Felisberto Camargo, que entende esta como:

Entregue à rotina sem receber a mínima assistência e orientação técnica, caminha a exemplo do índio, avança eternamente, derruba novas árvores todos os anos, prossegue nômade, mudando sempre de região, produzindo o mínimo com a destruição dessa riqueza secular que a cada passo é deitada abaixo e queimada inconscientemente (CAMARGO, 1948, *apud* CONCEIÇÃO, 1990, p. 8).

Clássicos estudos ampliaram os debates nesta linha de raciocínio, pensando o estabelecimento familiar como "empírico" (s) e "arcaico"(s) (PENTEADO, 1967, p. 470). A chegada a estas conclusões se fundamenta em trajetórias prejudicadas notadamente por equívocos metodológicos em recortes temporais e análises insuficientes sistêmicas dos agrossistemas, ignorando elementos fundamentais como a idade da colonização, a titulação de quantidade significativa dos estabelecimentos, o mercado consumidor crescente de Belém (até certo momento) e as perspectivas agroprodutivas ainda imprevisíveis para qualquer conclusão fechada à luz dos comportamentos agrícolas e socioeconômicos de outras fronteiras da Amazônia, revelando que:

Um dos problemas metodológicos fundamentais para qualquer estudo sobre campesinato no nordeste paraense é a necessidade de livrar-se dessas visões superficiais predominantes, tentando realizar ao mesmo tempo uma revisão histórica da colonização e uma reconstrução das estruturas e dinâmicas de desenvolvimento dos sistemas de produção (HURTIENNE, 2005, p.49).

O agrupamento de agrossistemas diversos em vários aspectos dentro de uma abordagem de tendência generalizada custou a legitimação do discurso de subdesenvolvimento a atividade agropecuária de pequeno porte em favorecimento as estratégias desenvolvimentistas dos anos 70 que privilegiaram a entrada do grande capital na região. A diversidade estrutural da produção familiar na Amazônia, incluindo o nordeste paraense levantou questionamentos sobre a validade efetiva do ciclo de fronteira como modelo explicativo das ligações entre agricultura de pequeno porte e o avanço do desmatamento.

As análises de Costa (1992, 1996, 1997) evidenciam uma contra tendência à linearidade do ciclo de fronteira que condicionava a pequena produção a um quadro de contínua submissão produtiva e econômica ao capital, demonstrando que elementos associativos a racionalidade de ciclo de fronteira se efetivavam com rigor em áreas de

fronteiras mais recentes enquanto que em áreas de colonização e ocupação pretéritas, como no nordeste do Pará (as quais o ciclo, em tese, já deveria ter continuamente se efetivado).

Para tal, considerou-se as diferentes condições as quais os agricultores familiares reagiram as flutuações de mercado, condições nutricionais dos solos, pressão demográfica e concorrência com outros mercados para o abastecimento de Belém, notadamente a partir da construção da Rodovia Belém-Brasília e a integração a fontes de bens agrícolas oriundos de Imperatriz, por exemplo.

Alguns condicionantes da manutenção da dinâmica nômade atribuída a agricultura familiar, no nordeste paraense, por exemplo, como o encurtamento do ciclo de pousio em função da integração crescente aos mercados da Grande Belém e a pressão demográfica, empobrecimento dos solos, e a incapacidade de investimentos corroborando no quadro de empobrecimento econômico dos estabelecimentos foram tendências a dinâmica de ciclo que tiveram validade limitada e "funcionaram em certos períodos de crise dos sistemas de produção, mas não como tendências lineares e gerais de longo prazo" (HURTIENNE, 2005, p. 53).

A base decisiva para as reorientações produtivas da agricultura familiar opera com a disponibilidade de mão de obra familiar, o nível limite de fadiga e exploração desta mão de obra, os meios de produção como a terra, como também as possibilidades de mercados consumidores, elementos caracterizados como:

Fortemente condicionados pelos fatores "estruturais" em nível macro e meso como a taxa de monopólio (e a taxa de lucro) do capital mercantil, a relação dos preços do produto camponês e dos produtos industriais e a relação entre produtividade local e regional dos produtos (HURTIENNE, 2005, p. 56).

Para o autor, estes "fatores estruturantes" agem em tendência contínua a corrosão das estratégias reprodutivas familiares, orientando estas para uma elevação do rendimento do trabalhador familiar e indicando que a luta entre as condições de produção familiar e estes fatores podem explicar as "tensões reprodutivas" (COSTA, 1997, p. 6), as chamadas crises agroecológicas e econômicas dos sistemas de produção, mas que não indicam uma submissão completa aos condicionantes externos. Porém, representam uma mobilização de "esforços extras para mudanças incrementais ou até radicais dos sistemas de produção para superar as crises de reprodução" (HURTIENNE, 2005, p. 56).

A admissibilidade da dimensão socioeconômica e cultural para a leitura das dinâmicas agrossistêmicas indicaram perspectivas divergentes em relação ao ciclo de fronteira por considerar nuances fundamentais nos processos decisivos dos pequenos agricultores, indicando que:

Na Amazônia vem se verificando, desde os anos oitenta, entre os camponeses, um processo claro de reordenamento da base produtiva agrícola: a agricultura itinerante de derruba e queima - a *shifting cultivation* - vem cedendo lugar a sistemas agrícolas onde as culturas perenes e semiperenes tendem a apresentar importância crescente, ao lado de uma pecuária bovina de pequeno porte e da criação de pequenos animais (COSTA, 1997, p. 2).

A prevalência dessas mudanças é diversa em função da variação da densidade populacional, do tamanho das propriedades, da disponibilidade de terras por trabalhador rural, e do grau de monopolização capitalista (COSTA, 1997). A tendência destas variáveis de forma positiva, exceto da monopolização capitalista, indica uma maior intensidade das mudanças da dinâmica dos agrossistemas. O risco, segundo Hurtienne (2005) reside na abrangência de postular a tendência de estabilização por meio da complexificação como uniforme para o campesinato no Pará, nessa perspectiva, é importante entender que:

Esse grau variável de complexificação dos sistemas de produção familiar depende das formas particulares nas quais se desenvolvem as fronteiras de diversas idades e estruturas fundiárias, como resultado de uma complexa interação de fatores condicionantes, como os agroecológicos, as características específicas da ocupação territorial e o papel das políticas agrárias (HURTIENNE, 1999, p. 90).

Fatores fundamentais diferenciam o modelo de territorialização camponesa no nordeste paraense de regiões como o sudeste do estado, na medida em que o nordeste do Pará já tinha "uma alta taxa de títulos de propriedade já distribuídos antes da construção da Belém-Brasília e uma estrutura fundiária concentrada na faixa de 25 até 50 ha. (HURTIENNE, 1999, p.91)". Assim, as particularidades diversas comentadas acima que imprimem suas interferências nos padrões de acesso e uso dos bens naturais e as relações dos agrossistemas com estes, ajudarão a compreender com mais lucidez o funcionamento sistêmico dos estabelecimentos familiares nas duas comunidades analisadas.

3.1 Caracterização do perfil produtivo da comunidade João Coelho

A origem da comunidade João Coelho remete ao padrão de ocupação que pensou o nordeste paraense como fronteira estratégica para a produção agrícola principalmente via abertura de ramais e estradas, na metade do século XX. A ocupação da área principalmente por famílias nordestinas atraídas para a região pelas promessas de disponibilização de áreas agrícolas segue o mesmo padrão que deu origem ao município. Considerada uma das comunidades mais proeminentes no cenário agrícola do município, João Coelho está localizada no que seria a 9ª Travessa, via que já leva o nome da comunidade e toca a PA 140 na altura do km 25, servindo de interligação com outras travessas e comunidades de mesma vocação socioeconômica.

Em entrevista realizada com técnicos da Emater em 2017, são assistidos 93 estabelecimentos, e com servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) que atendem a estabelecimentos com até 10 cabeças de gado (de acordo com o recorte deste trabalho) afirmaram somar 6 estabelecimentos nesta categoria. Dados comunitários da Igreja Católica por meio da Comunidade de Santa Luzia indicam a existência de 150 famílias na comunidade.

A comunidade é composta por uma elevada quantidade de estabelecimentos advinda da fragmentação de propriedades maiores para divisões de herança, comercialização entre vizinhos e com terceiros; caracterizando o tamanho médio de 6 hectares por propriedade.

A estrutura fundiária pelas divisões de áreas para filhos e herdeiros muitas vezes não impõe como obrigatoriedade a titulação da terra para todos os herdeiros ou moradores das propriedades, embora estes desempenhem atividade agrícola em áreas pré-definidas em acordos familiares. A segurança fundiária é firmada nas relações sociais que muitas vezes não são registradas em cartórios, mas que garantem uma seguridade territorial e maior firmeza no investimento e nas opções técnicas manutenção do agrossistema. Observou-se em campo que muitos estabelecimentos são compostos por diversos plantios divididos entre membros da família, mas que compõem uma única propriedade, como também pela fusão de estabelecimentos vizinhos de uma mesma família e divisões internas acordadas dentro do seio familiar.

Esta complexificação da divisão e do uso das propriedades favorece a utilização total da propriedade como área plantada em mais da metade dos estabelecimentos visitados, coexistindo com estabelecimentos que mantêm entre 40 e 50% da área como florestas primárias ou secundárias, importante para a preservação de corpos hídricos. A variabilidade

de culturas plantadas é associada a possibilidade de emprego maior ou menor de mão de obra familiar por estabelecimento; quando há mais membros da família dispostos a trabalhar observa-se uma tendência de variação de culturas na área plantada.

Em entrevista com patriarca da Família Lima, observou-se que a produção de hortaliças é quase hegemônica e varia apenas em torno da manutenção da própria horta através da incorporação da roça apenas como cultura recuperadora da fertilidade da terra "cansada", em períodos mais curtos de pousio com duração média de um ano. Estabelecimentos com maior disponibilidade de mão de obra familiar ou com possibilidades econômicas que permitem a contratação de mão de obra externa temporária, estratégia de manejo simultâneo em áreas diferentes, permitindo o pousio e a horta, são mais frequentes. Observou ainda que mesmo em estabelecimentos de tamanhos similares de área plantada, mas com mão de obra familiar menor o tempo destinado ao pousio é maior (entre dois a três anos) em função da concentração de trabalho familiar nas áreas produtivas do agrossistema.

Além da mão de obra como vetor de diferenciação do manejo dos agrossistemas, algumas disparidades socioeconômicas entre estabelecimentos familiares também interferem na trajetória e incorporação de outras culturas. Coadunando com as contribuições de Schneider & Conterato (2006) sobre pluriatividade do cerne produtivo e econômico familiar, observou-se que estabelecimentos mais diversos, tendem a destinar áreas significativas da propriedade (10 a 30%) a culturas permanentes, no geral frutíferas. Produtores familiares com esse perfil exercem outras atividades econômicas como comércio (mercadinhos) ou parte da família trabalha em atividades não agrícolas, como funcionalismo público; isto favorece a contratação de trabalhadores temporários para as demandas de mão de obra na propriedade. Em todo caso, a obtenção de renda de atividades não agrícolas é destinada a manutenção da produtividade ligada a terra, atividade com maior participação na geração de renda nestes modelos de estabelecimento.

A geração de renda, em todos os perfis produtivos acima, é oriunda majoritariamente da atividade agrícola. A produção de hortaliças, apesar dos custos produtivos e da sensibilidade do cultivo, figura como a atividade que promove a principal rentabilidade para os produtores. Produtores enviam diariamente cestos de hortaliças para a feira do Entroncamento em Belém; e até três vezes por semana para a Central de Abastecimento do Pará (CEASA) e para o mercado Ver-o-Peso no centro de Belém. O transporte é organização entre os próprios agricultores, formando parcerias com os que têm transporte maior (ônibus adaptados ou pequenos caminhões) favorecendo assim a diminuição de custos de transporte.

A comercialização dos produtos na CEASA é realizada por relação direta entre produtores e consumidores, diferentemente da comercialização com terceiros nos mercados do Entroncamento² e no mercado Ver-o-Peso.

Independente do tamanho da propriedade e do perfil produtivo, voltado apenas para hortaliças ou mais diversificado, a utilização de adubo orgânico e químico é presente em todas as propriedades, assim como uso de agrotóxicos. A única variável que suspende o uso deste último é a flutuação dos preços das hortaliças no mercado, não compensando financeiramente o emprego de agrotóxicos nos plantios. De fato, as crises vivenciadas pelos produtores estão diretamente associadas as instabilidades de preços das hortaliças no mercado.

É evidente o descrédito dos produtores no que concernem as políticas de apoio creditício ao pequeno produtor, em voga, o PRONAF. Os relatos mais frequentes referem-se às dificuldades burocráticas para acessar o financiamento do governo. Os produtores mobilizam-se através da Associação para superar uma variedade de desafios enfrentados, tais como, aluguel de máquinas para manutenção do ramal, compra de minerais para correção do solo, entre outros.

3.2 Caracterização do perfil produtivo da comunidade Taperinha

A comunidade é ligada via estrada de terra com a PA 140 na altura do Km 29, na vila de Patauateua, região quase limítrofe com o município de Vigia de Nazaré. A comunidade é uma das cinco ligadas à rodovia através do ramal do Bom Jesus, distando 6km da PA.

A despeito da posterior ligação via terra, a comunidade tem sua origem ligada ao padrão de circulação pelos rios, notáveis na Amazônia até o século passado. De acordo com Ataíde (2017) Taperinha surge por volta da segunda metade do século XIX as margens do rio Ubituba, o qual ligava o pequeno povoado a Vigia de Nazaré e possibilitava a comercialização de farinha de mandioca, produzida na comunidade, além de cupuaçu, uxi, açaí, laranja, abacate, castanha-do-pará, pupunha e outras na feira de Vigia. O rio representava ainda a possibilidade da pesca como incremento na alimentação dos moradores. A chegada dos moradores e fixação destes foi anterior às estratégias do poder público de uma colonização

² Importante feira popular localizada na confluência de vias importantes da cidade de Belém: Avenida Almirante Barroso, Pedro Álvares Cabral e Rodovia Augusto Montenegro.

agrícola mais ordenada do nordeste paraense, determinando o perfil produtivo, fundiário e socioeconômico da comunidade de forma particularizada em relação a grande parte do município.

Atualmente, os estabelecimentos familiares tem tamanho médio de 5 hectares, com pequenas variações de tamanho de área plantada. O crescimento vegetativo dos últimos vinte anos refletiu a necessidade de incorporação de mais superfície plantada de maneira gradativa e, por fatores diversos, criam trajetórias ora paralelas ora convergentes nas formas de manejo dos agrossistemas.

Neste contexto, as plantações de hortaliças em sistemas com culturas permanentes aparecem em quantidade significativa dos estabelecimentos e da área plantada (>60%). A prevalência de hortas se expressa principalmente em estabelecimentos mais recentes, originários a partir de partilha da propriedade entre famílias, resultados de casamentos e de direito a terras por herança. Em função também das hortaliças apresentarem flutuações de preço muito variáveis são sempre associadas a culturas permanentes como meio de segurança econômica do estabelecimento. As culturas permanentes mais frequentes são o cultivo de limão, pupunha, coco, laranja, e açaí. As roças aparecem em superfícies menores respondendo por parcela pequena de comercialização, a produção é destinada para o consumo local e venda em comunidades próximas além da feira de Vigia. São poucas as propriedades que apresentam os três sistemas de produção (hortas, culturas permanente e roças), quase sempre representando uma transitando para o abandono de uma das culturas.

A presença das culturas permanentes figura como estratégia de segurança econômica a médio e longo prazo, além de representarem entrada de recurso financeiro em diferentes épocas do ano. Em razão disso o cultivo de pupunha apresenta-se como significativo em função de seu valor de mercado, situação similar ocorre nos plantios de açaí e banana. A idade dos plantios de culturas permanentes na mesma área chega até 15 anos. Em entrevista com Dona Odilene, agricultora há mais de 30 anos e filha da comunidade, constatou-se que a diversidade produtiva na sua propriedade foi significativa para a seguridade econômica da família na “crise da pupunha”, mesmo seu estabelecimento mantendo 4 tarefas de roça. Neste caso, específico, ao enfrentar a vulnerabilidade do mercado da pupunha, a produção de coco garantiu o sustento da família.

Observou-se que embora o cultivo de mandioca tenha tido importância econômica histórica, este tem sofrido retração significativa nas últimas décadas tanto em função da concorrência com outros mercados que também abastecem Vigia de Nazaré como também do

aumento de área plantada dos segmentos acima citados. Apesar da diminuição, os plantios de roça são presentes em quantidade notável dos estabelecimentos mesmo com área retraída, apresentando sistemas que datam de até vinte anos de plantio.

Com exceção de um estabelecimento, de Seu Pedro, menor do que a média dos outros (200 x 500m) e localizado em área mais baixa na margem do rio Ubituba, todos apresentam área plantada (incluindo as áreas destinadas ao pousio) de até 50% do estabelecimento, com cultivos que variam até 35 anos. As áreas restantes são coberturas de floresta primária e secundária, esta última formada a partir da incorporação de outras áreas para o plantio dentro do recorte temporal mencionado.

Atualmente, a comunidade possui 28 famílias que totalizam cerca de 130 habitantes (ATAIDE, 2017); todas exercem alguma atividade ligada à terra, sendo que a grande maioria obtém renda exclusivamente da agricultura; outras fontes de renda complementares estão ligadas à benefícios sociais (Bolsa Família, por exemplo) ou aposentadorias. Ainda há famílias que complementam a renda trabalhando periodicamente em outros estabelecimentos ou em ocupações não agrícolas, ligadas ao funcionalismo público, mas que são do mesmo núcleo familiar em que parentes ou mantêm os plantios da família ou trabalham em regime de empreita³ nos estabelecimentos de outrem. As relações de trabalho e produção giram em torno do núcleo familiar.

Este é um indicativo importante de equidade dos ganhos econômicos obtidos da atividade agrícola, a manutenção deste indicativo se dá pela posse dos meios produtivos e controle da comercialização, feita pelos próprios moradores na feira de Vigia (principal mercado consumidor), desde o transporte da produção pela estrada em parceria com comunidades vizinhas até a chegada na feira.

A diversidade dos agrossistemas permite uma maior autonomia de gestão de crises em alguma ou outra cultura. Uma constatação interessante foi que as respostas dadas aos questionamentos sobre por que não avançar as áreas plantadas (portanto o plantio) contra as áreas de cobertura vegetal primária articulou duas dimensões importantes, a despeito do perfil do agrossistema: a mais pertinente dizia respeito a uma "consciência ecológica" que, dado o valor de uso e não de troca que os moradores atribuem aos bens naturais acabava por não gerar cobiça pela expansão de área plantada.

³ Regime de trabalho entre camponeses o qual não inclui pagamento via diárias, a jornada é definida pelo alcance de determinada meta, na maioria dos casos o pagamento é a divisão da produção.

A origem dessa racionalidade, na comunidade, se expressa ligada a vivência cotidiana no campo e compreensão dos bens naturais como condição fundamental de sobrevivência e componente essencial do modo de vida local.

Outra nuance interessante das respostas incorporava a insuficiência de mão de obra familiar para manejar novas áreas de cultivo: os desafios diante de uma crescente necessidade econômica eram superados através da diversificação do agrossistema em função de cultivos com atrativo valor de mercado, exemplificada na crescente atenção dada aos cultivos de açaí.

As dificuldades de acesso a financiamento público destinado ao segmento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Grupo B, gera descrédito na comunidade, pela burocracia, prazos e pelos valores disponibilizados. Fato que ajuda a entender a baixíssima recorrência ao programa por parte dos agricultores, mesmo este segmento creditício apresentando condições melhores em comparação com outras linhas de crédito.

A diversidade de sistemas produtivos que dialogam com rentabilidade, segurança alimentar e limitações de mão de obra familiar, aliados as percepções da comunidade sobre a necessidade de manutenção das áreas de florestas são elementos que sugerem uma estabilização dos sistemas produtivos com princípios de sustentabilidade ambiental.

4. Estabilização territorial da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá

Coloca-se aqui o perfil dos estabelecimentos familiares nas duas comunidades descritas acima em interface com componentes entendidos como fundamentais à estabilidade territorial de agricultores familiares, debatidos a nível teórico, ligando, portanto, experiências vistas em campo com condicionantes propostos por Hurtienne (2005) a partir dos discursos do ciclo de fronteira e atribuição da agricultura familiar a degradação ambiental.

O condicionante ecológico, empecilho técnico à permanência da agricultura de pequenos estabelecimentos na área pela alta taxa de pluviosidade e seguida pela lixiviação em solos já pobres e ácidos não foi suficiente para condicionar o avanço de fronteiras antigas, como em João Coelho, rumo a novas frentes de exploração. As variações de área plantada na comunidade, mais que em Taperinha (em função da colonização ordenada) avançaram gradativamente contra coberturas vegetais dentro da área da propriedade, salvando ainda as que mantêm área de cobertura vegetal primária.

Um ponto fundamental foi a constatação de que a agricultura de pousio, realizada em graus variáveis nas duas comunidades, representa um sistema muito mais complexo e estável

que a ideia de agricultura itinerante supõe, considerando a importância tanto de outras culturas na manutenção do "descanso da terra" como de áreas destinadas ao pousio por tempo maior sem implantação de alguma cultura.

A manutenção ecológica dos plantios de estabelecimentos complexos aproveita ainda a floresta secundária como vetor de equilíbrio ecológico do agrossistema, conforme analisa Hurtienne (2004; 2005), dado que:

As duas principais funções da vegetação de pousio para a manutenção da produtividade econômica das terras agrícolas consistem na acumulação de biomassa, cujos estoques de nutrientes são liberados para a lavoura através do fogo, e na contenção de ervas daninhas e pestes que imigram para a área durante o ciclo de cultivo anterior (DENICH; KANASHIRO, 1995) (HURTIENNE, 2004, p. 211).

A relação entre agricultura familiar e floresta secundária através do pousio resulta em taxas de evaporação próximas as de floresta primária e incontestavelmente mais alta que de pastagens por tratar-se de vegetação de rápido desenvolvimento, até 23% mais rápido que floresta primária absorvendo 80% de água, apenas 10% a menos que florestas primárias. Além disso, a vegetação secundária limita a lixiviação nos períodos muito chuvosos, nos períodos de seca, as raízes profundas desta vegetação mantém a água a níveis razoáveis de umidade no solo evitando o déficit de água e nutrientes (HÖLSCHER, 1995 *apud* HURTIENNE, 2004). As capoeiras, entendidas como:

Áreas de variadas dimensões, as quais se encontram em estágios diferenciados de formação florestal em ecossistemas alterados de modo radical por ações produtivas resultantes das decisões de camponeses, de fazendeiros e de empresas latifundiárias (COSTA, 2004 pp. 115).

Desempenham uma função nos sistemas produtivos das comunidades: a "formação de biomassa para aproveitamento na agricultura" (COSTA, 2004, p. 119) dentro do que o autor interpreta como resultado da inter-relação entre o tempo próprio de avanço natural do ecossistema com o tempo produtivo destinado ao pousio.

O possível encurtamento do ciclo de pousio ou a incorporação de novas áreas para plantio dentro dos estabelecimentos familiares, em João Coelho, representam uma mudança,

mas não fluiu para uma precariedade dos agrossistemas em função da integração crescente ao mercado e do crescimento populacional, o que desaguardaria em tese, na incorporação destas áreas pela pecuária ou por setores agrícolas mecanizados.

Observou-se que os agricultores de ambas as comunidades encontraram saídas produtivas para superar os impedimentos ecológicos, a despeito de uma cristalização de práticas agrícolas pensadas anteriormente por instituições e pesquisadores, desviando tanto da intensificação do uso por área como de crises agrícolas ou econômicas no estabelecimento. Em medida similar, condicionantes econômicas relacionados a falta de infraestrutura adequada, alto custo de escoamento e falta de acesso a crédito e assistência técnica também limitam a tendência de avanço contínuo da produção familiar rumo a novas áreas de florestas e reprodução do ciclo.

É notável, nas falas dos agricultores de João Coelho principalmente, que os obstáculos econômicos inibem em graus consideráveis a produtividade agrícola do município: a conversa com agricultores da família Lima, responsáveis por 4 tarefas destinadas ao cultivo de hortaliças, deixou claro a preocupação em perder mercado na Grande Belém para a concorrência com agricultores longínquos, mas com amplo apoio institucional de prefeituras, como os de Curuçá. Diante desta e de outras ameaças, a mobilização através de associações foi uma saída encontrada pelos produtores na busca de alternativas econômicas e fortalecimento da produção interna.

A estabilização atinge um patamar socioeconômico de geração e distribuição de renda na cadeia produtiva; o trabalho familiar nas duas comunidades é um contraponto a ideia de que crescimento econômico no campo é inerente a relações trabalhistas baseadas no trabalho assalariado em médios e grandes empreendimentos altamente capitalizados. Ou ainda, que a diversificação das fontes de renda domésticas representa uma ameaça a seguridade da produção agrícola. Pelo contrário, nos contextos analisados observa-se uma otimização das capacidades produtivas a partir da renda advinda de atividades não agrícolas.

Por outro lado, em Taperinha não há uma formalização destes acordos internos de ajuda mútua em associações ou qualquer forma de organização comunitária, o que não pressupõe inércia dos agricultores. Através de parcerias estes escoam sua produção em veículos próprios rumo aos mercados de Vigia.

Em ambas as comunidades, o baixo apoio de agências de extensão rural também não representa um obstáculo para a manutenção das potencialidades produtivas, ainda que muitos dos entrevistados entendessem que o apoio via assistência técnica contribuiria positivamente

para a otimização produtiva dos agricultores. Em contrapartida, relatórios da Emater, na sede do município, apresentaram trabalhos de extensão rural em 93 estabelecimentos em João Coelho, mas os agricultores entrevistados relatam pouca efetividade do modelo de extensão adotado, restritos a visitas muito pontuais.

A posse e titulação da terra, pensada por Hurtienne (2005) como condicionante essencial para a estabilização ou não dos estabelecimentos menores é compreendida aqui na mesma importância. A seguridade fundiária nas duas comunidades representa uma necessidade de trato mais cuidadoso a médio e longo prazo com o principal recurso do modelo de reprodução do agricultor familiar, a terra. Portanto, um condicionante essencial de manutenção da sustentabilidade dos estabelecimentos rurais na região e contenção de um dos padrões de desmatamento.

Em comparação com fronteiras antigas, Costa (1992, 1996, 1997) verifica que a instabilidade fundiária e as tensões de disputas territoriais configuram uma dinâmica de uso e manejo que não favorece investimentos a médio e longo prazo na propriedade, essa instabilidade enfrentada pelo pequeno produtor familiar traz consigo riscos de incorporação das suas propriedades pelos grandes proprietários. Estas conclusões coadunam com as de Freitas (1999), em seus estudos sobre sustentabilidade camponesa no Maranhão, ao pensar que um dos fatores fundamentais para se promover a sustentabilidade (ou não) dos estabelecimentos familiares é a sua segurança fundiária:

A falta de sustentabilidade da maioria dos sistemas de cultivo dos camponeses do Maranhão, portanto, não deve ser atribuída exclusivamente a uma suposta ineficiência tecnológica e econômica do processo produtivo agrícola, mas, também, à concentração de terras nas mãos de uma minoria de latifundiários, visto que a restrição ao acesso à terra, que afeta as novas gerações de camponeses, deve-se à estrutura agrária vigente, que se caracteriza pelo predomínio de grandes propriedades latifundiárias (FREITAS, 1999, p. 166).

Tratando-se de comunidades, principalmente no caso de João Coelho, com expressiva densidade demográfica e integração a mercados urbanos, é inadequado entender as práticas produtivas e estratégias de gestão e manejo dos recursos como insustentável, itinerante e de subsistência. Ao contrário, as práticas e formas de manejo são frutos de experiências cotidianas e aprendizados dos produtores, especialmente em regiões das antigas fronteiras de

ocupação, como no caso das comunidades abordadas neste trabalho. Pois trata-se aqui de estabelecimentos em estágio evolutivo pautado na complexificação e otimização do uso de área plantada tanto através do emprego estratégico do trabalho familiar, rotação de área dentro da propriedade e balanceamento de insumos químicos e orgânicos.

A hipótese de tradições agrícolas não adaptadas aos contextos ecológicos da Amazônia, condicionamento social atrelado ao ciclo de fronteira, demonstrou ter validade limitada. Esta hipótese tem força explicativa se associada à racionalidade desenvolvimentista e ao padrão de ocupação via estradas que durante a segunda metade do século passado penetraram a floresta trazendo consigo agricultores e tantos outros segmentos e empreendimentos produtivos inseridos na Amazônia num contexto em que desmatamento se associava a progresso.

No entanto, como demonstrou-se que as trajetórias camponesas não são um estágio cristalizado de reprodução socioespacial, mas dinâmicas em interação constante com fatores internos, como desafios ecológicos, econômicos e territoriais, além dos desafios competitivos ligados a inserção nos mercados. Pressupõe-se, portanto, inicialmente uma adaptabilidade sócio ecológica em função de:

As populações, que em grande parte haviam migrado do Nordeste, haviam aprendido a conviver com a floresta, se apropriando do saber das populações indígenas acerca das ervas medicinais, frutos aromáticos e comestíveis, além de venenos como o timbó, que facilitavam a pesca etc. (GONÇALVES, 2012, p. 104).

As práticas, experimentos e aprendizagem acumulada sobre a natureza e a imbricação deste nas práticas agrícolas representam uma divisão apenas no nível didático e conceitual quando que na realidade, fazem parte de um todo sistêmico que integra tanto o agrossistema quanto os saberes da floresta e a cultura ligada ao ato de produzir e utilizar-se dos bens oferecidos pela natureza, numa constante dinâmica; bem lembra Toledo & Barrera-Bassols (2009) que:

O fenômeno resultante é um processo histórico de acumulação e transmissão de conhecimentos, não isento de experimentação, que toma a forma de uma espiral em várias escalas espaço-temporais: desde a do próprio produtor já que durante cada ciclo produtivo sua experiência se vê paulatinamente incrementada sobre a base do aprendido no ciclo imediatamente anterior, até

a da comunidade cultural, já que o conhecimento vai se aperfeiçoando (e adaptando) geração pós-geração, à realidade local de cada presente (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009, p. 36).

Nas duas comunidades, esta assertiva é implícita nas práticas cotidianas: os obstáculos agroecológicos enfrentados no início do processo de ocupação não representaram uma irracionalidade produtiva que pressuporia uma postura inerte dos agricultores, mas um aprendizado agregado diariamente do sistema que interage e interfere na produtividade agrícola e manejo com os bens naturais disponíveis.

É preciso ressaltar que os fatores de estabilização até aqui interpretados resultam de iniciativas de gestão e manejo desenvolvidos através da cooperação e troca de experiências entre os agricultores das duas comunidades, como uma estratégia de superação da falta de assistência técnica e extensão rural pelo poder público.

Percebe-se nas duas comunidades um constante aperfeiçoamento das práticas de manejo dos sistemas produtivos, aliando valores ecológicos, culturais e econômicos para as tomadas de decisões de reprodução familiar. Em um cenário de limitada capacidade de investimento e inovação em função das omissões de fomento público ao pequeno produtor, limitações de escoamento da produção, os pequenos produtores desenvolveram uma dinamização produtiva capaz de dialogar com cenários de crises e de buscar melhorias de rendas através da valorização de seus conhecimentos de mercado e manejos de recursos naturais, mesmo em uma região de fronteira de ocupação antiga, onde poderiam supor uma “estagnação” produtiva.

5. Considerações finais

Neste trabalho, procuramos contribuir no entendimento de como os diversos componentes relacionados à estabilidade territorial da agricultura familiar atuam de forma combinada pautado nas experiências de produtores familiares de duas comunidades em uma fronteira de ocupação antiga do nordeste paraense. Suas práticas de manejo dos agrossistemas, segurança fundiária, experiências organizativas e relações com o mercado favorecem sua permanência na terra e reprodução social como agricultores familiares, inviabilizando a manutenção do ciclo de fronteira contra áreas de floresta. Assim, apresentam condições fundamentais para a estabilização territorial a partir da chamada complexificação dos agrossistemas, em contextos a médio e longo prazo, inviáveis em fronteiras instáveis.

Nesta perspectiva, a análise dessas duas comunidades num esforço sistêmico de integrar elementos históricos, sociais, ecológicos e econômicos na análise da evolução das trajetórias dos agrossistemas indica a prevalência de uma dinâmica constantemente atualizada por meio de aprimoramento das estratégias das famílias frente a instabilidades econômicas e produtivas, demonstrando que há uma tendência diferenciada da ideia de ciclo de fronteira pensada para regiões de colonização pela agricultura familiar na Amazônia.

Muitas lições são aprendidas na experiência de reprodução da vida econômica dos agricultores aqui apresentados, destacamos que o acesso ao mercado é componente chave na manutenção da estabilização territorial: ainda que concorram com outros segmentos e agentes no mercado, o controle produtivo, logístico e comercial (entende-se aqui como a ausência de atravessadores e aviadores) destes agricultores é central para a seguridade de certo grau de autonomia combinada com a viabilidade de complexificar o sistema produtivo. É um cenário positivo se comparado à subordinação da produção e do trabalho familiar no campo pelo capital amplamente apresentado pela literatura.

Estes indicativos partem da busca por autonomia (re) produtiva familiar diante de agentes adversos, seja a contínua expansão do agronegócio e a escassez de fomento estatal voltado para o fortalecimento do segmento. Isto demonstra um processo de resistência dos agricultores familiares ao grande capital no campo, enquanto processo linear pautado na monocultura e degradação ambiental. Logo, as reflexões sobre sustentabilidade e agrossistemas precisam ampliar suas análises conciliando interpretações econômicas, sociais e ambientais, na direção do que destaca o autor abaixo:

Duas coisas têm marcado a discussão ambientalista recente sobre a Amazônia. A primeira é que, curiosamente, a discussão sobre o agrário, nessa ótica, tem-se feito sem maior interação com a discussão sobre sustentabilidade. A segunda é que as noções de sustentabilidade, quando acionadas, estão bem pouco impregnadas de conteúdo social. Em termos formais: os modelos que têm orientado a discussão sobre o uso agropecuário e extrativo dos recursos naturais não incorporam os resultados dos modelos que operacionalizam noções de sustentabilidade, os quais, por seu turno, têm tido dificuldade de internalizar variáveis que explicitem as determinações econômico-sociais na conformação, desenvolvimento e crise dos sistemas ecológicos (COSTA, 2000, p. 102).

Uma abordagem holística das relações entre diferentes modelos de produção agrícola e suas interações com os bens naturais proporciona interpretações mais robustas que busque um balanço entre ganho econômico e proteção ambiental; rompendo assim com a lógica de modelos estritamente capitalista de produção e incorporando condicionantes que possibilitem distribuição de renda, e valorização dos sistemas de produção familiares que promovem os serviços ecossistêmicos e justiça social na produção de alimentos no campo. Para isto, importa destacar que:

As instituições que fazem as políticas públicas orientadas para a sustentabilidade devem considerar os sistemas produtivos em desenvolvimento, avaliando-os tanto pelo seu potencial de sustentabilidade, quanto pelo seu peso na realidade econômico-social em questão – no seu sistema agrário. Por seu turno, o potencial de sustentabilidade deve incorporar tanto a perspectiva privada de economicidade quanto os atributos sistêmicos que informam quanto à sua resiliência – diversidade, equidade e densidade (COSTA, 2000, p. 117).

Ainda, sugerimos que são imprescindíveis abordagens teórico-metodológica mais holísticas para interpretar realidades ao nível de comunidades como abordadas nesse trabalho, valorizando mais elementos dos modelos de agrossistema familiares construídos a partir das vivências e experiências dos produtores em regiões de fronteira de ocupação. A análise e valorização das experiências vividas destes sujeitos é um fator importante para compreender as escolhas feitas hoje e as tendências futuras, numa constante dinâmica e interação com elementos externos ao sistema, como as políticas públicas e as tensões territoriais não apenas de caráter fundiário, mas político e econômico; análogo às perspectivas de Hurtienne (2005), que defende a maior necessidade de interpretação da pequena propriedade familiar a partir de um enfoque sistêmico.

Os múltiplos contextos da agricultura familiar na Amazônia guardam uma diversidade socioprodutiva, econômica e ecológica que ajudam na construção de alternativas apropriadas para geração de renda com sustentabilidade ambiental em um contexto regional. Com a continua reflexão sobre essas realidades, as abordagens teóricas tenderão a dar mais visibilidade da eficiência dos sistemas produtivos familiares, fornecendo assim maiores subsídios para formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional com bases sustentáveis.

Referências bibliográficas

BECKER, B. K. **Síntese do processo de ocupação da Amazônia**: lições do passado e desafios do presente. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, v. 1, p. 5-28, 2001.

CONCEIÇÃO, M. **Políticas e colonos na Região Bragantina**, estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca. 1990. 319f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

CONCEIÇÃO, M. F. C. **Reprodução social da agricultura familiar**: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B. MANESCHY, M. C; (org.). No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

COSTA, F. A. Agricultura familiar em transformação na Amazônia: o caso de Capitão Poço e suas implicações para a política e o planejamento agrícola regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 27, n. 4, p. 633-672, 1996.

COSTA, F. A. Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia. In XIMENES T. (Org.). **Perspectiva do desenvolvimento sustentável**: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: NAEA/UFPA, p. 225-270, 1997.

COSTA, F. A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: NAEA-UFPA, 1992.

COSTA, F. A. PATH dependency e a transformação agrária do bioma amazônico: o sentido econômico das capoeiras para o desenvolvimento sustentável. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, p. 111-158, 2004.

COSTA, F. A. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia. **Paper do NAEA**, n. 12, 1994.

COSTA, F. A. Indicadores de prioridade para políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia: Uma construção orientada a sistemas de produção do Nordeste Paraense. **Novos Cadernos Naea**, v. 3, n. 1, p. 101-118, 2000.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n. 3, p. 527-555, 1961.

FREITAS, A. C. R. A crise ecológica na agricultura familiar do estado do Maranhão: contribuições para um debate. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, 1999.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. In COSTA, J. M. M. (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, p. 141-191. 1979.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

HURTIENNE, T. P. Análise socioeconômica dos sistemas de uso da terra por pequenos proprietários na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, p. 187-272, 2004.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, p. 75-94, 1999.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira**: retorno a controversia sobre o tempo historico da frente de expansao e da frente pioneira. São Paulo: Hucitec, 1997.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e uso da terra na Região Bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, v. 2, 1967.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. 3ª edição – São Paulo: Contexto, 2012.

SCHMINK, M.; WOOD, C.H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2012.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, n. 3, 2008.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 31-45, 2009.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. [2. ed.]. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).



Existir sobre as águas: refletindo “territorialidade” amazônica a partir do viver estuarino da “aquabilidade”

Existing over the waters: reflections on Amazonian "territoriality" from an estuarine sense of "wateriness."

Daniel Miranda, Especialista GESAM, Mestre, UFPA, srdanielmiranda@gmail.com;
Carlos Valério Aguiar Gomes, Doutor, UFPA, valeriogomes@ufpa.br

Resumo

As expertises de uma vida marajoara e de pesquisas implementadas na Ilha do Pará, Município de Afuá, no Marajó das Florestas, nos conduziram ao questionamento de determinados postulados teóricos responsáveis por alimentar os processos de interpretação/representação acerca da relação de ocupação humana amazônica. A esse respeito, nos referimos especificamente ao pressuposto cartesiano de que toda a existência humana está predisposta a se desenrolar sob o solo. Deste modo, partindo da crítica a respeito dos contextos e do prefixo que atribui sentido a tal forma de existir, assimilado pelos usos da categoria territorialidade, buscamos nos posicionar por intermédio do presente artigo em favor de uma alternativa aproximada ao que foi observado na vida estuarina, elaborada por homens e mulheres marajoaras, considerando as águas dos rios como lugares onde também ocorrem manifestações da vida antrópica amazônica, expressa na ideia de uma “aquabilidade”.

Palavras-chave

territorialidade; aquabilidade; Ilha do Marajó;

Abstract

The expertise of a marajoara life associated with research implemented in Pará Island, Afuá municipality, Marajó das Florestas, lead us to question certain theoretical bases responsible for fueling the interpretation/representation processes regarding the human occupation process of the Amazon. In this regard, we refer specifically to the Cartesian assumption that all human existence is predisposed to unfold on land. Thus, starting from the critique about the contexts and the prefix that gives meaning to this way of existing, assimilated by the use of the category territoriality, we seek in this article to position ourselves in favor of a rough alternative to what was observed in estuarine life, elaborated by marajoara men and women, considering the waters of the rivers as places where manifestations of the anthropic life of the Amazon also occur, expressed in the idea of an “aquabilidade”.

Keywords

territoriality; aquabilidade; Marajo Island;

1. Introdução

“*The earth is blue!*” (GAGARIN, 1961)

“*A Terra é azul!*” disse o cosmonauta soviético Yuri Gagarin ao atingir o espaço pela primeira vez, demarcando com certa exatidão o impacto visual da água na paisagem terrena vista do espaço.

Sua experiência foi considerada por muitos como um dos primeiros grandes passos durante a chamada “Corrida Espacial”, travada por russos e norte americanos em anos de Guerra-Fria. Entretanto, para além das questões geopolíticas imediatas com as quais a Corrida Espacial relacionou-se, me parece possível considerar que tal evento, além de delinear a silhueta de um paradigma original, também foi responsável por fornecer novos ares para a humanidade, inserindo a imensidão desconhecida do universo nos desejos de colonização e ocupação humana¹.

Esse fenômeno surge aqui como alegoria, a bem de uma reflexão acerca de outros “primeiros eventos” da humanidade que resultaram igualmente em quebras de paradigmas dos limites para a ocupação humana, sobretudo aos quais não temos tantos vestígios quanto os vídeos, áudios, manchetes e entrevistas que exploraram de diversas maneiras um assunto de tal relevância como ocorrido com a primeira chegada humana ao espaço. Desse modo, refiro-me aqui às ações do primeiro ser humano que se atreveu a colocar uma superfície flutuante sobre a água, viu-a boiar e aceitou para si o desafio de navegar de um ponto para outro no mundo, revolvendo assim as perspectivas de limite para a ocupação humana de sua época.

Quase tudo sabemos sobre a primeira bem-sucedida chegada do homem ao espaço, contudo, aparentemente não conseguimos transpor a superficialidade sobre nosso desconhecido primeiro navegador. Se partilhou com um outro alguém do anseio por sua chegada; se fez esta viagem sozinho; se enfrentou alguma tempestade; se sentiu medo, ou ainda, tão pouco sabemos acerca dos materiais que recorreu para fazer sua embarcação.

Essas questões, para as quais não nos constam haver respostas certas ou erradas, conseguem demonstrar o quão desconhecido e indistintamente longínquo no tempo está o advento da “conquista das águas”, apontando também para o quanto já naturalizamos a possibilidade de entrar em um barco e sair navegando. No entanto, ignorando o

¹ Algumas iniciativas de colonização espacial já estão em contagem regressiva para lançarem seus projetos ao espaço. Cf.: <<https://www.spacex.com/mars>>

desconhecido, façamos aqui um exercício de exploração do presumível no navegar dessas inquietações.

O passo experimental, dado pelo primeiro navegador, foi provavelmente o primeiro de muitos outros dados em direção do domínio sobre a técnica de permanecer flutuando sobre as águas, seguido eventualmente por muitos mais até haver um aprimoramento que tenha tornado possível alcançar longas distâncias navegando. Para tanto, é possível apontar como elemento de concordância a essa assertiva, o fato de arqueólogos de diversas partes do mundo ainda permanecerem em profícuo debate a respeito das rotas e meios utilizados para o traslado humano até o continente Americano (DIAS, 2019).

Desse modo, como um dos prováveis resultados das aventuras sobre as águas, a espécie humana acabou reunindo todos esses passos anteriores em favor de um salto, dado em direção à conquista dos oceanos, convergindo na aproximação da vida entre os continentes. Para autores como Serge Gruzinski (1999) e Nestor Canclini (2003) é possível aferir que o mundo moderno que hoje conhecemos muito deve a esse salto, quando para estes autores a globalização e seus reflexos têm suas gêneses atreladas ao período das chamadas “grandes” navegações.

As indicações desses dois autores são construídas pelo argumento de que o mundo “encurtou-se” com as grandes navegações e que, junto com a miudeza das distâncias, o “velho” mundo “ganhou” acesso ao “novo” mundo, colocando em travessia irremediável as experiências de vida de ambos os lados (GRUZINSKI, 2003) através da trama colonizatória instalada. Nesse enlace, o homem europeu encontrara elementos plurais, distintos de sua realidade cotidiana e assim partira para traduzir e representar o “novo” mundo “descoberto”, tomando para isso as referências advindas de seu “*sistema-mundo europeu/(...)patriarcal moderno/colonial*” (GROSGOUEL, 2005).

A hermenêutica ocidental do homem letrado europeu (TODOROV, 1983, p. 19-46) tornou-se então, pela via hegemônica, a principal responsável pela construção imagética do mundo, ocupando o espaço que lhe foi outorgado por intermédio do fazer científico de seu tempo e relegando descrédito a quaisquer outras formas consideradas “não-científicas”, que se prestassem a ocupar função similar (MIGNOLO, 2010; SANTOS, 2007). Sua episteme cartesiana adotou a terra-firme e sua solidez estática como ponto de partida aceitável para a representação do habitável, naturalizando-a no posto de

locus comum da existência humana e a consolidando gradativamente como marco inicial da forma de pensar a paisagem ocupada.

Partindo dessas considerações, o presente artigo afirma partilhar do sentimento que tem reunido diversos outros pesquisadores latino-americanos em torno de um giro decolonial, epistêmico e intelectualmente localizado (BALLESTRIN, 2013, p. 89-117), com o objetivo de propor uma outra opção ao ponto de ignição que tem alimentado as formas comuns de se imaginar a existência no lugar amazônico. Desvelando inicialmente a existência de determinados laços de dominação que foram historicamente construídos e que, por muitas vezes, insistem em permanecer, ainda que de forma velada, nas muitas formas de percepção-representação do mundo ao nosso redor.

Partimos em seguida para a premissa de que, em sua amplitude existencial, a Amazônia é também composta e habitada pela experiência² de mulheres e homens que nascem, crescem e pensam a partir do dialeto das cabeceiras e furos de rios que formam esta região. Individuos e coletivos humanos que em suas experiências afroindígenas³ tecem a existência das cidades-florestas⁴ amazônicas e elaboram uma Amazônia que irrompe as fronteiras do que tem sido proposto como “territorialidade” amazônica.

A inspiração para essa iniciativa surgiu tanto em meio às pesquisas de campo do mestrado do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGPA), quanto durante a formação na especialização de Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum na Amazônia da mesma universidade (GESAM/UFGPA). Por meio das inserções em campo, e levando na bagagem as

² Usamos aqui o termo **experiência** sob a égide do historiador Edward P. Thompson, para quem a ideia de experiência é fracionada nos entendimentos de: experiência vivida e experiência percebida. Cf.: THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 275-278

³ Partilhamos do entendimento de Agenor Sarraf (2017), para o qual a Amazônia contemporânea é resultante da travessia cultural em zonas de contato estabelecidas por grupos étnicos diversos que, em sua maioria, têm origens indígenas e/ou afro-descendentes podendo ser percebidos nos saberes, nas expressões artísticas, na cultura material e imaterial destes grupos. Cf.: PACHECO, A.. Afroindigenismo por Escrito na Amazônia. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 3, dez. 2017. ISSN 2525-7870. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/645>>. Acesso em: 03 set. 2018.

⁴ Segundo Agenor Sarraf (2006), a expressão *Cidade-Floresta* remete a noções de uma determinada urbanidade singular encontrada na Amazônia. Urbanidade esta que se elabora e deixa elaborar a partir dos saberes, linguagens, códigos e experiências sociais de populações afroindígenas formadas dentro de uma outra lógica de cidade, na qual antigos caminhos de roças cedem lugar à construção de ruas, convivendo com a permanência de práticas de viveres ribeirinhos nesses novos espaços de moradia. Cf.: PACHECO, Agenor Sarraf. **À Margem dos “Marajós”**: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” – Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 24.

contribuições teórico analíticas apreendidas nestes espaços, foi possível notar em meio à vivência de passadores de açaí, espalhadores e peconheiros⁵ as muitas dimensões assumidas pelos “rios que comandam a vida” (TOCANTINS, 1983), no sentido de que o rio é o local para o qual e no qual as vidas humanas são inevitavelmente elaboradas naquela realidade, explicitadas na importância do saber nadar ao saber remar; do saber pescar ao saber ir, chegar e como fazê-los por meio das águas.

Portanto, é dessa maneira que o presente artigo declara seu interesse pela experiência de produção da paisagem e do espaço, elaborados pelos colaboradores⁶ do rio Bacabal, em Afuá, destacando o modo com o qual os rios surgem em primeiro lugar em suas vidas, enquanto ponto de início para tessitura de seus processos cognitivos-identitários de representação do real.

Ademais, note-se que as especificidades naturais encontradas na paisagem amazônica há muito revelaram uma demanda por processos inventivos particulares de representação/imaginação (SCHAAN, 2010), e igualmente sublinharam o quão interligados às culturas, socibialidades e existências encontram-se os rios, alagados e igapós amazônicos (FRAXE, 2000; FURTADO, 1993). Por isso, nos utilizando da construção e contribuição de outros autores, pensamos que a relevância do presente artigo reside em sua tentativa de dar vazão ao que é sentido como resultado da observação nessas localidades, e que parece evidenciar-se por meio do uso da palavra *aquabilidade/aguatório*, a qual defenderemos aqui.

5 De acordo com as categorias nativas existem três protagonismos simultâneos possíveis dentro destas redes: O passar é responsabilidade dos passadores, sujeitos que estão nos barcos maiores e passam a fruta em seus paneiros até Belém; o espalhar é responsabilidade dos compradores que “espalham os paneiros”, levando-os em seus catraios ou rabetas (barcos menores) até as casas de peconheiros para negociar com eles um valor determinado pela quantidade final de rasas entregues/recebidas; tirar cabe portanto ao peconheiro, sujeito que utiliza-se da peconha (laço feito em sacas de serapilheira, galhos verdes ou secos torcidos) para dar estabilidade durante a subida, o apanhar do cacho e a descida da árvore. Cf. MIRANDA, D. **PASSAR-ESPALHAR-TIRAR**: Uma etnografia do existir de peconheiros, espalhadores e passadores de açaí do rio Bacabal-Afuá/PA. 115 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2019.

⁶ Ao adotar o termo colaboradores, pretendemos demonstrar o protagonismo dos homens e mulheres que nos permitiram observar e aprender com seus cotidianos, afastando-os de qualquer termo/perspectiva que os subjugue à condição de meros objetos de estudo do presente artigo.

2. Amazônia colonizada

Apesar das águas terem ocupado posição de único caminho possível para acesso de colonizadores à Amazônia desde o século XVI até meados do XX (HARRIS, 2017), suas existências foram constantemente conduzidas a um segundo plano na relação humana com a paisagem local por parte destes grupos. Ora como entrave, ora como mero caminho aos sertões (CUNHA, 2019; GADELHA, 2002), à selva (DOS SANTOS, 2014) ou seus interiores (GOMES, 2018). Não obstante, as comunidades autóctones demonstram em simultâneo terem desenvolvido uma relação distinta com as águas (HARRIS, 2017), interpretando-as à luz de suas crenças e sabedorias (VASCONCELOS, 1865).

Diante de tal quadro, é admissível traçar uma dualidade de razão ontológica, colocando em lados opostos colonizadores/exógenos e colonizados/autóctones no que diz respeito à interação homem-natureza. Por tal viés, seria posto de um lado as perspectivas cartesianas-rationais, alimentadas pelo apetite predatório-colonizador/capitalista e, de um outro lado, as reflexões consideradas holísticas de interação com o meio, nutridas por um comportamento que incide em outras formas de impacto e transformação do ambiente (BALÉE et. al., 2014).

Para os primeiros sujeitos, a vida não-humana está ali aguardando ser subjulgada, pronta para satisfazer-lhes as necessidades e desejos imediatos, contínuos ou futuros. Para os outros, a vida humana é parte integrante do universo a sua volta, não sendo uma espécie em exceção proprietária do ambiente que a rodeia, mas sim sua integrante, devendo portanto manter-se em relação de equilíbrio com o restante do todo.

Anuncia-se portanto um embate entre ontologias, como esclarece Almeida (2013), uma dicotomia, resultado de uma observação da diversidade existente a partir de uma macro perspectiva. Reconhecemos que este movimento homogeneiza certas diferenças consideráveis, porém o justificamos em nome de manter o fôlego do debate iniciado. O sustentamos inicialmente pelas assertivas de Myrian Oliveira (2017) e Philippe Descola (2006), tentando articular e dispor acerca de distintos modos de integrar-se ao universo e localizar-se no mundo.

Descola (2006), partindo à Amazônia equatoriana, comprovou sua tese da existência de “outras naturezas” por meio do povo Archuar, tomando as formas singulares desse grupo de interpretar determinados fenômenos individuais e coletivos – sonhos e rituais de encantamento que envolviam vidas humanas e não-humanas – como base de seus argumentos, considerando-os produções complexas e imbricadas às dimensões simbólicas-naturais ao seu redor.

O autor é tido como principal referência, do ponto de vista teórico, de uma chamada antropologia da natureza, propondo que os estudos acerca das interrelações homem-natureza sejam elaborados de forma mais crítica com relação ao postulado euro-ocidental, tido até então como ponto de partida natural para discussão do tema.

Sua proposição, explicitada em entrevista recente (CAMPOS; DAHER, 2013), considera que, desde as descrições de naturalistas até etnografias da década de 1970, havia uma predisposição de imaginar a vida humana amazônica dissociada da natureza que a rodeava. Tal entendimento, na percepção do autor, separava o mundo em duas esferas, a das coisas artificiais e das coisas naturais.

A primeira dimensão estaria associada à criação ou intervenção direta das mãos humanas e, a outra, onde não houvessem vestígios ou evidências superficiais de modificação da paisagem, seria o espaço do “natural” ou do “intocado”. Por este prisma, tanto na paisagem modificada quanto na que aguardava a modificação, o ser humano deveria desempenhar a função de agente, um ser detentor por excelência do poder de modificação/criação.

Descola (2006) se contrapôs a esta premissa antropogênica euro-ocidental, afirmando que esta desconsiderava outras percepções ontológicas acerca de homem, natureza e do próprio lugar ocupado pelo ser humano nesta equação, propondo um aprofundamento dos estudos relacionados à interação homem-natureza e ponderando por uma necessária visão aproximada a respeito do que “outras culturas” teriam a dizer a respeito de “outras naturezas” (DESCOLA, 2016), ou como Mauro de Almeida (2013) bem define, houve e há uma variedade considerável de ontologias, e para as quantas mencionarmos, encontraremos uma porção razoável de ontologias não mencionadas (ALMEIDA, 2013, p. 10-11).

Para Oliveira (2017), as definições a respeito do que é natureza e qual espaço o ser humano ocupa em relação a esta, não devem ser entendidos como fruto de discussões

recentes. Em texto escrito com base em sua tese de doutorado para a disciplina *Relações Entre Sociedade e Natureza* do Mestrado em *Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável* (MAFDS/INEAF/UFGA), a autora destaca uma linha do tempo constituída por diversos entendimentos relativos à questão homem-natureza, elencando desde os gregos clássicos até o homem contemporâneo.

Suas assertivas demonstram que, para cada definição elaborada, houve de igual modo a tessitura complexa de uma ideia de pertencimento, explicitada sobremaneira na constituição do lugar humano desempenhado e ocupado em relação à natureza. Assim, ao que parece, é possível dizer que quanto mais próximo de uma relação holística com o meio que o circunda, mais impactante o papel exercido pela natureza na cultura elaborada pelo grupo.

Considerando tais entendimentos, é possível mencionar as clássicas obras de Evans Pritchard (PRITCHARD, 1976), Roy Rappaport (RAPPAPORT, 1979) e Marcel Mauss (MAUSS, 2003) a fim de somar e demonstrar a partir de suas etnografias e análises o que foi sugerido na afirmativa acima. Os autores, em contextos distintos, analisaram a vida coletiva de grupos potencialmente diferentes correlacionando suas produções ritualísticas, econômicas, processos migratórios e até mesmo as quedas demográficas, às interações com a biodiversidade em seu entorno.

Entretanto, o adensamento acerca da ecologia humana não se encontra em nossa mira no presente instante, mas sim o modo como determinados entendimentos a respeito da relação homem-natureza influem nos processos imaginativos de interpretação/representação do lugar comum da ocupação humana, aqui voltada particularmente à amazônica.

Nesse sentido, consideremos aqui as discussões propostas por Sandra Pesavento (2005) na tentativa de alcançar um novo desdobramento no uso da perspectiva que pode ser desenhada pelo fluxograma homens/contextos/representações. Pesavento (2005), ao afirmar que a elaboração da vida coletiva é igualmente feita pelas particularidades sensíveis dos indivíduos, opta pela escala de suas “sensibilidades históricas”, formadas e desenvolvidas pelo contato com a “realidade disponível”, proporcionando-nos desta maneira uma interessante contribuição ao voltar nossas atenções para o que a autora considera como *contextos*.

Por esta razão, de acordo com Pesavento (2005), o indivíduo humano demonstra ser, a partir dos olhares das Ciências Humanas, um constructo contínuo dos múltiplos *contextos* em sua volta. “Contextos históricos”, “contextos políticos”, “contextos religiosos”, “contextos ecológicos” diz a autora, enfim, as gamas contextuais das mais diversas ordens que possibilitam não somente a sua existência, mas disponibilizam e atravessam os sentidos e os significantes de suas ações, ou que constituem, por assim dizer, um repertório de interpretações e perspectivas acessíveis para assimilar o que seus sentidos alcançam.

A autora aproxima-se assim, em certa medida, dos entendimentos de Clifford Geertz (1989), para quem as múltiplas produções humanas aparentam ser resultantes dos “emaranhados contextuais” que rodeiam a vida humana coletiva. O autor, ao “Acredit[ar], [...] que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]” (p. 15) propunha que o estudo sobre os aspectos humanos fossem de caráter semiótico, atentando sempre para as tramas de significados que convergiriam para o objeto observado pelo pesquisador.

Concordando com os pontos de convergência construídos acima entre tais autores, afirmamos que, as proposições clássicas existentes e que se envolvem – com dedicada atenção – à ocupação/habitação humana são, como quaisquer outras produções humanas, resultados de seus próprios *contextos*. No caso aqui tratado, estende-se a contextos conceituais que colhem indefinidamente na relação homens-naturezas de seus tempos-espacos o substrato de suas afirmações, ou melhor, acabam por adotá-los como ponto de partida para suas aferições. Embebidos por esta influência, optam por determinadas palavras que imprimem, ainda que de maneira silenciosa ou velada, uma subalternização de maneiras outras de organizar e manifestar a vida humana, impondo prejuízo a outras possibilidades interpretativas.

Nessa crescente, apontamos para a categoria *território*, que faz crer primeiramente por meio de seu uso na ocupação por sobre as terras, estáticas e sólidas, como elemento primeiro e adequado de formação da vida humana. Tal modelo que embasa a principal hermenêutica do ocupar/existir no mundo, desenvolveu-se em consonância com a perspectiva cartesiana euro-ocidental de sistema/mundo/capitalista de morar, “virando as costas para os rios” (ASSAD, 2013, p. 06-09).

A esse respeito, é preciso dizer que acreditamos na legitimidade do uso da categoria *território*, sobretudo quando acionada por grupos em condição subalternizada em uma busca por ocupar espaço nos lugares de disputas hegemônicas, econômicas e/ou socio-políticas. Outrossim, percebemos que nem mesmo este uso foi capaz de dirimir o caráter estático, sólido e terrestre com o qual nossa língua adotou-lhe o uso.

Alertamos também para a importância de se notar a profundidade que as discussões acerca de *território* alcançaram, elevando-a à posição de conceito caro às Ciências Humanas (GOTTMANN, 2012; SAQUET, 2007; SAQUET; SANTOS, 2008) e que foram estabelecidas na Europa, ganhando o mundo ainda no século XX. Desta maneira, indicamos que não pretendemos discorrer aqui uma minuciosa e profunda revisão bibliográfica a seu respeito, apontando aproximações e, tão pouco as divergências entre autores. Dada a expansão que a categoria tomou, este é um esforço que foge ao escopo do presente artigo.

Desta feita, sugerimos pelo presente, a subversão da ordem que elegeu *terra* como o lugar primeiro da ocupação humana e que se tornou, em nossa língua, o prefixo para a categoria que em seu conceito mais clássico, dispõe acerca de “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Vejamos assim, por entendimento, que como Claude Raffestein diz em seguida “[...] o território é a prisão que os homens construíram[...]” (Idem, ibidem) mas que podem existir outras terminações com um uso de libertação. Libertador não por implodirem as teias de poder e dominação existentes, mas que por escolha e experiência autóctone possam ser a categoria dos que fruem, vivem e navegam nas águas.

3. Aguatório: a aquabilidade de estar vivo sobre as águas

Em leitura a Clifford Geertz (2005), realçando seu entendimento a respeito da produção etnográfica, notamos que para o autor as categorias ou conceitos científicos existem para a tarefa de compartilharem a outrem de que se fez o *real* observado por pesquisadores quando em suas pesquisas de campo. Ao elaborar estas considerações, Geertz torna possível entender que o fazer científico mantém consigo, em suas possibilidades e limitações, um caráter imaginativo e quase individual – por parte do

pesquisador - esforçando-se para tecer uma trama que seja inteligível, convincente e, ao mesmo tempo, agradável a seus pares e leitores (GEERTZ, 2005, p. 169-193).

A abordagem de Geertz (2005) insinua espaço às proposições de Tim Ingold (2015), para quem as atenções dos estudos a respeito da existência humana devem, sobremaneira, ceder lugar às “experimentações contínuas”, com interesse às “condições e potenciais da vida humana”, como prefere dizer o autor (INGOLD, 2015, p. 25).

Lançando mão a tais ponderações, acrescentemos a elas a seguinte constatação clássica: esse mesmo saber científico, lugar onde os conceitos fazem morada, não demonstra ter um caráter estanque, mas sim um aspecto fluído e híbrido, ou ainda passível da aplicação constante de testes, como propunha Popper (1972, p. 30-31). Porquanto, quando produto da observação da vida social, o saber científico parece importar dalgo da dinâmica frenética que compõe seu campo, refletida na necessidade de uma constante reflexão, reanálise e sobretudo desconfiança de seus resultados.

Ocorre que foram precisamente esses elementos de constante experimentação que implicaram na elaboração do presente trabalho, alimentado pelo o que foi possível experienciar entre muitas idas a campo, investindo 32 horas de viagem de barco de Belém, capital do estado do Pará, até a Ilha do Pará, município de Afuá, Marajó.

As águas, os rios, os barcos, as distâncias e a existência marajoara estuarina não nos eram de modo algum estranhos. Isso se explica pela identidade marajoara de um dos autores, nascido em Breves, lugar que se ergueu na esquina do (Rio) Parauaú. Como muitos outros que cresceram à ribeira, o autor teve de aprender a respeitar o poder que os rios carregam em seus poderosos braços, potenciais revolvedores das vidas de quem por ele vivem. Entendendo que as águas dos rios levavam e traziam saberes, memórias e afetos, e que suas correntezas, ao mesmo tempo que eram moldadas pelas experiências humanas, passavam e eram caminho de volta tanto para as angústias, quanto para as lembranças e as vidas que por ela fruem.⁷

Talvez esse poder que reside nas caudalosas marés molhadas esteja ali para lembrar-nos que, estando as casas, trapiches, homens e mulheres à beira d’água, ou seja, na margem, quem ocupa o centro é o rio. Virar-lhe as costas não é nem de longe sensato.

⁷ O primeiro autor desse ensaio teve o privilégio de elaborar junto a Sabrina Campos um ensaio fotográfico sensível, que partilha das percepções que escrevemos aqui. Cf.: COSTA, Sabrina C.; MIRANDA, Daniel. Águas, confluências, beiras e vidas: Dois olhares entre os Marajós e Belém in **Caderno 4 Campos**, n. I. 2018. p. 50-60

A recordação que nos surge agora, para este autor, ao tratar da existência sobre as águas é a lembrança da primeira vez que atingimos a foz do Rio Amazonas, em meio às pesquisas no Marajó. O barulho do motor rompia a imensidão líquida e silenciosa das 14 horas de uma tarde de julho de 2016, mantia-nos de pé na proa do barco *4 Irmãos*, de Silvio Monteiro. Ainda é possível lembrar o que ali percebemos, ao olhar para todos os lados daquela grande porção Amazônica, o quão pequeno nos percebemos diante de tamanha hipérbole da natureza. De perto, bem de perto em meio as águas barrentas do Amazonas, o mundo inteiro parecia ser feito somente de água, barulho de motor e as poucas pessoas que nos acompanhavam. Nada mais além disso.

De lá, do encontro com um dos rios mais extenso do mundo, seguimos com algumas questões que deixaram banzeiros⁸. Talvez as mais significativas que podemos trazer aqui sejam: “Para Silvio e seus tripulantes, o que significa todo esse lugar? Que sentem ao passar por ele?” e “Como pode a categoria ‘território’ designar um lugar tão molhado assim?”

De Silvio obtivemos algumas respostas, tornando-o aqui em elemento vital para acesso e compreensão do contexto estuarino na relação homem-natureza dessa comunidade e seus sujeitos, em particular.

Bom, eu sou Silvio Barbosa Monteiro, tenho 36 anos de idade... eu nasci na Ilha do Teles, aí eu cheguei aqui no [Rio] Bacabal [Ilha do Pará] eu já tinha 10 anos de idade. Aí comecei a viajar com meu pai [Seu Francisco Monteiro], rebocando madeira, né? Comecei a viajar com meus 14 anos de idade e até hoje continuo viajando. [...] Pra mim, tá embarcado já é da vida mesmo, né? A gente chega em terra e modo que já se desacostuma. Tu quer ficar, por causa da família, né?[pausa] mas também tu quer ir pro rio por causa do movimento. (Silvio Monteiro, entrevistas, 23/02/18 e 24/02/2018).

Silvio era o segundo de quatro irmãos quando chegou ao Bacabal. Como visto acima, cresceu ajudando o pai a transportar toras de madeira para as serrarias da região, tornando-se o homem que hoje cuida de seus quatro filhos com os ganhos de passar e

8 Diz-se da maresia ou agito das águas formado pela passagem de uma embarcação pelo rio.

vender o açaí, do interior de Afuá, até a feira destinada à fruta em Belém do Pará. Suas habilidades de navegar por entre os labirintos líquidos marajoaras dão indícios de que foram forjadas nos trajetos percorridos na companhia do pai, Francisco, por entre Macapá/Porto de Moz/Breves/Anajás.

Sua fala grifa itens importantes ao se propor o que pretendemos. Em primeiro lugar, a constância com a qual o rio e os lugares estuarinos são tomados como marcadores de tempo e de estar vivo, em seguida, a profunda relação de mover, de fruição que é, ao seu entender, a experimentação da vida sobre as águas. Ao mesmo tempo, sua narrativa aponta para uma definição da vida “em terra”, não apenas como “parada”, mas, por meio da oposição criada por ele próprio em relação à água, eu diria estanque. Se essas podem ser as características que distinguiriam uma da outra, vejamos um exemplo a seguir que apresenta uma outra distinção de aspectos da vivência sobre as águas, em relação ao enfrentamento diante das intempéries da região:

Silvio e eu partilhávamos o turno na cabine de comando. Disse que nos aproximamos da cidade de Currálinho. Em poucos segundos começamos então a enfrentar uma tempestade. Com o rio agitado, e grandes mareas, confesso ter temido cada onda que batia contra a proa do barco e molhava consideravelmente os vidros da cabine de comando. As intensidades das ondas eram distintas, o vento frequente e forte. Sair da cabine nestas condições era impensável. Não sei bem se externei tais preocupações em minhas expressões [...], contudo, ao meu lado Silvio não demonstrara um lampejo desse ou quaisquer outros temores. Segurava o timão com uma expressão serena, vez ou outra ligava o holofote, virando-o de um lado a outro e depois o desligava. Não sei bem o que conseguia ver em meio à escuridão molhada e caótica para mim. Ignorou constantemente seu outro – senão único – objeto de navegação, a bússola. Em meio a tudo isto, sempre pareceu saber bem onde estávamos e para onde deveríamos ir. (Caderno de campo do primeiro autor, 21/02/18).

De um lado, assumimos a abissal diferença entre o temor do observador e a calma de Silvio. Para ele, era apenas mais uma das muitas tempestades enfrentadas durante

a travessia da baía do Marajó, para o observador, era a tormenta mais devastadora que enfrentara em sua vida até ali. Uma vez mais, a discussão a respeito das sensibilidades históricas emerge. Para um, os sentidos já foram moldados e calejados pelas tormentas, Para o outro, a ausência dessa experiência parecia que tudo ali lhe custaria a vida.

Outrossim, devemos argumentar da perícia no timão demonstrada por Silvio, elemento que, somado à sua expertise para tariar e manter o barco em seu rumo, integram um conjunto de habilidades (INGOLD, 2000) apreendidas por meio de operações geracionais de assimilação de experimentações e saberes (INGOLD, 2000, p. 77-88).

Com isto, acrescento uma vez mais à proposição da noção de aquabilidade, de que, em seu caráter ela é envolvida pela definição de sensibilidade histórica (PESAVENTO, 2005), portanto repassada entre esses grupos por meio do exercício e da prática de atividades diurnas que envolvem o universo de estar embarcado. Adiciono ao conjunto dessas práticas, a perícia na escolha da madeira das embarcações, registrada há tempos nestas localidades (DANIEL, 2004, p. 341-345), assim como os entendimentos que preveem o aumento das marés e inventivamente elaboram arquiteturas para assegurar suas permanências (HARRIS, 2017, p. 49-94).

Situações como a descrita no relato de Silvio, acima, se dão com profunda frequência entre os rios das idas e vindas de Afuá a Belém. Diante do relato, apontamos uma vez mais para a sensibilidade necessária ao se lidar com as águas tomadas pela noite escura marajoara, acrescida do potencial complicador que é uma tempestade com ventos fortes. Desejamos ressaltar também os poucos equipamentos técnicos de navegação que o barco oferece, para enfim desembocar na ideia de que este saber navegar e tariar, como chamam a ação de controlar ou pôr a embarcação em seu rumo, são elementos que somam-se a muitos outros mais que tratam da ocupação humana amazônica das águas.

Desse modo, entendemos que as qualidades do aguatório e, por conseguinte da aquabilidade, expressam-se nesses indícios da vida estuarina e são definidos por um conjunto de práticas e saberes que elegem a condição de estar vivo sobre as águas como lugar de importância na formação humana. É particular, porquanto nossos indícios demonstram-nos como resultado dos *contextos* singulares que circundam ou atravessam esses grupos, outrora mencionados, e que fazem existir, por essa razão, um conjunto de habilidades conquistadas ou certamente ensinadas geracionalmente (MIRANDA, 2019). Contudo, sublinhamos que as escalas de amplitudes sociais ou ainda as restrições ou

especificidades geográficas que existem para o uso da presente categoria ainda representam desafios a serem superados em favor de seu uso e refinamento.

Por isso, assumimos que o exercício do existir sobre as águas, que é a aquabilidade, é contínuo e parece ser assumido por homens e mulheres espriados por entre os aguatórios amazônicos. Seu exercer é posto em prática não apenas a partir da ocupação dos rios e lugares aquáticos, mas também pode ser perceptível em muitas outras manifestações da vida ordinária cotidiana, como nas superfícies da cultura material elaboradas por mãos conduzidas por estes saberes (JARDIM, 2013). Atentar para ele, para esse *estar vivo* (INGOLD, 2015) sobre as águas, parece demandar o esforço de muitos, e se o presente artigo conseguir chamar a atenção para isso já nos daremos por satisfeitos.

4. Considerações finais

O existir estuarino, elaborado entre os aguatórios da imensidão amazônica, demonstra resistência ante as dificuldades diárias de seu cotidiano. Dono de uma reformulação hábil e inventiva em suas formas de estar e colocar-se no mundo, ele luta pela vida em seu espaço, fazendo-o com muito custo diuturnamente, assumindo desde o despertar e sendo levado adiante durante todo o restante do dia.

Procuramos apontar pela categoria defendida no presente artigo, algumas das variáveis na relação homens-naturezas e como estes elementos tornam-se contextos para a elaboração de interpretações e representações do mundo ao nosso redor. Diante disso, surge um determinado quadro que ainda parece estar longe de uma solução contundente, sugerindo uma possível subalternização de determinados modos de ocupação humana, como alertarmos.

O compromisso que resta está em amadurecer o que foi apenas ensaiado aqui, sugerindo mais uma vez a partilha do desafio que é escrever sobre o balanço das marés do aguatório.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013.

ASSAD, Leonor. Cidades nascem abraçadas a seus rios, mas lhes viram as costas no crescimento. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, p. 06-09, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BALÉE, William; SCHAAN, Denise; WHITAKER, James; Florestas antrópicas no Acre: inventário florestal no Geoglifo Três Vertentes, Acrelândia. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 16, n. 1, p. 140-169, 2014.

CAMPOS, Raquel; DAHER, Andrea. A antropologia da natureza de Philippe Descola. In **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, n. 27, p. 495-517, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: edição crítica comemorativa completa. São Paulo: Editora Ubuntu, 2019.

DANIEL, Pe João. **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas** - vol. 01. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DESCOLA, Philippe. **As lanças do crepúsculo**: relações jivaro na Alta Amazônia. São Paulo: Cossac & Naify, 2006.

_____. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIAS, Adriana Schmidt. Um réquiem para Clovis. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 459-476, 2019.

DIXON-ENGEL, Tara; JACKSON, Mike. **Neil Armstrong: one giant leap for mankind**. Sterling Publishing Company, Inc., 2008.

DOS SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco; DE OLIVEIRA JÚNIOR, Josué Ferreira. A narrativa da selva, ou, a selva no contexto do regionalismo Amazônico. **Línguas & Letras**, v. 15, n. 29, 2014.

FRAXE, Therezinha J.P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1993.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Intepretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

_____. **Obras e vidas: o Antropólogo como autor**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v. 13, n. 1, p. 129-146, 2018.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GROSGOUEL, Ramon. The implications of subaltern epistemologies for global capitalism: transmodernity, border thinking and global coloniality In ROBINSON, Willian; APPLEBAUM, Richard. (orgs.), **Critical globalization studies**. London: Routledge, 2005.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século: 1480-1520: as origens da globalização**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

_____. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil (1798-1840)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

_____. **The perception of the environment: essays of livelihood, dwelling and skills**. London: Routledge, 2000.

JARDIM, Ninon Rose Tavares. **Mulheres entre enfeites e caminhos: cartografia de memórias em saberes e estéticas do cotidiano no Marajó das florestas**. 2013. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arte, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, pg. 425-503.

MIGNOLO, Walter D. “Aiesthesis decolonial – Artículo de reflexión”. **Calle14**, v. 4, n. 4, 2010. Disponível em: <http://200.69.103.48/comunidad/grupos/calle14/Volumen4/Vol4/Articulos/calle14_vol4_Walter%20Mignolo.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

MIRANDA, Daniel. **Passar-espalhar-tirar: uma etnografia do existir de peconheiros**,

espalhadores e passadores de açaí do rio Bacabal-Afuá/PA. 115 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2019.

OLIVEIRA, Myrian. **Relação sociedade-natureza e suas matrizes paradigmáticas: uma introdução. Não publicado**, Belém. 2017.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades. **Nuevo mundo mundos nuevos**, Colóquios, 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/229>>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

PRITCHARD, E. E. Evans. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAPPAPORT, R. A. **Ecology, meaning, and religion**. Richmond: North Atlantic Books, 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma economia de saberes. **Novos estudos – CEBRAP**, n.79, p.71-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de março de 2020.

SAQUET, M.; SANTOS, S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Revista Geo UERJ**, v. 2, n.18, p. 24-42, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHAAN, Denise; MARTINS, Cristiane. (orgs.) **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNORONHA, 2010.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 263p.

VASCONCELOS, Simão. **Chronica da companhia de jesu do estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo**. Lisboa: Casa de A.J. Fernandes Lopes, 1865. pg. 40. Disponível em: ui<http://biblio.wdfiles.com/local--files/vasconcellos-1865-chronica/vasconcellos_1865_chronica_brown_vol1.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , nº 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

“Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Izabel-PA

“We are all relatives”: kinship relations in the Quilombola community of Macapazinho, Santa Izabel-PA

Jamilly Brito Guimarães, Especialista GESAM, UFPA, jamilly.guimaraes19@gmail.com;
Myriam Cyntia Cesar de Oliveira, Doutora, UFPA, myriam@ufpa.br

Resumo

Este trabalho buscou identificar e descrever as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, município de Santa Izabel, Pará. A metodologia utilizada consistiu na análise dos discursos e observações das práticas dos grupos familiares. As informações foram obtidas a partir de entrevistas, com questionários direcionados aos membros das respectivas famílias. Os resultados demonstram que as relações de parentesco presentes nos estabelecimentos familiares pesquisados são imprescindíveis para garantir a reprodução social do modo de vida tanto interno, quanto às atividades cotidianas e do ciclo agrícola dessas famílias, quanto em nível comunitário, onde essas relações se expressam na prática social do mutirão como um fator essencial da união da comunidade. Infere-se que toda ação coletiva, seja no ambiente doméstico ou de uso comum, encontra coesão nas relações de parentesco pautada na reciprocidade dos vínculos humanos construídos no decorrer da vivência diária, sendo esta a principal estrutura organizacional da comunidade.

Palavras-chave

Mutualidade; Consanguinidade; Quilombo;
Ação conjunta.

Abstract

This work aimed to identify and describe kinship relationships in the Quilombola community of Macapazinho, in Santa Izabel, Pará. Research methods included: discourse analysis and observations of families' practices. Information was subsequently obtained from interviews with questionnaires directed toward family members. Results show that the kinship relationships present in families' establishments are essential to guaranteeing the social reproduction of the community's internal way of life, as well as the daily activities and the agricultural cycle of these families. At the community level, where these relationships are expressed in the social practice of the “task force”, they are an essential factor for maintaining community unity. We infer that all collective activities, both in domestic or communal environments, find cohesion in kinship relations based on the reciprocity of human bonds built during daily life, which is the main organizational structure of the community.

Keywords

Mutuality; Consanguinity; Quilombo;
Joint action;

1. Introdução

Comunidades tradicionais são aquelas que apresentam aspectos culturais singulares das demais populações do seu entorno e que se reconhecem como tal. Caracterizam-se por possuírem formas próprias de organização interna e por ocuparem um território ancestral e utilizarem o meio natural com intuito de garantir a sua reprodução social (COSTA FILHO, 2011). Para Sousa e Pezzuti (2017), a categorização do “tradicional” vai além de uma expressão folclórica que transmite a ideia de grupos sociais relativamente isolados. Muito pelo contrário, ela abrange os aspectos relacionados aos valores, regulações internas e o modo de viver que possui cada comunidade tradicional, defendendo o reconhecimento da pluralidade desses grupos.

Inserida nesse contexto estão as comunidades negras rurais, comumente chamadas comunidades quilombolas. Apesar de se constituir em uma categoria relativamente nova no contexto das pesquisas acadêmicas e da própria Constituição Federal, os negros compõem parte essencial da formação social do país, sendo necessário, então, reconhecer a existência de um campesinato negro com uma identidade étnica e um modo de vida particular (MACIEL, 2012).

E no que esse campesinato se difere dos demais? Para começar, uma primeira diferença é na sua própria designação. A ele estão associados os termos “quilombo”¹ e “quilombola” como forma de designar seu território e sua identidade. Outra é que são comunidades que possuem um modo singular de estabelecer relações entre si e com a natureza, utilizando-se de regras não escritas, pensadas e executadas de forma coletiva e que englobam desde o modo como organizam o trabalho (divisão sexual e etária), até a definição das atividades coletivas e dos usos comuns dos elementos do meio natural (SOUZA; PEZZUTI, 2017; OLIVEIRA, 2013).

Além disso, Oliveira (2013) reforça que a construção de valores humanos em torno de um bem comum tem a ver com partilha, de fazer os esforços em pares e as formas em que essas relações se apresentam são direcionadas predominantemente pelas relações de familiares e de parentesco. Tais relações são refletidas nas diferentes esferas da vida (econômica, social, ambiental, habitacional) e conferem a essas pessoas um sentimento

¹ Apesar de já ser relativamente consolidado, o termo quilombo vem ainda passando por processos de transformações em seu conceito com objetivo de melhor representar as realidades presentes nas comunidades negras rurais contemporâneas.

de pertencimento à comunidade, que se expressa em muitos de seus costumes, tais como: as relações matrimoniais, de cooperação, de ajuda mútua, em sua cultura e lazer.

As relações de parentesco, portanto, são fundamentais na constituição e manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais e que até podem chegar a se revestir ou se transformar em relações de troca (não-mercantil), como destaca Sabourin (2011), mas ainda são formas de solidariedade essenciais na dinâmica social de comunidades como a comunidade quilombola de Macapazinho, município de Santa Izabel, constituída principalmente por grupos familiares.

O objetivo deste artigo foi, então, o de se centrar nas relações de parentesco presentes nesta comunidade, buscando identificar e descrever as formas como se apresentam em suas práticas de solidariedade, bem como o papel que desempenham para a manutenção e fortalecimento desse grupo social.

2. Metodologia

Para a pesquisa foi priorizada o uso de uma abordagem metodológica qualitativa, com base em análise de discurso e observação das práticas. Além de observação participante, para a coleta de informações foram realizadas oito entrevistas com famílias residentes em Macapazinho, utilizando-se questionário e conversas informais.

2.1 A área de estudo

A comunidade quilombola de Macapazinho se situa a 15 km da sede do município de Santa Izabel do Pará, no nordeste paraense, às margens da rodovia PA-140. Segundo moradores antigos, a comunidade teve origem a partir de um quilombo que se chamava Manjar dos Santos, localizado às beiras do rio Itá, fundado ainda na época da escravidão. Segundo Friaes (2015), com a abolição da escravatura, o quilombo original se fragmentou e se transformou em duas comunidades-irmãs: Boa Vista do Itá e Santa Luzia (atual Macapazinho).

Como foi fundada próxima ao rio Itá, toda a dinâmica da comunidade era regida por este rio; era ele que comandava a vida de uma maneira geral. Mesmo propício para os cultivos, a distância desse lugar em relação aos centros urbanos impunha às famílias uma nova organização: por exemplo, para chegar ao centro de Santa Izabel era necessário andar cerca de 15 km por trilhas dentro da mata, já para Belém, o percurso incluía andar

5 km por trilhas e mais três dias remando (MORAES, 2012). Tais condições de acesso só mudaram com a construção da PA-140, no final da década de 1990, que possibilitou que a comunidade passasse a ter mais contato com outros municípios, resultando em um maior intercâmbio e venda de mercadorias.

Em termos histórico-fundiários, Macapazinho faz parte do grupo de comunidades negras rurais que se estabeleceram nas áreas adjacentes à Grande Belém e, de acordo com Acevedo e Castro (1999), se por um lado acompanhou de perto a evolução econômica da capital, por outro viu suas áreas agriculturáveis reduzirem gradativamente levando ao processo de cercamento de terras mais intenso registrado no campesinato regional.

Segundo Moraes (2012), os habitantes da comunidade de Macapazinho não impuseram restrições ou resistências ao estabelecimento de novas famílias, fazendeiros ou empresas no local e por ser uma área de posse indefinida, a prática de vender faixas terras do território por alguns dos moradores era bastante comum².

A partir dos anos 1980 e 1990, com o desenvolvimento de trabalhos sobre o campesinato e o reconhecimento de um campesinato negro e com as crescentes mobilizações sociais desses grupos em defesa dos seus direitos, comunidades negras foram instigadas a revisitar suas identidades há muito ocultada. Estimuladas por esse movimento, as famílias da comunidade de Santa Luzia (atual Macapazinho), com o apoio do CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), começou a examinar as memórias dos moradores mais antigos e a buscar respaldo documental para embasar a reivindicação de seu reconhecimento como comunidade quilombola. De acordo com Moraes (2012), o processo de reconhecimento da comunidade foi iniciado em 2000 e a ação teve como consequência o “resgate” em suas duas formas: territorial e identitária.

A comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares e, em maio de 2008, foi oficialmente titulada pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará), compreendendo um total de 68,7834 ha. O novo nome da comunidade surgiu da necessidade em atribuir um nome para associação a ser criada, tendo sido escolhido Macapazinho em função de um loteamento próximo denominado Macapá (FRIAES,

² Acevedo e Castro (1999) enfatizam que a situação de comunidades como a de Macapazinho, que se encontram fora dos processos políticos sobre o direito ao território ocupado por seus antepassados, se deve ao fato da dispersão dentro do movimento camponês e do seu desconhecimento das especificidades das raízes históricas que caracterizavam estas comunidades.

2015).

Atualmente, Macapazinho conta com um total de 50 famílias residindo na localidade que, em sua grande maioria, vivem das atividades de agricultura, principalmente produção de hortaliças e em menor escala fruticultura e roças de mandioca, além do extrativismo do açaí.

3. Os laços familiares e as redes de parentesco em comunidades tradicionais do campo

Em muitas comunidades tradicionais, o principal elemento estruturador da sua organização são as relações familiares e de parentesco, uma vez que é a partir do estabelecimento dessas relações humanas, de indivíduo para indivíduo, que se constrói uma herança cultural comum. Para Wagley (1988) *apud* Nahum (2011) essas relações determinam os aspectos como os habitantes ganham a vida, educam os filhos, trocam conhecimentos, cultivam a terra, trocam produtos e realizam ajudam em momentos de necessidade.

Segundo Comerford (2003), o termo família é ambíguo na medida em que depende do contexto em que é aplicado e da amplitude que lhe é dada. Aqui utilizou-se o conceito de família nuclear, composta por pai-mãe-filho(s) (CHAYANOV, 2014; WOLF, 1976) e de grupo familiar extenso, que consiste em uma coresidência e/ou em uma economia doméstica comum (FORTES, 1974). Esse autor diz ainda que essas duas situações podem ser temporárias ou alternativas para a ausência de um dos três recursos básicos da reprodução social (terra, trabalho e capital) – para filhas ou filhos casados ou com uniões consensuais que habitam com os pais provisoriamente.

Nas sociedades camponesas, essas relações de parentesco e afinidades são concebidas por laços sociais, sentimentais e simbólicos. A família e a solidariedade são a estrutura central das relações humanas que produzem sentimentos e valores sobre os quais se baseia a reciprocidade (SABOURIN, 2005). De uma maneira geral, o rural brasileiro possui estruturas pautadas na reciprocidade, sendo estas associadas à ajuda mútua, podendo-se citar: prestação de ajuda cotidiana, que ocorre dentro da família nuclear ou extensa, que é definida pela realização de uma “obrigação” devido uma relação social; prestações mútuas de trabalho entre famílias associadas, como fornecimento de alimentos; prestações de trabalho que reúnem os conjuntos familiares da comunidade ante

aos trabalhos coletivos, podendo ser direcionado para uma só família por vez, podendo beneficiar todas as famílias do grupo ou para a comunidade, manutenção e (ou) gestão dos bens comuns (SABOURIN, 2011).

Queiroz (1973) *apud* Moraes (2012) enfatiza que em comunidades tradicionais, onde a produção depende majoritariamente da mão-de-obra familiar, não raro faz-se necessário recorrer constantemente às relações de parentesco, vizinhança e amizade para satisfazer as necessidades do núcleo familiar. Pela importância que as relações de ajuda mútua, principalmente a de parentesco, assumem na comunidade de Macapazinho, optou-se pelo uso dessa teoria da reciprocidade para compreender as relações de parentesco e as dinâmicas sociais internas dessas famílias.

3.1. As famílias e as relações de parentesco em Macapazinho

Macapazinho é uma comunidade cuja economia é baseada na agricultura, principalmente na produção de hortaliças e mandioca, e no extrativismo, sendo o desenvolvimento destas atividades pelas famílias bastante dependente das relações de parentesco que estabelecem entre si. Na comunidade existem quatro núcleos familiares centrais: Família Souza, Família Borges, Família Ferreira e Família Santos. A ligação entre essas famílias estabelecida através de casamentos e de redes de relações de compadrio e amizade são as responsáveis pela estruturação do grupo social local (MORAES, 2012).

Dos oito entrevistados constatou-se que cinco destes interlocutores descendiam do mesmo núcleo familiar. Os Ferreira de Souza, fruto da união de Maria Celes de Deus Ferreira de Souza (descendente da junção das famílias Ferreira e Souza) e Felipe Borges (Família Borges), constitui-se no núcleo familiar mais extenso de Macapazinho. Já os demais entrevistados integram os demais núcleos familiares influentes da comunidade e estabelecem com o núcleo Ferreira de Souza fortes relações de afinidade.

Pela sua importância tanto na formação histórica como na realização das atividades coletivas e organização política da comunidade, decidiu-se concentrar a narrativa nas relações de parentesco da Família Ferreira de Souza. Buscou-se nessa narrativa apresentar como se dão as relações que regem a organização intradoméstica e as relações interdomésticas com os demais grupos.

A Figura 1 mostra a configuração dessa família. Dona Maria Celes e Seu Felipe Borges tiveram nove filhos, sendo sete deles representados no fluxograma (MORAES, 2012)³. A pesquisa se concentrou em cinco membros da família, sendo eles: Alaílton Ferreira de Souza, Amilton Ferreira de Souza, Jucirene Ferreira de Souza, Maria de Lourdes Souza Corrêa, Valdemir de Souza Corrêa (Filho de Maria de Lourdes e Juliano de Mendonça Corrêa). Além dessas, observou-se dois grupos domésticos distintos, tanto quanto sua organização interna, como a sua relação com os demais entrevistados pertencentes à sua família extensa. Estes grupos domésticos são: família da Sra. Jucirene e Sr. Nelson (“Nerci”) e a família da Sra. Maria de Lourdes e o Sr. Juliano.

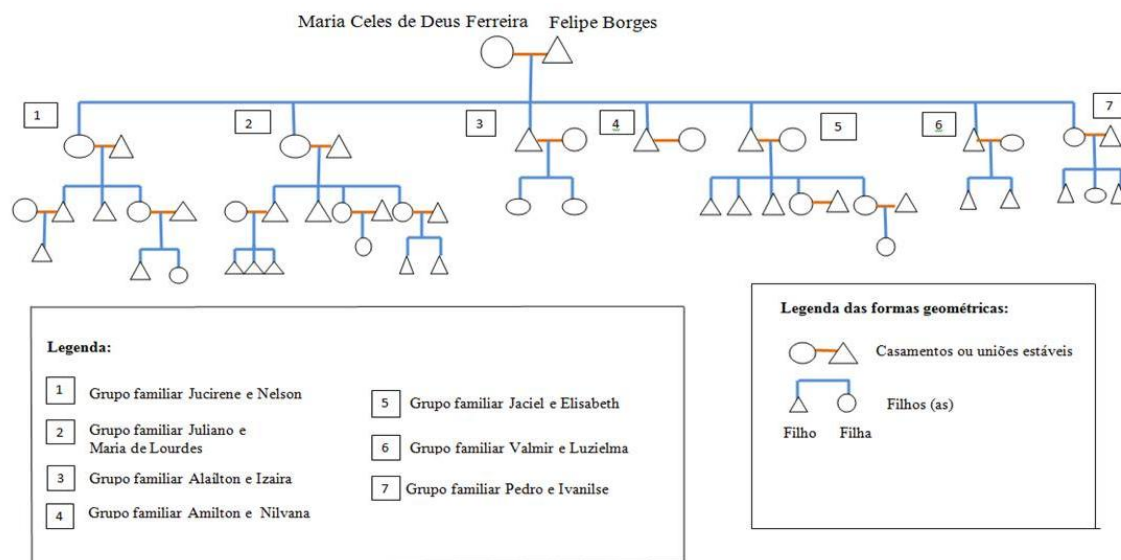


Figura 1: Fluxograma de descendência da família de Maria Celes e Felipe Borges.

Fonte: Adaptado de MORAES (2012) e dados de pesquisa de campo (2018).

Seu “Nerci” e dona Jucirene tiveram três filhos e, destes, dois já são casados e possuem seu próprio núcleo familiar. Embora esses filhos já tenham constituído suas famílias, as relações de ajuda mútua acontecem de forma constante no convívio da família, uma vez que os filhos ainda não conseguiram terra própria (preferem que seja na comunidade onde está sua família próxima e parentes) e decidiram estabelecer-se inicialmente no lote dos pais. Em geral, o acesso à terra na comunidade se dá por

³ Os filhos não representados, não foram mencionados pelos interlocutores. Apesar desta ausência, a família e seus descendentes formam a base da comunidade.

processos de repasse de patrimônio e herança e, por esse motivo, a limitação de terras é um fator determinante na escolha das famílias novas em adotar essa estratégia de desenvolver trabalhos em conjunto com os pais.

Sendo assim, este grupo doméstico se caracteriza por ser formado por três núcleos familiares que se encontram em diferentes fases do ciclo de vida da família⁴, núcleos estes que compartilham uma economia doméstica comum, refeições conjuntas e que desenvolvem as atividades produtivas também de forma conjunta. As formas de relação e de composição dessa família a caracteriza como uma família extensa onde, conforme destaca Wolf (1976), consiste em um grupo familiar que agrupa em uma única estrutura (nesse caso a economia doméstica comum) um certo número de famílias nucleares.

De uma maneira geral, essa situação observada na família de seu “Nerci” e dona Jucirene, de convívio com filhos que já constituíram seus próprios núcleos familiares, é relativamente comum na comunidade, tendo sido observada também por Moraes (2012). Os motivos que levam à manutenção dessa forte relação podem estar relacionados a vários fatores, tais como: falta de espaço para morar; a necessidade de dividir tarefas, como cuidar das crianças pequenas ou pessoas idosas; ou a necessidade de mão-de-obra para a realização das atividades agrícolas.

Ao analisar a relação intrafamiliar dessa família extensa de seu Nelson e dona Jucirene nota-se que a presença dos dois núcleos familiares dos filhos influencia diretamente no funcionamento do estabelecimento agrícola. As famílias moram em casas separadas dentro do mesmo lote – a casa do pai e da mãe no centro, ladeada pelas dos filhos –, mas é a casa dos pais o ponto central das dinâmicas diárias. Isso vai ao encontro do que ressalta Woortmann (2004), quando menciona que a escolha do local de habitação perto de familiares [neste caso da casa dos pais] é fundamental para o funcionamento destes grupos domésticos; “o ter com quem contar” é essencial para o estabelecimento e consolidação dos núcleos familiares (principalmente para aqueles que estão no início do ciclo de vida), sendo este círculo familiar uma peça-chave para o fortalecimento das redes de solidariedade estabelecidas entre eles.

⁴ De acordo com Chayanov (1923) *apud* Costa (2014), ao longo do seu ciclo de vida ou de formação as famílias passam por diferentes fases, nas quais as capacidades de trabalho e consumo variam de acordo com a faixa etária dos membros da família.

Nesse sentido, Chayanov (2014), reafirmado por Garcia Jr (1983), ressalta a importância da dimensão e composição da família como um fator determinante da dinâmica interna de trabalho, tendo reflexo nas relações de cooperação e solidariedade. Esse fenômeno pode ser percebido na interação que os núcleos familiares estabelecem para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas por este grupo doméstico e na distribuição e práticas que realizam em conjunto (Quadro 1).

Quadro 1: Atividades realizadas em conjunto pelos três núcleos da família do Sr. Nelson e Sra. Jucirene.

ATIVIDADES	QUEM FAZ?
Referentes às pequenas criações	Nelson e genro
Referente às atividades domésticas	Jucirene e nora
Referente aos cultivos:	Nelson e genro
Queima	
Adubação e abertura de covas	Isaias, Cleyton, Jucirene e Nelson
Levantar leira	Nelson
Plantio	Isaias, Cleyton, Jucirene e Nelson
Irrigação	Jucirene e Nelson
Capina e colheita	Isaias, Cleyton, Jucirene e Nelson
Referente às atividades de carvão vegetal	Nelson, Jucirene, genro
Referente às atividades de beneficiamento e processamento	Isaias, Cleyton, Jucirene, Nelson, filha, genro, nora

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Dentro destas rotinas conjuntas, as formas de distribuição das tarefas relacionadas às atividades domésticas são intimamente influenciadas pelas relações estabelecidas entre esses núcleos familiares. As atividades referentes à casa estão a cargo das mulheres havendo, no entanto, certas atividades domésticas que ficam a cargo exclusivamente da nora da Sra. Jucirene, tais como cozinhar e fazer a limpeza geral da casa.

Em seus estudos Woortmann (2004) observou que em residências baseadas na patrilocalidade, a mulher ao casar-se, sai de sua casa de origem e passa a residir na casa dos pais do marido ou a ter uma relação muito próxima com a família do conjugue, sendo esta subordinada à autoridade da sogra. Isso parece ser o que acontece nessa família, pois

apesar de não residir na casa dos pais do marido, o fato de morarem no mesmo lote, ao lado da casa dos sogros, faz que a nora estabeleça com a sogra uma relação de hierarquia.

Silva (2006) enfatiza que todas as famílias possuem algum grau de hierarquia, entretanto, os membros das famílias tendem a ter funções definidas pela própria unidade familiar. No entanto, mesmo que haja, na prática, uma espécie de obrigação moral da nora realizar algumas das tarefas domésticas na casa dos sogros, a realização dessas tarefas não é vista como uma obrigação de fato, sendo classificada como “ajuda”, conforme destaca Dona Jucirene:

Ela [nora] vem aqui “ajudar”, quando eu preciso ir lá em Santa Izabel comprar alguma coisa, ela vem e faz as coisas. E quando eles [casal] precisam cozinhar alguma ou deixar o menino [neto] com a gente, a gente também “ajuda”.

Os núcleos familiares de pais e filhos são parceiros constantes em diversos tipos de atividades, seja nas de produção agrícola ou nas tarefas diárias, o que minimiza os problemas de mão-de-obra quando, eventualmente, um ou outro membro da família precisa se ausentar para realizar trabalhos fora do lote. Essas ausências, contudo, não são feitas de forma aleatória, visto que nas atividades que requerem o máximo de trabalho disponível todos os membros da família estão presentes e se prontificam a participar. Isso pôde ser observado, por exemplo, nas atividades de processamento e beneficiamento da mandioca (farinhada) e na colheita da horta.

A família é ao mesmo tempo o espaço por excelência da intimidade e a unidade básica da solidariedade, da confiança e da ajuda mútua (COMERFORD, 2003). Esses valores podem ser evidenciados no comentário do seu “Nerci”. Quando perguntado quem costuma desenvolver certas atividades como a farinhada, preparo de área e outras atividades para os ciclos agrícolas, ele responde:

[...]A família toda faz, eu termino uma coisa e o Isaias (filho) começa a fazer outra, ou quando o Isaias termina, a mulher (esposa), ajuda em outra coisa. Todo mundo faz um pouco, todos se ajudam. A mesma coisa é com o forno: quando eu canso, um dos meninos toma o meu lugar torrando a farinha, ou vou cortar lenha, um deles fica mexendo a farinha [...].

Por essa fala é possível depreender que os laços de parentesco são a base das relações de cooperação mútua das quais a família se utiliza, relações estas que englobam muito mais do que os aspectos econômicos de compensação de mão-de-obra. Polanyi (2000) **apud** Woortmann (2004) menciona que o princípio da reciprocidade se afirma pela rejeição do negócio (dinheiro), ainda que nada seja trocado. É a consideração, o prazer do trabalho, o reconhecimento social, os incentivos habituais, os valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha que são importantes, uma vez que refletem sobre os sentimentos de pertencimento e de confiança (SABOURIN, 2005).

Os níveis de reciprocidade observados na família do Sr. Nelson e Sra. Jucirene podem ser entendidos em dois patamares de relacionamento: um intrafamiliar, composto por uma relação direta com o núcleo da família compreendido por eles (marido “pai”, mulher “mãe”, filhos, genro, nora, netos); e outro interfamiliar constituído pelos irmãos da senhora Jucirene, sobrinhos, primos, cunhados, compadres e comadres.

Observando esta família a partir de suas relações em níveis interfamiliares, observa-se que as relações de parentesco, apesar de não terem a mesma expressividade de acessos que as intrafamiliares, desempenham papel importante para a manutenção dos diferentes núcleos famílias (trocas de mudas, sementes, intercâmbio de informações, dentre outros). Essas relações interfamiliares extrapolam, ainda, os níveis de consanguinidade e se ampliam para as relações de amizade e vizinhança, demonstrada pela influência que esta família desempenha na comunidade (mobilização política, articulação com ONGs, Instituições de ensino e Pesquisa).

No que tange à relação familiar, especificamente àquela interfamiliar, dona Jucirene e seu “Nerci” nutrem uma relação regular com os demais membros da família, como o irmão da dona Jucirene, seu Amilton Ferreira de Souza. Ele, em sua fala, confirma como as relações de parentesco, através do seu convívio com o cunhado, são importantes não só para a definição de suas estratégias familiares, mas também para a comunidade:

Meu cunhado sempre traz muitas informações pra cá, pra comunidade, principalmente de projetos, eu participo do PNAE, e ele [Nelson] sempre tem as tabelas de preço, tudo bem organizado, aí ele fala qual o valor de tudo.

Dona Jucirene e seus irmãos possuem uma dinâmica voltada mais para dentro dos seus próprios grupos domésticos, no entanto, como pôde-se constatar pelo depoimento acima, isso não significa que estejam fechados em sim mesmos. Esse comportamento é reafirmado por Woortmann (1995) ao ressaltar que fazer parte da família implica uma série de compromissos, um sentimento de responsabilidade com grupo, que resulta no oferecimento e o acesso às redes de parentesco. Esse acesso, porém, se dará pelo tipo de evento que irá determinar a intensidade e a frequência, ou seja, essa mobilização se dará em momentos em que a família julgar indispensáveis (MOTA, 2014). No caso da família de Dona Jucirene, a forma como acontece essa mobilização da rede pode ser exemplificada no processo de compartilhamento de mudas que ocorre entre ela e seus irmãos.

[...] Quando a EMATER trouxe umas mudas de banana lá da Bahia pra distribuir aqui, eles disseram que só receberiam as mudas quem tivesse irrigação, porque elas precisavam de muita água. Então quase ninguém na comunidade pegou, só o meu irmão Curió (Jaciel atual vice-presidente da associação), aí ele deu umas mudas pra gente plantar aqui, pra mim e pra outro irmão nosso [...] (Jucirene, 53 anos).

Em Macapazinho é quase impossível não observar a influência exercida por essa família Ferreira de Souza Quando, bem como é difícil desatrelá-la dos papéis de articuladores políticos desempenhados pelos seus membros. Seu “Nerci” foi uma das pessoas atuantes no processo de titulação da comunidade desde os anos de 1980 e, desde então, já desempenhou várias vezes o papel de presidente da associação. Por ocasião da realização das atividades coletivas (mutirões) é muito comum encontrar um, dois ou mais integrantes dessa família na organização dessas práticas, bem como são eles que, na maioria das vezes, são responsáveis pela interlocução com os agentes externos. Seu “Nerci” e sua esposa possuem muitos contatos políticos e institucionais em Santa Izabel e em demais localidades, então quando alguém precisa de alguma informação ou ajuda para conseguir algum serviço na cidade é bem comum recorrer à essa família para conseguir o que precisa.

Questionado sobre como poderia definir essas relações de cooperação mútua que ocorrem no convívio com os demais membros da família da esposa e com os demais habitantes da comunidade, seu “Nerci” fala simplesmente: “[...] *somos todos parentes aqui na comunidade*”. Essa fala demonstra como as relações de parentesco possuem um

papel fundamental na compreensão do sentido de pertencimento que a comunidade construiu e que fortalece a ideia de que todos possuem uma descendência em comum. Neste sentido, Mota (2005) salienta que as interações interpessoais, intra e intergrupos influenciam em como os membros de um grupo em comum se vêem e como vêem os outros.

É possível dizer que em Macapazinho, como em muitas sociedades camponesas, existe uma vasta variedade de arranjos familiares; se por um lado cada estabelecimento possui uma estratégia interna de reprodução, por outro eles têm em comum o fato de valorizarem nessas estratégias a mobilização das redes de parentesco e de vizinhança, pautadas na reciprocidade, como forma de garantir sua reprodução social.

Outro grupo familiar observado foi o da família do seu Juliano e da dona Maria de Lourdes, irmã da dona Jucirene. Dessa união matrimonial nasceram os quatro filhos do casal, duas mulheres e dois homens, sendo que três deles já formaram seus próprios núcleos familiares. Todos os filhos do casal residem na comunidade, em um mesmo lote da família cedido pelos pais e repartido entre os irmãos, fato que é relativamente comum entre as famílias camponesas. Woortmann (1990) destaca, por exemplo, que no início de formação de novas famílias, logo após o casamento o pai doa o chão de roça e o chão de morada, iniciando um novo tempo na dinâmica da família. A relação de proximidade entre esses núcleos familiares é reforçada de forma constante, tanto por visitas diárias, rodas de conversas, troca de comidas, caronas, o que constitui uma teia de relações sociais guiada pela consideração, confiança e respeito mútuos, estimulados no interior desta família.

Mesmo estabelecendo relações próximas com todos os filhos, observou-se que seu Juliano estabelece uma relação de muito maior proximidade com a família de seu filho Valdemir, que atualmente exerce o cargo de presidente da associação da comunidade. Várias práticas produtivas realizadas nos dois estabelecimentos são feitas de forma conjunta entre pai e filho, sendo esta uma estratégia de complementação de trabalho, renda e interação de produtos para o consumo da família (Quadro 2). Sobre essa relação de proximidade com o filho, principalmente na realização de atividades como o preparo da roça, seu Juliano diz:

Não, quem me ajuda é sempre meu filho [Valdemir], quando ele não tá trabalhando, tá aqui ajudando. E quando ele precisa de ajuda pra fazer a roça dele, eu tô lá com ele. Somos só nós dois.

Quadro 2: Práticas realizadas em conjunto pelos núcleos familiares do Sr Juliano e de Valdemir.

ATIVIDADES REALIZADAS EM CONJUNTO	QUEM FAZ?
Referentes aos cultivos: Roçagem, queima levantar leira, destoca, adubação, abertura de covas, plantio, capina, colheita da mandioca, tratos culturais, produção de mudas	Juliano e Valdemir
Molhar	Maria de Lourdes
Colheita horta	Maria de Lourdes e Juliano
Processamento e beneficiamento: Açai e Mandioca	Luzinalva, Maria de Lourdes, Juliano e Valdemir
Tarefas domésticas	Maria de Lourdes e Luzinalva

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Importante destacar que ambos, pai e filho, desenvolvem trabalhos fora do lote: seu Juliano trabalha como vendedor de carnes uma a duas vezes na semana, na própria comunidade, e regularmente como feirante em Santa Izabel, todos os sábados; já seu Valdemir trabalha como pedreiro autônomo na cidade de Santa Izabel. Mesmo que pai e filho trabalhem fora do lote, e exatamente por causa disso, não há uma ruptura na relação de solidariedade existente entre esses núcleos familiares. Cada um acessa essas relações de parentesco sempre que precisam, o que acontece normalmente para o cultivo da mandioca e fabricação de farinha e para a colheita do açaí. Essas são duas atividades que movimentam todos os membros de ambos os núcleos familiares.

Ao analisar as relações de cooperação que ocorrem entre essas duas unidades familiares pode-se perceber que, além do evidente papel dos sentimentos que são gerados a partir das vivências do cotidiano envolvidas pelos laços de parentesco, o fato de lançar mão das relações de parentesco em períodos específicos, como em determinados momentos do ciclo agrícola, se constitui também em uma estratégia de

regulação da quantidade e qualidade da mão-de-obra necessária para garantir o funcionamento dos sistemas de produção e da reprodução da família.

No grupo doméstico do seu Valdemir a limitação de mão-de-obra se expressa muito mais em termos de qualidade do que em quantidade, já que sua família ainda se encontra nas fases iniciais do seu ciclo de vida e seus três filhos ainda não têm idade para fazer parte da mão-de-obra produtiva, participando somente como unidade de consumo. Já na família de seu Juliano, a limitação de mão-de-obra se dá nas duas dimensões, quantitativa e qualitativa, na medida em que conta somente com a mão-de-obra do filho Valdemir disponível. Seus outros filhos não desenvolvem atividades na agricultura: uma de suas filhas se dedica aos trabalhos domésticos; a outra trabalha na cidade de Santa Izabel; e o filho mais novo, com deficiência, desenvolve atividades restritas ao âmbito interno da casa.

Essa limitação referente à escassez de mão-de-obra em ambos os núcleos familiares é minimizada através da contratação de trabalho externo. O fato de possuírem rendas relativamente fixas provenientes de seus trabalhos fora do estabelecimento garantem a essas famílias a possibilidade de contratar mão-de-obra para a realização das atividades dos lotes na ausência de um ou de outro. No entanto, apesar dessa estratégia de contratação de mão-de-obra externa, segundo pai e filho, eles preferem priorizar, sempre que possível, as práticas de ajuda mútua entre as famílias, pois assim, se valendo do “ter com quem contar”, da construção de um “nós”, de um todo, conforme destaca Woortmann (1990), entendem que alimentam dia-a-dia as ideias de responsabilidade, união e consideração.

Os exemplos desses dois grandes grupos familiares mostram a importância que as redes de reciprocidade e, particularmente, as redes de relações de parentesco possuem para garantir não só a realização das atividades produtivas nos estabelecimentos familiares, mas também sua importância enquanto elemento reforçador da identidade e união dessas famílias. Contudo, a relevância dessas redes de parentesco vai para além dos limites do estabelecimento familiar, abrangendo igualmente outras esferas da vida da comunidade.

Muitas das ações que têm sido implementadas na comunidade nos últimos anos por órgãos governamentais estaduais, universidades, centros de pesquisa, ONGs foram

iniciadas e consolidadas a partir da ação das fortes redes de parentesco aí existentes. Em geral, as relações privilegiadas que alguns membros pertencentes a esses grandes grupos domésticos possuem com agentes externos têm sido as responsáveis pela atração dessas iniciativas para a comunidade. Após as negociações com a associação e com os membros da comunidade, muitas vezes, são mobilizadas as diferentes redes, sejam elas de parentesco, vizinhança, amizade, com o intuito de aumentar as chances de sucesso nos processos de implementação e consolidação dessas iniciativas.

Além disso, outra forma de expressão da importância das redes de parentesco, que envolve outras formas de reciprocidade e formas de relações de ajuda mútua e abrange outras esferas da vida da comunidade, é o exemplo da prática social do mutirão. Segundo Sousa (2013), o mutirão é um fenômeno universal que ainda ocorre em muitas sociedades ditas “primitivas”, sendo um traço cultural que exemplifica bem a solidariedade humana. Na comunidade de Macapazinho, de uma maneira geral, pôde-se perceber que essa é uma prática que representa um fator simbólico fundamental de união; esses mutirões se constituem em um dos espaços onde acontecem os encontros diretos entre as famílias.

Foram identificados na comunidade quatro tipos de mobilizações coletivas para a realização de mutirões, sendo elas estimuladas por diferentes tipos de motivações que vão desde para garantir a realização de práticas produtivas, da construção de infraestruturas sociais e de lazer da comunidade, até aquelas ligadas a aspectos religiosos ou políticos (Quadro 3).

Quadro 3 - Elementos caracterizadores das práticas de mutirões na comunidade de Macapazinho.

	Motivação para práticas produtivas	Motivação para infraestrutura e lazer da comunidade	Motivação religiosa	Motivação política
	Preparo de área para recuperação de área degradada	Construção da creche	Organização no festejo da padroeira.	Reuniões da associação quilombola
	Plantio de mudas para o reflorestamento	Limpeza da comunidade		
			Revitalização do campo de futebol	
Famílias que participam regularmente das ações	Famílias: Sr. Nelson Aguiar,	Famílias: Sr. Nelson	Famílias: Sr.	Famílias: Sr. Nelson

coletivas	Sr. Alafilton, Sr. Amilton e Sr. Valdemir.	Aguiar, Sr. Alafilton, Sr. Amilton e Sr. Valdemir.	Nelson Aguiar, Sr. Alafilton, Sr. Amilton e Sr. Valdemir.	Aguiar, Sr. Alafilton, Sr. Amilton e Sr. Valdemir.
Famílias que participam eventualmente das ações coletivas	Famílias: Sr. Juliano e Sra. Samara.	Famílias: Sr. Juliano e Sra. Samara.	Família do Sr. Juliano.	Famílias: Sra. Edinalva, Sr. Juliano e Sr. Aurélio

Fonte: Adaptação SOUSA (2012) e dados de campo (2018).

De acordo com as informações de campo, os mutirões são realizados com uma frequência semanal, todas às segundas-feiras, sendo combinado previamente com os moradores da comunidade para verificar quem pode participar da ação coletiva. Essa consulta acontece para todas as formas de mutirão, mas ela é particularmente importante quando se trata de mobilizações cuja motivação está ligada à construção ou manutenção das infraestruturas sociais da comunidade. Tal fato pode ser verificado no depoimento do seu Valdemir de Souza Corrêa, atual presidente da associação de moradores:

[...] Todas as segundas-feiras são realizados mutirões na comunidade para fazer a limpeza da rua, rebaixar o mato. Normalmente, as pessoas na comunidade não trabalham nas segundas, ou trabalham meio dia na sua horta ou outras produções, [...] normalmente, depois dos mutirões acontecem almoços coletivos: cada um traz um pouco de comida ou ingredientes para as mulheres cozinhere. Mas, os mutirões são feitos também quando a comunidade precisa de alguma infraestrutura, como a creche que tá sendo levantada. Tudo isso é uma forma de fortalecer os laços e de manter a comunidade unida.

É possível constatar que essas formas de ajuda mútua desenvolvidas na comunidade não apresentam nenhum tipo de cunho econômico e possuem dois papéis claros: o primeiro, de sanar um problema comum dos membros da comunidade; e o segundo, bem mais amplo, de garantir a manutenção das relações de cooperação, ambos enfatizados no vínculo de solidariedade. É possível também perceber pelo Quadro 3 a presença marcante das relações de parentesco na efetivação dos mutirões. Quatro núcleos familiares, que fazem parte dessa família extensa onde estão inseridas as famílias do seu

Nelson e do seu Juliano, são os que participam mais regularmente dos mutirões. As demais famílias também participam, mas escolhem participar de maneira mais eventual em uma ou outra atividade que se apresente, conforme sua disponibilidade.

Da mesma forma acontece, para outras atividades sejam elas de lazer ou de cunho religioso ou organizativo. Os dias de lazer “programados” internamente pela comunidade são extremamente valorizados, podendo ser festas de aniversário, jogos de futebol, festividades de santo ou até mesmo as pequenas reuniões em frente as suas casas. Mas, o tempo de descanso e de convívio orientam os valores comuns e enaltecem o sentimento de solidariedade e cooperação mútua, conforme mencionam os irmãos Amilton Ferreira de Souza e Alaílton Ferreira de Souza:

[...] Um dos últimos mutirões feitos na comunidade foi para reformar o campo de futebol, agora todas as sextas-feiras depois dos trabalhos na horta, por volta das 17:00 da tarde, homens e mulheres, jovens, crianças e idosos se reuniam para assistir e jogar bola. Às vezes se joga apostando, outras só para se divertir, mas muita gente se reúne para compartilhar de alguma forma daquele momento (Alaílton, 44 anos).

[...] Muitas pessoas de fora, de comunidades vizinhas, passam aqui na frente e olham todos reunidos, comendo, rindo, e perguntam se a gente não trabalha! Dizem que somos preguiçosos, mas aqui, nós temos o nosso tempo (Amilton, 46 anos).

Em Macapazinho os tempos para o lazer, os tempos para os trabalhos coletivos e os tempos para os trabalhos da família estão estabelecidos nas redes de relações através de normas não escritas, que definem o modo de vida da comunidade, reafirmando a sua identidade e tendo na manutenção dessas relações o seu alicerce. Isso pode ser observado no que diz seu “Nerci”:

[...] Às vezes, quando tem jogo no fim de semana, ou alguma festa na comunidade, no dia seguinte, as pessoas se reúnem lá no centro da comunidade, pra jogar conversa fora, cada um leva o que sobrou da comida do dia anterior, ou se junta pra fazer um almoço. A gente faz a

mesma coisa quando é dia de mutirão, depois dos trabalhos todos sentam juntos pra almoçar, jogar conversa fora [...]

Para os habitantes de Macapazinho, refeições coletivas e horas conversando é um ritual muito importante da intimidade cotidianamente construída entre os vizinhos, amigos e parentes. Woortman (2013) discorre que comer é um ato social e não privado, é uma prática que designa confiança e respeito, “compartilhar o pão, compartilhar uma identidade”. Não são ações expressas somente com familiares de um mesmo grupo doméstico, mas entre todos aqueles que fazem parte de um todo na comunidade.

Do grande conjunto de elementos observados sobre as relações de parentesco na comunidade de Macapazinho, entende-se que essas relações são fundamentais para o funcionamento do território. É a partir desses vínculos humanos que se orienta o cotidiano desses habitantes, uma vez que a terra sendo de uso comum faz com que as famílias mantenham uma forte rede de cooperação. Mesmo que membros da comunidade saiam para desenvolver trabalhos externos, a comunidade como ente social mantém-se unida. Silva (2006) reforça essa noção mencionando que a coesão perpassa pela ideia de que os membros de uma família ou comunidade se veem como um todo, intimamente conectados.

Um aspecto importante é que essas relações de parentesco extrapolam até mesmo os limites do território em si. O fato de ter uma identidade étnica, de ser quilombola, é uma característica que estabelece um elo em comum com as demais comunidades negras circunvizinhas e se reflete nas trocas de informações e uniões matrimoniais. Além disso, é através dessas relações que a comunidade de uma maneira geral tem possibilidade de reivindicar ou acessar serviços públicos ausentes em seu território, ou mesmo que tem a possibilidade, através dos seus membros-chaves que pertencem às grandes famílias, de estabelecer contato com órgãos estaduais, ONGs, institutos de ensino e pesquisa, influenciando diretamente a qualidade de vida das famílias locais.

4. Considerações finais

A partir dos resultados buscou-se mostrar a fundamental importância que as relações de parentesco, tanto no nível intra como interfamiliar, exercem em comunidades como essa com as características de Macapazinho que, apesar de serem comunidades

tradicionais quilombolas, sofrem toda a pressão da proximidade de centros urbanos. É interessante observar como a comunidade faz frente a possíveis processos de desestruturação a que estão expostos, justamente por estarem próximos aos centros urbanos, procurando manter seu modo de vida e suas tradições a partir da manutenção e reforço dessas redes de relações de parentesco e de reciprocidade.

Na comunidade estudada a conservação das ações coletivas firma-se nas relações de parentesco nos diversos âmbitos da vida social dessas famílias, sendo a troca de mão-de-obra, o mais usual no ambiente doméstico das unidades familiares e os mutirões de infraestrutura (escolas, creches, salões) limpeza e manutenção dos recursos comuns uma interação direta com as demais famílias do território. Schmitz (2017) destaca que nas comunidades tradicionais o importante nesses círculos sociais é o lugar de cada um e o seu pertencimento ao grupo.

Assim, as dinâmicas sociais referentes às relações de parentesco fazem-se de grande importância, pois, por ser uma comunidade que tem sua economia pautada na agricultura, as redes de troca de serviços, sementes, alimentos e mão-de-obra fundamentam a sociabilidade da comunidade. Toda ação coletiva no território seja ela voltada para o núcleo familiar ou para a manutenção dos bens comuns, possui ligação com os laços de parentesco, emergindo através da reciprocidade estimulada pelos valores humanos construídos ao longo das vivências diárias na comunidade.

Referências bibliográficas

ACEVEDO, R. E. M; CASTRO, E. M. R. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-Pa, v. 2, 1999.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In:

CARVALHO, H. M. de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo. Expressão popular. 2014. 304 f.

COMERFORD, J. C. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: relume-dumará, 2003.

COSTA FILHO, A. **Quilombos e povos tradicionais**. Gesta-UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível na internet: Acesso em 15 de setembro de 2018.

COSTA, A. F. de. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CARVALHO, H. M. de. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo. Expressão popular. 2014. 304 f.

FORTES, M. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1974. p. 1-9.

FRIAES, T. M. **Transformações no uso do território e nas relações identitárias na Comunidade Remanescente de Quilombo de Macapazinho – PA**. 2015. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura plena em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém –Pa, 2015.

GARCIA JUNIOR, A. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. 2. p.236.

MACIEL, A. F. N. **Estrela**: uma comunidade quilombola em Pernambuco.. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa De Pós-Graduação em Antropologia, 2012.

MORAES, A. J. **Caminhos da produção**: relações econômicas e políticas na comunidade quilombola de Macapazinho. Dissertação (mestrado em Antropologia). Belém, Universidade Federal do Pará, 2012.

MOTA, D. M. Família e grupos domésticos na Amazônia Paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, V.31, n.2, p. 289-314, maio/ago. Brasília, 2014.

MOTA, D. M. Tessituras metodológicas. In: **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**: os trabalhadores da fruticultura do Platô de Neópolis. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005, Cap. 8. 243 – 246.

NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, p. 79-103, 2011.

OLIVEIRA, J. B. de. **Território e Políticas de ação afirmativa para remanescentes quilombolas na Amazônia:** Programa Raízes e Pará Quilombola nas comunidades de Itacoã-Miri e Guajará-Miri. 2013. 118f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém – Pa, 2013.

SABOURIN, E. **Sociedade e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2011. 272 f.

SABOURIN, E. Organizações dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SBS, 2005.

SILVA, S. S. C. (2006). **Estrutura e dinâmica das relações familiares de uma comunidade ribeirinha da região amazônica.** Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília-DF. 2006.

SOUSA, E. R. de. **Estudo das práticas de mutirão:** transformações no conhecimento em comunidades tradicionais do Vale do Mearim, estado do Maranhão. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Embrapa Amazônia Oriental, Belém, Pará.

SOUSA, G. S. de; PEZZUTI, J. C. B. Breve ensaio sobre a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais amazônicas. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 111-126, out. 2017. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4313>>. Acesso em: 20 jul. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i2.4313>.

SCMITZ, H; MOTA, D. M; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.** Ciênc.vol.12, n.1, pp.201-220. ISSN 1981-8122. 2017.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1976.

WOORTMANN, E. **A comida como linguagem.** Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.

WOORTMANN, K; Woortmann, E. **Monoparentabilidade e chefia feminina. Conceitos,**

“Somos todos parentes”: as relações de parentesco na comunidade quilombola de Macapazinho, Santa Izabel-PA

GUIMARÃES, Jamilly Brito
OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de

Contextos e Circunstâncias. Série Antropológica. N 357. Brasília, 2004.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres; colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo: Hucitec, 1995, 336 p.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia; o campesinato como ordem moral.** Brasília, UnB, 1990, (Anuário Antropológico, 87).



Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri

Invisibility of the pluriactivity of Quilombola women: the case of Moju - Miri

Maria Cristina Cordeiro Lopes Pontes, Especialista GESAM, UFPA, mcc.lopes@hotmail.com
Angela May Steward, Doutora, UFPA, angelamay@ufpa.br.

Resumo

As comunidades quilombolas são grupos sociais que possuem formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, fazendo uso de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Neste artigo o propósito foi verificar como ocorre o trabalho feminino dentro da comunidade quilombola Moju Miri, localizada município de Moju, Estado do Pará. O estudo procura verificar o papel das mulheres na produção, sobretudo identificar a participação das mulheres nas atividades produtivas que compõem a economia doméstica; e como é percebido o trabalho das mulheres na família e na comunidade, além de trazer a luz questões sobre a invisibilidade do trabalho feminino nas comunidades quilombolas. Justifica-se a natureza deste estudo, pela geração de informações sobre as mulheres quilombolas, que poderão servir de base para elaboração de políticas públicas futuras. Entre os principais resultados, percebe-se que as mulheres quilombolas de Moju Miri são mulheres que dedicam a maior parte do tempo às tarefas domésticas e ao extrativismo, inseridas no conceito de pluriatividade. O que nos leva a refletir quanto á necessidade de refutar percepções negativistas que tendem a reduzir e discriminar o papel das mulheres quilombolas; pois essas desempenham um papel fundamental na comunidade, contribuindo de forma significativa para a economia doméstica e a vida social da comunidade.

Palavras-chave

Mulheres quilombolas; Economia doméstica; Pluriatividade.

Abstract

Quilombo communities are social groups with specific forms of social organization, occupying and using territories and natural resources as a condition for their cultural, social, religious, ancestral and economic reproduction. They make use of knowledge, innovations, and practices generated and transmitted through tradition. The purpose of this study was to verify how women work within the Quilombola community Moju Miri, located in the municipality of Moju, state of Pará. The study seeks to verify the role of women in production, especially to identify the participation of women in rural activities and their contributions to household economies; the study also sought to understand how women's work within the family and in the community is perceived, as well to raise questions regarding the invisibility of women's work in Quilombola communities. The nature of this study is justified by the need for information on Quilombola women, which can serve as a basis for elaborating future public policies. Results demonstrate that Quilombola women of Moju Miri dedicate most of their time to domestic tasks and forest extractivism, demonstrating livelihood diversification at the household level. These conclusions lead us reflect on the need to transform negative ideas that tend to reduce and discriminate Quilombola women since they play a fundamental role in the community and contribute significantly to the domestic economy and social life of the community.

Keywords

Quilombo women; Household economy; Livelihood diversification.

1. Introdução

Ao iniciar uma revisão de literatura sobre os processos de colonização da Amazônia brasileira, os índios aparecem como mão de obra barata para o colono europeu, uma vez que estes eram presença nativa da região amazônica. Porém, os índios não eram habituados ao trabalho produtivo regimentado, e como eram perfeitos conhecedores da floresta, fugiam mata adentro, com raras capturas de sucesso aos fugitivos (HEMMING, 2011).

Diante da enorme dificuldade em escravizar os índios e a rápida queda da população indígena devido à violência dos colonizadores e às doenças que eles transmitiam à população nativa, os colonizadores europeus partiram em direção ao continente africano, no século XVIII, em busca de escravos negros, que já tinham sua força de trabalho de modo escravo sendo utilizado em outros continentes, o que colaborou para substituição da mão de obra indígena pela negra na Amazônia (HEMMING, 2011).

A revolta com a forma humilhante como os negros eram tratados, os obrigou a reagir de alguma forma para se livrarem desse modo de servidão ao branco, e passam a investir em constantes fugas para o interior das matas, com isso os grupos fugitivos que lograram êxito começaram a constituir os quilombos (SALLES, 2004).

A abolição da escravidão no Brasil em 1888 não significou o fim de tais grupos sociais que permaneceram e resistiram em suas terras, ignorados pelo estado brasileiro e invisíveis à sociedade. Até os dias de hoje, tais comunidades constituem grupos étnicos que compartilham de uma identidade que os distingue dos demais e que constitui a base para a sua organização, a sua mobilização e sua ação política especialmente no seu relacionamento com os demais grupos e com o poder público (ANDRADE, 2011).

Os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como cana-de-açúcar e o algodão, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, compra de terras, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão (LIMA e LIMA, 2017).

Há também as chamadas terras de preto: domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex escravos; terras de índio: domínios titulados entregues a grupos indígenas ou seus remanescentes, sob a forma de doação ou concessão por serviços prestados ao Estado; terras de santo, que indicavam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras em troca de serviços religiosos (ALMEIDA, 1989).

Leite (2000) relata que nos últimos trinta anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade.

Amaral (2015) afirma que durante muitas décadas pensava-se e propagava-se, por muitas pessoas, que a Amazônia era formada por uma população predominantemente indígena e pequena parcela de brancos, ignorando-se a presença negra na região. No entanto o autor faz menção a relatórios de viajantes, livros, pesquisas, teses, dissertações, jornais, a fim de comprovar o contrário.

A região norte vivenciou conjuntamente o movimento revolucionário dos cabanos, e os ideais de liberdade do movimento de independência que envolvia o Brasil; tal movimentação propiciou grandes revoltas, culminando em um grande número de fugas de negros que deixavam a senzala e partiam em busca da liberdade, ampliando assim o número de quilombos e mocambos na Amazônia (SALLES, 1988).

No Estado do Pará, Amaral (2015) considera que a distribuição dos negros na região ocorreu conforme o eixo econômico, cacau (Baixo Amazonas), pecuária (Marajó), cana-de-açúcar (Baixo Tocantins), arroz (Macapá).

De acordo com a Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura existe no Estado do Pará 251 comunidades remanescentes de quilombos, entre essas se encontra a Comunidade Quilombola de Moju-Miri, local desta pesquisa, localizada no município de Moju, que após oito anos de espera conseguiu em dezembro de 2008 regularizar suas terras que reivindicavam como terra quilombola.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, o país conta com aproximadamente 2.500 comunidades certificadas. Para a Fundação, os dados estatísticos sobre populações quilombolas, apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea, não contam com desagregação necessária para identificar quem é quilombola nos números totais referentes às comunidades rurais brasileiras. Isto torna milhares de mulheres e homens invisíveis às políticas públicas específicas. A ausência de acesso aos direitos à saúde, educação, transporte público de qualidade, bem como a instabilidade jurídica com relação ao direito ao próprio território, revelam como o racismo institucional limita a sobrevivência digna dessa população.

A ONU (2017) relata que as mulheres estão numa situação mais problemática. Enquanto os homens migram para as cidades mais próximas em busca de trabalho, elas, em sua grande maioria, permanecem no campo. Ali garantem o sustento, a partir do manejo dos recursos naturais, atuando, ainda na organização social e transmissão dos saberes ancestrais.

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representa para o conjunto de mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilita que as ações dessas mulheres no passado e no presente possam ecoar de tal forma a ultrapassar as barreiras da exclusão (CARNEIRO, 2003).

Para melhor compreensão das diversas atividades realizadas por mulheres quilombolas é necessário o entendimento do conceito de pluriatividade, segundo Schneider (2003). A pluriatividade está presente quando indivíduos que compõem uma família no meio rural passam a exercer um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e que podem ser executadas fora da unidade de produção.

Para Alentejano (1999), a pluriatividade envolve a diversificação das formas de organização, fazendo uso de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, como por exemplo, o assalariamento urbano e a transformação artesanal da produção agrícola.

Diante desse cenário de relativa invisibilidade das comunidades quilombolas em geral e das mulheres especificamente, a pesquisa teve como objetivo geral verificar como ocorre o trabalho feminino dentro da Comunidade Moju Miri, e qual é o papel das mulheres na produção rural. Os objetivos específicos foram: identificar a participação das mulheres nas atividades produtivas que compõem a economia doméstica; como é percebido o trabalho das mulheres na família e na comunidade, além de trazer a luz questões sobre a invisibilidade do trabalho feminino nas comunidades quilombolas. O trabalho se justifica pelo fato de que embora recentemente tenha aumentado os estudos sobre os sistemas produtivos nas comunidades quilombolas na Amazônia (CALDAS TORRES, 2007; GOMES, 1997; SILVA E ROCHA, 2016; SIMONIAN, 2001; PINTO, 2010), há poucas pesquisas sobre o papel da mulher na economia doméstica (CORDEIRO e SCOTT, 2007). Também existem poucas informações sobre as percepções das mulheres sobre seu próprio trabalho. Como as comunidades quilombolas, e especialmente as mulheres, encontram-se em uma situação de vulnerabilidade, conforme Mello (2012), as

informações sobre as mulheres quilombolas podem servir de base para elaboração de políticas públicas futuras.

2. Referencial teórico

2.1 Reconhecimento legal

A Constituição Federal de 1988 representa um marco jurídico no campo de batalha do movimento negro contemporâneo na luta contra as desigualdades raciais. Três artigos versam sobre o direito relacionado à diferença étnica: O artigo 215, parágrafo 1º define que *“Art.215,§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”* (BRASIL, 2011, p.92); o artigo 216, parágrafo 5º determina que *“Art.216, § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”* (BRASIL, 2011, p.93); e artigo 68, do Atos das disposições constitucionais transitórias-ADCT, definiu o direito fundiário e estabeleceu que *“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”* (BRASIL, 2011, p.101).

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 da presidência da república, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, traz a compreensão em seu Art. 3º de:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007 da Fundação Cultural Palmares; considera como remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

A Instrução normativa 57, de 20 de outubro de 2009, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária considera remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória

histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

O Decreto nº 3.572, de 22 de julho de 1999, do Estado do Pará define no Art. 2º:

São considerados remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, conforme conceituação antropológica, os grupos étnicos constituídos por descendentes de negros escravos que compartilham identidade e referência histórica comum.

2.2 Ser mulher quilombola

Para Nepomuceno (2012), desde a pós-abolição da escravidão, em função da exclusão do homem negro do mercado de trabalho, a mulher negra viu-se obrigada a assumir o papel de mantenedora da família. Para as mulheres negras, esses “novos arranjos familiares” apenas trouxeram visibilidade e legitimidade a uma situação que já era realidade histórica em suas vidas.

Segundo Sousa (2016), as mulheres quilombolas acumulam jornadas diárias de trabalho, ocupando-se com a organização e afazeres domésticos, cuidados com os familiares, trabalho extradomiciliar, cuidam dos animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, com a finalidade de auxiliar no sustento familiar e por fim executam o papel de organizar e mobilizar as comunidades no aspecto político e religioso. Além disso, os quilombos onde essas estão inseridas possuem uma relação de identidade com a terra e por isso lutam pela permanência nesses territórios, é nesse cenário que a mulher quilombola tem sua vida forjada e controlada pelos aspectos de gênero, raça, cor, etnia e várias outras linhas de subordinação.

Com efeito, pesquisadoras ligadas ao feminismo negro brasileiro enfatizaram a importância de desconstruir as imagens estereotipadas das mulheres negras como corpos meramente sexualizados e representados pela figura da mulata ou pelo servilismo da mãe preta. Carneiro (2003), ao fazer um balanço acerca do feminismo brasileiro, considera que o movimento, apesar dos avanços, compartilhou da visão eurocêntrica e universalizante sobre as mulheres. Para essa autora, a principal consequência foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e as desigualdades presentes no universo feminino. Assim, ela conclui que as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo, continuaram na invisibilidade. A autora advoga a necessidade de articular o racismo às questões de

gênero, uma vez que, na sociedade brasileira, a variável racial produziu hierarquias de gênero, tanto no que tange à identidade feminina estigmatizada das mulheres negras quanto à masculinidade subalternizada dos homens negros, com o prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (ALMEIDA, 2014).

Para Ferreira (2000), a concepção de afrodescendente sugere um indivíduo que se constrói em torno de uma história de ancestralidade africana, uma concepção não necessariamente associada à cor de pele, tonalidade, matiz ou especificidades anatômicas. Valoriza uma de suas particularidades, o fato histórico de ter, cultural e fisicamente, raízes africanas, favorecendo muito mais um posicionamento afirmativo dos indivíduos em torno de valores pessoais do que uma atitude de negação e confronto para com um grupo de pessoas consideradas contrárias. O que reforça a necessidade de reconhecimento individual do ser quilombola.

As relações de gênero são constituídas e representadas de maneira diferente segundo a localização de cada sujeito dentro de relações globais de poder. A inserção nessas se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais, as mulheres não existem apenas como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas”, “mulheres imigrantes”, entre outras categorias. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Assim, é que nas comunidades quilombolas as mulheres vivenciam situações de modos diferenciados, de acordo com a posição que ocupam, se trabalham na agricultura, em casa de família ou na cidade, se são esposas ou filhas de pessoas que tem uma visibilidade dentro da comunidade, a exemplo das lideranças quilombolas, entre outras. Diferença nesse sentido é uma diferença também de condições sociais, de modo que o foco analítico está colocado na construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos. (BRAH 2006 apud SILVA e MENEZES, 2015).

Para Seppir (2014) as mulheres negras no Brasil sofrem duplamente: por serem mulheres e por serem negras. Casos de racismo, sexismo, discriminação e privação de oportunidades são frequentes.

2.3 Visibilidade do trabalho feminino

Schneider (2003) relata que a pluriatividade feminina “ocorre não apenas em relação à alocação da força de trabalho, mas também aos aspectos de gênero e hierarquia familiar.”

Segundo Souza (2013) a questão de gênero não é um fator biológico, uma vez que, é a genética que define o sexo do bebê; logo a questão de gênero se define pelos valores culturais de formação humana, em que mulheres e homens têm papéis definidos (a mulher é formada para assumir os espaços “privados”, sendo reservado ao homem o direito de ocupar os espaços públicos). Se o gênero determina o papel social que cada um assumirá no mundo do trabalho, então, coube à mulher a profissão do trabalho doméstico, o “serviço privado”, pesado, sujo e invisível.

Cordeiro (2014) discorre que no Brasil, as reflexões sobre o trabalho feminino em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade a partir da década de 1980. Destacando três vertentes que contribuíram para o delineamento dessa área, ora se entrecruzando, ora correndo paralelas: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; os estudos etnográficos sobre campesinato, ribeirinhos, populações indígenas, comunidades quilombolas e pescadores.

Portella e Silva (2006) constatam que, na família rural, as mulheres vivem uma situação de franca desvantagem, inseridas numa cultura que divide papéis, atribuições e valores femininos e masculinos de modo rígido e hierárquico. Os autores descrevem que inexistente planejamento coletivo entre os familiares para definir a produção, sendo o chefe da família quem controla o trabalho da mulher e dos filhos.

Marina Rosalina da Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas, ao falar sobre a realidade das mulheres quilombolas, relata:

As questões mais graves que nós, mulheres, enfrentamos são as faltas de acesso às políticas públicas: terra, educação, saneamento básico, saúde, transporte, água, cultura, segurança para as mulheres. As políticas públicas não chegam aos quilombos como são colocadas no papel e, quando chegam, nós não nos reconhecemos dentro delas. Por exemplo, na educação, as escolas não incluem nos seus currículos nossas histórias, nossas manifestações, nós não nos enxergamos. Na

verdade, falta respeito com os quilombolas (Marina Rosalina, ONU Mulheres 2017).

Frabetti (2013) discorre sobre a economia de base doméstica como aquela em que não está preponderantemente presente o trabalho assalariado, mas, sim, familiar, apresentando como objetivo, satisfazer as necessidades das próprias famílias de trabalhadores (não visam, portanto, a acumulação). O uso da terra é destinado simultaneamente à produção de mercadorias e à reprodução dos meios de vida familiares.

3. Metodologia

3.1 Área de estudo

O estudo foi realizado na Comunidade Quilombola de Moju-Miri. Segundo o ITERPA (2018), a área pertencente à comunidade se constitui em 878,6388 ha; onde atualmente é habitada por 50 famílias e encontra-se localizada no município de Moju, mais precisamente na margem esquerda do rio Moju, região nordeste do Estado do Pará (Figura 1 e Figura 2). A comunidade teve seu reconhecimento em 02 de dezembro de 2008, sendo o título de reconhecimento de domínio coletivo dado em nome da Associação de Moradores Quilombolas de Moju-Miri – AQMOMI, constituída em 05 de março de 2000.

O despertar ao reconhecimento se deu após o conhecimento de que áreas vizinhas, tanto a comunidade quanto ao município, tinham alcançado êxito quanto ao pedido de reconhecimento como comunidade quilombola, mas a partir do encontro de comunidades negras rurais, promovido pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - Cedenpa, em 2000 suas visões foram ampliadas.

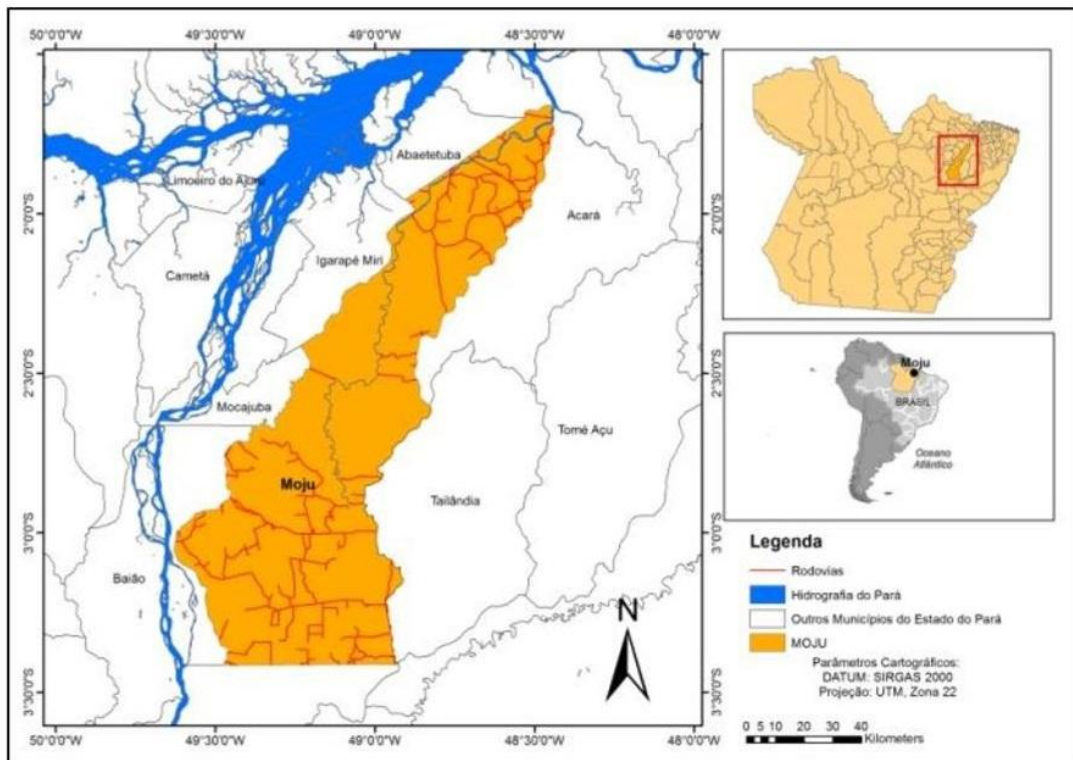


Figura 1- Localização do município de Moju

Fonte: <http://www.cartografia.org.br/cbc/2017/trabalhos/6/724.html>

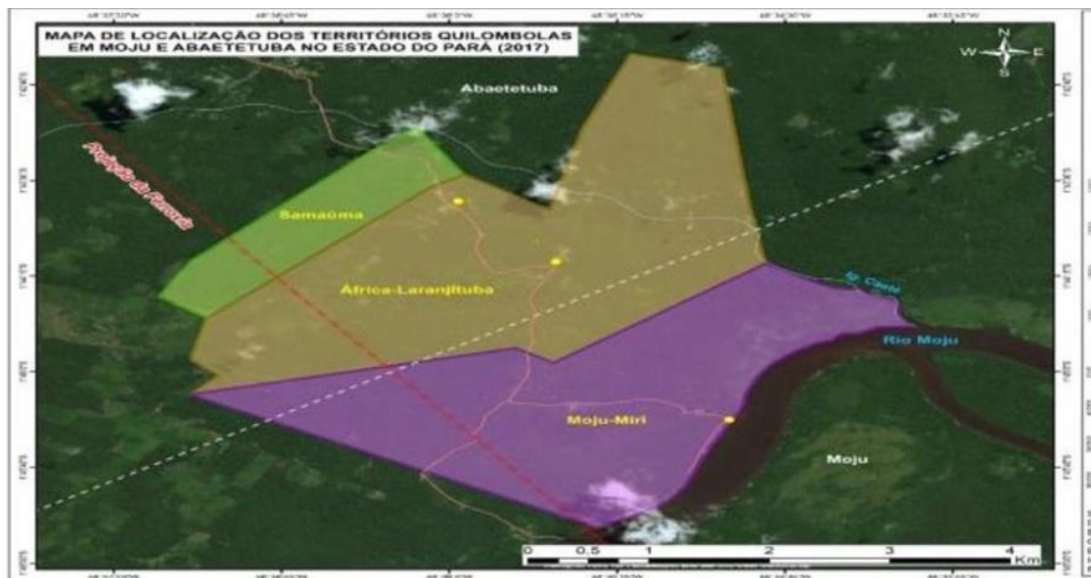


Figura 2- Territórios quilombolas de África e Laranjituba, Samaúma e Moju-Miri-PA.

Fonte: Nascimento, 2017

3.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa se baseou em duas modalidades de coletas de dados: a pesquisa de campo com observação participante (ANGROSINO, 2009), e a pesquisa descritiva/explicativa

sobre a percepção das mulheres frente às atividades laborais realizadas no seio familiar, bem como na comunidade, fazendo uso da aplicação de questionário com perguntas semiestruturadas.

Para (Gil, 1996), estudo descritivo é descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

A pesquisa de campo, com observação participante foi desenvolvida na Comunidade Quilombola de Moju Miri no período de 11 a 18/03/2018, quando foi possível participar das atividades cotidianas das comunidades, manter relações com lideranças, obter informações por meio de conversas informais, bem como a aplicação de questionários com perguntas semiestruturadas aplicadas a 25 mulheres da comunidade, o que corresponde a 50% das famílias que a integram. As perguntas foram relacionadas com o perfil socioeconômico, tais como: escolaridade, renda, estado civil, e da própria percepção das mulheres quanto à importância do trabalho por elas desempenhados.

A entrada na comunidade teve o consentimento das lideranças comunitárias em comum acordo com os integrantes associados presentes, onde ficou esclarecido o objetivo da pesquisa.

Os dados qualitativos foram analisados de acordo com análise a conteúdo de Bardin (1977). Os dados foram comparados através de gráficos, e em relação às perguntas referente à percepção dos mesmos frente às ações realizadas, foram agrupadas as respostas semelhantes.

Os dados quantitativos foram organizados e analisados na planilha Office Excel 2010 da Microsoft.

4. Resultados e discussão

O rio Moju na extensão da comunidade apresenta largura de aproximadamente 900m e profundidade de 25 a 30 m, no período chuvoso as águas tornam-se turvas devido a grande quantidade de resíduos sólidos em suspensão. A água do rio é usada para higiene corporal, limpeza da casa, lavagem de roupas, louças, entre outros; já a água para beber tem como origem os poços escavados, sendo um artesiano escavado pela prefeitura e um tipo boca aberta perfurado na residência de uma moradora de terra firme. As famílias localizadas as margens do rio, fazem seus deslocamentos diários por canoa motorizada,

enquanto as situadas à beira do ramal em terra firme dependem da linha de ônibus, moto, bicicleta ou “canela” para sua locomoção.

Das 25 mulheres participantes da pesquisa, 2 tinham nível superior completo e 2 com graduação em curso, as demais encontravam-se em diversos níveis de ensino como mostra o gráfico abaixo (Figura 3). Entre os fatores/causas para justificar a interrupção aos estudos temos por exemplo: distância da escola, dificuldade de acompanhar o ensino da cidade quando passam para o ensino médio, necessidade de trabalhar, falta de motivação, gravidez precoce, sem ter com quem deixar as criança, ciúmes do esposo, entre outros.

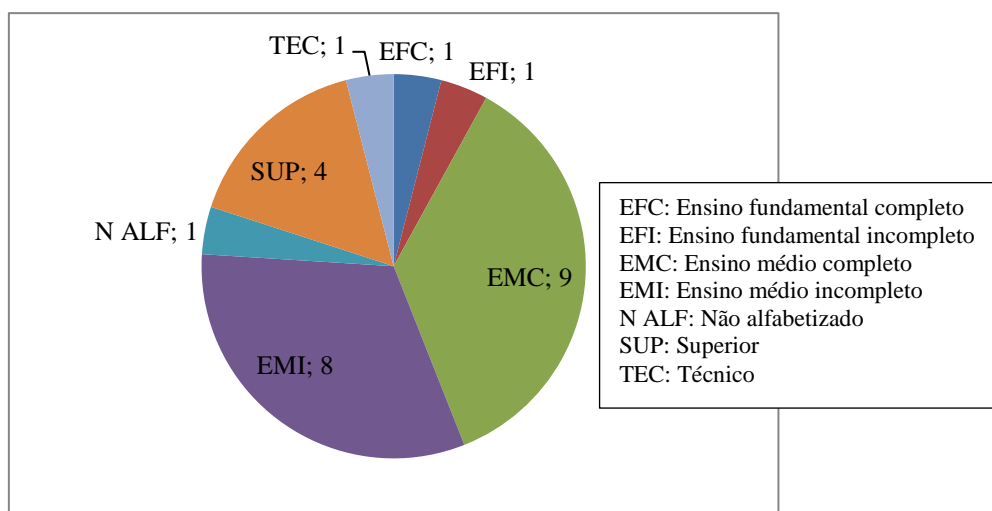


Figura 3 - Nível de escolaridade das mulheres de Moju Miri; fonte: pesquisa de campo 2018.

As barreiras de acesso ao ensino superior são vistas de modos diferenciados pelas mulheres, porém alguns aspectos são iguais, tais como a forma de educação recebida na comunidade fruto do ensino multiseriado e a responsabilidade com a família, conforme pode ser percebido no relato abaixo:

O primeiro ano de UFPA foi um choque em diversos sentidos: didático, cultural, étnico, social. Didático porque as disciplinas eram em módulos com conteúdo extenso, eu senti enormes dificuldades em acompanhar o restante da turma, pois parecia que meus conhecimentos estavam infinitamente ultrapassados; cultural porque os acadêmicos eram muito diferentes das pessoas que eu convivia diariamente em minha comunidade, étnico-racial onde o tom de pele era motivo de preconceito, social pois as cotas reservadas aos quilombolas são vistas por muitos como favor, esmola, sendo muito comum ouvir a

expressão: “*Se não fosse o regime de cotas jamais estariam por aqui*”.
Ruty, mulher quilombola de 23 anos, comunidade Moju Miri, PA.

Quando pensei em fazer minha primeira graduação, o que mais me deixava apreensiva era minha família, o curso era no município de Castanhal, eu tinha 3 filhos em fase de adolescência, tinha meu esposo, tinha minha casa pra cuidar, mas também tinha um sonho me esperando pra ser realizado. Andréia, mulher quilombola de 45 anos, comunidade Moju Miri, PA.

O número de crianças por família é baixa e vai de 1 a 4, isso quando comparado a décadas passadas, onde podemos encontrar mulheres que tiveram até 22 filhos. No entanto, algumas mulheres possuem mais que cinco filhos, conforme pode ser percebido na figura 4. Quando questionadas sobre a quantidade de filhos, relataram que seguem os hábitos de reprodução deixada pelos pais. Isto revela que a maternidade continua ocupando um lugar de destaque na vida dessas mulheres, o que muitas vezes se mostra incompatível com a continuidade dos estudos como já visto anteriormente.

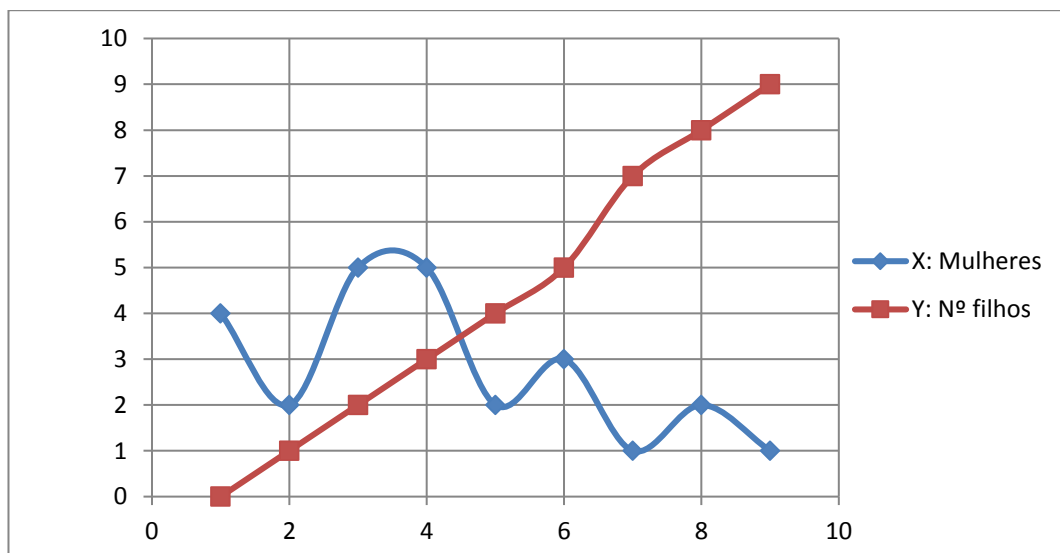


Figura 4 - Relação Mulheres x Número de filhos em Moju Miri; fonte: pesquisa de campo 2018.

A partir dos dados coletados das 25 entrevistas realizadas com as mulheres quilombolas de Moju Miri, observamos que 52% são casadas, 32% solteiras, 8% viúvas e 8% separadas, como revela o gráfico abaixo (Figura 5). Na justificativa de mulheres

que tem filhos e são solteiras se sobressai a de optarem por essa condição em virtude de não quererem ser submissas aos seus esposos, como comprovado no relato de Cassilda abaixo:

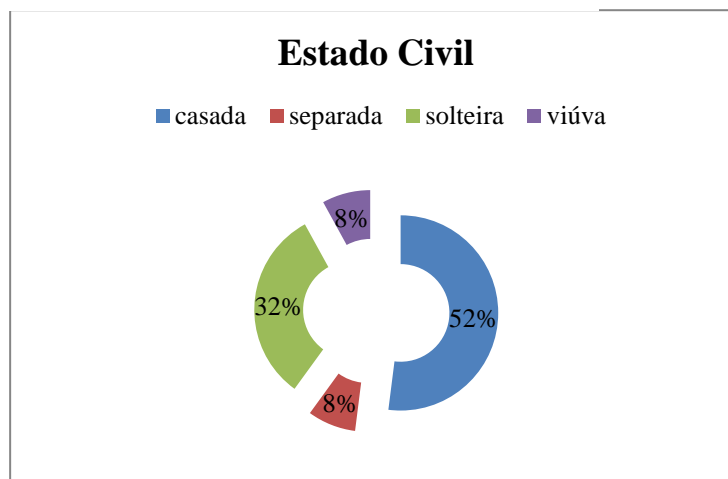


Figura 5 - - Estado civil das mulheres; fonte: pesquisa de campo 2018

É por isso que estou sem marido hoje, nunca aceitei homem nenhum mandando em mim, os meus 5 filhos, são de pais diferente, tudo no início do relacionamento é bom, mas com o tempo o homem quer ser dono da gente, aí nunca deu certo eu botava pra correr, mas criar filho sem pai é muito difícil, pois tive que ser pai e mãe ao mesmo tempo, casa pra morar eu consegui não faz muito tempo e isso com o apoio da comunidade, pra sobreviver enquanto meus filhos eram pequenos eu apanhava açaí, caçava, pescava, ajuntava castanha pra vender, ... hum, eu me virava. Cassilda, mulher quilombola de 52 anos, comunidade Moju Miri, PA.

As formas de trabalho praticadas na comunidade de Moju Miri estão relacionadas à agricultura familiar, sendo o plantio de mandioca (*Manihot esculenta*) para fabricação da farinha, coleta de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), e a coleta da castanha do Pará (*Bertholletia excelsa* Miers), principais atividades realizadas, onde os produtos são comercializados diretamente com o atravessador na porta de casa.

Na comunidade há preferência pela farinha d'água, onde a mandioca passa 2 dias de molho descascada, após esse período é misturada com mandioca dura e processadas no catitu (tritador), o que resulta numa farinha fina de coloração esbranquiçada.

O açaí é do tipo chumbinho, de acordo com relatos da comunidade a espécie produz o ano todo, com seu período mais forte de produção entre os meses de setembro a janeiro, ficando a média de produção diária por família coletora em torno de 4 rasas que equivalem a 8 latas, que são vendidos exclusivamente na sua forma bruta direto ao atravessador. Rasa é uma medida regional utilizada na comercialização do açaí, que consiste em duas latas de 20 litros com peso aproximadamente de 28 kg.

A castanha do Pará tem seu pico de coleta de novembro a abril, e nesse período de safra praticamente todas as famílias possuem o produto para venda, que é comercializado em quilograma ou no ouriço. Com a chegada da entressafra somente as famílias que estocam o produto os detém para comercialização, vale destacar que o estoque da castanha ocorre na mata, a fim de preservar a umidade do produto. De modo geral, as coletoras relatam ser uma atividade simples e lucrativa, porém bastante perigosa em relação a acidente, quando o coletor não respeita o horário/tempo de coleta.

As mulheres afirmam que a renda familiar é composta por todos os integrantes da família, pois deixar só a cargo do marido não garante a sobrevivência familiar, por isso elas precisam ajudar. Elas trabalham, seja cuidando da padaria, coletando sementes de essências florestais (andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), cacau (*Theobroma cacao*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), muru muru (*Astrocaryum murumuru*), para serem vendidas a Natura, vendendo produtos da Tupperware, fazendo artesanato, trabalhando como merendeira na escola, tomando conta da cantina da associação, trabalhando para prefeitura. Estas observações reforçam o discurso de Wanderley (1999) que nos traz que o trabalho extra agrícola na maioria dos casos torna-se uma necessidade estrutural, a renda obtida nesse tipo de ocupação vem a ser indispensável para a própria manutenção familiar.

O trabalho doméstico, religioso, e comunitário são percebidos, de modo geral pelas mulheres como serviços, mas para alguns esposos e filhos ainda há uma visão negativa quanto a pluriatividade por elas desempenhadas, reafirmando a visão de que na divisão sexual do trabalho os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (FARIA e NOBRE, 2003). Fato que pode ser evidenciado no discurso das mulheres quilombolas de Moju Miri, frente as retaliações sofridas quando

formaram um grupo de trabalho composto por 17 integrantes, com objetivo de limpeza de áreas de açazais, roçados e quintais. Os homens da associação ao perceber que esse grupo estava se tornando cada vez mais forte e ocupando lugar de maior destaque na comunidade, logo fizeram meio de tornar invisível o grupo, como pode ser percebido abaixo:

Fizemos um grupo de 17 mulheres, juntas nós trabalhávamos em mutirão, nosso trabalho estava dando tão certo, daí quando fomos pedir um espaço na associação para nosso grupo plantar um roçado de mandioca, hum... foi negado, ai eu me aborreci, por que os homens podiam e nós não!? Santa, mulher quilombola de 65 anos, comunidade Moju Miri, PA.

Há forte medo/respeito quanto aos animais aquáticos, como por exemplo, os botos (golfinhos), peixe boi e sucuri. Os relatos evidenciam que as informações repassadas ao longo de gerações criaram esse laço de respeito, preservando a relação mítico-espiritual com os ecossistemas florestais, ribeirinhos e lacustres onde vivem, o que é comum entre comunidades rurais amazônicas (GALVÃO, 1971). Entretanto, as mulheres que têm a pesca como meio de sobrevivência, desconsideram parcialmente a cosmologia ligada a seres aquáticos, e se aventuram no rio para prática da pesca. Essas mulheres conhecem, utilizam e comercializam os recursos naturais no seu cotidiano, empenhando-se também em sua preservação (FERNANDES e MOTA, 2014). Ademais, vale ressaltar que além dos peixes oriundos do rio, existem os criados em tanques com influência de maré, que faz a renovação constante das águas desses criatórios, a espécie geralmente criada é o tambaqui, e nessa atividade temos também a presença feminina, principalmente na hora da alimentação desses animais.

Se na maioria das pesquisas sobre as mulheres na agricultura autores verificam a invisibilidade do seu trabalho e sua pouca autonomia em relação à força de trabalho e aos recursos gerados, no extrativismo (apanhadoras de açaí, coletoras de castanhas entre outros), o tema tem sido examinado em perspectivas diferenciadas: vai-se da invisibilidade de seu trabalho à conquista do espaço público e midiático por conta de suas lutas (FERNANDES e MOTA, 2014).

No que diz respeito a criação de animais de pequeno porte por mulheres, hábito muito frequente encontrado nas comunidades rurais, de modo geral em Moju Miri são raras as residências que criam galinhas, patos e porcos, devido ao impedimento de não poder criar

soltos, afim de evitar perdas de plantio de roçado, discórdia entre os moradores, assim a maioria opta por não mais criá-los.

Muitas mães relatam a falta de ocupações na comunidade, para garantia de permanência dos jovens na mesma, como pode ser observado na fala da dona Lucia:

No período sem aula os alunos ficam muito ociosos, as tarefas do lar ocorrem geralmente pela parte da manhã, ficando o resto do dia esses sem o que fazer, hora dormindo, hora assistindo TV, esse fato marca a necessidade da comunidade através da associação criar algo de estratégico para ocupar as crianças e adolescentes, nos períodos sem aula. Lucia, mulher de 50 anos, comunidade Moju Miri, PA.

Outras apontam a ausência de atendimentos básicos na comunidade, como por exemplo, a necessidade de mais professores para acabar com o ensino multiseriado, construção de uma sede, para a comunidade trabalhar mais com suas jovens, seja no artesanato, culinária, costura, e a implantação de um posto de saúde, uma vez que, o acesso à saúde pública é dificultado pela inexistência de posto médico no quilombo (FREITAS *et al.*, 2009).

As meninas representam número expressivo nos encontros religiosos, fazendo leituras bíblicas individuais e conjuntas, esse compromisso expressa as primeiras etapas para formação de base da vida familiar, apoiada nos ensinamentos religiosos, e que se expandem aos compromissos com a comunidade, seguindo os passos traçados por suas mães. O que as diferencia da realidade vivenciada por muitas meninas em épocas passadas que obrigadas a abandonar seus lares em detrimento do trabalho na cidade em troca de ensino, relação essa que na prática não se efetivava.

Nos vários relatos ouvidos de mulheres que viveram essa relação, podemos felizmente identificar pelo menos uma mulher que conseguiu com muito esforço vencer as dificuldades do trabalho escravocrata infantil conciliado ao estudo, conforme relato abaixo, entretanto devido ao insucesso dessa prática, a comunidade passou de modo geral a condenar veementemente a perpetuação desse ciclo.

O negro, seja ele quilombola ou não, que abrir a boca pra dizer que nunca sofreu algum tipo de preconceito é leviano, hoje sou servidora pública aposentada da SEFA, tenho uma graduação que colaborou para eu ter uma aposentadoria confortável, mas não foi fácil chegar até aqui,

no passado quando as famílias das cidades vinham atrás de nos meninas para ir até Belém na esperança de estudar, mal sabíamos o que nos esperava, graças a Deus, posso afirmar que tive sorte, e a família que me “adotou” permitia eu estudar, mas quantas meninas que vieram na mesma época e que não tiveram a mesma graça, o futuro era sempre o mesmo engravidar cedo e retornar a comunidade pra deixar as crianças com os avós, e ter que voltar para trabalhar. Neuza, mulher quilombola de 60 anos, comunidade Moju Miri, PA.

5. Considerações finais

Sobre o trabalho realizado pelas mulheres, há indicações de que os papéis sociais femininos não se alteraram drasticamente ao longo dos tempos, pois são na maioria dos lares as mulheres que fazem o trabalho doméstico, mesmo trabalhando na produção ou em outros locais.

As mulheres se identificam como responsáveis por suas propriedades/produções somente quando são mães solteiras ou quando não há a presença masculina na família, o que revela a força da tradição patriarcal na composição do sistema familiar.

Decerto, quando as mulheres afirmam que o trabalho é exercido por todos independente do sexo é perceptível por elas a dupla jornada do trabalho que essas enfrentam, que vai além dos afazeres na agricultura ou outra atividade qualquer, uma vez que, essas necessitam realizar as tarefas domésticas e reconhecem essa função como um trabalho.

Sem dúvida, é necessário transformar ideias negativistas que tendem a reduzir e discriminar as mulheres quilombolas; pois é fato que essas desempenham um papel fundamental na comunidade, contribuindo de forma significativa para sobrevivência da economia doméstica.

O envolvimento das mulheres nas atividades políticas/comunitárias cotidianas do quilombo vem contribuindo para o empoderamento das mesmas, na luta em busca do reconhecimento da igualdade de gênero. Isto pode ser percebido nas assembleias, reuniões e encontros, em que as mulheres são presenças destacadas totalizando um público feminino de aproximadamente 70% dos presentes para discutir os problemas da comunidade. Contrapondo os dados apresentados por Portella e Silva (2006) que constatam que, na família rural, as mulheres vivem uma situação de franca desvantagem, inseridas numa cultura que divide papéis, atribuições e valores femininos e masculinos

de modo rígido e hierárquico, e que inexistente planejamento coletivo entre os familiares para definir a produção, onde é o chefe da família quem controla o trabalho da mulher e dos filhos.

No que diz respeito a educação superior das mulheres quilombolas de Moju Miri, podemos identificar que de fato o sistema de cotas tem favorecido o ingresso de estudantes negros e pardos em todos os cursos, inclusive nos mais elitizados, como por exemplo, a tão famosa medicina e o direito. No entanto, sabemos que ainda há muitos desafios pela frente, como combater a discriminação e o preconceito contra os alunos cotistas e desenvolver estratégias para compensar a defasagem de aprendizado dos ingressantes provenientes do ensino multiseriado.

Um aspecto revelado na pesquisa é que a pluriatividade faz parte do processo de transição na qual a mulher passa a deixar timidamente o espaço doméstico – isto é, sem seu abandono de forma totalitária – e começa a integrar gradativamente o espaço antes considerado masculino pela sociedade.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo R. **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: TEDESCO, João C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 148-173

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito.** Cadernos do NAEA, Belém: UFPA-NAEA, n. 10, p.163-96, 1989.

ALMEIDA, Mariléa de. **A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos.** 2014. Disponível em:<http://www.encontro2014.tj.anpuh.org/resources/anais/28/1402090314_ARQUIV_O_MarileaAnpuh2014-Versaofinal-1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018

AMARAL, A. J. P. **DA ÁFRICA À AMAZÔNIA: sociedades quilombolas e meio-ambiente,** 2015. Disponível em:<<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=4438677&codPapelTramitavel=48265201>> Acesso em: 13 set. 2018.

ANDRADE, Lúcia. **Terras quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças.** São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011. Disponível em:<<https://porlatierra.org/docs/3401810b6b3be81608bcfb4da89446c9.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018

ANGROSSINO, M. **Etnografia e observação participante.** Trad.: José Fonseca. Porto

Alegre: Artmed Editora, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal**. Luis Paulo Sirvinskas (organização). São Paulo: Rideel, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 4 abr. 2018.

CALDAS TORRES, Iraídes. **A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia**. *Revista estudos feministas* 15 (2), 2007.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. *Estudos avançados* 17 (49):117–133, 2003.

CORDEIRO, Rosineide de L. M., e SCOTT, Russel Parry. 2007. **Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil**. *Revista Estudos Feministas* 15 (2) . Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200008>> Acesso em: 4 abr. 2018.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. A produção do viver: ensaios de economia feminista. **São Paulo: SOF. Espaço de Sophia**, v. 15, p. 01–210, 2003.

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC, 2000.

FRABETTI, Giancarlo Livman. **Caracterização da economia doméstica camponesa entre os moradores do antigo sertão de Santo Amaro-SP, 2013**. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII_1/.../agb_16_jandez2013>. Acesso em: 4 abr. 2018.

FREITAS, Dionísio Bellé de, Jasson de Miranda Silva, e Edna Ferreira Coelho Galvão. **A relação do lazer com a saúde nas comunidades quilombolas de Santarém**. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* 30, 2009.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens**. Companhia Editora Nacional, 1971.

GOMES, F. dos S. **Gênero, Etnicidade e Memória na Amazônia: notas de pesquisas etnográficas em comunidades negras**. *Mulher e Modernidade na Amazônia*. Belém, GEPEM/CFCH/UFPA, 151–180, 1997.

HEMMING, John. **Árvore de Rios: A história da Amazônia**. São Paulo: Senac, 2011.

Portaria nº 98 DE 26 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/file/2010/11/legis21.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

Instrução normativa 57, 20 de outubro de 2009. Disponível em:<<http://2009www.palmares.gov.br/file/2010/11/legis12.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

Decreto estadual nº 3.572, de 22 de julho de 1999. Disponível em:<<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/pa04.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

CORDEIRO, Rosineide de L. M. **Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva,** 2014. Disponível em:<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf> Acesso em: 4 abr. 2018.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 9–24, 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ITERPA. **Cadernos territórios quilombolas.** texto, Instituto de Terras do Pará; Organização, Jane Aparecida Marques e Maria Ataíde Malcher. Belém: ITERPA, 2009. 74 p.; il.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** *Etnográfica* 4 (2):333–354, 2000.

LIMA, S. L. M. e LIMA, J. M. **Organização social e resistência camponesa aos grandes projetos do capital no território quilombola de Jambuaçu: análise a partir da comunidade Nossa Senhora das Graças em Moju/Pará, 2017.** Disponível em:<[http:// https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506912655_arquivo](http://https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506912655_arquivo)>. Acesso em: 4 abr. 2018.

NASCIMENTO, Raimundo Magno Cardoso. **Comunidades quilombolas África e Laranjituba, um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional.** UnB. Brasília, 2017. 96p.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos Quilombos: território da memória em uma comunidade negra rural.** São Paulo: Terceiro Nome. 267 pp. 2012.

NEPOMUCENO, Bebel. **Mulheres negras: protagonismo ignorado.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2012.

ONU MULHERES. **Mulheres quilombolas: liderança e resistência para combater a invisibilidade,** 2017. Disponível em:<<http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-quilombolaslideranca-e-resistencia-para-combater-a-invisibilidade/>>. Acesso em: 4 abr. 2018

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina.** Belém: Açáí, 2010.

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmem. **Divisão sexual do trabalho em áreas rurais do Nordeste do Brasil**. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimento e Políticas Públicas. Recife: Ed. da UFPE, 2006.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Brasília MIC/SECULT, 1988.

SALLES, Vincente. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 2003.

SEPPIR. **Mulheres, 2014**. Disponível em:<<http://www.seppir.gov.br/assuntos/mulheres>> Acesso em:29 mar 2018.

SILVA, Júlio Cláudio da, e João Marinho da Rocha. **Das memórias negras na Amazônia: resistência e luta quilombola no Andará, Barreirinha-AM, Brasil**. *África (s)-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras-PPGEAFIN*. 3 (6), 2016.

SILVA, Roseane Amorim da; MENEZES, Jaileila de Araújo. **Ser mulher nas comunidades quilombolas: vivências relacionadas à família e ao trabalho, 2015**. Disponível em:<<http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2015/07/ComunicaçãoRoseaneAmorim.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

SIMONIAN, Ligia TL. **Mulheres, gênero e desenvolvimento na Amazônia brasileira: resistências, contradições e avanços**. SIMONIAN, Ligia TL *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho ea cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 33–68, 2001.

SOUZA, Claudenir de, et al. **Mulheres negras contam sua história**. Brasília, DF: SEPPIR, 2013. 296p. Disponível em:<<http://www.seppir.gov.br/assuntos/Livromulheresnegrascontamsuahistoria.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2018

SOUZA, Viviane. **Dandaras do sertão: percebendo a luta e a vida das mulheres quilombolas que resistem, 2016**. Disponível em:<<http://www.enga.com.br/anais/GT/GT%209.../Viviane%20Sousa%20..docx>> Acesso em: 8 mar. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campensinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.



A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará

Valuing women's work in the Igarapé Combu community, Combu Island-Pará

Adrielly Albuquerque da Silva, Especialista GESAM, UFPA,
adriellyalbuquerque@yahoo.com.br;
Angela May Steward, Doutora, UFPA, angelamay@ufpa.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar a atuação das mulheres da Comunidade do Igarapé Combu da Ilha do Combu (PA) e analisar as mudanças ocorridas na organização do trabalho no âmbito familiar. Para realização desse estudo, foi levantada uma revisão teórico-conceitual sobre gênero, trabalho familiar rural e divisão sexual do trabalho. Posteriormente, realizou-se o trabalho de campo para observação da rotina das famílias, principalmente das mulheres e a efetuação das entrevistas com roteiros semiestruturados. A pesquisa constatou que as mulheres da comunidade do Igarapé do Combu têm representatividade na economia da comunidade e grande parte das pesquisadas sustentam a família, ocupam atividades no extrativismo e também trabalham no turismo local. Porém, as análises do cotidiano das mulheres mostraram que as mesmas são as únicas responsáveis pelas atividades domésticas no âmbito familiar. Já as mudanças ocorridas são expressivas tanto a relação de trabalho e o modo de vida dos moradores.

Palavras-chave

Relação de gênero; Divisão do trabalho familiar; Amazônia.

Abstract

This article aims to present the performance of women from the Igarapé Combu community (PA) and analyze changes in how work is organized within the family. To conduct this study, a theoretical-conceptual review on gender, rural family work, and sexual division of labor was conducted. Subsequently, fieldwork was carried out to observe families' routines, especially women's daily work; semi-structured interviews were also carried out. Research found that women from the Igarapé Combu community work in a way that is representative of the community economy and most of the women interviewed support their families, engage in extractive activities, and also work in local tourism. However, the daily analysis also demonstrated that women are solely responsible for household chores. The changes occurring in the community are expressive of residents' work relationships and lifestyles.

Keywords

Gender relationships; Division of family work; Amazonia.

1. Introdução

O não reconhecimento do modo de produção doméstico, em uma economia orientada ao consumo no meio rural, contribui para a ‘invisibilidade’ do trabalho da mulher na agricultura familiar (MESQUITA, 2013). Reconhecer a participação das mulheres rurais na composição da renda familiar, é valorizar o seu trabalho, desempenhado dentro e fora da unidade familiar e como agentes ativas na economia.

Para entender as relações de trabalho, compreende-se as atividades realizadas pelas mulheres que vão além dos espaços domésticos como as roças, o artesanato, o extrativismo, a criação de animais, cultivo de plantas medicinais entre outros. Porém as mulheres ainda estão associadas apenas às atividades domésticas e os homens responsáveis pelas atividades produtivas e extrativistas. Na realidade, o trabalho doméstico das mulheres rurais não é reconhecido como parte contribuinte na composição da renda familiar.

Silva e Portella (2004) descreveram que “o trabalho agrícola das mulheres é concebido como “ajuda” porque é considerado fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas, mas por se realizar com frequência diária, é associado e quase se confunde com estas. Ainda, as mesmas autoras consideram que “essas definições existem no senso comum e orientam o cotidiano das pessoas envolvidas em atividades agrícolas, negando o valor propriamente econômico do trabalho das mulheres”.

O que acontece de fato, é a dupla jornada de trabalho das mulheres, pois mesmo que realizem atividades agrícolas ou as não-agrícolas, o trabalho doméstico ainda será sua responsabilidade, mesmo que algumas tarefas sejam divididas por outro membro da família (ARO; FERRANTE, 2013). Para subversão desse cenário, é necessário a socialização em espaços de lazer, na família, na escola, na comunidade e principalmente formar espaços sociais e organizativos, colaborando para mudança da realidade das atividades que a realizam e a partir disso serem protagonistas do trabalho que desempenham.

Conceitualmente o campesinato brasileiro para Sales e Porro (2014) é diverso, sendo a região amazônica um local de encontro de várias categorias deste campesinato como: garimpeiros, seringueiros, pescadores tradicionais, atingidos por barragens, povos da floresta, quilombolas, varzeiros, ribeirinhos; mas, o que nos cabe ressaltar deste

campesinato amazônico para o decorrer do trabalho, seria o campesinato das ilhas e dos rios.

Esta pesquisa buscou identificar o trabalho das mulheres da Comunidade do Igarapé Combu, na Ilha do Combu. A comunidade vem passando por processos de transformações tanto na sua paisagem quanto na relação de trabalho, devido à proximidade e demanda da região metropolitana de Belém.

Diversas autoras têm contribuído com pesquisas sobre a participação das mulheres no meio rural. Em um recorte do trabalho das mulheres das ilhas de Belém, a tese da autora Côrte Brilho (2015) contribuiu para discussão dos estudos sobre divisão sexual do trabalho e principalmente o trabalho das extrativistas e do trabalho doméstico.

Em relação a área desta pesquisa, embora encontre-se estudos sobre a Ilha do Combu (DERGAN, 2006; RÊGO, 2013; CIRILO, 2013), não se encontrou estudos que abordem especificamente sobre as mulheres extrativistas, o seu trabalho no âmbito familiar e na comunidade. O turismo comunitário é uma atividade econômica que vem crescendo na ilha, com importante papel desempenhado pelas mulheres. Mesmo assim, seu papel ainda está “invisibilizado” nessa atividade.

O artigo busca um olhar sobre o trabalho das mulheres na Ilha do Combu, e espera-se que a partir deste seja despertado o interesse sobre temas que abordem o protagonismo das mulheres nas/das ilhas Amazônicas. Visa-se sobretudo, dar reconhecimento ao trabalho das mulheres seja dentro da unidade familiar seja fora da unidade, assim como a representatividade das mesmas na economia. Assim, o artigo levanta os seguintes questionamentos: Quais as atividades desenvolvidas pelas mulheres da Ilha do Combu e quais as mudanças na organização trabalho no âmbito familiar? Desse modo, o objetivo desse artigo é compreender a organização do trabalho das mulheres da Ilha do Combu e analisar as mudanças ocorridas na organização do trabalho no âmbito familiar.

2. Referencial teórico

2.1 Gênero, trabalho e divisão do trabalho

O conceito de gênero surge exatamente para romper o determinismo biológico na atribuição de papéis sociais, se consolidando como um importante instrumento analítico para dar visibilidade ao caráter histórico e sociocultural dos papéis e dos espaços masculinos e feminino ao revelar as bases materiais e simbólicas das desigualdades entre

homens e mulheres (CAMPOS, 2011).

Pereira e Rambla (2011) apontam o gênero como essencial para compreender a dinâmica do desenvolvimento em todas as suas dimensões, já que revela aspectos básicos da organização e distribuição da produção e do trabalho. Em uma análise histórica Côrte Brilho (2015) escreve que:

[...] o assunto trabalho e mulheres na Amazônia é complexo, pelo contexto do campesinato amazônico, foram delegadas as análises clássicas de interpretação sobre o trabalho e o capital no contexto da visão eurocêntrica do desenvolvimento, androcêntrica e sexista. As interfaces históricas desta realidade são obscurecidas pela economia de mercado, responsável por considerar as atividades produtivas e extrativistas das famílias camponesas amazônicas e populações tradicionais como práticas “invisíveis” de trabalho e de vida.

O que define o trabalho doméstico, no âmbito rural, é o tipo de atividade e não o espaço de sua realização, por exemplo as atividades como lavar roupa ou apanhar lenha, ocorrem fora do espaço residencial (SILVA e PORTELLA, 2004). Para Mesquita e Almeida (2017), as atividades domésticas são pouco valorizadas devido a escassa ou nenhuma participação na geração de renda, em algumas famílias a mulher procura assumir sozinha ou com a ajuda das filhas as responsabilidades da tranquilidade do lar, por medo de perder o domínio no espaço doméstico considerado como sendo seu, onde tem maior liberdade para exercer sua territorialidade. Sobre a territorialidade feminina a autora esclarece que:

[...] se constrói cotidianamente pela apropriação simbólica e afetiva do espaço e pelas relações de poder e também de solidariedade estabelecidas com os sujeitos. As mulheres, com os seus conhecimentos e experiências usam e controlam o território em busca de melhor qualidade de vida para a sua família.

Quando o trabalho doméstico assume o caráter de trabalho produtivo e gera receita para a família, o discurso sobre a participação dos membros da família assume outra entonação. Agora esse trabalho (que era doméstico) passa a ser necessário e vital para a atividade produtiva, logo, ele é valorizado econômica e socialmente, o que não acontece quando este trabalho é de diarista e/ou prestações de serviços (LUNARDI, 2012).

Porém, no que diz respeito ao trabalho feminino, algumas atividades apenas reafirmam a divisão sexual do trabalho, como o turismo. Lunardi (2012) consideraram que o turismo é a reorganização das tarefas domésticas e produtivas, mas, inseriu a mulher no mercado de trabalho e possibilitou novos espaços de socialização. No entanto, essa inserção no trabalho ainda estar baseada nos conceitos de “sexo” e “gênero”.

A pluriatividade, que implica que as famílias e os indivíduos passem a combinar ocupações em atividades agrícolas com outras não-agrícolas, dentro e fora da propriedade. Conforme Silva e Schneider (2010), a pluriatividade passa a ter relevância no meio rural, por representar uma alternativa para a atividade agrícola para as mulheres de todas as idades, valorizando o seu trabalho e, possibilitando autonomia e maior socialização, principalmente quando o trabalho é exercido fora da propriedade.

2.2 Ribeirinhas, trabalho e modo de vida

Os povos da Amazônia são representados por uma forte simbologia seja ela cultural, social ou de trabalho. As terras e águas são elementos constitutivos dessa cultura. As águas são dominantes na vida dos ribeirinhos e na paisagem amazônica, identificada/caracterizada pelos caudalosos rios e afluentes, igarapés, furos e paranás, que correm na “verdejante imensidão regional” (BATISTA, 2010). Para Harris (2006) a identidade dos ribeirinhos é produto do que são no presente, e contrasta-se com o que foram no passado recente.

Para entender as formas de trabalho, seja ele doméstico ou de produção, é necessário a configuração dos grupos domésticos e as relações de parentesco. Harris (2006) conceituou essa relação:

[...] as relações produtivas camponesas são baseadas em torno do parentesco (isto é, são localmente geradas). Isso indica que, como as comunidades e os povoados rurais ribeirinhos são formados por laços de parentesco, eles são genuinamente formas locais. As relações de parentesco e os casamentos possibilitam o controle contínuo do acesso aos recursos próximos, como terras, lagos e rios.

Essas populações reúnem e desenvolvem formas de saber e práticas específicas atuando sobre os variados agroecossistemas, acumulando conhecimentos e habilidades diversas acerca do complexo *roça-mata-rio-igarapé-quintal*. Em muitas comunidades da várzea amazônica são as atividades pesqueiras e agrícolas que regem a economia local (AMARAL, 2016). Rodrigues *et al.* (2015) afirmaram que as mulheres ribeirinhas:

[...] constituem elemento chave como detentoras de um conhecimento específico, ao mesmo tempo em que sustentam a forma de organização familiar e comunitária, não só no âmbito do saber-fazer, mas, sobretudo de preservação da cultura imaterial existente nestes contextos, tendo em vista que são elas as “guardiãs” e principais responsáveis pela transmissão e/ou ensino destes conhecimentos/saberes par as gerações presentes e futuras.

A vivência diária das mulheres em atividades da produção agroextrativista nos traz importantes informações sobre como elas reinventam diariamente as formas de cuidar da vida (AMARAL, 2016). A extração do açaí e do palmito, por exemplo, é uma prática da vida ribeirinha, que, aliada ao extrativismo do cacau, da borracha, da castanha, entre outras culturas, além da criação de galinha, porco, pato etc., formam a identidade ribeirinha (BATISTA, 2010).

Sobre o trabalho das mulheres ribeirinhas, a pesquisa da Amaral (2016) realizada nas ilhas de Abaetetuba constatou que o artesanato como de cuias e das rasas são afazeres das mulheres. O processo de confecção das cuias é iniciado desde das meninas mais novas passadas pelas mais velhas e as tecelagem das rasas requer conhecimento e técnicas que as mulheres aprendem umas com as outras, como cestos, peneiras, balaios. Rodrigues *et al.* (2015) complementam “são detentoras de um “*sabe fazer*” singular, construído, sobretudo a partir do estabelecimento da relação com a natureza, tendo suas bases fincadas, sobretudo, na tradição oral”.

Fechine (2008) explana que a condição de invisibilidade do trabalho feminino nas comunidades ribeirinhas, vem acarretando problemas para o acesso das mulheres às políticas públicas, como a dificuldade de reconhecimento na condição de trabalhadora rural, quando se trata de mulheres que não estão politicamente organizadas. Entretanto,

são necessárias pesquisas que envolvam o reconhecimento do trabalho das mesmas e a organização social que elas estão inseridas.

3. Metodologia

3.1 Descrição da área de estudo: comunidade de análise

A área de estudo está localizada na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, situada na foz do rio Guamá, a 1,5 km ao sul do município de Belém, portanto estando sob influência deste, margeada ao norte pelo Rio Guamá, ao sul circundada pelo Furo São Benedito, à leste pelo Furo da Paciência e à oeste pela Baía do Guajará. A extensão da Ilha do Combu é de aproximadamente 1.500 ha (15 km²), e sua área apresenta características ambientais do estuário amazônico (CIRILO, 2013).

A comunidade do Igarapé Combu, é geograficamente localizada nas margens do Igarapé Combu e seus afluentes, e é a comunidade mais antiga da APA da Ilha do Combu. A escolha da área se deu pelo fato que entre as comunidades da Ilha do Combu, a comunidade Igarapé Combu foi aonde ocorreu uma grande mudança em relação ao trabalho, devido a facilidade do acesso a comunidade e devido ao crescimento do turismo nessa comunidade. O mapa da APA e área da pesquisa está indicada abaixo (Figura 1):

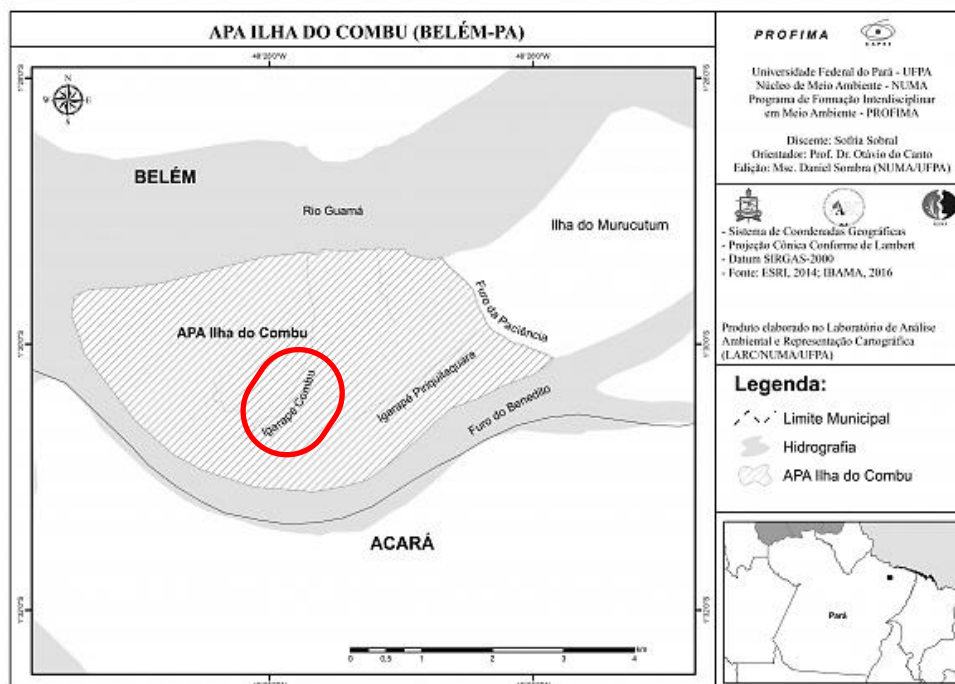


Figura 8- Mapa da Ilha do Combu, Belém (PA).

Fonte: Núcleo de Meio Ambiente, UFPA.

3.2 Processo de ocupação

Há divergências sobre ocupação da ilha entre dados encontrados nas pesquisas realizadas, entretanto trago as contribuições de Cirilo (2013). Segundo o mesmo “não há referências históricas, porém, existem documentos históricos de doações regulamentadas de terrenos em ilhas próximas, datados a partir de 1786”. Batista (2010), publicou que a “Ilha do Combu é um lugar que serviu de refúgio para índios e escravos, por estar isolada e desocupada na época da colonização”.

A ilha é dividida em quatro comunidades: comunidade do Igarapé Combu, comunidade Santo Antônio ou do Igarapé do Piriquitaquara, comunidade Beira Rio e comunidade do São Benedito. Segundo Dergan (2006) aponta que as quatro comunidades são constituídas pela maioria de mulheres, enquanto Cirilo (2013), demonstra que as mulheres são as principais responsáveis (43%) pela geração de renda da família, estando inseridas em atividades de extrativismo, pesca e serviços.

Sobre a identidade da população Batista (2010) descreveu como:

[...] o saber repassado de geração à geração, formou a identidade social das habitantes. Além do intercâmbio com a população da região metropolitana de Belém, diariamente, participando das feiras livres, sendo um movimento cultural contínuo e rico. E, que até um certo momento não estava inserida no contexto principal de progresso econômico no qual estava a região urbana de Belém, se constituiu em um território dinâmico.

3.3 Procedimentos de campo

As fases de pesquisa foram: revisão bibliográfica, campo exploratório e pesquisa de campo. Após o levantamento bibliográfico, precisou-se fazer uma visita na comunidade, o que foi realizado no dia 3 de março, para observar a dinâmica da comunidade e fazer uma sondagem sobre os trabalhos que estavam sendo realizados, principalmente por mulheres. Também foi necessária uma entrevista não dirigida¹.

Com isso, foi possível delimitar a pesquisa e construir um roteiro de campo,

¹ Entrevista não dirigida dar liberdade total por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, força-lo a responder (MARCONI; LAKATOS, 2003).

levando em questão as possíveis situações que poderia encontrar. O roteiro foi construído por perguntas norteadoras que versaram sobre: trabalho realizado pelas mulheres, construção da trajetória de vida e a dinâmica familiar, além de compor o quadro socioeconômico e as fontes de rendas.

A segunda ida a campo se deu nos dias 16 a 18 de maio, com o objetivo de vivência com a comunidade para observações do cotidiano dos habitantes, especialmente para o preenchimento dos roteiros semiestruturados² e a construção da história de vida³ das entrevistadas. Foram realizadas dezenove entrevistas com as mulheres de faixa etárias diferentes, de relações sociais diferentes e de perspectiva de vida diferente. A vivência nesses dias facilitou a confiança e interação com a comunidade, principalmente com a Sra. Neusa Custódio, a mulher que me hospedou, as conversas informais ajudaram a compreensão de algumas relações e mudanças que ocorrem na comunidade. Uns dos instrumentos da pesquisa se baseia em observar o cotidiano da comunidade e principalmente a rotina das mulheres, as observações em um dado momento era participante e no outro não-participante.

A escolha das entrevistadas dependia da disponibilidade de cada moradora, de acordo com a rotina diária, então algumas perguntas do roteiro foram preenchidas por observação do cotidiano ou de forma direta.

As entrevistas foram realizadas na casa das entrevistadas onde era possível observar a dinâmica da família. Em algumas famílias as casas eram próximas, o que facilitou as observações sobre as mudanças ocorridas na relação de trabalho de mãe para filha.

3.4 Sistematização e análise dos dados

A fase da organização dos dados foi feita primeiramente pela transcrição das entrevistas. A organização das ideias, permitiu que os fatos e os dados das entrevistadas fossem lembrados. Após isso foi escolhida para uma análise da trajetória da vida três

² Roteiros semi-estruturados é quando o pesquisador apenas coloca alguns tópicos para o pesquisado expressar o que pensa sobre eles (MARSIGLIA, 2006).

³ Histórias de vida: é um tipo particular de entrevista, em geral uma série delas, em que se busca reconstituir a vida toda, ou uma fase ou um aspecto da vida da pessoa (como profissional, como paciente, como docente, como estudante) e permitem também ao pesquisador perceber as concepções que as pessoas têm de seu papel e de sua participação nos grupos sociais dos quais fazem parte (MARSIGLIA, 2006).

entrevistadas, a mãe que morava sozinha e suas duas filhas, que moram próximo umas das outras. Essa família foi escolhida porque podemos observar diferentes relações de trabalho e as mudanças ocorridas. Também foi construído um quadro sobre as atividades domésticas e a frequência da participação de cada membro da família e um sobre as atividades de trabalho geradoras de renda familiar.

4. Resultados e discussão

4.1 Organização do trabalho doméstico

A rotina de trabalho tem início na preparação do café da manhã, logo nas primeiras horas da manhã e se estende a diversos afazeres doméstico ao longo do dia. As responsabilidades para realizar essas atividades domésticas são atribuídas as mulheres e as crianças, o que é considerado um fato comum entre as famílias. Os homens não assumem as tarefas domésticas e isto além de sobrecarregar as mulheres transfere algumas atividades para as crianças. As crianças (6 a 12 anos) participam tanto no trabalho doméstico quanto no extrativismo, como a debulha e a limpeza dos frutos. Após essa idade, as meninas passam a adotar mais responsabilidades nas atividades domésticas, como cuidar de outras crianças, preparar o almoço e até lavar roupa.

O cotidiano das mulheres da comunidade do Igarapé Combu, que vivem à margem do rio, é de total dependência do mesmo, para lavar roupa, realizar compras (em Belém), levar as crianças no posto de saúde, isso se torna um trabalho mais cansativo. A rotina e a dependência do aumento no nível das águas para realizar as atividades é desafiador. Por exemplo, 98% das entrevistadas considera lavar roupa a tarefa mais árdua por ser ainda realizada na beira e/ou por ser uma atividade realizada apenas por elas. Fechine (2008) ressalta a relação das atividades agrícolas com as populações ribeirinhas, pois tem vida marcada pela presença da floresta, dos rios e igapós e que estas atividades são organizadas de acordo com o período de cheia (águas altas) e o período da vazante (águas baixas).

Fechine (2008) ao abordar sobre “cotidiano e o trabalho das mulheres ribeirinhas” analisa que:

[...] a atribuição de papéis distintos para homens e mulheres é flexibilizada dependendo da cultura e do tempo histórico vivenciado por cada um. Nas comunidades ribeirinhas, a família passa a se constituir na unidade mais importante nesses processos sociais básicos de um sistema organizacional familiar e os procedimentos rotineiros delineiam a vida de todo o grupo.

É importante destacar ajuda mútua entre as mulheres pela proximidade das famílias, as novas famílias constroem suas casas no mesmo lote, como explica Mota (2014): “após sucessivas gerações, há um redimensionamento da relação entre grupos domésticos e o acesso aos recursos, porque há maior número de pretendentes a um lote e uma menor disponibilidade de terra e floresta”.

As mulheres participam ativamente no extrativismo do açaí, cacau, do peixe e do camarão e/ou realizam trabalhos não-agrícolas; as atividades domésticas ainda são realizadas por elas, mesmo que em algum momento seja assumida por outro membro da família, as mulheres ainda atuam em todas as tarefas.

O quadro 1 foi sistematizado conforme as rotinas das dezenove entrevistadas, as quais não se diferenciam uma das outras; mostra o uso do tempo das atividades domésticas e a intensidade de dedicação de cada membro da família. As tarefas domésticas são de incumbência da mulher, como o preparo a alimentação, limpeza da casa e cuidar das crianças e lavar roupa. Torres e Rodrigues (2010) ao descrever as atividades domésticas da mulher em uma comunidade ribeirinha inferiram que “este tipo de divisão sexual do trabalho parece atender a um cânone de obrigação comum no âmbito da família amazônica”.

Quadro 1 - Uso do tempo das tarefas doméstica na comunidade do Igarapé do Combu, Ilha do Combu, Pará, Brasil.

Atividades Domésticas	Mulher	Homem	Crianças	Grau de intensidade	
Preparar o café da manhã	+++	-	-	Sempre ou a maioria	+++
Comprar comida	++	++	-		
Cuidar de animais	+++	+	-	As vezes	++
Arrumar e limpar a casa	+++	-	++		
Realiza almoço/jantar	+++	-	-	Raramente	+
Cuidar das crianças	+++	++	-		
Lavar a louça	++	++	++	Não faz	-
Lavar roupa	+++	-	-		

Fonte: Pesquisa de Campo (n=19 entrevistas na comunidade Igarapé do Combu, Ilha de Combu, PA, 2017).

Foi possível observar que atividades manuais, como artesanato e costura são comuns entre as mulheres mais velhas, o exercício dessas atividades é interessante economicamente para a família, pois reduz custos na compra de roupas. Como a comunidade Ilha do Combu é uma área de várzea, não há roça e nem plantação de hortaliças, entretanto, é comum a criação de galinha para o consumo e de algumas plantas ornamentais e medicinais em vasos.

4.2 Trabalho das mulheres da comunidade do Igarapé Combu

Quando foi questionado quais são as atividades de coleta e/ou extrativista realizadas pelas entrevistadas e qual dessas são destinadas ao autoconsumo⁴ da família e qual dessas são comercializadas, foi possível definir que a criação animal, como galinha e porco é comum nos grupos domésticos, e que a grande parte é destinada a alimentação da família, assim como a pesca realizada pelas mulheres. Há um grande envolvimento das mulheres com a atividade extrativista, na qual a grande parte é destinada para a comercialização.

O extrativismo do açaí foi a primeira atividade realizada na ilha, as primeiras famílias foram estabelecidas pelo extrativismo do açaí, e desde então a retirada dos frutos era realizada pelos homens e a debulha e limpeza eram realizadas pelas mulheres e crianças. Hoje, as mulheres extrativistas participam da cadeia produtiva do açaí, como debaste de estipes, da retirada dos cachos, além da debulha dos frutos. Segundo a Sra. Neusa Custódio, “antes as mulheres e as meninas, não entravam na mata para colher os frutos, elas esperavam na casa para debulhar os frutos, pois o pai (Gaspar Albano), falava que isso não era “serviço de mulher”. Ela conclui sua fala afirmando que só passou a trabalhar com o açaí quando casou, pois, o açaí era o principal sustento da sua família.

O destino principal do extrativismo do açaí é para abastecer a região metropolitana de Belém e já uma parte é beneficiada na ilha e vendida para os restaurantes da comunidade. O cacau (*Theobroma cacao*) vem ganhando representatividade na geração de renda, mas não é comum a venda do fruto *in natura*, apenas as amêndoas do cacau, em

⁴ Nesse estudo a produção para o autoconsumo alimentar conceituada por Gazolla e Schneider (2007), que compreende todo o tipo de produção, seja animal ou vegetal que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades.

razão que o principal destino é a fábrica de chocolate orgânico da ilha.

A pesca do peixe e do camarão é uma atividade importante para alimentação das famílias que vivem à margem dos rios. Na Comunidade do Igarapé Combu essa prática é bastante realizada pelas mulheres, porém as mesmas consideram uma prática apenas para o autoconsumo. Na verdade, a pesca em aspectos econômicos, como a venda é responsabilidade dos homens, na qual as mulheres não percebem igualdade de condições com o homem.

Outra questão levantada foi sobre a participação nas atividades econômicas acerca do turismo como trilhas, nos restaurantes e nos empreendimentos. Essas atividades se mostraram muito atrativa para as mulheres, a maioria já trabalhou ou ainda trabalha nesses empreendimentos turísticos, por ser outra forma de aumentar a renda familiar e pelo reconhecimento do trabalho, esses que vão além das atividades domésticas.

Cirilo (2013) contextualizou a atividade turística da Ilha do Combu, a qual teve o seu *boom* na década de 1990, com a construção dos primeiros restaurantes. Com o passar dos anos, além da construção de mais restaurantes, foram disponibilizadas pelos próprios proprietários desses restaurantes duas trilhas ecológicas em terra firme e uma fluvial.

O trabalho nos restaurantes tem o papel importante para a permanência das jovens nas comunidades, pois algumas não se identificam com algumas práticas e costumes da produção extrativista, procuram trabalhar como diaristas em casas em Belém ou na ilha. Mas o que mantém essa nova geração é a oportunidade de emprego nos restaurantes. Rêgo (2013) identificou a baixa frequência de indivíduos na faixa de 12 a 29 anos na ilha. Esse resultado deve-se, provavelmente, à migração para a capital em busca de educação e emprego.

O turismo também proporcionou o surgimento de empreendimentos relacionados a culinária, produtos alimentícios regionais e ambientes de lazer. Esse interesse na culinária é algo que algumas mulheres vêm buscando se especializar na elaboração de comidas regionais, a motivação é a grande procura turística gastronômica na comunidade do Igarapé Combu. Outro investimento para geração de renda é o transporte turístico.

Nas fontes de renda das mulheres entrevistadas foram incluídas atividades consideradas mais para o autoconsumo, pois são estratégias de poupar recursos financeiros e também uma fonte alternativa de renda através da venda do excedente da produção. Segundo as informações, a maioria das mulheres são pluriativas, ou seja,

combinam ocupações em atividades agrícolas com outras não-agrícolas, dentro e fora da propriedade.

Nas atividades que não estão inseridas no espaço doméstico, o trabalho mais expressivo é a prestação de serviço nos restaurantes, e entre as tarefas mais ocupadas por mulheres estão: lavar louça, limpeza do local, atendente e cozinheira ou auxiliares de cozinha. A maioria das entrevistadas são contratadas nos períodos de férias e feriados prolongados. Esse tipo de trabalho é caracterizado como diárias, a qual é contabilizado o trabalho correspondente ao dia prestado. As contratadas não têm benefícios trabalhistas. Lunardi (2012) expôs essa problemática “além do caráter doméstico do trabalho realizado pelas mulheres no turismo rural, esse trabalho não traz nenhum benefício previdenciário, férias, 13º salário, auxílio maternidade, etc., para as mulheres contratadas”. No quadro 2 abaixo, apresentamos as atividades geradoras de renda realizadas pelas entrevistadas.

Quadro 2 - Atividades de trabalho realizadas pelas mulheres da comunidade do Igarapé do Combu, Ilha do Combu-Pará.

Aonde trabalham?	O que fazem?
Extratativismo	<ul style="list-style-type: none"> • Açaí • Cacau • Peixe • Camarão
Restaurante	<ul style="list-style-type: none"> • Cozinheira • Garçonete • Serviços gerais de limpeza
Empreendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Restaurante • Barqueira • Venda de comidas
Trabalho autônomo	<ul style="list-style-type: none"> • Artesanato • Costureira • Diaristas
Funcionalismo Público	<ul style="list-style-type: none"> • Professora • Serviços gerais • Agente de saúde

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Por conta dessa vulnerabilidade da renda ocasionada pela sazonalidade dos serviços prestados, o programa Bolsa Família se mostrou essencial para o sustento da família, além de garantir a escolaridade das crianças e dos jovens, já que na comunidade

a escola é de 1° a 4 ° série do ensino fundamental e para as crianças continuarem os estudos precisam ir até Belém.

4.3 Mudanças que ocorrem com relação ao trabalho e a identidade das mulheres

A importância de análise de trajetória das mulheres fará entender se houve mudanças com relação ao trabalho que elas desenvolvem e a construção da identidade que expressam. O trabalho, no rural amazônico, é cultural, simbólico e dinâmico. O cultural e simbólico, são as atividades passadas por gerações, interligadas com os saberes tradicionais. No que diz respeito ao trabalho dinâmico, descrito aqui, são as oportunidades que surgem naquele local, geralmente trabalhos não-agrícolas. Isso redefini a identidade dessas mulheres (MESQUITA e ALMEIDA, 2017). Para Sales e Porro (2014) um aspecto do campesinato amazônico é a dinâmica de transformações do espaço rural e de imposições de políticas públicas que ameaçam esse modo de viver.

Sobre as mudanças do modo de viver dos moradores da Ilha do Combu, Batista (2010) revelou ser particular de cada morador, seja com relação ao trabalho, estudo, religião, família e a própria condição de vida durante esse processo histórico de espaço-tempo. A flexibilidade das condições diversas dos povos da Amazônia permite entender as mudanças ocorridas na Comunidade Igarapé Combu, seja de trabalho ou do modo de viver. Segundo Harris (2006) *“Os ribeirinhos é um “sistema adaptativo,” pois suportou condições desfavoráveis tanto ambientais como históricas”*. A “instalação” do turismo na comunidade fez com que a comunidade se adaptasse às normas e condições sociais que surgiram.

A figura 2 representa a trajetória de vida da Sra. Neusa Custodio e suas duas filhas, mostrando a perspectiva de trabalho e as mudanças que ocorreram. Na primeira (1°) trajetória o extrativismo é presente desde criança, com a limpeza dos frutos extraídos e a debulha dos frutos de açaí, ele foi o seu principal sustento da família. Já na segunda (2°) trajetória houve o desligamento com os costumes e práticas agrícolas, a entrevistada mudou-se para a cidade de Belém em busca de emprego, na qual foi diarista e depois retornou à comunidade. Hoje, mesmo que a extração do açaí e a pesca sejam presentes na sua rotina, a fonte de renda é a prestação de serviços em restaurante. A terceira (3°) trajetória é da filha mais nova da Neusa, a qual se dedicou aos estudos, atualmente

também trabalha em restaurantes da ilha, e afirmou que nunca teve interesse no extrativismo ou em qualquer atividade agrícola.

Os jovens estão buscando novas alternativas de trabalho, diferente das oportunidades que seus responsáveis tiveram em relação a escolaridade. As jovens entrevistadas querem concluir os estudos e almejam o ensino superior ou já fizeram. O fato delas estarem envolvidas com a cultura local e pertencerem àquele contexto social, faz com que busquem estratégias para aumentar a renda familiar e por novas alternativas de autonomia.

Esse fato também foi encontrado na tese de Lunardi (2012), que destaca que o “investimento no turismo rural se justifica, exatamente, pela tentativa de possibilitar a permanência dos filhos nas propriedades, e isso foi demonstrado nos depoimentos de todas as famílias que possuem filhos jovens”, isso também cabe análise para prestação de serviços no turismo rural.

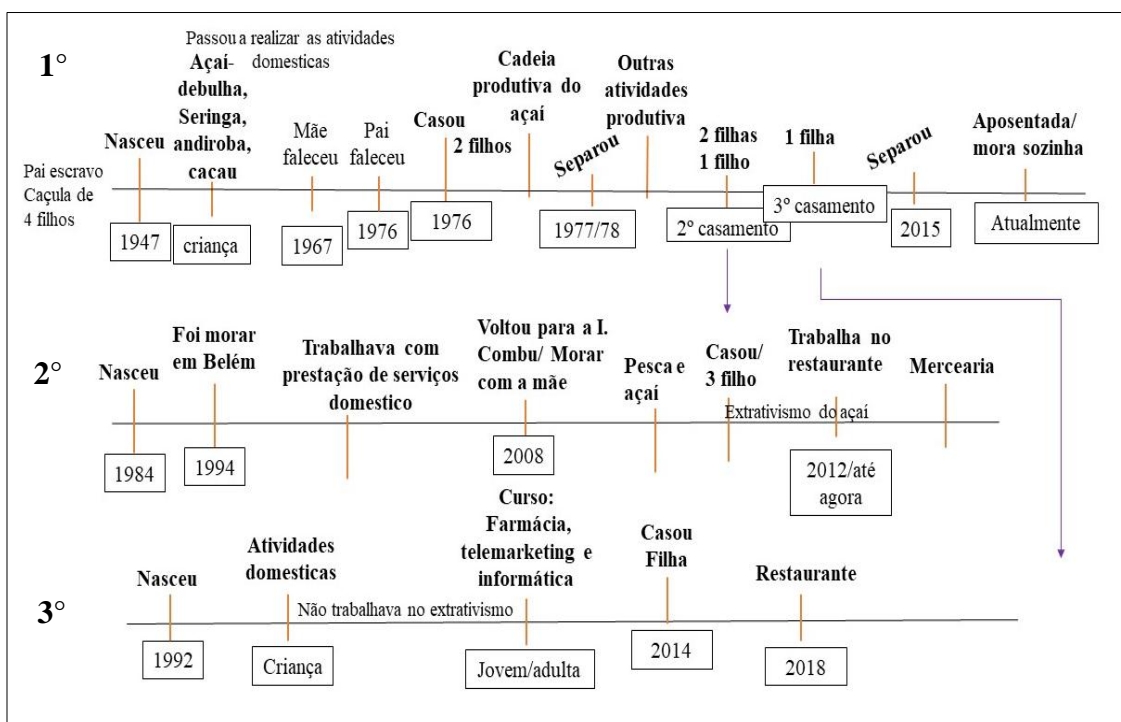


Figura 2-Trajétoria de vida de duas gerações de uma família e as mudanças que ocorrem em relação ao trabalho.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

A comunidade do igarapé recriou o seu ambiente, surgiram novas oportunidades de produção econômica, por conta da proximidade da região metropolitana de Belém, o turismo se instalou, que fez o modo de vida das mulheres mudar também. A relação com o rio, a terra e a floresta, ainda é viva nas pessoas com a idade mais avançada, ao relatarem como a ilha era quando seus pais chegaram e a história da família, traz à tona o sentimento do que é ser ribeirinho e se assumir com essa identidade.

As novas famílias que vão se criando a margem do rio não se identificam como tal. As mulheres de faixa etária entre 18 a 25 anos não se reconhecem como ribeirinhas, nomeiam-se como dona de casa, extrativista ou pescadora, o fato é que não se criou alguma identidade como ribeirinha. É que para algumas das mulheres pesquisadas, ser ribeirinha é apenas o fato de viver na beira do rio e não compreendem como um modo de vida, sujeito de transformação do espaço e que atuam nele.

A presença do turismo na ilha gerou na comunidade uma mudança da identidade e a relação dos moradores que vivem na margem do rio. Conforme percebe-se no relato da Dona Neusa quando diz que “o principal agravante do turismo foi a perda da privacidade local, que faz a gente ficar dentro de casa”. Isso também foi exposto na pesquisa de Cirilo (2013) identificando que “muitas são as queixas dos moradores em torno da atividade turística. A movimentação de embarcações provoca a destruição de apetrechos de pesca, a erosão das margens e a perda da privacidade”.

A forma que o turismo foi se desenvolvendo na ilha tem gerado novas formas de trabalho e de renda, e para algumas famílias é a chance de construir um empreendimento, no geral esses empreendimentos são de perfil gastronômico, como os restaurantes.

Relativo ao trabalho que essas mulheres realizam nos restaurantes, algumas reclamaram da sobrecarga de trabalho, pois são contratadas para tarefas de limpeza e organização do ambiente e como o pagamento é contabilizado pelo dia de trabalho, acabam se tornando em uma dupla jornada de trabalhos.

4.4 Aspectos socioculturais

Não foi encontrado um espaço de lazer para as famílias ou espaços de interação, apenas a igreja, posto de saúde e a escola. Sendo a igreja considerada como um espaço de lazer, diferente do posto de saúde e a escola, pois assumem que é uma obrigação, por

terem que levar os menores a esses espaços são aonde encontram outras mulheres. Porém, é válido analisar que o ambiente religioso é organizado por figuras femininas, seja no aspecto organizativo das atividades sociais e da reparação do espaço. Torres e Rodrigues (1993 *apud* MAUÉS, 2010), consideram que “a atuação da mulher no campo religioso se limita a ser uma espécie de extensão de suas atividades domésticas”.

Ao questionar o tempo de descanso das entrevistadas, elas relataram que antes reservavam o fim de semana para o descanso, porém atualmente isso não é possível, por causa do barulho dos bares e da frequência dos barcos que levam os turistas para os restaurantes. Já os homens no tempo de lazer ou descanso têm atividades como futebol e jogos de baralho, as mulheres não participam desses espaços.

Outra necessidade na comunidade é sobre a saúde preventiva das mulheres, elas questionaram o fato que o posto de saúde não dispõe de consultas e exames ginecológicos. Batista (2010) apontou que apesar da proximidade com a capital, a infraestrutura básica da ilha é insuficiente e causa algumas dificuldades à população e o posto de saúde da ilha, atende também a Ilha de Murutucum e a Ilha Grande por isso não supre o atendimento necessário, dos moradores da Ilha do Combu.

No sentido organizativo, as mulheres não participam das reuniões da associação e também não há movimentos sociais para elas, na qual lutem por transformação social e que tenham acesso a políticas públicas. Mas demonstraram interesse se tivessem espaços para socialização, para compartilharem experiências de trabalho e formação, pois gostariam de cursos para desenvolverem novas práticas que gerem renda, como culinária, artesanato e cultivo de hortaliças suspensas.

5. Considerações finais

Houveram mudanças nas relações de trabalho e muitas mulheres assumiram-se como as responsáveis do sustento da casa. Porém, mesmo tendo representatividade nos trabalhos extrativistas e nos trabalhos relacionado ao turismo, as atividades domésticas ainda são em grande parte realizadas pela as mesmas.

As oportunidades de trabalho em decorrência do turismo, contribuíram para a dinamização da economia da comunidade e novas formas de trabalho para as mulheres. Além disso, gerou o aumento da autoestima, pelo processo de reconhecimento social e geração de renda que os cargos lhes proporcionaram.

Houveram mudanças significativas na relação de trabalho e o modo de vida dos moradores da comunidade do Igarapé Combu, mesmo que muitas das mulheres tendenciem a buscar novas possibilidades de geração de renda, as mudanças trouxeram para elas autonomia e representatividade econômica e social. O extrativismo ainda é a principal prática cultural dessa população, pois o turismo cresceu por consequência da paisagem característica da comunidade e as mulheres têm o papel importante nessa prática, seja como fonte de manutenção da natureza, no cuidado e limpeza das áreas, também como agentes ativas na economia que o extrativismo proporciona.

Estudar o cotidiano e as relações estabelecidas na divisão de papéis no contexto das comunidades ribeirinhas, possibilitou compreender a relação de trabalho entre homens e mulheres, mas principalmente reconhecer as atividades domésticas como trabalho e a participação das mulheres na economia da família e da comunidade.

Ainda há muito que se estudar sobre o trabalho das mulheres ribeirinhas das ilhas próximas à Belém, as relações de gênero e a participação no desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Essa pesquisa contribui para entender e reconhecer o trabalho das mulheres ribeirinhas, seja ele no âmbito doméstico seja no produtivo. A partir disso, é necessário que surjam novas pesquisas que possibilitem conhecer o modo de vida das mulheres Amazônicas e as novas formas de trabalho que aparecem. No que tange a questão de gênero é preciso levar o diálogo para as comunidades sobre essas relações e a organização social; essas são questões substanciais para maior valorização do trabalho das mulheres, superando estigmas e imposições.

Por fim, a comunidade do Igarapé Combu carece do envolvimento dos gestores responsáveis pela a Unidade de Conservação, pois o turismo vem crescendo desenfreadamente pelo próprio incentivo da região metropolitana, na qual as vidas das famílias sofrem impactos negativos, por perderem suas práticas tradicionais e de identidade. As mulheres são as mais afetadas, por não terem privacidade para realizar suas atividades à margem do rio, além dos possíveis assédios com as menores devido a frequência de desconhecidos na comunidade.

Referências bibliográficas

AMARAL, Waldileia Rendeiro da Silva. No vai e vem das marés, o movimento da vida: mulheres, família e trabalho na Ilha de Quianduba, Abaetetuba/PA. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Belém, 2016.

ARO, Daniele Torres; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Mulheres Assentadas: da Invisibilidade ao Protagonismo. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 1, p. 199–226, 2013.

BATISTA, Sônia Socorro Miranda. **O modo de viver como um instrumento de resistência do saber popular dos moradores da Ilha do Combu, Belém-Pará**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) da Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

CAMPOS, Chistiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/Rs**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011. 208 p.

CIRILO, Brenda Batista. **O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da área de proteção ambiental da ilha do Combu, em Belém/Pa**. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

CÔRTE BRILHO, Silvaneide Santos de Queiroz. **Dinâmica Econômica e Social na Amazônia Rural: o Protagonismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB (PA)**. 2015. 184 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo-Campinas, 2015.

DERGAN, João Marcelo Barbosa. **História, memória e natureza: as comunidades da**

- Ilha de Combu.** 2006. 217f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Centro de Filosofia e Ciências humanas – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- FECHINE, Elaine Filgueiras Gonçalves. Condições de vida e trabalho das mulheres ribeirinhas do rio Madeira. Porto Velho: Fundação UFRO, 2008. Disponível em:<<http://itaporanga.net/genero/1/GT10/08.pdf>>. Acesso em 20/07/2018.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os " papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos: sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 15, n. 1 (abr. 2007), p. 89-122**, 2007.
- HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume**, p. 81-108, 2006.
- LUNARDI, Raquel. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural.** 2012. 222f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.
- MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações básicas para a pesquisa. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- MOTA, Dalva Maria. Família e grupos domésticos na Amazônia Paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 289-314, 2014.
- MESQUITA, Livia Aparecida Pires; ALMEIDA, Maria Geralda. Territórios, territorialidades e identidades: relações materiais, simbólicas e de gênero no campo. **Revista geonordeste**, n. 1, p. 02-16, 2017.

MESQUITA, Lúvia Aparecida Pires. Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 5, n. 1, p. 98-113, 2013.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Francesc Xavier. Pensamento econômico feminista sobre desenvolvimento: breve viagem. **Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. 1, 2011.

RÊGO, Manoel Cristino do. **O uso de indicadores de sustentabilidade na gestão ambiental de unidades de conservação: estudo de caso da APA da Ilha do Combu, Belém/PA**. 2013. 67f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, Belém, 2013.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Organização e trabalho das mulheres ribeirinhas amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/AM. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 113-134, 2015.

SALES, Sammy Silva; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. Campesinato, identidade e memória: os tiradores de açaí ou como colocar-se no mundo. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 1, 2014.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. **Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Ed. Mulheres**, p. 183-208, 2010.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. SCOTT, RP e CORDEIRO, R. de LM (Org.). **Agriculturas familiares e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, p. 127-144, 2004.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , nº 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

A produção de açaí nos igarapés Combu e Periquitaquara na Ilha do Combu: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil

Açaí production along the Combu and Periquitaquara Rivers on Combu Island: analysis of management practices in Pará, Brazil

Marcos Paulo Lopes Ferreira, Especialista GESAM, UFPA, marcosfer.lopes@gmail.com;
Geraldo Mosimann da Silva, Doutor, professor colaborador do curso GESAM/UFPA, geramsbr.silva@gmail.com

Resumo

O açaí (*Euterpe oleracea* L.) é o principal produto agroextrativista manejado no estuário Amazônico, no Pará. O manejo praticado pelos ribeirinhos da ilha do Combú está associado ao crescimento da demanda por açaí no principal mercado consumidor, na capital. Nas comunidades de Periquitaquara e Combú, foi realizada uma pesquisa abrangendo cerca de 30% do total de produtores agroextrativistas. As principais práticas de manejo observadas são: o plantio de açazeiros, o semeio, a roçagem, a adubação, o raleamento da mata, o desbaste de estípes e a drenagem. No ano base de 2017, a renda mensal bruta gerada pela comercialização do açaí variou, no período de safra, de R\$ 4.500,00 a R\$ 10.800,00 para os produtores de Periquitaquara, e de R\$ 6.000,00 a R\$ 18.000,00, na área do igarapé Combú. A comercialização mensal foi de cerca de 90 e 150 basquetas, respectivamente, com os preços recebidos variando de R\$ 50,00 a R\$ 120,00 por basqueta.

Palavras-chave

Manejo; Produção do açaí; Economia.

Abstract

Açaí management practiced by the riverside peoples of Combú island is associated with the growth of demands for this fruit in the municipality of Belém, the main consumer market. In the communities of Periquitaquara and Igarapé Combú, a study involving about 30% of the total agroextractivist producers was conducted. Results indicate that primary management practices include: planting of açai trees, sowing, weeding, fertilization, forest thinning, thinning of açai stands and drainage improvement. The monthly gross income generated by the açai commercialization ranges from R \$ 4,500.00 to R \$ 10,800.00 for Periquitaquara producers during the harvest period. For riverside residents of the Combú river, income ranged from R\$ 6,000.00 to R\$18,000.00. Each month producers sell about 90 and 150 basquetas of açai, respectively with prices varying from R \$ 50.00 and R \$ 120.00 per basqueta, during 2017.

Keywords

Management; Açai Production. Economy.

1. Introdução

A produção de açaí tem importância destacada para as populações agroextrativistas na Amazônia, em especial no Estado do Pará, onde o fruto é o principal produto do extrativismo vegetal, entre as frutíferas. A maior parte da produção do açaí é voltada para a venda, mas o produtor reserva uma pequena quantidade para o consumo familiar.

O estado do Pará destaca-se no cenário brasileiro por ser um importante produtor e exportador de frutos do açazeiro. O açazeiro (*Euterpe Oleracea* Mart.) é uma palmeira tipicamente de regiões tropicais, principalmente da região Amazônica, destacando-se entre os diversos recursos vegetais existentes pela abundância e produção de um importante alimento para as populações locais, em especial os ribeirinhos. O fruto do açaí é um alimento diário característico da população paraense. Desta preciosa palmeira se aproveita praticamente tudo, inclusive o cacho (após a retirada do açaí, através do debulhamento) e a bráctea (em forma de barco), que são aproveitados para fazer adubo orgânico para nutrir a própria palmeira, de acordo com algumas famílias produtoras (XAVIER, 2009 apud BRILHANTE, 2017).

De acordo com TAVARES *et al.* (2017, p.1-2.), de 8% a 10% da produção de polpa de açaí são exportados para outros países, com destaque para os Estados Unidos e Japão; 30% é destinado para a venda interestadual, com 70% da polpa indo para o mercado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; e 60% é consumido no próprio Estado do Pará. Os cinco municípios do Estado com maior produção de açaí fruto são: 1º Igarapé Miri, com 32,45% da produção, 2º Abaetetuba, 20,22%, 3º Bujaru, 8,81%, 4º Cametá 4,96% e 5º Limoeiro do Ajuru 4,74%¹. Em 2014, o volume de açaí comercializado nos portos de Belém coloca o porto da Palha entre os quatro principais (TAVARES *et al.*, 2017, p. 3), sendo o 1º a Feira do açaí, com 61,23%; 2º Estrada Nova, 30,37%; 3º Icoaraci, 5,14%; 4º Porto da Palha, 3,26%. Apesar de Belém se destacar pelo grande volume comercializado de açaí fruto, em termos de produção Belém fica em 30º lugar, com cerca de 380 toneladas anuais de açaí fruto, ou apenas 0,26% da produção do Estado do Pará (IBGE, 2017).

¹ LSPA/IBGE Sistematização: Estatística/NUPLAN/SEDAP/PA. TAVARES, G. dos S., HOMMA A. K. O. e MENEZES de, A. A. E. J. COMERCIALIZAÇÃO DE POLPA DE AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ 1º Simpósio SOBER Norte 22 e 23 de junho de 2017, Belém-Pará.

A importância da produção e comercialização agroextrativista de base familiar está diretamente ligada à ocupação social do pequeno produtor, à segurança alimentar pela produção de alimentos naturais e orgânicos, à conservação do meio ambiente (biótico e abiótico) e à possibilidade de inserção de tecnologias para maior eficiência no processo produtivo, associadas à esperança de um melhor modo de vida e redução da pobreza das famílias. O manejo do açaí praticado por essas famílias caracteriza-se pela forma de manipulação do açaizal, sendo geralmente plantado e extraído de forma manual e sem a utilização de produtos químicos artificiais, com reduzida degradação do solo, conservando o ambiente natural. Esta pesquisa se propôs a identificar as práticas de manejo relacionadas ao modo de produção do açaí, realizadas por produtores agroextrativistas² do estuário Amazônico. Os objetivos específicos são: (i) analisar como são realizadas as práticas do manejo do açaí por famílias agroextrativistas da região das ilhas de Belém; (ii) contextualizar a importância da produção do açaí na economia das famílias locais; (iii) identificar as dificuldades encontradas pelos produtores para produção e venda do açaí.

Assumimos que a intensidade do manejo está relacionada com a disponibilidade de mão de obra. Assim, quanto menos intenso é o manejo, menor seria a demanda por mão de obra. Possivelmente, isso também implicaria em uma menor produção de frutos de açaí e, conseqüentemente, menor renda seria obtida pela sua comercialização. Este raciocínio também se aplica à situação inversa, na qual a prática do manejo intensificado e diversificado geraria uma expectativa de maior produção e renda a partir do açaí.

Para analisar as práticas de produção do açaí realizadas por famílias agroextrativistas da região do estuário, foi selecionada a ilha do Combú, que é um distrito de Belém. Mais especificamente, foram escolhidas as comunidades situadas no entorno dos Igarapés Combú e Periquitaquara (Figura 1), onde a maioria dos ribeirinhos produz açaí comercialmente, as quais apresentam contrastes e similaridades em relação ao manejo, produção e comercialização do açaí, além da facilidade de acesso e pela proximidade entre os dois locais. A proximidade com a capital, Belém, também facilitou a logística da pesquisa. A pesquisa de campo foi realizada entre dezembro de 2017 e agosto de 2018.

² A pesquisa foi direcionada exclusivamente para os produtores agroextrativistas que realizam o manejo, produção e venda do açaí fruto.

A produção de açaí nos igarapés Combu e Periquitaquara na Ilha do Combu: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil.

FERREIRA, Marcos Paulo Lopes
SILVA, Geraldo Mosimann da

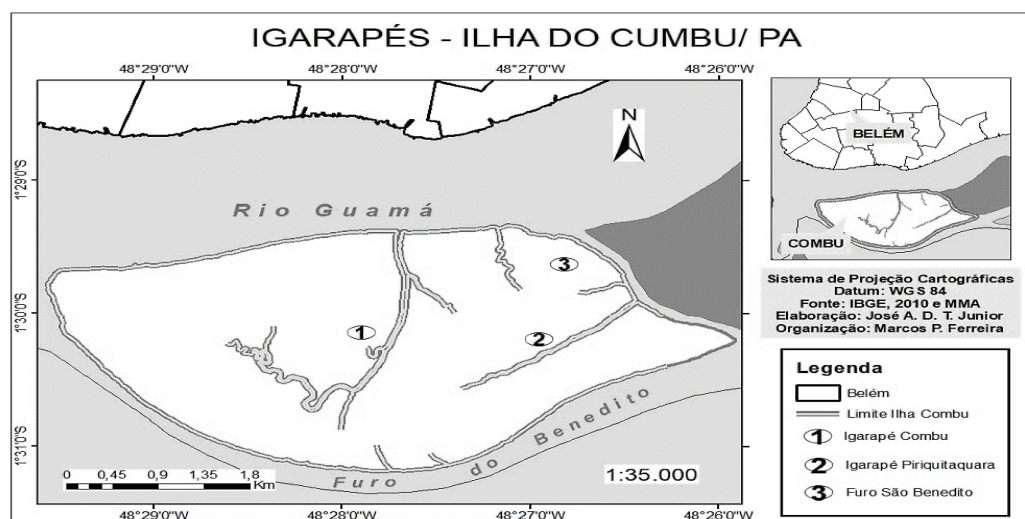


Figura 1: Igarapés Combu e Periquitaquara/PA.
Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Inicialmente, este artigo apresenta de forma breve o contexto da produção agroextrativista na Ilha do Combu, incluindo as designações territoriais ligadas à proteção ambiental, com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Ilha do Combu, e à dimensão fundiária, pela formalização do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) da Ilha do Combu.

Em um segundo momento situa-se o local pesquisado, a sua população e a subdivisão das famílias produtoras do açaí. Por fim, é analisada a percepção dos moradores da ilha no que diz respeito ao manejo e a produção do açaí, comparando-se sistemas de manejo com distintos níveis de intensidade: o manejo moderado e o manejo intensificado.

A importância da pesquisa está ligada à reflexão sobre as práticas de manejo aplicadas, relacionadas com a sua relevância para a renda das famílias locais que comercializam o açaí fruto, e das consequências para a conservação da natureza. Também, apesar da existência de um significativo corpo de literatura, o tema ainda demanda uma abordagem acadêmica aprofundada.

2. Metodologia

A metodologia se baseia em pesquisa bibliográfica, associada à pesquisa de campo, quando foram aplicados questionários às famílias produtoras de açaí. A pesquisa

tomou por base a conceituação de sistemas agrários, aplicada ao estuário Amazônico, e sobre a comercialização do açaí fruto.

Tomamos como referência o conceito de sistema agrário de Filho (1999, p.21), citado por Azevedo e Kato (2008, p.3), “O sistema agrário é um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um determinado espaço, que responde às condições e às necessidades sociais do momento”.

Em relação à comercialização de açaí, desde a década de 1990 “vem ocorrendo um aumento gradativo do mercado de frutos do açazeiro. É provável que grandes áreas do estuário amazônico sejam transformadas em estoques homogêneos de açazeiros ao longo dos cursos d’água” (Nogueira e Homma, 1998, p.17).

Quanto aos procedimentos, o passo inicial da pesquisa foi caracterizar o local e o espaço estudado, incluindo o meio físico da ilha, bem como a identificação do tipo de população residente, sua ocupação e relações sociais envolvidas com a produção de açaí. Em paralelo à pesquisa bibliográfica, foi construído o instrumento de coleta de informações (questionário, com questões abertas e fechadas). Foram incluídas perguntas direcionadas a coletar informações relacionadas à experiência com o manejo, tais como: o tempo que a produção do açaí é exercida pelos entrevistados, área total do lote, área do lote cultivada com açaí, as principais práticas de manejo do açaí, ferramentas utilizadas na produção do açaí, o tipo de manejo praticado e dificuldades encontradas no manejo do açaí. Outras informações se referem aos aspectos econômicos, tais como: as principais fontes de rendas agrícolas, o quantitativo de produção de açaí (basquetas³) e preços recebidos nos períodos de safra e entressafra, renda bruta mensal da venda obtida com o açaí e custos de produção (mão de obra externa à família, gastos com transporte). Em um segundo momento foi realizada uma visita para reconhecimento da ilha e de seus moradores, especificamente nos igarapés Combu e Periquitaquara.

Na fase seguinte foram entrevistados somente moradores que trabalham com a produção do açaí, sendo aplicados questionários apenas para um membro de cada família de produtores. Todos os dados coletados tomaram por base o ano de 2017. Foram

³ Contentor de plástico em forma retangular com abertura para aeração, utilizada para armazenamento de, em média, 14 Kg de açaí fruto (Bezerra, 2011).

realizadas onze visitas de campo ao igarapé Combú e sete à comunidade de Periquitaquara. Foram entrevistados cerca de 30% das famílias agroextrativistas nos dois locais, abrangendo 72 informantes, de um universo de 240 habitantes. Na comunidade Periquitaquara foram realizadas 32 entrevistas, de um total de 105 famílias residentes; e 40, de um total de 135 famílias agroextrativistas, na comunidade Igarapé Combú.

Os resultados obtidos nas entrevistas foram sistematizados com base na indexação das famílias pesquisadas, forma de trabalho sobre o manejo, renda, e gastos com a produção do açaí. Para consolidar os resultados foi somado o quantitativo das amostras com base em 47 perguntas aos produtores, posteriormente tabulados em planilha eletrônica e transformados em gráficos e tabelas.

2.1 Local de estudo

A ilha do Combú é a quarta maior ilha do município de Belém (DERGAN, 2006, p.15), situada na foz do rio Guamá, a apenas 1,5 km em linha reta da parte sul de Belém. A área da ilha é de aproximadamente 1.500 ha, onde hoje existem cinco comunidades: São Benedito, Paciência, Beira Rio, Periquitaquara e Combú. A população total em 2018 contava 1.464 moradores⁴.

Segundo Matta (2006, p.14), a ilha do Combú faz parte do Estuário Amazônico, formado pelo intenso processo de sedimentação e erosão que com frequência altera o leito dos rios, pela influência diária da maré combinada com alta pluviosidade. No Combú, a extensa rede hidrográfica da ilha é combinada com a alta pluviosidade, concentrada entre os meses de maio a dezembro, no verão amazônico⁵. Como afirma Matta:

A Ilha do Combú tem como característica extensa rede hidrográfica e é formada por três faixas de terra distintas, em virtude dos processos de sedimentação diários: 'várzea alta', 'várzea baixa' e 'igapó'. A rede hidrográfica do Combú mantém característica da hidrografia Amazônica formada por baías, rios, furos e igarapés. A ilha é circundada pelo rio Guamá, que inclusive banha boa parte da porção continental de Belém, furos do Benedito e da Paciência e é entrecortada pelos

⁴ Fonte: Pesquisa de campo em posto de saúde, Estratégia da Saúde da Família (ESF), na comunidade igarapé Combú, 2018.

⁵ Assim, o regime pluviométrico no Combú se diferencia daquele da capital, Belém, onde há diminuição das chuvas no período de junho a novembro (MATTA, 2006).

igarapés do Combú, Periquitaquara, Tapera e Tracuateua. O clima da ilha do Combú é equatorial, ou seja, é quente e úmido com índice pluviométrico anual de 2.500mm com temperatura média 26°C. A característica do solo da ilha é de Glei Pouco Húmido e argiloso, com baixa infiltração e relevo plano, pobre em oxigênio e nutrientes (MATTA, 2006, p.13).

Estas características, aliadas à presença de constantes inundações, permitem identificar o Combú como uma área de várzea. Essa situação dificulta o acesso e a locomoção no interior da ilha, principalmente nas partes baixas, como na comunidade de Periquitaquara, onde a maior parte das moradias, localizadas na beira do igarapé maior, está situada em área de várzea baixa.

As principais atividades extrativistas da ilha são a produção e comercialização de produtos como açaí, cacau (para transformação em chocolate e derivados), e pupunha. O açaí é o principal produto agroextrativista da ilha, de acordo com a maior parte dos ribeirinhos entrevistados, sendo o foco central desta pesquisa.

O Combú apresenta beleza natural com grande atração para o lazer e turismo, com um ecossistema exótico, com igarapés, furos, mata fechada e inúmeras espécies de animais. O ecoturismo se faz presente na ilha, com passeios fluviais, banhos de igarapé e comercialização de comidas e bebidas típicas (MATTA, 2006, p.14).

2.2 Designações territoriais para a Ilha do Combu

A Ilha do Combu recebeu duas designações territoriais, sendo uma da esfera estadual e outra da esfera federal. Ao mesmo tempo em que esta situação confere maior proteção ao ecossistema da ilha, também gera possibilidades para a produção agroextrativista. No entanto, também há conflito de competências para a gestão da ilha.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁶, a Área de Proteção Ambiental é uma categoria de Unidade de Conservação do grupo de Uso Sustentável. Uma APA abrange uma área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos

⁶ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi criado pela Lei federal nº 9.985, de 2000.

recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.

A Ilha do Combú foi transformada em uma Área de Proteção Ambiental pela Lei Estadual nº 6083, de 13 de novembro de 1997, da SEMAS (MATTA, 2006, p.17). Observando a necessidade de conservar os meios biótico e abiótico da ilha, o objetivo central era conter a derrubada predatória das palmeiras de açaí para a retirada do palmito durante o período da entressafra do fruto, que então era a principal atividade econômica da região.

A proximidade da ilha com a capital paraense, associado ao fato de alegadamente a comunidade ter solicitado a “proteção da ilha”, de certa forma contribuiu para a criação da APA, objetivando a sua conservação.

Por outro lado, a criação de Projetos de Assentamentos Extrativistas nas áreas de várzea e ilhas teve como objetivo regularizar a situação fundiária das populações tradicionais, por meio de concessão de título de uso, para o reconhecimento da posse da terra. Provendo maior abrangência para os sistemas produtivos ribeirinhos, mais tarde a figura jurídica do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) foi regulamentado pela portaria do INCRA nº 286/1996, em substituição ao Projeto de Assentamento Extrativista (PAULÍNIO, 2017, p.3).

De acordo com este autor, a regulamentação dos PAEs decorreu do termo de cooperação técnica nº 223/2005, entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), publicado no Diário Oficial da União (DOU). Considerando que as áreas ocupadas pelos ribeirinhos são de Marinha e do Patrimônio de Imóveis da União, sob a tutela da Secretaria do Patrimônio da União, logo não podem ser vendidas, alugadas, doadas, trocadas e nem ser objeto de usucapião (adquirida pelo tempo de uso), o referido termo de cooperação técnica possibilitou a emissão, pelo INCRA, do Termo de Autorização de Uso (TAU) para territórios ocupados por ribeirinhos (Portaria SPU nº 284/2005). Assim, o PAE tornou-se o principal instrumento de regularização fundiária e de reforma agrária para as comunidades ribeirinhas (PAULÍNIO, 2017, p.12).

A ilha do Combú foi enquadrada na categoria de PAE em 2006, a partir de negociações dos ribeirinhos com o INCRA e SPU, o que garantiu a segurança da posse da terra e o uso dos recursos naturais. Na época, havia 230 famílias assentadas, muitas

das quais passaram a ter acesso a recursos para reforma e construção de suas residências e também obtenção de equipamentos para trabalhar a terra (PAULÍNIO, 2017, p.13-15). No entanto, um dos grandes desafios ainda a ser equacionado nos dias de hoje, é evitar a venda de terrenos que, apesar de ilegal, é uma prática realizada por alguns moradores, conforme o relato de entrevistados.

3. O manejo do açaizeiro no contexto da produção agroextrativista

De acordo com Azevedo (2008, p. 53), o modo de produção em que populações tradicionais geralmente utilizam várias práticas de manejo (raleamento, roçagem, semeio, adubação etc.) associado às variadas intensidades é o mais indicado, tanto para os sistemas complexos como para os sistemas que se utilizam de monocultura. É, também, a forma mais sustentável de produzir os açaizais não nativos (plantados).

Em sistemas de manejo diversificado existem contribuições benéficas ao solo, tornando-o mais poroso e mais bem oxigenado, por causa do plantio de espécies com diferentes sistemas radiculares. Segundo Milto José Facco, pesquisador da EMBRAPA: “isso facilita a infiltração e o desenvolvimento das raízes, proporcionando aumento na absorção de água e nutrientes, inclusive em camadas mais profundas”. A diversificação de vegetais enriquece o solo em oxigênio.

3.1 Diferentes intensidades no manejo de açaizais

Em pesquisa realizada nas ilhas Grande e Paquetá, foram identificados três categorias de intensidade de manejo: o intensivo, caracterizado pela maior uso de mão de obra com produção exclusiva de açaí; o moderado, que apresenta a metade da exigência em mão de obra, e onde a renda da família não dependente exclusivamente do açaí. O terceiro sistema é considerado sem manejo, pois envolve apenas a extração dos frutos, sem intervenções visando aumentar a produção, e com renda familiar centrada em atividades extra lote (KATO e AZEVEDO, 2007, p. 6).

Em estudo realizado no PAE Ilha dos Mamangais, no município de Igarapé-Miri-PA, em 2013, voltado para as diferentes formas de manejo relacionadas com a diversidade florística, foram encontrados três intensidades de manejo: tipo 1: manejo leve (pouca intervenção técnica + coleta do fruto na safra); tipo 2: manejo moderado (diversas práticas + associação com outras espécies vegetais); tipo 3: manejo intensivo (intensa intervenção

no açaizal + mão de obra contratada + atividades de manejo mais intensa que nos demais tipos, com praticamente só açaí no lote). Os autores observaram que o manejo moderado representa 50% dos casos estudados, seguido pelo manejo leve, com 37%. O manejo intensivo era praticado por somente 10% dos produtores. A pesquisa concluiu que o raleamento da vegetação original e o enriquecimento com açazeiros foram as práticas que mais influenciaram na diversidade de vegetais, e aponta para uma intensificação na produção do açaí com tendência à monocultura do açaí fruto (ARAÚJO e NAVEGANTES-ALVES, 2015 p. 2).

3.2 Resultados da comunidade Periquitaquara

Na comunidade Periquitaquara foram entrevistadas 32 pessoas, uma por família, das quais 22 eram do sexo feminino e 10 do masculino, com idades entre 55 e 77 anos. A faixa etária apresentada se justifica pelo fato de não se encontrar pessoas jovens no momento da pesquisa. Esta ausência pode ser explicada por motivo de trabalho ou estudo dos mais jovens. Quanto ao tempo em que a produção do açaí é exercida por cada entrevistado, os resultados indicam que 25% trabalham há 30 anos com o açaí; 18,7%, há 35 anos; 12,5%, há 32 anos; 9,3%, há 34 anos; 6,2%, há 53 anos; 6,2%, há 50 anos; e 22,1% não souberam responder.

Dos 32 entrevistados, 75% disseram que participam de alguma associação (da igreja católica, do centro comunitário, das lanchas e barcos), e 25% não participam. Quanto à existência de trabalho em mutirão na comunidade, 59,3% pessoas responderam que há, 34,3% moradores afirmaram não existir mutirão e 6,4% não souberam responder. Quanto à área total dos lotes, incluindo residências e a área de produção de outros produtos vegetais, no momento do levantamento das informações foi considerada a área total do terreno. No lote de produção, as palmeiras de açaí aparecem em maior quantidade que os demais vegetais, ao mesmo tempo em que os açazais estão mesclados com outros vegetais, por todo o lote. Os resultados detalhados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Área total dos lotes com açaí em (M²), comunidade igarapé Periquitaquara trabalhados pela família de cada pessoa entrevistada.

ÁREA DO LOTE	% DE PRODUTORES	
Entre 50m² e 100m²	37,5%	
Entre 301m² e 500m²		25%
Entre 151m² e 200m²	15,6%	
Entre 101m² e 150m²	9,3%	
Entre 201m² e 250m²	6,2%	
Entre 251m² e 300m²	6,2%	

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

68,7% dos moradores afirmaram que seus lotes de produção são divididos em partes, enquanto 21,8% disseram que possuem um único quadro e 9,5% não souberam responder. As inundações ocorrem em 90,6% dos terrenos dos entrevistados, e 9,4% afirmaram que seus lotes não sofrem inundações. Do total de produtores, 21,8% disseram que a inundação prejudica o açaizal, 56,4% afirmaram que não prejudica e 21,8% dos entrevistados não responderam. Desse total, 59,3% não realiza drenagem, 18,7% fazem a drenagem através de valas, e 22% não responderam.

O interesse pela assistência técnica demonstra um equilíbrio entre os produtores que afirmaram já ter tido assistência técnica, e os que não a recebem: 43,7% alegaram já ter recebido assistência técnica, enquanto 56,3% nunca tiveram. Quanto ao entendimento sobre o conceito de manejo do açaí e às respectivas práticas adotadas, houve quase unanimidade em afirmar que o manejo é a forma de tratar o açaí, com debulhamento, separação e armazenamento nas basquetas para fins de comercialização. Foi observada a utilização de sete tipos de práticas de manejo (Tabela 2).

Tabela 2: Práticas de manejo do açaizal em Periquitaquara

PRÁTICAS DE MANEJO	%
RALEAMENTO DA MATA	96,8
ROÇAGEM	93,7
DESBASTE DE ESTIPES	87,5
SEMEIO	84,3
PLANTIO	78,1
ADUBAÇÃO	75,0
DRENAGEM	6,2

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

De acordo com a Tabela 2, o raleamento da mata é a prática de manejo mais utilizada pelos entrevistados, a qual consiste na derrubada de árvores para as quais se assume que tenham pouco valor econômico ou que produzem muito sombreamento, já que a pouca incidência de raios solares prejudica a produção, interferindo na quantidade e tamanho dos cachos de açaí fruto (AZEVEDO, 2005, P.59-60).

A roçagem é a segunda prática mais utilizada pelos ribeirinhos, com pouco mais de 90%. Na sequência, temos o desbaste de estipes, o semeio, o plantio, a adubação e, por fim, a drenagem, com somente 6,2%. A baixa proporção de ribeirinhos que fazem a drenagem se explica pelo fato de a maior parte acreditar que a inundação não prejudica a plantação do açaizal.

Dentre as ferramentas mais utilizadas para fins de manejo, 90,6% dos produtores utilizam o facão, 28,1% utilizam o machado e somente 12,5% utilizam roçadeira mecânica. Sobre a origem das sementes do açaizeiro, 100% afirmaram que é no próprio local que conseguem as sementes. 75% afirmaram que fazem adubação e os mesmos declaram que o adubo é totalmente orgânico.

O tipo de açaí cultivado em Periquitaquara em grande parte é o preto, utilizado por 90,6% das famílias. Os 9,4% que produzem o açaí branco não o fazem para fins de comercialização. Cerca de 78,1% dos pesquisados relataram que as dificuldades para realizar a produção estão relacionadas com a prática de subir no açaizeiro, para a colheita, principalmente no período chuvoso, e 21,9% não souberam responder.

Quanto às práticas no preparo do açaí para a comercialização, todos fazem o debulhamento, separação e seleção. Neste caso separa-se o açaí verde (dos cachos parol⁷) dos maduros para o consumo, que são armazenados em basquetas para a venda. Grande parte da produção é vendida no Porto da Palha, fato afirmado por 75% produtores e 25% não responderam. Quando perguntados se o açaí era a principal fonte de renda, 84,3% dos entrevistados disseram que sim e 15,7% das pessoas afirmaram que o açaí não é a principal fonte de renda. A maioria dos entrevistados (78,1%) faz extração do palmito, com apenas 21,9% dos produtores afirmando não fazer. Em termos das principais fontes de geração de renda familiar, cerca de 47% dos produtores trabalham apenas com o açaí

⁷ Diz-se do cacho de açaí que ainda não está totalmente maduro, parte está preta e outra verde. (<https://artepapaxibe.wordpress.com/dicionário>).

como meio de renda extrativista, 28% também praticam a pesca somente para consumo e 9% pescam camarão para venda; a venda de outras frutas nativas também tem alguma significância na geração de renda (Figura 2).

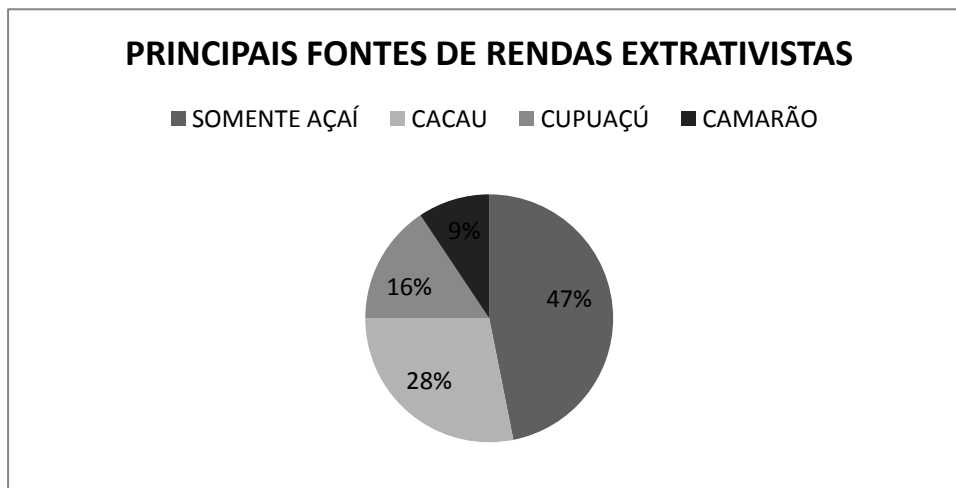


Figura 2: Principais fontes de renda extrativistas em Periquitaquara.
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

No que diz respeito à renda não agrícola, 34,3% moradores afirmaram ser aposentados e 9,3% disseram que possuem comércio. Cerca de 15,6% dos entrevistados vivem com menos de um salário mínimo, 53,1% sobrevivem com um salário mínimo e 31,3% dos entrevistados não souberam responder.

Quanto ao número de basquetas vendidas, 46,8% de produtores de açaí informaram que vendem cerca de 80 basquetas por mês no período da safra e 53,2% pessoas não souberam responder. No período de entressafra, 31,2% dos produtores vendem cerca de 5 basquetas por mês, 21,8% vendem 6 basquetas, 28,1% vendem 7 basquetas no mês e 18,97% afirmaram vender cerca de 8 basquetas.

Durante a pesquisa verificou-se que há variação no preço da basqueta do açaí para venda de acordo com os informantes e com a época. Em 2017, no período de safra, 37,5% dos produtores venderam a basqueta entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00, cerca de 25% vendem a valores que variam entre R\$ 50,00 e R\$ 60,00 e 37,5% não responderam. No período de entressafra ocorreu um aumento nos valores das basquetas para cerca de R\$ 200,00, informado por 21,8% dos produtores de açaí.

Houve divergências quanto aos meses exatos que cobrem o período de safra: 50%

produtores disseram que se inicia no mês de maio e prossegue até o mês de outubro, e 43,7% dos pesquisados alegaram que a safra começa no mês de junho e segue até o mês de setembro. Do total, 6,3% não souberam responder. O período de entressafra se dá entre os meses de outubro a maio para cerca de 56,2% dos moradores, 31,2% dos produtores alegaram que vai de novembro até abril, e 12,6% das pessoas não souberam responder.

O meio de transporte próprio é utilizado por 84,3% dos produtores, e somente 15,7% das famílias pagam transporte para levar o açaí até o Porto da Palha. Quem paga transporte para seguir para o porto gasta cerca de R\$ 4,00 por basqueta de açaí.

Quando perguntados se existe algum projeto voltado para a melhoria na produção do açaí⁸, 31,3% dos produtores responderam que sim, que pretendem ampliar sua produção e 68,7% afirmaram não ter projeto algum voltado para a melhoria ou aumento na produção do açaí.

Apenas 12,5% dos produtores afirmaram ter acesso ao financiamento da produção, enquanto 87,5% não foram apoiados por conta das dificuldades de acesso ao crédito. Do total de 32 produtores entrevistados, 84,3% paga mão de obra de terceiros para o processo de extração do açaí e 15,7% fazem o trabalho somente com mão de obra própria. A perda da produção no período de safra é de cerca de 4 basquetas ao mês de acordo com 34,3% produtores, e de uma basqueta para 21,8% dos produtores. Essa perda é referente ao açaí impróprio para o consumo, tipo verde, parol, seco.

Grande parte dos entrevistados (68,7%) não possui cacau como meio de renda, contrastando com 31,3% dos entrevistados que afirmaram o contrário. Dos entrevistados, 75% não possuem consórcio com cacauzeiros (*Theobroma cacao* L.). Por fim, quando perguntados se praticam a pesca, 50% dos ribeirinhos disseram que sim, mas que a mesma é direcionada para consumo próprio. Apenas 12,5% pessoas praticam a pesca também para a venda.

⁸Conceituamos “projeto voltado para a melhoria na produção do açaí” como a intenção do entrevistado em adotar técnicas agrícolas associadas a investimentos voltados para a intensificação da produção envolvendo exclusivamente o aumento do plantio de palmeiras de açaizeiros e conseqüentemente uma maior produção de cachos de açaí fruto.

3.3 Resultados da comunidade igarapé Combu

A pesquisa foi realizada com 40 moradores, um por família, sendo 26 pessoas do sexo masculino e 14 do sexo feminino, com idades variando entre 24 e 79 anos. Quando perguntados se participam de associação, 62,5% disseram não participar de nenhuma associação e 17,5% afirmaram que sim, sendo que essas associações são da igreja católica, da assembleia de Deus, do centro comunitário e dos barqueiros. 20% não souberam responder.

Sobre a existência de trabalho em mutirão na comunidade, 35% afirmaram que há, 55% que não e 10% não souberam responder. Quanto ao tempo que trabalham com o açaí, 35% pessoas responderam que trabalham entre 10 a 30 anos, 25% das pessoas afirmaram trabalhar entre 31 e 50 anos, 17,5% estão entre 51 a 70 anos que trabalham com o açaí, sendo que 22,5% não responderam.

A variação no tamanho do lote de produção familiar é apresentada na tabela 3.

Tabela 3: Área total dos lotes com açazeiros em (M²), comunidade igarapé Combu trabalhados pela família de cada pessoa entrevistada

VARIAÇÃO DO TAMANHO DO LOTE	QUANTIDADE DE PRODUTORES QUE POSSUEM ESSA ÁREA EM %
Entre 141m² e 200m²	35%
Não souberam responder	35%
Entre 201m² e 300m²	15%
Entre 301m² e 400m²	10%
Entre 401m² e 474m²	5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Percebemos que existem variações quanto ao tamanho dos lotes que pouquíssimos (5%) possuem lotes acima de 400 m², enquanto que somente 10% figuram entre os que possuem lotes entre 300 m² e 400 m², há um pequeno aumento percentual de pessoas que afirmaram ter os lotes entre 201m² e 300 m² e damos destaque para a maioria (35%) em que seus lotes não passam dos 200 m².

Grande parte dos entrevistados (77,5%) afirmou que seus lotes de produção ficam em um único quadro, e 22,5% disseram que seus lotes são divididos em partes. 32,5% afirmaram que seus açazeiros não ficam inundados, 30% disseram que seus lotes sofrem inundações e 25% alegaram que as inundações só ocorrem no mês de março. 20%

disseram que a inundação prejudica o açaizal e 80% acreditam que não prejudica. Cerca de 98% dos produtores de açaí entrevistados não recebem qualquer tipo de assistência técnica enquanto somente 2% (uma pessoa) ainda está aguardando ser aprovada a solicitação de assistência técnica para o cacau. Somente uma pessoa aderiu ao PRONAF⁹, enquanto 97,5% não aderiram.

A maioria (87,5%) disse entender que o manejo do açaizal é o processo pelo qual se cultiva, se extrai, limpa, corta e faz o raleamento (retirada dos demais vegetais próximos aos açazeiros, para facilitar a entrada de luz solar) e 12,5% não souberam responder. Das práticas de manejo observadas na comunidade igarapé Combú (Figura 4), 95% dos produtores fazem o plantio, 45% dos produtores fazem o semeio, 97,5% trabalham com roçagem, 7,5% realizam a drenagem do terreno de produção de açaí, através de abertura de valas ou valetas, enquanto 92,5% não realizam drenagem. 17,5% fazem a adubação, 77,5% trabalham com o raleamento e 77,5% fazem o desbaste de estipes.

Tabela 4: Práticas de manejo dos açaizais no igarapé Combu

PRÁTICAS DE MANEJO	%
ROÇAGEM	97,5
PLANTIO	95,0
DESBASTE DE ESTIPES	77,5
RALEAMENTO DA MATA	77,5
SEMEIO	45,0
ADUBAÇÃO	17,5
DRENAGEM	7,5

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As ferramentas mais utilizadas são facão (82,5% dos entrevistados), foice 15%, machado 7,5% e roçadeira mecânica 40%. Cerca de 52,5% fazem o adensamento de plantas, com 80,9% dos produtores realizando o plantio por mudas, 19% fazem o plantio por sementes e 47,5% não fazem nenhum tipo de adensamento ou plantio. Geralmente o açaí produzido para comercialização é o preto, mas com 80% produzindo o açaí preto e também o branco, e 20% produzem somente o açaí preto. Todos afirmaram que o adubo é originado do próprio local, ou seja, é produzido pelos próprios agricultores, com 80% afirmando que o adubo é nativo orgânico e 20% não responderam.

⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ver Bianchini, (2015).

As dificuldades no modo de produzir, relatadas pelos produtores do igarapé Combú, são: subir na palmeira para retirar os cachos de açaí, 55%, limpar o terreno, 15%, retirar o palmito, 10%. Para 20% não existe dificuldade alguma no processo de coleta do fruto. Quanto às práticas de produção, todos foram unânimes em afirmar que realizam o debulhamento, seleção e armazenamento nas basquetas para comercialização. A maior parte da produção (87,5%) do açaí é vendida no porto da Palha, seguida de 10% que vendem no porto da Conceição e 2,5% dos produtores vendem no Ver-o-Peso.

Cerca de 87,5% disseram que o açaí é sua principal fonte de renda e 12,5% afirmaram que possuem outros meios de renda. Quanto à extração do palmito do açaizeiro, 55% afirmaram extrair e 45% disseram não extrair o palmito. Encontramos 56% dos produtores que têm sua renda relacionada com a venda do açaí, 14% trabalham também com a venda de cacau, 11% com a pupunha (*Bactris gasipaes* H.B.K.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum.) 10%, camarão 6%, manga 3% (Figura 3). As rendas dos principais produtos extrativistas, com exceção do açaí, variaram entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00 por mês.

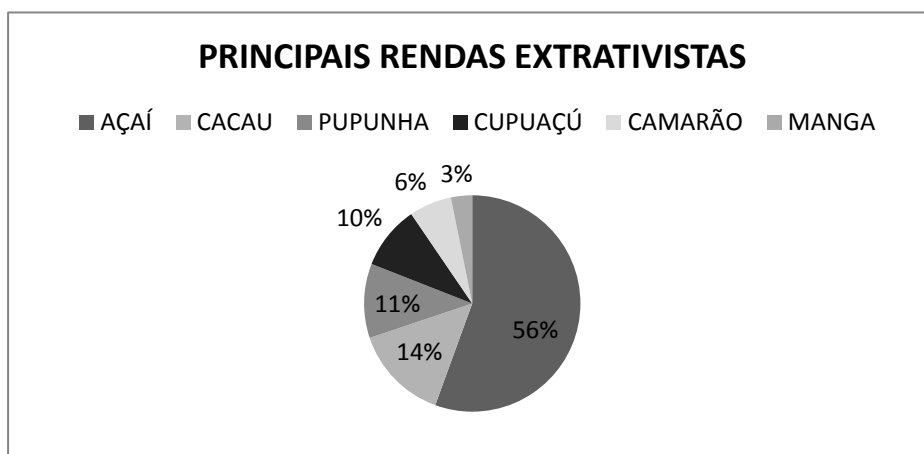


Figura 3: Principais rendas extrativistas da comunidade Combu.
Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Quanto à renda não agrícola, 65% dos entrevistados disseram ter outras rendas não extrativistas. A faixa salarial é de menos de um salário mínimo para 12,5%, cerca de 37,5% recebem um salário mínimo, 17,5% ganham mais de um salário mínimo e 32,5% não responderam. Em 2017, a produção total anual foi de 12.960 basquetas, o que

representa 181.440 kg de açaí fruto. A produção mensal média no Igarapé Combu foi de cerca 1.080 basquetas (Quadro 1).

O preço da basqueta referente ao ano de 2017 variou, no período da safra, de R\$ 40,00, R\$ 50,00, R\$ 60,00, R\$ 70,00, R\$ 80,00, R\$ 90,00 até R\$ 120,00, ficando em média a R\$ 70,00. É mais comum os produtores trabalharem com a venda de basquetas do que com a venda por baldes¹⁰, entretanto 7,5% alegaram vender o balde do açaí em média a R\$ 30,00 reais. Na entressafra, o valor das basquetas geralmente aumenta e os valores recebidos pelos produtores variaram entre R\$ 90,00, R\$ 150,00, R\$ 200,00 e R\$ 250,00. O total de basquetas vendidas no período de safra e entressafra varia, bem como a renda bruta média derivada da venda de açaí, nos períodos de safra e entressafra, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 01: Produção e renda bruta média mensal da venda de açaí, comunidade Combu, em 2017.

QUANTIA MENSAL (BASE 30 DIAS) / ÉPOCA	NÚMERO DE BASQUETAS DE AÇAÍ VENDIDAS POR DIA	% PRODUTORES	RENDA BRUTA MÉDIA MENSAL COM A VENDA DO AÇAÍ COM BASE NA MÉDIA DOS PREÇOS (R\$)
SAFRA			
90 BASQUETAS	3	37,5%	6.300,00
120 BASQUETAS	4	25%	8.400,00
150 BASQUETAS	5	15%	10.500,00
180 BASQUETAS	6	12,5%	12.600,00
300 BASQUETAS	10	10%	21.000,00
ENTRESSAFRA			
30 BASQUETAS	1	60%	5.100,00
60 BASQUETAS	2	25%	10.200,00
150 BASQUETAS	5	15%	25.500,00

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

A seleção dos frutos próprios para o consumo sempre implica em perdas. Assim, 67,5% dos produtores afirmaram que perdem uma basqueta por dia durante a safra. No

¹⁰ Contentor plástico de forma cilíndrica com capacidade máxima para armazenar até 7 Kg de açaí fruto. A basqueta é mais utilizada, por possuir maior capacidade de armazenamento e valor mais alto do que o balde.

período de entressafra, 62,5% disseram que perdem meia basqueta por dia e 32,5% não souberam responder.

O período de safra é bastante variável, segundo os moradores. Uns afirmam que vai de março a agosto, outros de junho a setembro, porém outras ainda disseram que vai de julho a outubro e de janeiro a dezembro. A entressafra também varia, com alguns alegando que vai de setembro a fevereiro, enquanto outros mantêm que vai de outubro a maio e de novembro a junho.

A maioria dos produtores de açaí (85%) possui transporte próprio, com somente 5% pagando para transportar o açaí até os portos, além de 10% que não responderam. Os produtores que gastam com o transporte afirmaram que o custo de cada viagem para o porto é de R\$ 20,00.

Cerca de 30% pretendem implementar um projeto voltado para o aumento da produção de açaí, e 70% não tem projeto algum para a manutenção ou aumento na melhoria da produção do açaí. Sobre a quantidade de pés de cacau, 52,5% não souberam responder enquanto 47,5% possuem quantidades variáveis de pés de cacau: 60 pés, 200 pés, 300 pés, 600 pés e 3000 pés. Quanto ao consórcio de cacau com açaí, 62,5% afirmaram possuir esse tipo de consórcio e 37,5% disseram não possuir consórcio.

4. Considerações finais

Nas comunidades do Igarapé Combú e Periquitaquara, na Ilha do Combú, o açaí é a principal fonte de renda para 86% dos entrevistados, contribuindo com 72,3% da renda bruta agroextrativista na safra. Pouco mais da metade dos produtores agroextrativistas (51,3%) em Periquitaquara e Combú trabalham somente com a venda do açaí. Em seus lotes de produção existem, mesclada ao açaizal, uma diversidade de vegetais, geralmente frutos como coco (*Cocos nucifera* L.), goiaba, cacau, entre outros, de importância nutricional e comercial.

As práticas de manejo observadas nas duas comunidades, são: plantio, semeio, limpeza dos açaizais, colheita, raleamento da mata, desbaste de estipes e drenagem. Note-se que nem todos os entrevistados realizam o plantio (neste caso, só realizam a colheita do açaí nativo, não plantado) e a drenagem. Praticamente todo o processo do plantio, extração e armazenamento ocorre de forma manual, com base em tecnologia simples.

A roçagem, o raleamento da mata, o plantio e o desbaste de estipes são as práticas de manejo mais comuns verificadas nestas duas comunidades. As práticas de preparo para a comercialização são: debulhamento, seleção, armazenamento, transporte e venda. Os produtores intensificam o emprego de mão de obra no manejo do açaí principalmente no período de safra, contratando mão de obra de terceiros.

Embora haja variação na adoção das práticas de manejo do açazal, a drenagem chama a atenção, por ser praticada por apenas cerca de 20% dos produtores, nas duas comunidades. Este fato tem relação com particularidades microambientais de cada quadro de açazeiros, mas também denota uma preocupação conservacionista: dentre os produtores de açaí da Ilha do Combú a realização de prática de drenagem é polêmica, com produtores a defendendo e outros condenando, por receio de danos aos açazais e ao ambiente em geral. Os produtores das duas comunidades que não fazem a drenagem do açazal são cerca de 80%, os quais acreditam que a prática traz malefícios ao açazal.

Apesar dos 80% dos produtores não informar que tipo de males a drenagem causa ao açazal, de acordo com Nogueira, Figueiredo e Muller (2005, p.19,51) “o açazeiro desenvolveu mecanismos de adaptações morfológica e anatômica, devido ao regime de inundações nas áreas de várzeas baixas e altas”, “esses tipos de solo (de várzea), mesmo não apresentando boas propriedades físicas, mantém elevada fertilidade, por causa das sucessivas deposições de sedimentos, e pH de 4,5 a 5,5¹¹”. Assim, interpretamos que as consequências da prática da drenagem seriam irrelevantes para a fertilidade química do solo.

Já no caso dos 20% dos produtores que acreditam que a drenagem do açazal é importante, esta percepção pode estar relacionada ao que afirmam Nogueira, Figueiredo e Muller (2005, p.47) sobre a densidade de plantas em função do nível das águas das marés: “Em condições naturais, a densidade de açazeiros nas populações nativas é maior nos solos de várzea alta, seguida das de várzea baixa; nos igapós, as populações de açazeiro são menos densas, havendo também considerável redução no número de perfílios”. Em suma, quanto mais sujeito à alagação o solo estiver, menor é a densidade do açazal, o que tem relação com a produtividade de áreas em diferentes porções da paisagem nas várzeas do

¹¹ Os gleissolos predominantes em várzea baixa são pouco profundos, mas têm boa fertilidade natural, em decorrência da deposição de detritos contidos em suspensão nas águas das marés.

estuário amazônico. Estas feições geomórficas e botânicas influenciam as práticas de manejo realizadas pelos produtores.

A intensidade do manejo observado nas duas comunidades pode ser considerada intensiva ou alta, no período da safra. Em comparação ao manejo de pequena e média intensidades, há a utilização de muita mão de obra, o que colabora para uma produção maior de açaí fruto. No período de entressafra, o manejo utilizado é o leve, caracterizado pelo emprego de pouca intervenção técnica e baixa coleta. Este resultado concorda com as conclusões de pesquisas realizadas na ilha de Mamangais (ARAÚJO e NAVEGANTES-ALVES, 2015 p. 2).

Na produção com manejo intenso incluindo as sete práticas (plantio, semeio, roçagem, drenagem, adubação, raleamento da mata, desbaste dos estipes, associadas a limpeza de 6 em 6 meses), percebe-se nas duas comunidades uma produção média de cerca de 1.160 basquetas de açaí fruto por mês. Por outro lado, os produtores que afirmaram fazer somente o raleamento da mata e roçagem produzem entre 20 e 32 basquetas mensais no período da safra.

No período de safra, o açaí é a principal fonte de renda agroextrativista dos ribeirinhos pesquisados na Ilha do Combú, contribuindo com cerca de R\$ 2.700,00 mensais de renda bruta para os produtores de Periquitaquara e R\$ 4.500,00 para os produtores do igarapé Combú. Há venda média mensal de 90 basquetas em Periquitaquara e 150 basquetas vendidas pelos produtores do Combú. A maior parte da comercialização do açaí é realizada no Porto da Palha, com um pequeno número vendendo no Ver-o-Peso e no Porto Conceição.

Os produtores de açaí foram unânimes em relatar que durante o período entressafra, entre os meses de novembro a junho, a produção de açaí fruto é bem menor, acarretando menor produção e, conseqüentemente, uma queda nas vendas e um aumento no preço. Sendo assim, confirma-se a estratégia de sobrevivência extrativista, em conformidade com Azevedo e Kato (2008, p.3): “O sistema agrário constitui a exploração do meio dentro de um sistema de forças de produção que corresponde às condições e necessidades sociais do momento”.

Os resultados da pesquisa apontam que, apesar do Igarapé Combú e Periquitaquara serem comunidades vizinhas, localizadas em uma ilha com área

A produção de açaí nos igarapés Combu e Periquitaquara na Ilha do Combu: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil.

FERREIRA, Marcos Paulo Lopes
SILVA, Geraldo Mosimann da

relativamente pequena, os objetivos econômicos do manejo de açaizais são distintos e as respectivas estratégias adotadas pelas famílias de produtores, embora semelhantes, apresentam variações. Também, há indícios de que diferenças ambientais entre as áreas de produção de açaí nos dois igarapés também têm um papel importante na seleção de práticas de manejo.

Em conjunto, estas evidências apontam a necessidade de melhor compreender os motivos que embasam as decisões econômicas e a adoção de práticas de manejo específicas – incluindo sua variação ao longo do tempo. Estes aspectos podem ser aprofundados em pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, César Teixeira Donato de; NAVEGANTES-ALVES, Livia de Freitas. **Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (*Euterpe Oleracea* Mart.) no estuário Amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas.** Revista Brasileira de Agroecologia Rev. Bras. de Agroecologia. 10(1): 1 2-23 (2015) IISSN: 1 980-9735. P.2, dez.2018.

AZEVEDO, James Ribeiro de apud KATO, Osvaldo Ryohei. **Sistema de manejo de açaizais nativos praticado por ribeirinhos das ilhas de Paquetá e ilha grande.** Virtual Books, 2008. Disponível em <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=>> acesso em: 30 set. 2018.

AZEVEDO, James Ribeiro de. **Tipologia do sistema de manejo de açaizais nativos praticados pelos ribeirinhos em Belém Pará.** 2005. 53 f. dissertação (mestrado em agriculturas Amazônicas). UFPA 2005.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF 1995-2015: avanços e desafios.** Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível <em www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_anos_VALTER_BIANCHINI.pdf> Acesso em 10 de jul. de 2019.

BRILHANTE GAMA, Ivanildo José. **Etnomanejo do açaí e etnodesenvolvimento: Pesquisa-ação nas comunidades São Raimundo e São Benedito, ilha do Gurupá/Gurupá/PA.** 2017. 19 f. Monografia (Graduação em Etnodesenvolvimento) - Universidade Federal do Pará 2017.

DERGAN, Barbosa, João, Marcelo. **História, memória e natureza: As comunidades da ilha do Combú-Belém-Pa.** 2006 Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Pará, 2006. Disponível <em www.pibic.ufpa.br/relexportais/8467526pdf.>

A produção de açaí nos igarapés Combu e Periquitaquara na Ilha do Combu: uma análise sobre as práticas de manejo, Pará, Brasil.

FERREIRA, Marcos Paulo Lopes
SILVA, Geraldo Mosimann da

FACCO, José, Milton. **Por que o produtor deve rotacionar ou diversificar culturas?** 2018. Disponível em: <<https://www.portalsyngenta.com.br/noticias-do-campo/por-que-o-produtor-deve-rotacionar-ou-diversificar-culturas>>. Acesso em 10 de jul de 2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Tabela 289: Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289#resultado>> Acesso em 07 de Nov de 2018.

MATTA, Raimundo Alberto de Athayde. **Espacialidade e sustentabilidade na ilha do Combú: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local. 2006** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, 2006.

NOGUEIRA, Oscar Lameira e HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; **Análise econômica de sistemas de manejo de açaizais nativos no estuário amazônico. Belém-Pará, p. 17, jun. 1998.**

NOGUEIRA, Oscar Lameira e HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Sistemas de produção açaí** vol. 4. Virtual Books, 2005. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br>>. acesso em: 07 de ago. 2019.

SOUZA, A.L., Paulino, G. S. **Assentamentos Agroextrativistas na Região Metropolitana de Belém. Belém: UFPA, 2017.** Acesso em 22 de jun. de 2018.

TAVARES, G. dos S. HOMMA A. K. O. MENEZES de, A. A. E. J. **Comercialização de polpa de açaí no Estado do Pará** In: SIMPÓSIO SOBER NORTE, 1., 2017, Belém, PA. Anais... Belém, PA: SOBER NORTE, 2017. Belém-Pará, jun. 2017 p. 1-2.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , nº 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

Quarta baliza do agroextrativismo no estuário do rio Amazonas: da luta pela terra à consolidação da economia do açaí

The fourth goal of agro-extractivism in the Amazon river estuary: from the struggle for land to the consolidation of the açaí economy

Carlos Augusto Ramos, Engenheiro Florestal, UFRA, pantojaramos@gmail.com;

Ana Margarida Castro Euler, Doutora, EMBRAPA, Professora Colaboradora do Curso GESAM/UFPA, ana.euler@embrapa.br

Resumo

Este artigo analisa os ciclos do desenvolvimento rural dos assentamentos agroextrativistas do município de Afuá durante o período de 1980 à 2019, dividindo-os em três balizas. Passadas quase quatro décadas, quais foram os ganhos socioeconômico das famílias? Qual a importância dos produtos florestais na vida dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas? Buscamos responder essas perguntas tendo como base estudo diagnóstico realizado pela Embrapa Amapá e Pnud, em parceria com as associações locais, no Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Meio, localizado no município de Afuá-PA. O estudo contou com 135 famílias informantes, que participaram de entrevistas com uso de formulários semi-estruturados e oficinas participativas. Foram levantadas informações relacionadas à segurança quanto a posse da terra, uso dos recursos naturais, acesso às políticas públicas e geração de renda do agroextrativismo. Os resultados mostram que a mobilização e organização social/sindical entorno da luta pela terra (década de 1980), a criação dos assentamentos (2007) e a emergência do mercado do açaí proporcionaram o florescimento de uma nova classe média rural que tem no açaí produto que responde por cerca de 90% da renda familiar. Porém, embora a renda média esteja acima dos índices limites estabelecidos para a situação de extrema pobreza, essas famílias

Abstract

This paper analyzes the rural development cycles of the agro-extractive settlements located in Afuá during the period of 1980 to 2019, divided into four periods. After almost four decades, we pose the following questions: what were the socioeconomic gains for families? What is the importance of forest products within the livelihood systems of agro-extractivist workers? We sought to respond to these questions using as a base, a diagnostic study conducted by Embrapa and Pnud in collaboration with local associations in the Ilha do Meio Agro-Extractivist Settlement Project, Afuá-PA. The study included 135 informant families who partook in participatory workshops and semi-structured interviews, where forms with closed and open questions were used. Using these methods, we documented information related to land tenure security, natural resource use, access to public policies, and income earned through agro-extractivism. Results showed that land struggles by the rural trade union organization (1980s), land settlement creation (2007), and the emergence of the açaí market have led to the emergence of a new rural middle class, for which açaí accounts for about 90% of families' income. Even though the average income of these families is well above the limits defining extreme poverty, they are still vulnerable given a lack of basic services (health, sanitation, energy) in the local and their

permanecem vulneráveis devido à ausência de políticas públicas básicas (saúde, saneamento, energia), dependência exclusiva de um único produto, as oscilações de preço e a dificuldade de planejamento financeiro para enfrentar o período de entressafra. A direção da quarta baliza, o futuro desejado, dependerá do equilíbrio entre tradição e cultura comunitária e fatores externos como mercado e cenário político.

Palavras-chave

Socioeconomia; Açaí; Estuário amazônico.

dependence on a single product, which suffers considerable prices variations. They also face difficulties conducting financial planning for the non-harvest season. The fourth goal of agro-extractivism, for a desirable future, thus depends on the equilibrium between tradition and the culture of the community, as well as external factors like the market and larger political scenario.

Keywords

Agro-extractivism; Açaí; Amazon estuary.

1. Introdução

O estuário amazônico, que compreende à área de influência das marés vindas do oceano Atlântico, desde a foz do rio Amazonas até o município de Óbidos, é região com uma das maiores biodiversidades do planeta. Abrange a costa amapaense, a microrregião paraense do Marajó, Rio Pará, Baixo Tocantins e Baixo rio Guamá. O estuário amazônico é um território coberto por florestas de várzea, campos inundáveis, manguezais, onde habitam populações tradicionais cujos meios de vida e cotidiano tem relação de estreita dependência dos rios, igarapés e marés.

Um dos municípios localizados nessa extensa região estuarina é Afuá, com uma população de 38.863 habitantes (IBGE, 2018), uma área de 837 mil de hectares (IBGE, 2018) e 99% de suas florestas estão conservadas (Inpe, 2017). Neste município está sendo implementado o projeto Bem Diverso, executado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), em parceria com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Afuá, associações de moradores dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do estado do Pará e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF – sigla em inglês). O projeto se propõe a conservar a biodiversidade em paisagens de múltiplos usos no território do Marajó por meio do fortalecimento das políticas públicas, da promoção do manejo sustentável e da cidadania. O município de Afuá, dividido ao meio por uma das maiores baías marajoaras, o Canal do Vieira, tem o agroextrativismo

como principal meio de vida e a coleta dos frutos de açaí seu destaque socioeconômico. Segundo IBGE, em 2017, movimentou 20 milhões de reais, 19% da receita gerada no Marajó, 640 mil rasas¹ comercializadas. Apesar de possuir abundância em recursos naturais, possui um dos Índices de Desenvolvimento Humano - IDHs mais baixos do Pará (0,489) e 87.28% da população encontra-se em situação de vulnerabilidade à pobreza (IBGE, 2010).

Nos anos 1980 e 1990, a organização social do campesinato afuaense se fortaleceu, tendo a luta pela terra como uma das suas principais bandeiras, culminando com a criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá, em 1984. Nos anos 2000, mais propriamente em 2007, são criados no município os primeiros Projetos de Assentamento Agroextrativistas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Nesta mesma década são criadas as associações dos PAEs, os extrativistas têm direito ao acesso ao Programa Nacional de Crédito Rural (Pronaf), ao Bolsa Verde (Lei 12.512/2011) e ao Bolsa Família (Lei 10.836/2004). Paralelamente a isso, o açaí que era um produto de consumo regional, ganha o mercado nacional e internacional, mudando a dinâmica socioeconômica das ilhas de todo o Território do Marajó.

Passados 12 anos da conquista da terra, quais foram os ganhos socioeconômicos das famílias? Qual a importância dos produtos florestais na vida dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas? Até que ponto a segurança das posses, que se deu com o acesso a Relação de Beneficiários (RB) do Incra e aos Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) emitidos pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU), garantiu o acesso às políticas públicas de fomento a agricultura familiar? É possível um modelo de produção baseado na coletividade atingir bem-estar social em uma economia de mercado? Essas são algumas indagações que este artigo procura analisar a partir do estudo diagnóstico realizado no Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Meio, Afuá-PA.

¹ Medida local que se refere a uma cesta de 14 kg de açaí

2. Metodologia

2.1. Localização da área de estudo: PAE Ilha do Meio

O Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Meio (Afuá - PA) foi criado em 2008 como resultado de uma longa história de organização social através da luta sindical para enfrentar conflitos agrários que marcaram essa região nos anos 1980 (CPT, 1988). Está situado no intrincado de ilhas, rios, furos e igarapés da Mesorregião do Marajó, microrregião dos Furos de Breves. De acordo com o Incra (BRASIL, 2008; 2019), o PAE possui 26.390,76 hectares, com 480 habitantes, divididos segundo a organização social, em 3 setores: Açaituba, Moura e Fábrica.

Sobre a estrutura da floresta, predominam na Ilha do Meio as florestas de várzea, formações mais baixas e abertas quando comparadas às matas primárias de terra firme, com altura entre 20 e 25 metros (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1998). Na descrição feita pela Aproja (2003) para a região do Itatupã, município de Gurupá, vizinho de Afuá onde se encontra a Ilha do Meio, as várzeas locais apresentam como subtipos florestais predominantes: a) Açaizais: formadas predominantemente por palmeiras da espécie *Euterpe oleracea* Mart., seguindo adjacentes dos cursos d'água; b) Buritizais: formados em sua maioria pela espécie *Mauritia flexuosa* L., onde normalmente o terreno é bem mais alagável; c) Pracuubais: subtipos de rara ocorrência na região, são formados por árvores de maior porte, como a pracuúba (*Mora paraensis* Ducke), a muiratinga (*Olmedia caloneura* Huber), e o pau-mulato (*Calicophyllum spruceanum* Benth) etc. d) Igapós: localmente denominados de “centros”, são formados por espécies florestais adaptados a esse ambiente permanentemente alagado, inclusive também por açaizais, caracterizados por pouco perfilhamento e diâmetros maiores.

2.2. Método de coleta de dados

Para a análise da situação socioeconômica, ambiental e das políticas públicas da Ilha do Meio nos dias atuais e sua relação com a luta pela terra, este estudo seguiu as seguintes etapas: a) Mobilizações e reuniões de apresentação do projeto Bem Diverso, da equipe, dos objetivos e resultados esperados, como etapa para a obtenção do consentimento prévio e informado das comunidades; b) Realização de oficinas RADAR Comunitário como diagnóstico rápido participativo da situação de bem viver das

comunidades; c) Entrevistas com famílias da Ilha do Meio distribuídas entre os setores Fábrica, Açaituba e Moura; d) Localização das famílias entrevistadas e e) Oficinas de restituição para apresentação dos resultados, discussão e validação das informações obtidas.

2.2.1 Entrevistas com famílias da Ilha do Meio

As famílias foram selecionadas a partir de sua participação nas oficinas RADAR Comunitário e demonstração de interesse. A intensidade de amostragem seguiu a representatividade das comunidades em relação a distribuição das famílias no PAE Ilha do Meio, 70% Açaituba, 20% do setor Moura e 10% da região Fábrica. A amostragem envolveu 135 famílias, 28,3% das famílias registradas na relação de beneficiários do Incra. Todas as famílias foram consultadas sobre seu interesse em participar na pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Prévio e Informado – TCPI.

As entrevistas foram realizadas com o uso de formulário semi-estruturado, com três (03) equipes de entrevistadores para as regiões Açaituba, Fábrica e Moura. As perguntas feitas aos entrevistados abrangeram aspectos relacionados a: a) Dados territoriais – localização geográfica, situação fundiária e os documentos comprobatórios das famílias; b) Dados de produção da agricultura familiar – produção, produtividade, renda, acesso a mercados institucionais etc..) Dados da produção e comercialização florestal – produtos florestais manejados e comercializados, principais geradores de renda da floresta; d) Dados de acesso as principais políticas públicas destinadas a agricultura familiar. As informações obtidas foram sistematizadas em planilhas e analisadas com o uso do programa Excel.

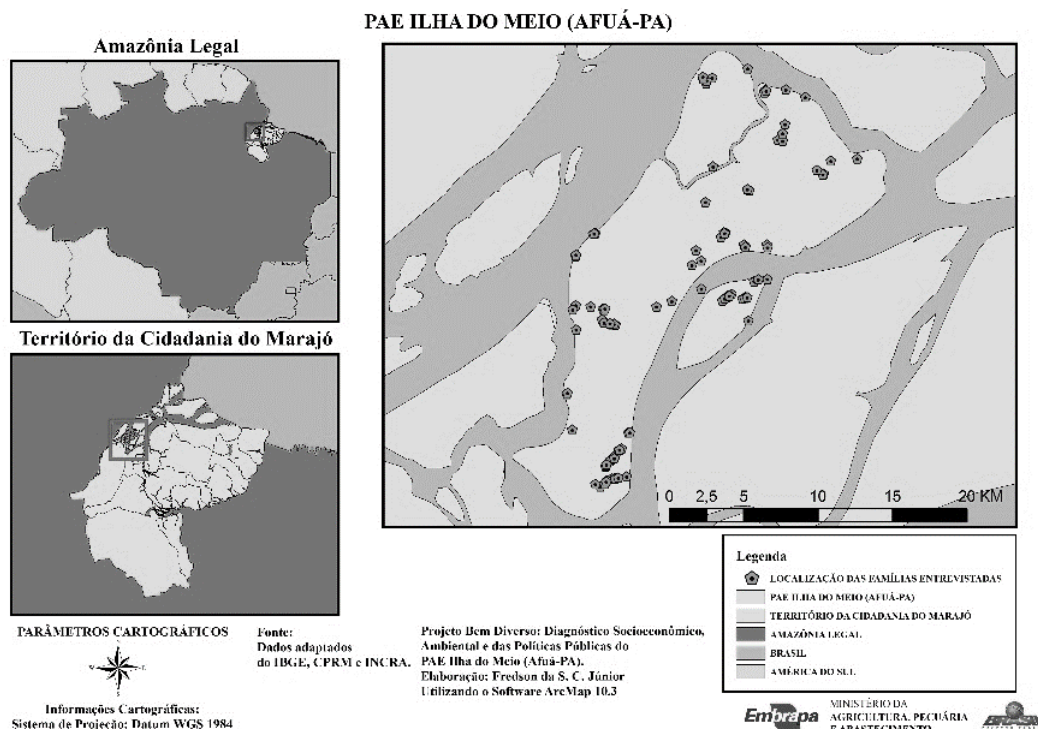
2.2.2 Localização das famílias entrevistadas

Durante a realização das entrevistas, os entrevistadores localizaram as famílias com objetivo de gerar banco de dados georreferenciado e produzir mapas. Em situações onde os titulares possuíam TAUS, foram utilizadas as coordenadas oficiais constantes no documento, no caso de inexistência, as coordenadas geográficas foram levantadas por

meio de GPS modelo *Garmim* ou com o uso do aplicativo de celular *Maverick*. A localização das famílias entrevistadas é apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Localização da Ilha do Meio em Afuá, com destaque para as famílias entrevistadas.

Fonte do Mapa: Embrapa Amapá, Fredson Júnior, 2018.



2.2.3 O uso do termo “Baliza” para analisar os ciclos do extrativismo em Afuá

A palavra “baliza”, tem como significados “marco, poste ou outro sinal que indica um limite” ou ainda “sinal que indica uma passagem” (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2019). Isto é, um marco que do ponto de vista do tempo pode-se distar para valorizar a história de um território e de sua população. Na Engenharia Florestal, a baliza é bastante utilizada para demarcação de áreas e alinhamento do traçado das trilhas. Para o planejamento de estradas e verificação do caminho planejado.

Assim, aqui propomos a análise de três marcos temporal, como três balizas fincadas no solo/tempo para traçarmos o percurso adotado pelo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais afuaense pela terra e produção florestal: a) Primeira baliza: a mobilização e organização social contra os “patrões”, nos anos 1980, cujo

assassinato de uma liderança local, o “Bira”, culminou na criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá, em 1985; b) Segunda baliza: a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas pelo Incra em Afuá, iniciado no ano de 2008 e c) Terceira Baliza: A consolidação do açaí como a força motriz do “bem viver” no meio rural de Afuá, principalmente na parte ocidental do Canal do Vieira, cujo marco de estudo são os anos de 2018-2019.

3. Resultados e discussão

3.1 Histórico da luta pela terra na Ilha do Meio: A Primeira Baliza

Durante as entrevistas e cafezinhos das atividades de campo, foram relatados os momentos decisivos da luta pela terra em Afuá, cujas memórias principais vieram dos senhores Manoel, Antônio, Maria e Jorge, cujos fatos narrados coincidem com os estudos feitos por Cardoso (1997) e Silva (2013). No ano de 1982, surgiram os grupos pré-sindicais como “embriões” do movimento sindical de Afuá, influenciados pela onda existente no país de soerguimento do sindicalismo no Brasil organizado por lideranças nacionais como Luís Inácio Lula da Silva (ABC Paulista) e Chico Mendes (Xapuri, Acre). Em Afuá e Gurupá, a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amapá e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram fundamentais como motivadoras do processo de organização social (OLIVEIRA, 1991). A CPT em seu *Jornal do Povo da Terra* (CPT, 1988) registra esse momento histórico nestes dois municípios do Marajó.

Em 1983, segundo relatos das lideranças entrevistadas, foi assassinado na Ilha dos Bodes (ilha que hoje faz parte do PAE Ilha do Meio) o senhor José do Carmo, conhecido como Bira, pelo “patrão”² que agia naquela localidade. Esse fato foi o estopim de uma das maiores movimentações de comunidades na história do Marajó. A dimensão da mobilização foi tamanha, que evitou a prisão das lideranças que se manifestaram por justiça e a favor da reforma agrária no município. Não foi possível para os policiais militares à época darem voz de prisão as lideranças já que centenas de pessoas estavam indignadas e dispostas a se juntar a eles.

² Termo popularmente utilizado para se referir aos Seringalistas no tempo da borracha, e que se perpetuou na região em deferência aos auto-declarados donos das terras na região amazônica.

A continuidade dos encontros organizados pelos grupos pré-sindicais, CEBS e CPT culminou na criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá, em 19 de dezembro de 1984. Ele foi criado com o objetivo de dar segurança as famílias quanto ao direito à terra. O STTR passou a representar institucionalmente as famílias e buscar o acesso às informações relacionadas a direitos e cidadania, atuando principalmente nas ilhas ocidentais ao Canal do Vieira.

Neste momento histórico, a produção de açaí era de subsistência, popularmente chamada de “açaí do bebe”. Só que muitas vezes tinha que ser repartida ou mesmo entregue para aqueles que se diziam donos da terra, os “patrões”. Tal situação, de trabalho análogo ao escravo, desencadeava um cenário de enfrentamento da fome.

3.2 A criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) em Afuá: A Segunda Baliza

As bases organizacionais para o avanço da regularização fundiária no município aconteceram a partir da aliança entre o STTR-Afuá, a CPT Amapá, a ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – atuante na região entre 2001 e 2007, e que iniciaram processo de formação de lideranças e promoção da educação por meio da Escola Família Agrícola do Coqueiro – atuante no período de 1993 a 2007.

Nas articulações regionais, foi importante a participação do STTR de Afuá nos encontros mobilizados pelo *Fórum de Articulação para o Manejo Florestal no Estuário do Rio Amazonas – FAE*, cujos seminários ocorridos entre 2002 e 2007 repassaram muitas informações básicas às lideranças, que culminaram na oficialização de pedido de reconhecimento dos territórios comunitários no Marajó (CARVALHO et. al, 2019).

Entre os anos de 2008 à 2011 foram criados pelo INCRA 18 Projetos de Assentamento Agroextrativistas em Afuá, somando uma área total de 534.388,86 hectares, beneficiando 4461 famílias, segundo a tabela a seguir:

Tabela 1. Projetos de Assentamento Agroextrativistas criados pelo Incra em Afuá-PA.

Nome do PAE	Famílias Assentadas	ÁREA (ha)	Data de Criação
PAE Ilha do Meio	443	26.694,34	31/12/2008
PAE Ilha Maracujá I	236	22.511,56	31/12/2008
PAE Ilha Rasa	128	2.755,64	31/12/2008
PAE Ilha do Teles	44	3.781,08	31/12/2008
PAE Ilha Caldeirão	77	8.237,97	31/12/2008
PAE Ilha Conceição I	183	13.193,22	31/12/2008
PAE Ilha Salvador	228	26.619,13	31/12/2008
PAE Ilha Queimada	716	92.902,63	31/12/2008
PAE Ilha dos Carás	167	13.609,94	31/12/2008
PAE Ilha Panema	136	7.804,92	31/12/2008
PAE Ilha Jurupari I	276	40.182,30	31/12/2008
PAE Ilha Baiano	91	13.452,89	31/12/2008
PAE Ilha Charapucu	680	201.768,81	11/11/2009
PAE Ilha do Pará	893	43.534,54	11/11/2009
PAE Ilha Marajozinho	36	1.807,97	30/11/2011
PAE Ilha Ararama I	44	9.359,86	30/11/2011
PAE Ilha Cajuuna	23	3.512,16	30/11/2011
PAE Jurara	18 FO	2.659,91	30/11/2011

Fonte: INCRA, 2019.

O PAE Ilha do Meio, foi criado através da Portaria 118 do Incra, de 31 de dezembro de 2008, com 26.694 hectares (Brasil, 2008), com Plano de Utilização do Assentamento datado de 2009, com 480 famílias na Relação de Beneficiários do Incra.

No mesmo período, foram expedidos pela Superintendência de Patrimônio da União 3.142 Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) no município, no âmbito do programa *Nossa Várzea*. Tal programa foi criado pela SPU para atestar moradia às famílias agroextrativistas que habitam nas áreas de dominialidade da União, cujo documento permitiu aos moradores acessar linhas de crédito, aposentadoria, seguro

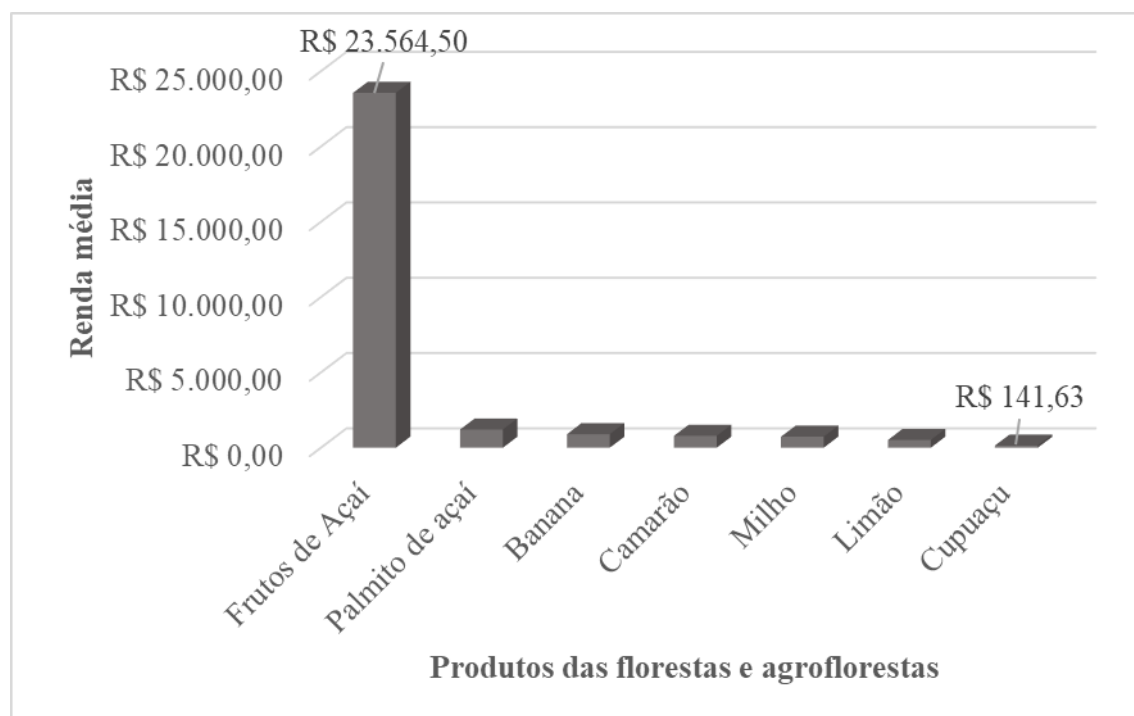
maternidade, seguro desemprego (no caso de acidentes) e programas sociais como Bolsa Família, Bolsa Escola, e o Minha Casa Minha Vida Rural (GONÇALVES *et. al*, 2016).

A produção de açaí no período começa a ser registrada pelas instituições oficiais como o IBGE, e sua contribuição para o PIB municipal entre 2008 e 2011 chegou a R\$18.208.000,00.

3.3 A consolidação do açaí como a força motriz do “bem viver” no meio rural de Afuá: A Terceira Baliza

Os dados levantados nas entrevistas feitas com os moradores do PAE Ilha do Meio apontam como principais produtos geradores de renda, obtidos nas florestas e agroflorestas comunitárias, os frutos do açaí, palmito, camarão e frutas como a banana, o limão e o cupuaçu e (Figura 2). O açaí desponta em primeiro lugar isolado, representando mais de 90% da renda das famílias, quando analisados os ganhos exclusivamente da produção agroflorestal.

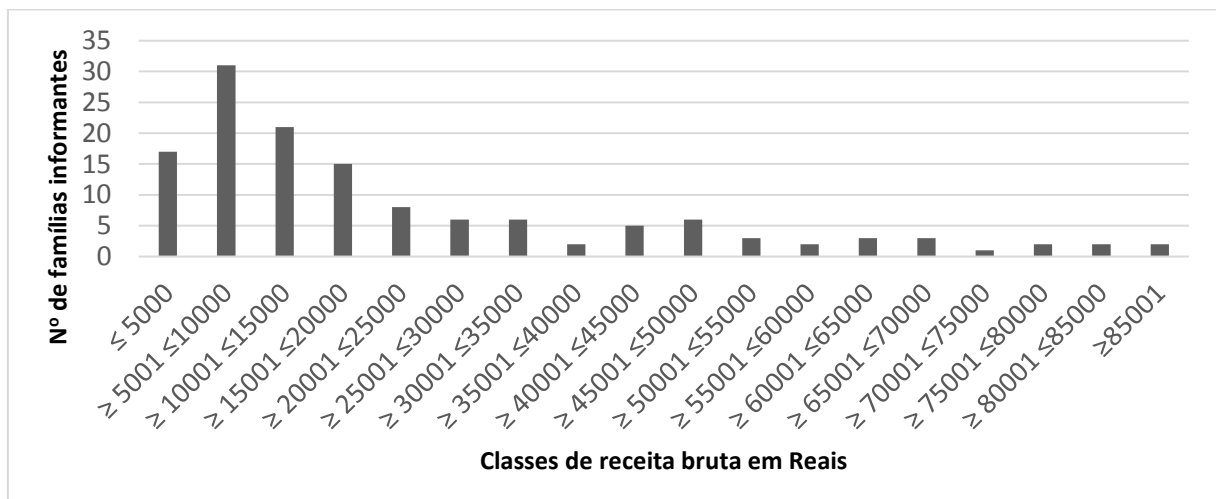
Figura 2 – Renda média obtida pelos produtos das florestas e agroflorestas do PAE Ilha do Meio em 2017. Fonte: elaborado pelos autores.



Se comparado há um pouco mais de uma década, os frutos de açaí passaram a substituir a madeira e o palmito como principal gerador de renda das famílias, como mostra o diagnóstico da FASE (2005) na região próxima, município de Gurupá, onde hoje é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal Itatupã-Baquiá. O palmito, agora, se tornou subproduto do aproveitamento do manejo de açazais e não a principal atividade econômica, como acontecia até meados dos anos 2000 (RAMOS, 2012). Em 2005, o palmito de “primeira” era vendido pelos agroextrativistas às fábricas locais de Gurupá no valor de R\$0,40 a R\$0,52 por “cabeça” (FASE, 2005). Hoje, na Ilha do Meio, este valor varia de R\$0,81 a R\$1,22. Da mesma forma, o número de serrarias familiares chamadas de “quebra-peitos”, que forneciam tábuas, flechais e ripas para os mercados de Santana e Macapá, no Amapá, diminuiu consideravelmente devido à dificuldade de assistência técnica e o complexo processo de licenciamento ambiental da atividade de manejo madeireiro, que conta com a fiscalização do Batalhão Ambiental (Instituto Peabiru, 2011).

No caso da produção e venda de frutos de açaí, a receita bruta média anual obtida em 2017 pelos moradores foi de R\$ 23.564,50, com preços variando de R\$19,00/rasa a R\$40,00/rasa. A produção média no mesmo ano foi de 776 rasas de frutos de açaí por família. (Figura 3).

Figura 3 – Distribuição das classes de receita bruta em Reais obtida com a venda do fruto do açaí pelas 135 famílias entrevistadas no PAE Ilha do Meio em 2017. Fonte: elaborado pelos autores.



Nos estudos do IBGE PEVS (2017), o município de Afuá está em segundo lugar na produção de açaí entre os 16 municípios da mesorregião do Marajó, com 20,585 milhões de reais de movimentação financeira e 8.950 toneladas de frutos de açaí produzidos. A comparação entre os valores apresentados pelo IBGE (2017) e os levantados pelo presente estudo sugerem que os valores oficiais podem estar subestimados. Uma explicação pode ser o uso exclusivo de informações oriundas da Receita Estadual a partir de comprovações fiscais. Como é de notório conhecimento, nesta cadeia produtiva há predomínio do mercado informal, logo, a maior parte do açaí comercializado não aparece nas estatísticas oficiais.

Na Ilha do Meio, as 135 famílias entrevistadas produziram 1,5 toneladas de frutos de açaí, o que representa 15% de toda a produção municipal. A renda per capita com a comercialização de açaí é de R\$ 5.355,57 anuais, o equivalente a R\$ 446,30 mensais para cada morador da ilha.

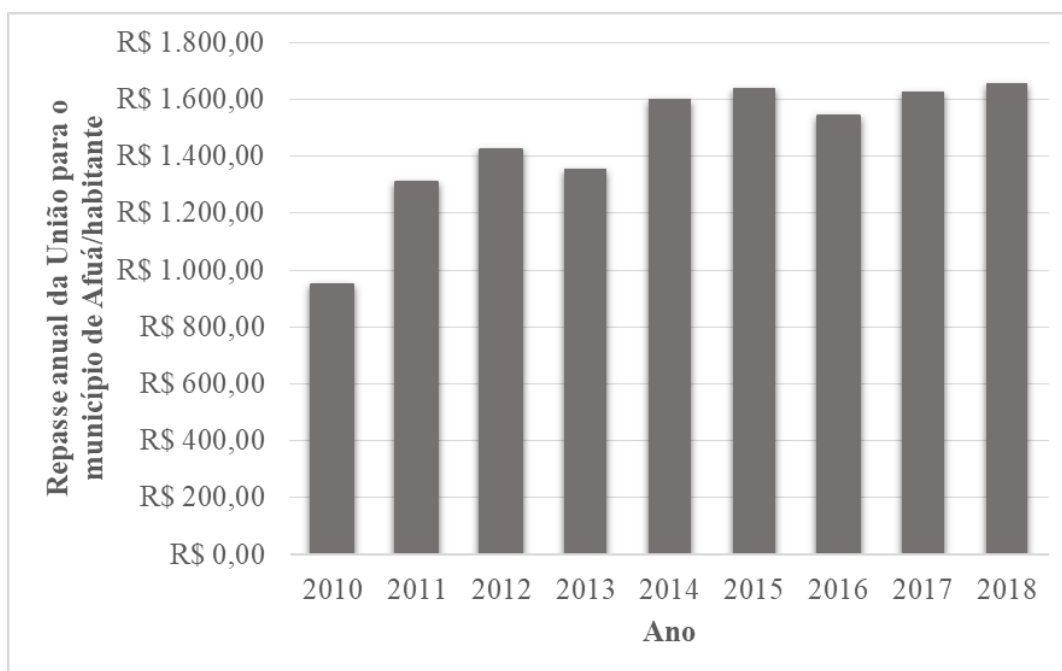
Os estudos da LCA Consultores, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada em 2017 pelo IBGE, indicam o valor de R\$136 mensais considerados como limites para a linha da extrema pobreza (VILLAS BOAS, 2018). Tal parâmetro, portanto, coloca felizmente as famílias da Ilha do Meio em situação distante da extrema pobreza.

Por outro lado, se analisamos o valor investido pelo Governo Federal por afuaense em 2017 (Figura 4), este foi da ordem de R\$1.626,37 ou R\$135,53/mês (BRASIL, 2019), ou seja, a economia familiar com a produção de açaí é três vezes maior do que os repasses federais por habitante do município de Afuá. Sendo assim, o açaí assume papel principal como agente socioeconômico que suporta as necessidades básicas das famílias da Ilha do Meio.

Os resultados da produção de açaí da Ilha do Meio, em 2017, somados aos avanços de infraestrutura encontrados na região com a chegada da energia solar, internet e meios de transporte para as famílias, nos permitem afirmar que a luta pela terra iniciada nos anos 1980 (a primeira baliza), consolidada nos anos 2000 com a criação dos assentamentos (a segunda baliza) criou as condições para que hoje os produtores possam vender sua produção com liberdade, aproveitando o momento de aumento da demanda e alta de preços do açaí nos mercados nacional e internacional. Os ganhos das famílias,

muitas agora pertencentes a uma nova classe média rural, têm proporcionado dignidade nas várzeas do estuário (terceira baliza). E o mais virtuoso é que isso se deu com a manutenção da organização social, mesmo considerando a batalha existente entre o individualismo (como essência do sistema capitalista) e o senso ou cultura de coletividade das comunidades.

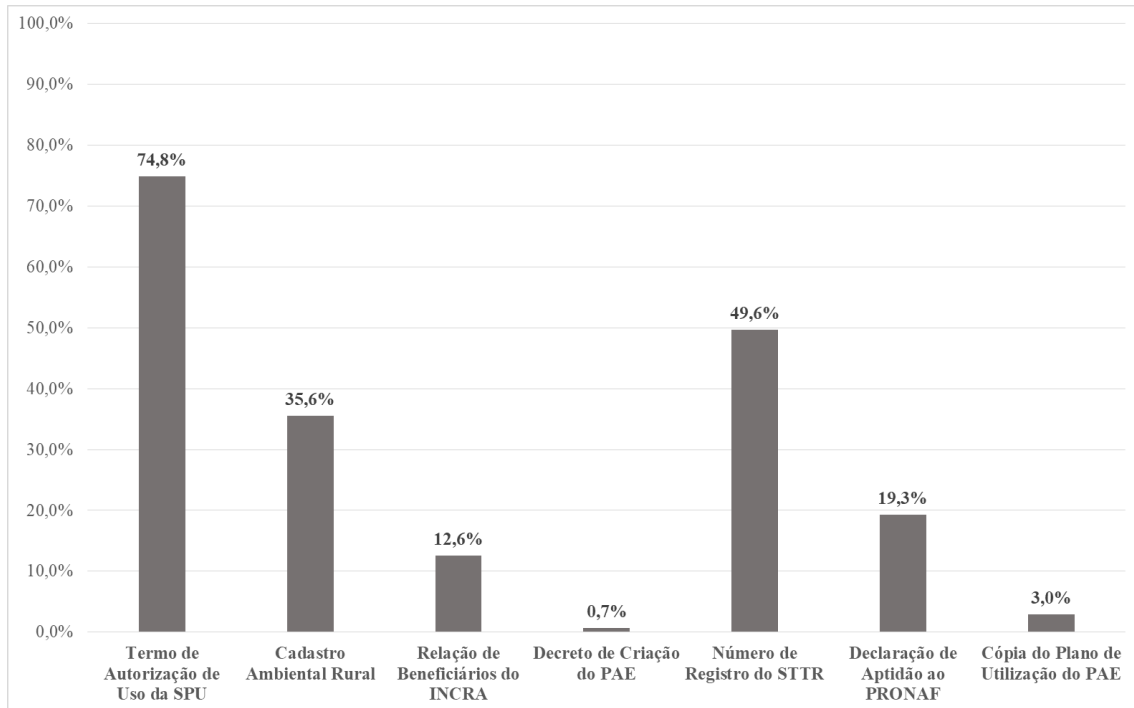
Figura 4 – Repasse anual da União por habitante de Afuá segundo a razão entre os valores de investimento registrados no Portal da Transparência e o número de habitantes estimados pelo IBGE (2018).



3.4. Os desafios territoriais e socioeconômicos do PAE Ilha do Meio: Onde fincar a próxima baliza?

Apesar do avanço na regularização fundiária na Ilha do Meio, boa parte das famílias não possui até os dias de hoje a documentação comprobatória que vivem em um assentamento agroextrativista. A Figura 5 apresenta o percentual de famílias que possuem diferentes documentos que ajudam a comprovar regularidade fundiária.

Figura 5 – Percentual das famílias entrevistadas que detêm diferentes documentos que auxiliam na comprovação de “posse” ou regularidade fundiária. Fonte: elaborado pelos autores.



Dos documentos apresentados, os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) emitidos pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU) são os mais citados pelas famílias entrevistadas. Os TAUS foram apresentados em 74,8% das entrevistas, comentado sempre como o principal comprovante de moradia. Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015), a emissão destas autorizações de uso pela SPU para as comunidades ribeirinhas constituiu uma solução, a princípio provisória, para reconhecer de forma rápida e menos onerosa os territórios ocupados tradicionalmente nas áreas de várzea. De acordo com este instituto, a solução definitiva de regularização fundiária em assentamentos agroextrativistas se dá por meio da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), contrato entre a União e associação de moradores que envolve ações de reconhecimento, demarcação e discriminação das terras de domínio da União, cujo procedimento atualmente é complexo, moroso e que passa por reais dificuldades diante do extremismo de agentes governamentais em reconhecer a regularização fundiária dos assentamentos agroextrativistas de caráter coletivo e territorial.

No plano produtivo, mesmo com o crescimento significativo da renda dos agroextrativistas de Afuá, as famílias afirmam que durante a entressafra do açaí, muitas passam por dificuldade. Isso pelo fato de não terem cultura de poupança familiar ou comunitária, o que as deixa vulneráveis para emergências, principalmente na área de saúde, e limita o investimento na diversificação da produção florestal ou agrícola.

Considerando que 94% da renda familiar é oriunda da venda do açaí, durante a entressafra o recebimento de recursos do Programa Bolsa-Família se torna decisivo na compra de alimentos (52% das respostas) e na aquisição de material escolar (18%). Durante a finalização deste artigo, algumas comunidades da Ilha do Meio afirmaram ter iniciado discussão sobre a criação de fundos solidários com base no açaí, inspirados no exemplo da comunidade Santo Ezequiel Moreno, Rio Acuti-Pereira, em Portel (PAIVA et al., 2017; RAMOS et al., 2018).

A forte demanda do mercado pelo açaí tem aumentado a pressão sobre as florestas de várzea, causando efeitos negativos na forma de uso da floresta, com a derrubada de buritizais, jupatizais e murumuruzais para dar lugar aos açaizais. A Embrapa Amapá em parceria com a Emater Pará, tem oferecido treinamentos e instalado Unidades Demonstrativas (UDs) de manejo de mínimo impacto de açaizais nativos em várias comunidades nos municípios de Afuá, Gurupá e Chaves. Esta tecnologia permite manejar a floresta com ganhos em produtividade e manutenção da biodiversidade. Muitas lideranças comunitárias estão convencidas da necessidade de se produzir açaí de forma menos agressiva, conciliando a sua produção com outras espécies nativas de interesse econômico produtoras da madeira, frutos e óleos.

A encíclica papal *Laudato Si* da Igreja Católica adverte que culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas (A SANTA SÉ, 2015). Portanto, é mister educar as novas gerações para o uso equilibrado dos recursos naturais, como também é imprescindível adotar uma postura mais consciente sobre a importância do consumo responsável. As técnicas de manejo de mínimo impacto ofertadas pela Embrapa (QUEIROZ; MOCHIUTTI, 2012) e pelo Centro Manejaí (2019) são um caminho para esta mudança de comportamento. São ações que tem ressonância em uma das frases mais repetidas nas entrevistas realizadas no PAE Ilha do Meio, como motivo para se conservar a floresta:

Porque assim protegemos os animais e combatemos a queimada...
- Lucinda e Batista, do rio Fábrica.

Avaliamos que um passo importante nesta nova etapa deve ser na direção de atualizar o Plano de Utilização do PAE Ilha do Meio, uma vez que poucas famílias possuem conhecimento aprofundado em relação ao principal documento de gestão territorial e ambiental do assentamento (Figura 5). Elaborado em 2009, possivelmente precisa incorporar novas regras, adaptadas à conjuntura local, discutindo temas como cuidados com o lixo, venda de posses, limites de respeito, acordos de pesca, reflorestamento, entre outros. Outra opção seria a construção de um Protocolo Comunitário, atualmente reconhecido como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de povos e comunidades tradicionais, pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Protocolo de Nagoia, parte da Convenção da Diversidade Biológica que reconhece o direito a proteção dos conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios associados. No Amapá, indígenas Wajãpis e do Oiapoque, assim como as comunidades do Bailique construíram seus protocolos de consulta.

Outro passo importante é a organização e formação das mulheres agroextrativistas para a cadeia produtiva dos óleos vegetais (andiroba, pracaxi, ucuúba, murumurú, patauá, jupati etc.). Não apenas para a venda de sementes, que é o que ocorre hoje em algumas comunidades, mas para que logrem o beneficiamento do óleo e transformação em produtos finais, com agregação de valor e preços mais justos. A ampliação de uma economia mais diversa, inclusiva, que tem na organização social e cooperação entre famílias e comunidades, a base para o uso coletivo e sustentável da floresta com reconhecimento e acesso a novos mercados.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar a necessidade de cuidar melhor dos jovens. Os jovens são os que fincarão a quarta baliza, e para isso necessitam de atenção e investimento hoje. É consenso entre as comunidades a necessidade de trazer de volta o ensino médio, antigamente oferecido pela Escola Família do Coqueiro. Educar e capacitar os jovens para acesso as novas tecnologias e relacionamento com os mercados, para que se apropriem cada vez mais da economia pujante do açaí, deixando de ser meros

fornecedores de frutos e se tornem os verdadeiros empreendedores desta cadeia de valor.

Seria essa a quarta baliza?

4. Considerações finais

Os estudos realizados no PAE Ilha do Meio, Afuá-PA, nos permitem afirmar que:

- A luta pela terra e pelos seus recursos naturais através da forte organização social logrou o êxito de obter da esfera federal a regularização fundiária em benefício de 480 famílias agroextrativistas;
- A conquista da segurança da terra quando se somou ao crescimento do valor econômico dos frutos de açaí nos anos 2000, impulsionou a socioeconomia das comunidades da ilha, apoiadas também por programas governamentais de distribuição de renda;
- Os avanços obtidos com a conquista da terra e comercialização do açaí tiveram como efeito prático e transformador a superação da insegurança alimentar e da dependência aos antigos padrões. A rabeta e o telefone celular são símbolos da liberdade e dinamismo de ir e vir, se comunicar e expandir as relações sociais e econômicas entre os habitantes da ilha;
- Os recursos naturais possuem grande potencial de aproveitamento, principalmente no uso de espécies para o fornecimento de sementes, óleos e alimentação, por meio das frutas da floresta, processo que pode marcar um novo momento da economia local;
- A direção da quarta baliza depende das oportunidades e da força da juventude rural extrativista. Do equilíbrio entre a força da tradição e cultura comunitária e de fatores externos como mercado e cenário político. Esperamos que a tradição e a cultura consigam se manter fortes, mostrando ao mundo que a melhor estratégia para conservar a Amazônia é respeitar os meios de vida das comunidades tradicionais e adquirir produtos com responsabilidade socioambiental.

Agradecimentos

Às famílias do Projeto de Assentamento Ilha do Meio, que bem receberam os pesquisadores e entenderam a importância deste estudo, elas que são a motivação maior deste trabalho na busca pela conquista e manutenção de direitos.

Às lideranças comunitárias, em especial aos casais Manoel de Nazaré/Maria da Conceição, Manoel Pedro (“Pedrinho”) / Maria Fransineide, Rogerio Nahum/Andreza Chagas e Vitoriano Nahum. Aos profissionais Darcileide Corrêa, Ediglei Rodrigues e Claudeci Fernandes pelo auxílio na aplicação das entrevistas com esmero e compromisso.

Referências bibliográficas

A Santa Sé. Carta Encíclica Laudato si’ **Do Santo Padre Francisco Sobre o Cuidado da Casa Comum.** 2015.15p. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_encyclica-laudato-si.html. Acesso em 23 de setembro de 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO RIO JABURU – Aproja. **Plano de Manejo Florestal Comunitário Para Uso Múltiplo de Andiroba (Carapa Guianensis Aubl.) do Rio Jaburu, Distrito do Itatupã, Gurupá, Pará.** 2003. 23p. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/3845261>. Acesso em: 17 de março de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA Diretoria de gestão estratégica – DE. Superintendência Regional Pará / Belém - SR 01. **Assentamentos - Informações Gerais.** Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=1&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=4 Acesso em:09/12/2019. Acesso em: 09/12/2019.

BRASIL. IBGE **Cidades. Afuá.** 2019. População. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/afua/panorama>. Acesso em:09/12/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: www.Incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/beneficiarios/rel_409-sr-

01_pa_0.pdf_Acesso em: 09/12/2019

BRASIL. **Projeto Radam**. Departamento Nacional de Produção Mineral, Projeto RADAM, Rio de Janeiro, 1974.

CARDOSO, Joel Henrique. Uma experiência de educação voltada ao meio ambiente rural: a Escola Família Agrícola do Rio Coqueiro (Efarc) e sua realidade. 1997.

Relatório de estágio curricular do curso de Agronomia. UFSC: Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117670/138571.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 de agosto de 2019.

CARVALHO, João Paulo Leão; CRUZ, Benedito Ely Valente da; CALVI, Miquéias Freitas. **Política Agrária e o Ordenamento Territorial no Marajó, Pará**. Mercator (Fortaleza), Fortaleza, v. 18, e18013, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012019000100210&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Dec. 2019. Epub Sep 09, 2019. <http://dx.doi.org/10.4215/rm2019.e18013>.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM MANEJO DE AÇAIZAIS NO MARAJÓ – **Manejai: Unindo esforços e fortalecendo entidades locais para geração e democratização do conhecimento**. Portel, PA. Disponível em: www.manejai.com.br/. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA AMAPÁ. **Ilha do Pará**. In: Jornal Povo da Terra, nº10, jul/ago de 1988. Impresso.

FASE. **Diagnóstico Socioeconômico para a Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá**. Relatório da FASE para a Conservação Internacional. 2005. 18 p.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; LEONARD, Fábio Alves; BARBOSA, Jeferson Grala. A Operacionalização do *Nossa Várzea* no Estado do Pará. 2016. In: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA. **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia** /organizador: Fábio Alves . – Brasília, DF: Ipea, 2016. 359 p.

INSTITUTO PEABIRU. **Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Cultural do Arquipélago do Marajó**. Apoio à implementação e sustentabilidade das Áreas Protegidas do Arquipélago do Marajó, especialmente para a Reserva da Biosfera Amazônia- Marajó. Programa Viva Marajó. Belém, PA. 2011.108p. Disponível em: <http://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/09/vivamarajo-escutamaraajo.pdf> . Acesso em: 12 março de 2018.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Caracterização da Fitoecologia e da Flora da Zona de Influência da Hidrovia do Marajó, Ilha do Marajó, Estado do Pará**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1998, 51p.

OLIVEIRA Júnior, Paulo Henrique Borges. **Ribeirinhos e Roceiros – Gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá – PA**. São Paulo: USP – FFLCH, 1991.

ORNSTEIN, Rudolf. Gráfico RADAR: **uma forma alternativa de medir o desempenho econômico-financeiro**. Porto Alegre, Revista do CRCRS, [18]2:8, jul. 1989.

PAIVA, João Daltro; MIRANDA, Katiuscia; da SILVA, Ruth Corrêa. **Experiência do Fundo Solidário Açaí de Portel**. In: MIRANDA, Katiuscia et al. (Org.) *Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável* /. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017. 63-100p.

POTIGUAR, Manuel; RAMOS, Carlos Augusto. **Oficina de elaboração de estratégia**

de promoção da Cadeia de Valor do Açaí Marajoara. Relatório da atividade 1.3, do projeto de fortalecimento dos Arranjos produtivos locais apl's do açaí e andiroba no Marajó. Belém. 2013. Disponível em: https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/09/apl_relato81rio-oficina-acca7aicc81.pdf . Acesso em: 26 de agosto de 2019.

QUEIROZ, João Antonio Leite; MOCHIUTTI, Silas. **Guia prático de manejo de açais para produção de frutos – 2.** ed. rev. amp. - Macapá: Embrapa Amapá, 2012. 36p.

RAMOS, Carlos Augusto. **Manejo florestal de açaí: proposta consolidada no Marajó.** 2012. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/3454942>. Acessado em 27 de março de 2018.

RAMOS, C.A.; TAVARES, M.; POTIGUAR, M. **Lupa Marajó: Observatório e Ação no Âmbito do Projeto Embarca Marajó.** In: Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável / Organizado por Katiuscia Miranda; Manoel Potiguar; Maura Moraes; Rosevany Mendonça e Ruth Corrêa da Silva. – Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017. 109-119p.

RAMOS, Carlos Augusto. **Segurança da Terra e da Água: Marajó.** 2018. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/6396485>. Acessado em 26 de agosto de 2019.

RAMOS, Carlos Augusto; LIMA, Loyanne; SANTOS, SANTOS, Michely Arlete dos; TRECCANI; Girolamo. **Sobre o Cadastro Ambiental Rural Baseado na Posse Mansa e Pacífica.** Nota Técnica 07. Belém, 2017. Disponível em: www.recantodasletras.com.br/e-livros/5953045. Acesso em: 27 de março de 2018.

SILVA, Elton Carlos Garces da. **Territorialidades específicas e mudanças fundiárias: o processo de territorialização dos Monteiro do rio Preto, município de Afuá, Pará.**

Quarta baliza do agroextrativismo no estuário do rio Amazonas: da luta pela terra à consolidação da economia do açaí

RAMOS, Carlos Augusto
EULER, Ana Margarida Castro

2013. 75p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará, 2013.

VILLAS BOAS, Bruno. **Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas**. 2018. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 19 de maio de 2018.



Resumos de Dissertações

ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DA FARINHA DE BRAGANÇA, PARÁ: CONTROVÉRSIAS NO PROCESSO DA CERTIFICAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG)

LIDENILSON SOUSA DA SILVA

O trabalho focou na análise da estratégia de valorização da Farinha de Bragança, no Nordeste Paraense. O objetivo foi compreender as implicações do processo de criação da Identificação Geográfica para um produto, cuja qualidade, está intrinsecamente relacionada ao modo artesanal do saber-fazer. É visto como mecanismo de salvaguardar a cultura e a tradição, enquanto, outros a potencializam como mercadoria. Os procedimentos metodológicos adotados foram revisão bibliográfica, análise documental, cartografia das controvérsias e história oral, auxiliado pela abordagem da Teoria do Ator-Rede. Analisou-se, que o processo da certificação fez interface com diferentes temas: mudança do processo de produção da mandioca e fabricação da farinha, construção de mercados sociais, construção da identidade da IG da Farinha de Bragança e os desafios da transição agroecológica. Os temas desenvolvidos na forma de conteúdo, aprofundaram a análise sobre a tecnificação da fabricação da farinha, frente a crescente demanda. Deu um panorama dos mercados acessados pelos agricultores, com ênfase para os mercados sociais de circuitos curtos e os institucionais. Identificou a trajetória da IG como cheias de controvérsias complexas responsáveis por associação, (re)associações e (re)agregações dos atores-redes, e, uma análise direcionada para a dimensão técnico produtiva da transição agroecológica. Concluiu-se, que a fabricação mecanizada polarizou as opiniões dos produtores, entre garantir a produtividade versus manter a qualidade, originalidade e tipicidade da Farinha de Bragança. Mas, a análise dos actantes, não permitiu qualificá-los em fortes ou fracos, sendo as associações dinâmicas, porém não são absolutas.

Palavras-chave: Farinha de Bragança; Identificação Geográfica; Ator Rede; Mercados Sociais; Transição Agroecológica

Número de páginas: 140

Banca Examinadora:

Dr. William Santos de Assis (UFPA)

Dr. Romier da Paixão Sousa (IFPA)

Dr. Luís Mauro Santos Silva (UFPA)

Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes (UFPA)

Local e Data de Defesa:

INEAF, no dia 31 de julho de 2019.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RESISTÊNCIA CAMPONESA: ESTUDO DO EFEITO DA UTILIZAÇÃO DA HIDROVIA TAPAJÓS- AMAZONAS EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO

JAQUELINE RAQUEL CARDOSO MESQUITA

O avanço do agronegócio na Amazônia brasileira traz consigo uma série de conflitos socioambientais para os povos e comunidades tradicionais que habitam os espaços pleiteados pelo grande capital para implantação dos seus projetos. Para estudar os conflitos socioambientais decorrentes da utilização do furo do Capim como parte da hidrovia Tapajós-Amazonas, foi necessário identificarmos quais as mudanças ocorridas na ilha do Capim e descrever de que forma ocorre a espacialização das narrativas dos ribeirinhos sobre a percepção dessas transformações, que compõe o primeiro artigo deste trabalho. Para isso realizamos entrevistas históricas, aplicação de questionários, observação participante e oficinas para análise de conflitos socioambientais. No segundo artigo focamos em analisar de que forma as transformações estão relacionadas com a desterritorialização dos ribeirinhos, partindo de um estudo que discorre sobre a territorialização do agronegócio e as mudanças ocasionadas nas práticas produtivas e alimentares das famílias. Para isso foi necessário realizarmos entrevistas históricas, questionários, observação participante e croqui de acesso aos alimentos das famílias ribeirinhas. No terceiro e último artigo buscamos pautar as ações do agronegócio na ilha do Capim e seus arredores e contextualizar o histórico da resistência das famílias frente à apropriação e uso do seu território. Para isso realizamos entrevistas históricas, observação participante e oficina para análise de conflitos socioambientais. Constatamos que as narrativas dos ribeirinhos sobre a percepção dos conflitos socioambientais vivenciados, estão ligadas tanto a elementos individuais como a elementos coletivos. Essas diferenças são resultantes das diversas territorialidades desse mesmo grupo social, sendo todas elas usadas a favor da territorialização e reivindicação desse território. Verificamos também que ocorreram mudanças nas práticas produtivas e alimentares dos ribeirinhos, após a utilização do furo do Capim como parte da hidrovia, e que essas mudanças são percebidas como negativas por eles. Ainda identificamos que as ações do agronegócio são articuladas de forma a desterritorializar os ribeirinhos, que por sua vez se articulam com instituições que os apoiam e promovem iniciativas que afirmam o direito de permanência em seus territórios.

Palavras-chave: Ilha do Capim. Agronegócio. Hidrovia Tapajós-Amazonas. Conflitos Socioambientais.

Número de páginas: 104

Banca Examinadora:

Dr.^a Livia de Freitas Navegantes Alves (UFPA)

Dr. Mauricio Gonsalves Torres (UFPA)

Dr. Fabiano de Oliveira Bringel (UEPA)

Dr.^a Angela May Steward (UFPA)

Local e Data de Defesa:

INEAF, no dia 06 de agosto de 2019.

PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO POR MULHERES EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO PDS ESPERANÇA– ANAPU/PA

INGRIDY CRISTINA DE JESUS FERREIRA

Neste trabalho, buscamos analisar processos de territorialização por mulheres camponesas que vivem no PDS Esperança, município de Anapu. Nesta dissertação, gênero é entendido como uma construção social baseada em relações de poder entre homens e mulheres numa dada sociedade e, nesse sentido, não se baseia em questões biológicas e naturalizantes. O conceito de gênero se caracteriza por um sentido relacional e está interligado a noções de raça e classe. Já o conceito de processo de territorialização é compreendido pela apropriação de espaço por um determinado grupo social, de acordo com sua identidade, cultura, organização social e forma de se relacionar com a natureza, levando à construção de uma base territorial. Esta pesquisa tem cunho quali-quantitativa. A metodologia envolveu levantamentos bibliográficos, documentais e trabalho de campo. A coleta de dados documentais ocorreu em sites de órgãos governamentais, nos quais foram obtidos portarias, decretos e outras informações a respeito do assentamento. O trabalho de campo permitiu aproximação e relativa imersão na vida das mulheres. Nesse período, entrevistamos e acompanhamos o cotidiano de 20 mulheres. Com a sistematização dos dados e desenvolvimento da pesquisa constatou-se que os espaços ocupados por homens e mulheres é marcado por relações desiguais de gênero. A casa e o quintal, devido aos papéis socialmente construídos no interior da família camponesa e atribuídos a mães e esposas, são caracterizados como lugar da mulher. Verificamos que existe uma invisibilidade do trabalho feminino devido a uma assumida divisão sexual do trabalho; no entanto, identificou-se que a mulher exerce diferentes trabalhos seja na casa e na roça. Com as lutas sociais pela emancipação feminina, o acesso às políticas públicas para mulheres rurais tem garantido relativa autonomia na gestão dos recursos. Outro alegado fator para a autonomia feminina é o acesso ao trabalho assalariado. No entanto, relatam que ainda vivenciam o machismo de seus companheiros. Coletivamente, estão se organizando em grupo seja a nível religioso com o grupo Heroínas da Fé ou produtivo pelo Grupo de Mulheres Girassol. O primeiro tem permitido a construção de relações de vizinhança e a coesão entre mulheres, o segundo possibilita a geração de renda, intercâmbios e também o fortalecimento das relações de parentesco, de vizinhança e entre mulheres. Assim, a apropriação dos espaços coletivos e no interior da área de uso alternativo têm sido um desafio, pois, esbarram no machismo e na invisibilidade de seu trabalho. Nas estratégias adotadas pelas mulheres têm surgido novas reconfigurações de gênero, inclusive pela condução feminina como chefia das unidades familiares de produção. O principal desafio a ser enfrentado ainda é o machismo, facilitado pela invisibilidade do trabalho feminino. A construção de uma autonomia econômica e de um empoderamento político esbarram nessa reprodução cultural e material do modo de vida camponês, a partir da visão patriarcal da família, da comunidade e da sociedade. Para assim romper, as relações diferenciadas entre os gêneros e possam garantir e fortalecer seus espaços no assentamento PDS Esperança.

Palavras-chave: Mulheres, Processos de Territorialização, Relações de gênero, PDS

Esperança. Número de páginas: 167

Banca Examinadora:

Dr.^a Noemi Sakiara Miyasaka Porro (UFPA)

Dr. Mauricio Gonsalves Torres (UFPA)

Dr.^a Adriane Raquel Santana Lima (UFPA)

Dra. Cátia Oliveira Macedo (UEPA)

Local e Data de Defesa:

INEAF, no dia 28 de agosto de 2019.

ACÇÃO COLETIVA SOB INFLUÊNCIA DA DENDEICULTURA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CENTRAL DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS RIOS GUAMÁ E CAPIM (CONSERGC)

MARCICLEI LOPES BALIEIRO

Analiso a experiência de organização formal dos agricultores familiares integrados a dendeicultura na Central das Organizações Sociais entre os Rios Guamá e Capim (CONSERGC). A categoria central da pesquisa é ação coletiva no espaço rural. Faço uso da teoria da economia de Mancur Olson e das contribuições da escola francesa da sociologia das organizações para entender como está se construindo a cooperação a partir das ações dos atores envolvidos. As categorias participação e gestão também se destacam no decorrer do projeto, por isso destaco o processo de construção da autogestão. Os dados foram coletados entre junho de 2017 a fevereiro de 2019, com o uso de um roteiro a metodologia apoiou-se, sobretudo, em entrevistas abertas com aplicação de questionário semiestruturado e na observação direta. Também realizei revisão de literatura sobre a temática abordada nesse trabalho e fiz uma pesquisa documental com dados relevantes sobre o objeto de estudo. Apresento o contexto em que foi proposta e criada a CONSERGC. Identifico e caracterizo como ocorreu a mobilização dos agricultores e lideranças a partir da atuação de organizações como os STTRs locais, da FETAGRI e, sobretudo da empresa ADM para a integração no projeto de dendeicultura e para a organização enquanto associação. Apesar das dificuldades que acompanham a trajetória da organização formal no Nordeste paraense (crédito, assistência técnica, renda, gestão, dentre outros) a iniciativa é vista para a maioria dos agricultores como uma oportunidade. A possibilidade de organizar a produção, acessar algum financiamento ou projeto e de melhorar a renda familiar foram apontados pelos entrevistados como fatores importantes para o engajamento no associativismo. A organização apresenta dificuldades que foram identificadas na pesquisa, entre elas: a falta de recursos para desenvolver suas atividades econômicas e sociais e de logística para reunir os associados. Entretanto, os dados mostraram que para o pouco tempo de existência que a CONSERGC tem, a proposta associativa da organização se apresenta em desenvolvimento promissor. Essa constatação faz referência: a atuação de sua diretoria e seus líderes, que tem encontrado soluções para as dificuldades recorrentes; a confiança dos associados em seus gestores e o bom nível de participação dos associados nos encontros e reuniões que, mesmo por representação, assumem papel importante nas estratégias de atuação da organização. A participação e a construção da ação pautada no jogo de interesses se mostraram negociado no interior da organização e tem sido importante para a continuidade da ação coletiva aqui analisada. Entre os resultados do recorte da pesquisa, concluiu-se que o interesse das Associações Integradas em se filiarem a uma Central de Associações está relacionado, em princípio a mobilização e o incentivo dado pela empresa ADM para a criação das organizações. Posteriormente, a CONSERGC foi vista pelos associados como uma facilitadora do diálogo com a empresa e, entre as vantagens, um meio para obtenção de melhorias no contrato de integração. Os dados empíricos revelaram que poucos agricultores fizeram na integra a leitura do contrato e, por meio da atuação da CONSERGC, estão tendo a possibilidade de rever algumas cláusulas contratuais de suma importância para seus interesses dentro do projeto de palma como em relação ao preço e ao peso do produto, sendo estes os itens mais citados pelos integrados. Apesar de ser um estudo de caso específico, este trabalho pode contribuir para ampliar as discussões e para o entendimento do tema, espero que sim.

Palavras-chave: Ação coletiva. Associativismo. Agricultura familiar. Integração produtiva. Dendeicultura.

Número de páginas: 112

Banca Examinadora:

Dr. Heribert Schmitz (UFPA)

Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes (UFPA)

Dr. Armando Lírio de Souza (UFPA)

Local e Data de Defesa:

INEAF, no dia 28 de agosto de 2019.

DENDÊ É REFLORESTAMENTO? PERCEPÇÃO DE DIFERENTES ATORES ENVOLVIDOS NA AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ NO NORDESTE PARAENSE

PAULA IZADORA DO EGYTO TAVARES

Esta dissertação analisa a percepção de agricultores familiares integrados à agroindústria sobre a dendeicultura como reflorestamento. A temática se deu em torno da indicação de possíveis benefícios ambientais com a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) para produção de agrocombustíveis no país. O programa foi o principal impulsionador da expansão da palma de óleo pela na Amazônia paraense. Entre as suas diretrizes, se estabelece que o cultivo seja de cunho sustentável e funcione como uma possibilidade de recuperação de áreas degradadas por meio do reflorestamento. Para esta pesquisa foi realizado levantamento de dados secundários e primários no município de Irituia, Nordeste do estado do Pará, bem como do histórico do reflorestamento no Brasil. Foram revisadas leis ambientais e trabalhos científicos a fim de analisar sob quais circunstâncias a atividade é indicada e implantada, e os conceitos utilizados. Foram entrevistados 30 agricultores, dois técnicos das Secretarias de Meio Ambiente e de Agricultura e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município. Os resultados são apresentados em dois artigos. O primeiro analisa a chegada da dendeicultura em Irituia e as reações iniciais ao projeto por atores locais, expondo as motivações para sua adesão ou rejeição. O segundo revela as percepções dos atores sobre a noção de reflorestamento segundo suas diferentes visões de mundo. Conclui-se que a dendeicultura em Irituia foi recebida com divergências que persistem até os dias atuais entre os defensores da atividade, que a têm como boa opção para a melhoria de vida e rendimentos econômicos, e os opositores, que acreditam que a atividade não se adequa à realidade local. Sobre o reflorestamento, houve a atuação de grupos de interesses para legalizar a dendeicultura sob esta condição. Os agricultores, ao compararem as atuais áreas de dendê com as de outrora (formadas por pasto ou capoeira baixa), acreditam que é pertinente dizer que a palmeira cumpre o papel de reflorestá-las, uma vez que apreciam benefícios como sombra, melhoria no clima ao redor do plantio e existência de animais, mesmo que se tratem apenas de roedores, cobras e aranhas

Palavras-chave: Dendeicultura. Agricultor integrado. Monocultivo.

Número de páginas: 112

Banca Examinadora:

Dr. Dalva Maria da Mota (EMBRAPA)

Dr.^a Nelissa Peralta (UFPA)

Dr.^a Ruth Helena Cristo Almeida (UFRA)

Local e Data de Defesa:

INEAF, no dia 20 de novembro de 2019.

SAF É BONITO, PRODUZ E REFLORESTA! POR QUE SÓ ALGUNS ADOTAM? ANÁLISE SOBRE A REPERCUSSÃO DOS SAF ENTRE VIZINHOS NO NORDESTE PARAENSE

ANTONIA BORGES DA SILVA

O desmatamento na Amazônia tem sido pauta de debates entre diferentes grupos desde o final da década de 1980, por se tratar de um assunto de interesse nacional e internacional, já que envolve a degradação e o desequilíbrio do meio ambiente em escala global. Não obstante, há inúmeros esforços que buscam alternativas para diminuir os impactos gerados pelo desmatamento, inspiradas nos sistemas de coexistência com a floresta, capazes de recuperá-la. Entre essas alternativas está o Sistema Agroflorestal – SAF. O objetivo da dissertação é analisar como experiências consolidadas de SAFs de agricultores familiares repercutem entre vizinhos em vilas rurais do Nordeste paraense. A metodologia consistiu em entrevistas com uso de questionários semiestruturados e em entrevistas abertas, baseadas em um roteiro, com agricultores com SAFs consolidados e vizinhos que estão no entorno dessas experiências. Os dados foram sistematizados no programa Microsoft Office Excel. Realizei revisão de literatura e de documentos pertinentes sobre a temática. Constatei, ao final da pesquisa, sobre a não adoção dos SAFs, que a maior razão está nas questões que envolve a tomada de decisão do agricultor, o não interesse, a desinformação acerca dos SAFs, seus objetivos e as técnicas envolvidas. Sobre os fatores motivacionais que envolvem a adoção dos SAFs, abrangem as esferas social, produtiva, econômica e ambiental. As esferas produtivas e econômicas estão ligadas ao interesse no incremento da renda familiar, diversificação da produção e obtenção de uma safra permanente. Na esfera ambiental está o reflorestamento e a recuperação do solo e mananciais. Socialmente, os agricultores implantam o SAF como herança para os filhos, para melhorar o clima, por embelezamento e garantia da segurança alimentar. Há um reconhecimento do quão positiva as experiências dos SAFs são para os agricultores que o adotam.

Palavras-chave: Recuperação florestal. Motivação. Inovação na Agricultura. Adoção. Agrofloresta..

Número de páginas: 116

Banca Examinadora:

Dr.^a Dalva Maria da Mota (EMBRAPA)

Dr.^a Emilie Suzanne Coudel (CIRAD)

Dr.^a Angela May Stewardar (UFPA)

Local e Data de Defesa:

INEAF, no dia 18 de dezembro de 2019.

FORMAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXPANSÃO DOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES DA COOPERATIVA D'IRITUIA, PARÁ

SINARA DIAS SILVA

Os diversos problemas ocasionados pelo processo de corte e queima demonstram o quanto o solo é importante para o agricultor familiar, por isso, o uso de práticas de manejo que possibilitem a ciclagem de nutrientes, através da manutenção da matéria orgânica e micro vida do solo são essenciais. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de formação, transformação e expansão de quintais agroflorestais em sistemas de produção de agricultores familiares da Cooperativa D'Irituia, Pará. Para atender a essa proposta, optou-se por utilizar uma metodologia fundamentada nas bases teóricas da abordagem sistêmica, para isso foram selecionadas 23 famílias de agricultores familiares da cooperativa D'Irituia que possuem quintais agroflorestais e cinco informantes chave das principais instituições ligada a dinâmica rural do município. As ferramentas metodológicas adotadas consistiram em entrevistas históricas, dados secundários, questionários semiestruturado, tipologia e crônicas dos estabelecimentos. Os resultados mostraram os fatores externos que influenciaram na formação dos quintais agroflorestais foram, as políticas públicas creditícias como o FNO e o Proambiente; a Secretaria de agricultura de Irituia e a própria cooperativa D'Irituia. Os quintais agroflorestais encontrados em Irituia apresentam grande diversidade de espécies, entre elas frutíferas e anuais. Vale ressaltar que, em 74% das áreas onde estão implantados hoje os quintais agroflorestais eram áreas de capoeira e 13% em áreas de roças. Através da tipologia foi possível formar dois grandes grupos, além disso um dos principais fatores responsáveis pela transformação e expansão dos quintais agroflorestais é a necessidade de aumentar a produção. Com as crônicas dos estabelecimentos podemos observar que os acontecimentos identificados no decorrer do tempo nem sempre foi o fator motivador das mudanças identificadas dentro dos estabelecimentos agrícolas, no entanto, afetou os dois grupos aqui representados, porém de forma diferente. Portanto, pode-se concluir que os Sistemas agroflorestais hoje encontrados no município de Irituia são de grande importância na garantia da soberania alimentar como também no desenvolvimento socioeconômico dessas famílias, além de ter um importante papel na preservação ambiental.

Palavras-chave: soberania alimentar; diversificação; comercialização..

Número de páginas: 96

Banca Examinadora:

Dr. Osvaldo Ryohei Kato (EMBRAPA)

Dr.^a Meirivalda do Socorro Ferreira Redig (UFPA)

Dr. José Sebastião Romano de Oliveira (UFRA)

Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes (UFPA)

Local e Data de Defesa:

INEAF, no dia 27 de dezembro de 2019.